

# A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

# A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D618	A diversidade na era pós-verdade [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-871-7 DOI 10.22533/at.ed.717192312  1. Comportamento informacional. 2. Desinformação. 3. Fake news. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.  CDD 306.4
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

“[...] o informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância” Patrick Charaudeau.

Buscou-se neste e- book pensar sobre a Educação, a diversidade num mundo de pós-verdade, partindo do princípio que se vive a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon e outros, parte-se da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que lemos, vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

É necessário que os estudos e as pesquisas foquem no lado social, que busquem maneiras de amenizar as consequências da pós-verdade no ambiente digital, demonstrando aos cidadãos o quão importante é para a sociedade a sua participação na gestão da informação. Com uma sociedade criticamente atuante, que preze pela fidedignidade das notícias e pesquise a realidade dos fatos, independentemente de opiniões pessoais, as fake news, aos poucos, poderá diminuir sua visibilidade e a presença do fenômeno da pós-verdade, no ambiente digital, tende a ser reduzida.

Sendo assim, este e-book tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes

desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquíria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>19</b>
AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Vanessa Coelho dos Reis Luciana Patrícia Zucco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS	
Daiana Maturano Dias Martil Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA	
Lucília Grandó	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)	
Carolina Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS	
Bya Braga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE	
Maria Regina Momesso Solange Aparecida de Souza Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>86</b>
MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA	
Keith Daiani da Silva Braga Arilda Ines Miranda Ribeiro Marcio Rodrigo Vale Caetano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS	
Marjorie Evelyn Maranhão Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>104</b>
QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	
Iury Fagundes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Raisha Conceição Silva Ellen Laura Leite Mungo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHADOES: UM OLHAR SOBRE O URBANO	
Camilla Machado Cruz Thágila da Silveira Ribeiro Taís da Silva Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS	
Rose Dayanne Santana Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES	
Carmem Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA Marcos Antonio Braga de Freitas Andréa Freitas de Vasconcelos <b>DOI 10.22533/at.ed.71719231215</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>168</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>169</b>



## A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA

**Solange Aparecida de Souza Monteiro**  
**Heitor Messias Reimão de Melo**  
**Débora Cristina Machado Cornélio**  
**Paulo Rennes Marçal Ribeiro**  
**Valquiria Nicola Bandeira**  
**Carlos Simão Coury Corrêa**  
**Andreza de Souza Fernandes**  
**Monica Soares**

**RESUMO:** Tomando como base a teoria discursiva de Michael de Foucault, a Análise do Discurso Foucaultiana, compreendemos que a família e o papel da mulher, dentro desta instituição, constroem dispositivos que são significados e se significam socialmente. Ao falar de família e mulher, discursos como jurídicos, religiosos, patológicos, moralistas, jogos de verdade e, sobretudo, de “verdades”, emergem acerca de e por meio deles, conceituando e determinando o que é/deve ser a família e a mulher, principalmente pautada na era Era da Pós verdade. Recorremos à análise histórica de Foucault, no qual, por meio dos dispositivos, nos auxilia nos entendimentos das produções das leis acerca das problemáticas envolvendo o lugar social tanto da família, quanto da mulher . Para tanto, tomamos como objetivo central, analisar algumas configurações na era da pós verdade de atuação do sistema jurídico, para a produção do entendimento de família

no Brasil contemporâneo. Como conclusão desta pesquisa, observamos que há uma regularização entre os discursos que querem dizer acerca destes dispositivos, à medida em que se colocam como verdade. Constata-se que o jurídico, assim como afirma Melo (2018), se torna um dispositivo que se molda, estando em consonância com as atualizações do mundo moderno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Histórico; Mulher; Família; Jurídico; Pós-verdade.

### INTRODUÇÃO

A família, no Brasil contemporâneo, especificamente o lugar que a mulher assume nessa complexidade, resultante de vários fatores, sendo um deles o alargamento jurídico e político do conceito, se auto valida enquanto tal, na construção imaginária em relação à sociedade, o que acende uma amplitude de possibilidades de reconhecimento de diferentes arranjos familiares.

O debate sobre o significado de família, frente ao reconhecimento das diversas configurações familiares, tem levantado várias discussões em diferentes âmbitos da sociedade brasileira. O campo jurídico e legislativo, bem como ações da sociedade civil e religiosa, tem mobilizado debates adversos, constituindo uma

luta composta por dois lados antagônicos. De um lado, grupos a favor da ampliação do conceito de família, de outro, grupos contra esse movimento. Justamente porque, segundo Melo (2018):

[...] pensa-se que a Instituição Familiar, já resultando do funcionamento ideológico da moralidade, valida seus discursos na configuração daquilo que é ideologicamente entendido, pelos sujeitos dominantes da Instituição família – pai e mãe –, como melhor para a criança que nascerá (e aqui se colocam as formas normais do existir) e para a própria instituição em questão (que assegurando a normalidade da existência permite a sua reprodução moral) (MELO, 2018, p 55).

Duas das formas de ação do poder do sistema jurídico sobre a família são a produção de leis e as decisões jurídicas que tratam sobre essa instância, Assim, a produção das relações entre sistema jurídico e família precisam, portanto, ser analisadas a partir do modo como o poder desse se exerce na produção de subjetividades. Melo (2018) afirma que:

Nas formações imaginárias, a família é uma instituição impossível de “agir sozinha”. Ao se reagrupar sobre a égide racional do Discurso Jurídico, o Discurso Familiar é impossibilitado de agir pela ilusão da autonomia, pois, ao longo das temporalidades, a família foi o principal alvo das “ações” institucionais. Por isso, compreendemos que Discurso Familiar tem se constituído em um Discurso Jurídico, no qual o poder legal, a partir das relações de força, atesta e obriga o funcionamento civilizante da família. Este funcionamento se impõe agora a partir da racionalidade estatal e não mais da moralidade religiosa (MELO, 2018, p. 58).

Ao acercar-se o poder, não é no sentido de que ele atua na repressão, ou de que alguns grupos ou indivíduos o detém sobre outros. Entendemos que o poder produz e circula entre as pessoas. Foucault (2015b, p. 284) “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação”. Compreendendo-se que o poder, ao ser produz e ao circula em meio aos sujeitos, o sistema jurídico, por meio das leis e decisões jurídicas, acerca da família, viabiliza significações, que são produtos de relações de força, os quais colocam em disputa determinados significados em torno de sua definição.

Nesse artigo, o empenho se dá sobre o entendimento do papel da mulher, na família corroborado por algumas leis e decisões jurídicas, que versam sobre a ampliação do conceito de família e da mulher e sobre o reconhecimento da união homossexual, fatos que provocaram grupos religiosos e políticos em defesa da família nuclear.

Nesse sentido, temos por objetivo analisar algumas configurações de atuação do sistema jurídico, para a produção do entendimento de família no Brasil contemporâneo. Para tanto, apresentamos, inicialmente, alguns subsídios históricos sobre a produção da família moderna e estabelecemos relações com a noção foucaultiana de dispositivo.

Em seguida, lançamos uma análise dessas leis e decisões jurídicas, visibilizadas

à modernização do dispositivo da família, constituinte pelo entendimento da existência de diferentes configurações familiares. Contudo, essa modernização não se exerce linearmente, já que sofre embates, lutas e forças contrários, derivados de grupos que afirmam ser a família nuclear o modelo legítimo. Tais embates também são próprios da atualização do dispositivo, já que ele se constitui por meio das relações de poder e onde há poder, ou seja, há resistências. O Projeto de Lei 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, amplia o conceito, tornando-o mais abrangente. Entendemos que a produção do dispositivo da família, a partir do sistema jurídico, resulta em processos de produção de diferentes subjetividades e envolve a conquista ou negação de direitos, assim como a ação ou base à diferença e, em última instância, o combate ao preconceito e à homofobia.

## A FAMÍLIA SOB A LENTE FOUCAUTIANA

Para compreender a história da família, nos movimentamos pelas teorias do discurso foucaultiano. Principalmente pela maneira de fazer história da teoria. De tal modo, procuramos por uma origem, no sentido metafísico. Foucault (2015), aborda, na genealogia, a busca de acontecimentos e suas dispersões, preocupa-se com as condições de origem e emergência. Assim, ao olharmos para alguns elementos da história da família, a partir da ótica de Michel Foucault e adotando como referência a família contemporânea, pretende-se analisar as condições de possibilidade de sua situação crítica.

Foucault (2001,2006), ao abordar a produção da família contemporânea, nos permite identificar algumas condições de possibilidade de visualizar a família enquanto condição sexualizada, que por meio da ciência psiquiátrica, produziu-se uma articulação relacionada a produção da família ao dispositivo da sexualidade. Melo (2018), ao citar Soares (2016), explica que:

O Discurso Familiar não agia na unicidade, estando, inicialmente, em concomitância com o Discurso Religioso. Segundo o autor, ambas as instituições atuam na classificação do gênero e da sexualidade, determinando os sentidos acerca do que é ou não uma família e de qual seja ou não a sua imagem. Como fundante dessa dinâmica, há o imaginário da família sagrada, advinda da concepção ocidental, na Idade Média, que organiza a Instituição Familiar como o espaço da dominação patriarcal masculina fundada na divisão e submissão entre os sexos. É esse funcionamento das instituições e dos discursos que produzem as “bases familiares” do mundo ocidental (MELO, 2018, p. 56-57).

Sobretudo, Foucault (2001) aborda, por volta do século XVIII, segundo desenvolveu-se um novo aparelhamento do ambiente familiar, que buscou a eliminação dos/as intercessores/as na relação pais-filhos, modificando o lugar da família em espaço de continua vigilância, como família, hospitais, prisões e escolas – também inseriu, nelas, mecanismos que os controlam e os mantêm na iminência da punição (leia o quadro acima). Esses mecanismos formariam o quê Foucault chamou de

tecnologia política, com poderes de manejar espaço, tempo e registro de informações – tendo como elemento unificador a hierarquia.

Assim como Melo (2018) afirmou, acerca da dominação masculina, família se tornou o espaço de dominação feminina e controle destinado a suprimir ou domesticar os comportamentos divergentes. Há, assim, por meio da perseguição e proibição da sexualidade da mulher, a constituição de um novo corpo familiar, é a família-célula, família restrita, família corporal e substancial (FOUCAULT, 2001). Para Foucault (2001, p. 315), “trata-se de constituir uma família-canguru: o corpo da criança como elemento nuclear do corpo da família”. Nasce, segundo Foucault (1987, p. 120), uma técnica de poder específica sobre o corpo: a disciplina. A disciplina, diz ele “é a anatomia política do detalhe”.

Uma das poucas definições que Foucault faz sobre o dispositivo, é feita em uma entrevista em 1977, que Agamben localiza em Ditos e escritos 3, da edição francesa.6 A partir das definições colocadas por Foucault, nessa entrevista. Agamben (2005) destaca os seguintes pontos:

O dispositivo é: um conjunto heterogêneo, que inclui virtualmente qualquer coisa, linguístico e não linguístico no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos. (AGAMBEN, 2005, p. 9).

Segundo Agamben (2005), o dispositivo é uma rede estabelecida entre diferentes elementos, e sua função é sempre estratégica e inscrita em uma relação de poder. Justamente porque o poder se configura e se manifesta nas diferentes maneiras hierarquizadas de relação social.

Foucault (2001) destaca que foi a problematização da relação corpo-a-corpo entre pais e filhos/as que intensificou o tema do incesto, bem como tornar aceitável a teoria psicanalítica nessa questão. Mas, para isso, colocou-se o desejo incestuoso na criança para com os pais e tornou o incesto a origem das pequenas anomalias, o que reforçou a ideia da necessidade de intervenção do saber médico na família. Desse modo, a teoria psicanalítica do incesto, inscrevendo-se no interior da cruzada antimasturbação, produzindo uma normalização médica da família. Contudo, segundo Foucault (2001), essa campanha, que visava a aproximação entre pais e filhos, esteve direcionada à família burguesa.

À família popular, a família do proletariado urbano que se constituía, teve uma outra campanha que teve por foco o casamento e sua solidificação. Essa campanha de solidificação matrimonial do proletariado juntou-se ainda a outra, voltada à especificação das relações familiares e diferenciação entre indivíduos, idades e sexos. É assim que se deu outra relação entre pais e filhos/as nas famílias proletárias. Foucault (2001, p. 344) escreve que “nada de corpo-a-corpo, nada de contatos, nada de misturas”. O incesto muda de problemática, o perigo não reside mais nas crianças, mas se volta à relação irmão-irmã e pai-filha. Nesse caso, não se deve aproximar, mas sim afastar-

se.

Se por um lado, nas famílias burguesas, a vigilância sobre o corpo da criança e da mulher incentivou os pais a dormir com seus filhos e filhas, se possível na mesma cama. Por outro, nas famílias do proletariado, a partir da produção do perigo do incesto entre pai-filha ou irmã-irmã, a campanha foi no sentido de que o casal e seus filhos e filhas dormissem em quartos separados (FOUCAULT, 2001).

Percebe-se, então, dois medos em relação ao incesto, de um lado a família burguesa e, de outro, a família operária. No entanto, destaca Foucault (2001), que em determinado momento elas sofrem uma influência mútua, formando um modelo familiar de 'interclasses'. "É a pequena célula pais-filhos, cujos elementos são diferenciados, mas poderosamente solidários, e que são ao mesmo tempo ligados e ameaçados pelo incesto" (FOUCAULT, 2001, p. 345). O elemento incesto é o que, de certo modo, as unificam.

Porém, esse intercâmbio não significa que se apagam as diferenças, pois de um lado a sexualidade da criança requer a união da família, de outro a sexualidade do adulto pede a sua repartição. Sobre elas, passa a haver dois caracteres autoritários de intervenção. No caso da burguesia, tem-se a medicina psicanalítica no controle da mulher e da sexualidade infantil, e no caso do proletariado, tem-se o poder judiciário e as instituições de policiamento das famílias populares, o controle. Tanto em um caso, quanto no outro, a psiquiatria atua, pois mesmo que, aparentemente, ela não esteja presente no controle da família proletária, ela está lá inserida ao exercer influência também na produção do poder judiciário (FOUCAULT, 2001).

Foucault (2006), ao acentuar o modo como a psiquiatria se apropriou do discurso da família para produzir saber e exercer poder sobre as mulheres, relaciona também à emergência da família celular ao surgimento dos dispositivos disciplinares, tal como a psiquiatria o é. Para ele, a família exerce uma função determinante e indispensável na constituição dos dispositivos disciplinares, pois é ela que vincula os sujeitos a esses dispositivos, bem como articula e faz circular os sujeitos entre um dispositivo e outro. Conforme suas palavras,

Quero dizer que a família é a instância de coerção que vai fixar permanentemente os indivíduos aos aparelhos disciplinares, que vai de certo modo injetá-los nos aparelhos disciplinares. É porque a família existe, é porque vocês têm esse sistema de soberania que age na sociedade sob a forma da família (FOUCAULT, 2006, p. 100).

Para Foucault (2006), a família é essencial ao poder disciplinar, embora ela não exerça esse tipo de poder. O poder que ela exerce é de tipo soberano, ou seja, a família é uma célula de soberania. Na família "[...] o pai, enquanto portador do nome e na medida em que exerce o poder sob seu nome, é o pólo mais intenso da individualização, muito mais intenso do que a mulher e os filhos" (FOUCAULT, 2006, p. 99). Esse tipo de relação, segundo o autor, é característico do poder soberano e



inverso ao poder disciplinar.

Na sociedade disciplinar, a família se concentrou, se intensificou e se limitou. Sobre este processo, a lei teve um papel determinante. Foucault (2006) traz, como exemplo, o código civil francês para afirmar que, pela ação da lei, “a família conservou os esquemas de soberania: dominação, pertencimento, vínculos de suserania, etc., mas ela os limitou às relações homem-mulher e às relações pais-filhos” (FOUCAULT, 2006, p. 103). O código civil fez com que a família fosse definida pelo núcleo pai-mãe-filhos e, assim, “[...] constituiu um alvéolo de soberania pela ação do qual as singularidades individuais são fixadas aos dispositivos disciplinares” (FOUCAULT, 2006, p. 103).

Duas imagens, portanto da disciplina, Num extremo, a disciplina – bloco a instituição fechado, estabelecido à margem, e toda votada para funções negativas: fazer para o mal, romper as comunicações, suspender o tempo. No outro extremo, como o panoptismo, temos a disciplina – mecanismos: um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções subtis para uma sociedade que está porvir.

O momento que vai de um projecto ao outro, de um esquema de exceção ao de uma vigilância generalizado, repousa sobre uma transformação histórica: a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos VXII e XVIII sua multiplicação através de todo o corpo social, a formação do que se poderia chamar grosso modo a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1997, p. 173).

Vemos assim o papel da lei na legitimação da família celular e da mulher em torno de determinadas regras e padrões sociais específicos a cada sujeito, de acordo com as condições de possibilidade dadas em tal momento histórico. E essa força atribuída à família celular, segundo Foucault (2006), foi necessária para que os sistemas disciplinares pudessem se sobrepor aos sistemas de soberania, mas eles não os fizeram desaparecer. Podemos entender então que a família fortaleceu os dispositivos disciplinares e, ao mesmo tempo, foi fortalecida por eles.

Conforme Foucault (2015b), um dispositivo se caracteriza por ser um tipo de formação que tem, por finalidade, responder a uma urgência histórica. Nessa direção, a emergência da família celular, articulada às instituições, normas e leis, surge para responder a uma urgência histórica que está ligada, intrinsecamente, ao desenvolvimento dos dispositivos disciplinares, dentre eles a medicina psicanalítica; o jurídico. Além disso, sua urgência também se liga à fixação do matrimônio e aos novos sentidos atribuídos às crianças, ao seu corpo e a sua sexualidade, bem como a própria constituição do dispositivo da sexualidade. Para Foucault (2015b, p. 364), um dispositivo é,

[...] em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Nesse sentido, um dispositivo corresponde a uma rede que se estabelece entre distintos elementos, sendo instituições e leis, dois dos aspectos que o compõem, dentre vários outros. Diante de nossa incursão histórica, a partir de um olhar foucaultiano, podemos entender o dispositivo da família como uma rede que articula e liga instituições médicas, jurídicas, religiosas e de policiamento<sup>1</sup>, assim como envolve normas e regras atribuídas a cada sujeito na família, por exemplo a vigilância dos pais sobre o corpo da criança, o maior cuidado da mãe em relação aos/às filhos/as. Nesta rede, também se valorizou o matrimônio, assim como foram produzidos discursos acerca do incesto e da sexualidade, provocando uma determinada organização arquitetônica dos espaços domésticos a partir do próprio medo do incesto. Ou seja, conforme diz Melo (2018), houve uma necessidade em criar um imaginário, acerca da família, respaldado no que essas mesmas instituições consideram como “moral”.

Para Garcia Fanlo (2011), os dispositivos prendem os indivíduos a partir de práticas discursivas e não discursivas, que produzem formas de subjetividade. Ao capturá-los, os dispositivos produzem os sujeitos assujeitando-os a determinados efeitos de saber e poder. Assim, eles se inscrevem nos corpos dos sujeitos modos e nas formas de ser, muito em específicos, cuja finalidade é governar, administrar e controlar os seus gestos, pensamentos e comportamentos, de acordo com um sentido que se supõe útil – principalmente, útil pela determinação discursiva da instituição que o assujeita. O dispositivo da família, permitiu, então, a construção histórica e cultural das funções e papéis sociais específicos, atribuídos ao pai, à mãe e aos filhos e filhas, por exemplo, prover e ser provido, cuidar e ser cuidado.

Garcia Fanlo (2011) nos ajuda a compreender que o dispositivo, como rede de relações, que articula formas de exercício de poder e configurações de saber, torna possível determinados efeitos de verdade e realidade. Este autor nos auxilia também a entender a família como um dispositivo, ao afirmar que :

un dispositivo es un régimen social productor de subjetividad, es decir, productor de sujetos-sujetados a un orden del discurso cuya estructura sostiene un régimen de verdad. De ahí que la familia, la fábrica, el hospital, la escuela, el cuartel, la iglesia, el club de fútbol, el partido político, la universidad, son dispositivos [...]. (GARCIA FANLO, 2011, p. 7).

Nesse sentido, são inúmeros os dispositivos presentes na sociedade, pois dizem respeito àquelas instâncias sociais que produzem subjetividade. O dispositivo da família, assim entendido, produz sujeitos que são submetidos a regimes de verdade, ancorados em uma determinada ordem do discurso. E que regime(s) de verdade pode(m) ser este(s) que sustém o dispositivo da família e do papel da mulher? Podemos pensar no sistema jurídico, como um de seus exemplos, por ser pela lei, enquanto elemento

<sup>1</sup> É importante também lembrar das relações que a família estabelece com outras instituições, como a escola, com outras instituições políticas, jurídicas, religiosas, as quais se articulam à produção dos sujeitos.

do dispositivo, que se reconhece ou se exclui um significado ou uma forma de família. Pela sua força, a lei controla, delega, determina, pune, visibiliza e invisibiliza, enfim, produz subjetividades. Melo (2018), ao citar Althusser (1985), aborda a legitimação da família, perante os dispositivos que determinam os dizeres. A seguir:

Entende-se que a Instituição Jurídica é o “Aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das relações de produção de um modo de produção” (ALTHUSSER, 1985, p. 68), atribuindo à família a responsabilidade em “desenvolver” os mecanismos que civilizam o mundo, que determina as ações morais e que estabelece o funcionamento ideológico. Vale ressaltar que a família, antes de desempenhar um papel determinante para desenvolver os mecanismos de civilização, foi determinada pelas instituições que (queriam) falar por/acerca dela (MELO, 2018, p. 59).

Por fim, podemos observar algumas formas da atuação do sistema jurídico sobre a produção e regulação da família, e assim de subjetividades, no modo como esse conceito tem sido ampliado nos últimos anos. A legalização do divórcio, o reconhecimento de diferentes configurações familiares, a possibilidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo, são alguns exemplos de como a família, ou o que se entende por ela, tem sido alterado. Em outras palavras, Melo (2018) diz que:

A sustentação de seus valores sinaliza como até mesmo o Discurso Jurídico foi se “adaptando” às variações da modernidade, mas, ainda assim, institucionalizando e determinando a concepção de família, prezando sempre pela manutenção de suas formas consolidadas de produção da legitimidade/autoridade. De acordo com Althusser (1985), a Instituição Familiar é a concentração do domínio ideológico e o possível lugar de movimentação das relações de forças institucionais, pois não se pensava apenas em uma configuração de instituição moral, mas também a uma instituição que reproduzisse a força do trabalho (MELO, 2018, p. 59)

### **Ações jurídicas e legislativas para a família para a mulher: a modernização do dispositivo**

A família pode ser idealizada como um dispositivo que articula, em sua produção, determinados discursos que são postos em disputa, em torno da sua definição. Ao entendermos que os discursos formam os objetos dos quais falamos, a família é, antes, produto dessa ordem do discurso, relacionado às relações de poder, saber e produção de subjetividades, que a constituem. Para entendermos a família, é preciso olhar para os discursos que sobre ela são produzidos.

A importância do pensamento de Michel Foucault para as teorias feministas é inegável. Temas caros ao feminismo, como identidade, sujeição, sujeito e produção de novas subjetividades, apoiam-se fortemente nas discussões produzidas pelo pensador francês. Contudo, a relação dos teóricos e teóricas feministas com Foucault é muitas vezes tensa, gerando rejeições, incompreensões ou apropriações tardias. Esta tensão também serviu para redimensionar a interpretação do pensamento foucaultiano ou apontar alguns de seus limites em resposta às críticas feministas. Para Scott, seria

preciso uma desconstrução dos termos da diferença sexual, o que só poderia ser realizada pela História, mas apenas sob a condição de conseguir construir e adequar um quadro teórico ao material histórico analisado, submetendo a crítica permanente à oposição sexual binária, de maneira a deslocar sua construção hierárquica. Scott apresenta, então, a sua definição do conceito de gênero, composta de duas afirmações, sendo “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é uma maneira primordial [primary way] de significar relações de poder” (SCOTT, 1986, p. 1067).

Na produção da família encontramos, por exemplo, os discursos do Direito e nele os enunciados jurídicos e legislativos. Enunciados são compreendidos não como atos de fala, frases ou proposições (FOUCAULT, 2004), mas como uma função que atravessa essas unidades, como algo maior que se articula aos discursos, de modo que discurso e enunciado se formam e se constituem, mutuamente.

O pensamento feminista, aponta Butler (2007), instituiu uma disjunção entre sexo e gênero. Enquanto o primeiro significaria o elemento biológico, gênero seria o elemento cultural, a construção social da identidade. Mas não há correspondência imediata entre os dois, de modo que é possível haver gênero masculino sobre um sexo feminino (e vice-versa), ou até mesmo a possibilidade de uma cultura em que existam mais de dois gêneros, a partir dos mesmos elementos sexuais biológicos; gênero, assim é “a interpretação múltipla do sexo” (BUTLER, 2007, p. 8).

Enunciados jurídicos e legislativos, assim, constituem o discurso do Direito e são constituídos por ele, ao mesmo tempo em que contribuem na formação do discurso da família. Os enunciados, por sua vez, são compostos por alguns elementos, sendo um deles a sua condição de materialidade, ou seja, “[...] as formas muito concretas com que ele aparece” (FISCHER, 2013, p. 142).

Essa materialidade pode ser encontrada nas ações jurídicas e legislativas de um determinado tempo e lugar, através das enunciações produzidas, isto é, nas próprias frases, textos e decisões jurídicas e legislativas, as quais formam regimes de enunciação. Tomamos por ações legislativas a produção de leis e ações jurídicas as decisões tomadas em âmbito jurídico, por exemplo, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Pelos discursos produzidos, por meio de ações legislativas e jurídicas, são reconhecidas ou invisibilizadas formas de família, lhes garantindo ou não acesso aos direitos constitucionais. A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), nossa Lei Maior, representou um avanço para a histórica negação da possibilidade de ampliação do significado de família. Segundo Dias (2015, p. 32), a CF/1988 “instaurou a igualdade entre o homem e a mulher e esgarçou o conceito de família, passando a proteger de forma igualitária todos os seus membros”. A Constituição ampliou sua proteção para as famílias constituídas para além do casamento, abarcando a união estável e a família monoparental. Além disso, reconheceu o direito igualitário dos/as filhos/as havidos fora do casamento ou por adoção. O reconhecimento das diversas formas de

família torna-se, assim, importante, pois está relacionado ao exercício da cidadania, ao direito de liberdade e de dignidade (DIAS, 2015).

Aqui, recorremos a De Certeau (1998), no qual, por meio de seu livro *Invenção do cotidiano – Artes do Fazer*, compreendemos há um funcionamento de laicidade das instituições públicas, no qual podemos incluir tanto a família quanto o jurídico. Essa laicidade, segundo Melo (2018, p 56-57), “é o melhor exemplo da autonomia que esses discursos vão conquistando”. Retomando De Certeau (1998), a laicidade é a maneira pela qual dispositivo reproduz, se auto permitindo ou sendo permitido pelos sujeitos assujeitados, os valores morais que, como visto, se interseccionaram no/pelo funcionamento jurídico e religioso, respaldando-se na família. Para Melo (2018):

Portanto, o discurso da laicidade é um efeito da intersecção entre as instituições e exemplo da autonomia entre elas. Compartilham de uma origem comum, mas, para fazer valer e efetivar, precisam, socialmente, negar essa origem como forma de garantir e produzir a sua legitimidade. Sobre o domínio da liberdade, reproduzem a força da submissão, da qual nenhum sujeito escapa.

É preciso, entretanto, problematizarmos essa abertura constitucional para o reconhecimento de outros arranjos familiares para além do modelo nuclear. Lembramos Foucault (2015), ao afirmar que

[...] as Constituições escritas no mundo inteiro a partir da Revolução Francesa, os códigos regidos e reformados, toda uma atividade legislativa permanente e ruidosa não devem iludir-nos: são formas que tornam aceitável um poder essencialmente normalizador (FOUCAULT, 2015, p. 156).

Na sociedade disciplinar, o sistema jurídico opera no disciplinamento dos corpos, tendo como objetivo a sua normalização. Nesse sentido, a CF/1988, ao viabilizar tal entendimento de família, representa uma estratégia que tem por objetivo a normalização dessa instância e, com isso, colocar dentro das normas sujeitos que estavam às suas margens. Ao afirmar que determinadas formas de organização, entre as pessoas, passam a ser reconhecidas como família, enquadra-as dentro de normas que não são aleatórias, mas produto de relações de saber e poder.

Respaldadas pela nossa Carta Magna, trazemos aqui duas leis que trazem a ampliação do conceito de família. Essa ampliação só se tornou possível, nos termos da Lei, pois a CF/1988, “[...] enlaçou no conceito de entidade familiar e emprestou especial proteção à *união estável* (CF 226 § 3.º) e à comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (CF 226 § 4.º) [...]” (DIAS, 2015, p. 131, grifo da autora).

Assim, com essa “flexibilização conceitual” (DIAS, 2015, p. 131) da família, foi possível expressar um entendimento amplo acerca do conceito nestas leis, que exemplificamos a seguir. A primeira é a Lei 10.836/2004 que criou o Programa Bolsa Família. Em seu artigo 2º, § 1, I, define família como



a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (s/p).

A segunda, conhecida como Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340/2006, compreende família como “a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” (s/p).

Desse modo, apoiados em nossa Lei Maior, essas duas leis possibilitam que a família seja entendida e visibilizada para além do modelo nuclear, composto por pai, mãe e filhos/as, mas passe a comportar, como elementos que a definem, laços de afeto e/ou parentesco, que vivam em um mesmo lar ou a constituam a partir do próprio desejo de formá-la.

Assim, essas leis desvinculam a noção de família relacionada exclusivamente ao casamento, da necessidade de laços biológicos e da função da reprodução, ressaltando, entretanto, o compromisso entre seus membros. O elemento afeto passa a ser, portanto, dentro do sistema jurídico, um argumento fundamental na definição de família (DIAS, 2015).

A valorização de determinados aspectos na definição de família se torna possível pois está engendrada a saberes que tornam possível verdades, produto de práticas sociais. Segundo Foucault (2002)

[...] as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e sujeitos de conhecimento (FOUCAULT, 2002, p.8).

Desse modo, tal definição de família produz subjetividades, mas, ao mesmo tempo, só foi possível por derivar de saberes articulados às práticas sociais, práticas que tornaram possível a problematização da noção tradicional de família como única possível. Nessas práticas sociais encontramos relações de poder, pois “[...] por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber” (FOUCAULT, 2002, p. 51). Nessa direção, Machado (2015) nos ajuda a compreender que

Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial, mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder (MACHADO, 2015, p.28)

Para produzir, então, um saber que entende de tal ou qual forma o significado de família, há toda uma articulação com relações de poder, o que possibilitou romper com a restrição do conceito aos laços de conjugalidade e consanguinidade, fazendo prevalecer os laços afetivos e o espaço doméstico como aspectos que a definem.

Assim, essa noção ampliada de família torna-se um marco ao possibilitar abarcar outros arranjos para além do modelo pai-mãe-filhos/as.

A partir da existência de outros arranjos familiares, tais sujeitos passaram a reivindicar por direitos, exercendo poder, de tal forma que o sistema jurídico, de acordo com determinadas condições históricas, possibilitou a não restrição de um modelo único. Esse processo também favorece que outros sujeitos, por exemplo casais homossexuais, possam constituir união civil, realizar adoção ou exercer outros direitos sociais.

Para Foucault (2014, p. 10), o discurso produz poder, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. A produção discursiva sobre família, assim, está envolvida em disputas adversas e não constitui um consenso comum, de tal modo que, em termos legais, ainda encontramos uma ênfase à noção de família relacionada à união entre homem e mulher.

Nesse sentido, evidenciamos o Código Civil como outra lei que regulamenta a família e, assim, contribui na produção discursiva sobre tal instância. Em sua última edição, do ano de 2003, está ainda registrada a noção de entidade familiar como união estável entre homem e mulher. Contudo, ainda que faça essa referência ao sexo dos cônjuges, aponta Dias (2015) que o Código Civil não determina a exclusividade do casamento a partir dessa distinção sexual, não excluindo a possibilidade de união civil entre pessoas do mesmo sexo.

De qualquer modo, em contraposição a essa referência do Código Civil ao sexo do/a cônjuge, no Senado, encontra-se em discussão o Projeto de Lei 612/2011, que busca modificar essa redação na referida lei e reconhecer família como união entre duas pessoas, excluindo a referência ao sexo e permitindo a legalização, no Código Civil, do casamento homoafetivo<sup>2</sup>. Assim, em âmbito legal, há uma intensa luta em torno da definição de família que corrobora essa instância como alvo de poder, na qual a lei exerce um papel determinante.

Além da legislação evidenciada, merecem destaque também alguns marcos jurídicos que têm influenciado na produção do discurso da família, e de seus poderes e saberes, no âmbito da homoparentalidade.

Dias (2015) cita o reconhecimento, pela primeira vez no Brasil, feito pela justiça gaúcha em 2001, da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Em 2011, esse reconhecimento foi feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), possibilitando

---

2 O termo homoafetividade foi cunhado pela jurista Maria Berenice Dias (2000) e tem sido largamente utilizado pelo campo do Direito brasileiro para se referir, por exemplo, à família homoafetiva ou casamento homoafetivo. No âmbito das terminologias utilizadas para designar as famílias constituídas por dois pais ou duas mães, também encontramos a expressão família homoparental. Há, ainda, a expressão família LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) que possibilita ampliar o entendimento abarcando outras identidades sexuais ou de gênero. Vale destacar também que o termo homoafetividade tem sido problematizado por ressaltar o afeto como aspecto para legitimar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, ao contrário de destacar o direito democrático de exercício da sexualidade (COSTA, NARDI, 2015).

a casais homossexuais de todo o Brasil constituírem união civil (ADI 4.277 e ADPF 132). E em 2015, o STF tornou possível a adoção por casais homossexuais.

Nesse contexto, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) proibiu que os cartórios se negassem em realizar o casamento de casais homossexuais, tornando obrigatório a conversão da união estável em casamento (Resolução 175/2013) (DIAS, 2015).

Portanto, tal configuração familiar é reconhecida, atualmente, por meio dessas decisões jurídicas, possibilitando-lhes, cada vez mais, acesso aos direitos que, por longos anos, foram reconhecidos apenas a casais heterossexuais.

Ao ser possível a determinados sujeitos exercer direitos, até então lhes negados, o sistema jurídico viabiliza, por meio de suas operações nas malhas do poder, que novas subjetividades possam ser produzidas. A possibilidade, por exemplo, da adoção por casais homossexuais, contribui para que esses sujeitos possam se produzir enquanto pais ou mães e seus filhos e filhas enquanto membros de uma família homoparental. Inseridos em relações de poder e saber, questionam, provocam e transformam as normas sociais.

Além disso, a possibilidade de não haver sempre um pai e uma mãe teve reflexos também na redação da certidão de nascimento. Encontramos hoje as expressões ‘filiação’ e ‘avós’, em substituição a ‘nome do pai’ e ‘nome da mãe’, ‘avós paternos’ e ‘avós maternos’. Desse modo, a redação desse documento abarca outras possibilidades de constituição familiar, que fogem ao modelo nuclear.

O conjunto desses movimentos, que produz essa nova forma de compreender e representar essa instância provocam a atualização do dispositivo da família. Em relação à atualização de um dispositivo, Deleuze (2005) afirma que:

À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo, a nossa actualidade. O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro (DELEUZE, 2005, p. 92).

Essa atualização se dá na medida em que produz novas maneiras de vivenciar a família, através de novas relações de saber-poder-subjetividade, que interpelam os sujeitos, resultantes da possibilidade de visibilização do pluralismo de configurações familiares.

Contudo, essas outras formas de falar e ver a família podem ser vistas produzindo lutas de poder, que provocam grupos em defesa de um conceito unívoco dessa instância. Ocorre que o reconhecimento da multiplicidade de configurações familiares incitou grupos religiosos e políticos que defendem o modelo de família nuclear como único aceitável. Assim, a desconstrução dos valores que apoiavam a família nuclear tradicional, provocou “o medo e a ira dos defensores de uma concepção de família naturalista e sagrada, fundada em valores religiosos e encarregada da missão – primeira e insubstituível – de assegurar a coesão social e a reprodução da espécie”

(MELLO, 2005, p. 27). Tais grupos defensores 'da família', muitas vezes, atribuem determinadas mazelas da sociedade como resultante desse enfraquecimento da família em sua acepção nuclear.

Como produto da defesa desse modelo familiar, encontra-se o Projeto de Lei (PL) nº 6.583/2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira, mais conhecido como Estatuto da Família. Este projeto foi aprovado em 2015, por Comissão Especial e pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Atualmente, encontra-se em tramitação no Senado Federal. Este projeto, em seu Art. 2º define, por entidade familiar “o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (PL 6.583/2013, p. 2).

Assim, busca excluir, no âmbito da lei, o reconhecimento da diversidade familiar conquistado nos últimos anos. Não obstante, tem como justificativa o “enfrentamento das questões complexas a que estão submetidas as famílias num contexto contemporâneo”, sendo um desses fatores a “desconstrução do conceito de família” (PL 6.583/2013, p. 6). Desse modo, esse projeto vem em combate ao pluralismo de arranjos familiares, ao mesmo tempo em que atribui a essa flexibilização do conceito a razão para as questões complexas da sociedade.

Vemos que a produção do discurso da família envolve, portanto, regimes de enunciação de diferentes ordens, produzindo alguns enunciados. Ao observarmos diferentes enunciados que compõem o discurso da família, podemos ver linhas de força que articulam saberes e poderes, apoiados em distintos regimes de verdades. Cada enunciado, assim, traz consigo, lutas de poder e produção de saber que tem por base uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2014).

Diante disso, podemos apreender a potencialidade do dispositivo da família na produção das subjetividades, de como o discurso jurídico que compõe essa instância atua sobre a produção dos sujeitos, de suas formas de ser e estar na cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o dispositivo da família e mulher na contemporaneidade pode ascender uma amplitude de possibilidades. Tal sistema jurídico produz discursos que instituem verdades imersas em jogos de saber-poder e produção de subjetividades. Ao legitimar um determinado conceito de família, que permite abarcar suas várias possibilidades, produz essas relações entre sujeitos enquanto famílias. Mas, como afirma Melo (2018), a verdade é uma construção social.

Problematizar essa instância como um dispositivo, nos possibilita perceber a rede, quase onipresente, que a família representa na produção social. Uma rede capilar que articula os sujeitos, entre outros dispositivos. E, este poder da família, esta centralidade da família na sociedade, que é legitimada pelo sistema jurídico, que confere a essa instância toda uma normatização, um sistema de direitos, deveres e

obrigações.

Evidenciamos a família e mulher como um dispositivo sobre o qual o sistema jurídico atua para regulamentar, legislar e controlar os sujeitos, tornando-a alvo do poder normalizador. A atuação desse sistema, na produção da família torna-se, de um lado, um canal pelo qual se multiplicam as possibilidades de reconhecimento de arranjos familiares e, de outro, o instrumento de regulação, normalização e controle dessas unidades. A família só é família na forma da lei, o que possibilita a ela existir, legalmente ou não, e ter acesso, ou não, aos direitos instituídos pela legislação. Observar tais fatores mobiliza-se, portanto, a problematizar a produção do dispositivo da família e da mulher na contemporaneidade, o que nos permitiu dar visibilidade à sua atualização, a partir de leis e decisões jurídicas que legitimam a ampliação do conceito de família.

Conforme a “história das mulheres” ganhava importância na elaboração de uma nova história, era imediatamente desqualificada pelos historiadores não-feministas – por um lado, pelo reconhecimento de que haveria sim uma história das mulheres, mas esta constituiria um campo separado de estudos, que caberia apenas às feministas desenvolver; por outro lado, pela desqualificação pura e simples, uma vez que, segundo tais historiadores, o estudo do papel das mulheres em nada afetaria a compreensão histórica já existente de grandes fenômenos como a política, a economia, as revoluções etc.

As consequências de tal leitura do conceito de gênero encontram-se, no contexto da teoria e do movimento feminista, no terreno da disputa pela identidade. Seria possível abrir mão da própria ideia de “mulheres” na luta política? E mais: pode haver política sem o recurso a um sujeito estável? A teoria feminista há muito abriu mão de estabelecer um conceito de “mulher” no singular, e mesmo de imaginar essa possibilidade, uma vez que a identidade feminina também é atravessada por outras clivagens, como raça, classe, orientação sexual. Ainda assim, por instável que seja, a ideia de uma mulher a ser representada é um requisito essencial ao movimento político feminista. Para Butler, entretanto, a mulher é igualmente construída dentro do discurso de representatividade do movimento e da teoria feminista. A mulher é o efeito do discurso que advoga sua opressão, produção discursiva engendrada pela representação política. Seguindo a teoria de Foucault, e aplicando-a especificamente ao conceito de gênero e feminismo, a mulher é tornada sujeito, não apenas no sentido de sujeitada à lei (masculina) da opressão, mas portadora de uma subjetividade feminina que a liga à condição de mulher.

Entendemos que o reconhecimento das diferentes configurações familiares e o papel da mulher representa uma estratégia que possibilitou a atualização do dispositivo da família. Em relação a esse processo de atualização de um dispositivo, Garcia Fanlo (2011) afirma que:

todo dispositivo tiene una genealogía y una historicidad que explica su régimen



de aparición, reproducción, funcionamiento y crisis de la que resultará una nueva configuración de la red de saber/poder y, conseqüentemente, nuevas formas de experiencias (GARCIA FANLO, 2011, p. 07).

Não realizamos aqui uma genealogia do dispositivo da família, mas evidenciamos alguns aspectos históricos, partindo do olhar foucaultiano sobre a família moderna. Foucault (2001, 2006) nos possibilitou compreender, assim, seu regime de aparição, reprodução e funcionamento, que teve como centro a preocupação com o corpo e a sexualidade da criança, resultando desse processo a constituição da família celular-restrita-corporal-substancial (FOUCAULT, 2001).

Esse dispositivo, entretanto, entrou em crise por diversos fatores, não aprofundados aqui, mas dentre os quais podemos identificar as lutas para pôr em cheque a noção de família em sua acepção nuclear, exclusivamente ligada ao casamento (heterossexual) e à filiação biológica. Assim, vemos surgir novas noções de família e o reconhecimento legal das diversas configurações familiares, possibilitando a atualização deste dispositivo, e com isso outras formas de ser e existir, bem como outras relações de saber e poder.

Esses processos estão imbricados com a produção de discursos sobre a família, enredados aos diferentes campos de saber, sendo um deles o sistema jurídico. Reconhecemos neles, entretanto, lutas em defesa do conceito de família restrito ao modelo nuclear, representado hoje pelo Projeto de Lei 6.583/2013, mas que também encontra lugar em grupos que se intitulam contra a suposta Ideologia de gênero que conforme Junqueira (2017), é uma expressão criada pela Igreja Católica para se opor aos Estudos de Gênero. Segundo o pesquisador, trata-se de uma “ofensiva [que] visa, além de recuperar espaço à Igreja em sociedades envolvidas em distintos processos de secularização, conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero. Para tanto, tais cruzados morais investem maciçamente na (re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero) sexualidade, diferença sexual.” (JUNQUEIRA, 2017, p. 26).

Observar essa produção discursiva do dispositivo da família corrobora as descontinuidades, as resistências, a instituição de verdades que tem por base lutas de saber e poder em torno daquilo que pode ser denominado “família”. Lutas essas que são contínuas e que vão provocando novas condições de possibilidade para a emergência de novas conceituações sobre o termo e novas formas de existência.

Uma vez que as identidades se encontram estilhaçadas, e o sujeito, descentrado, resta o problema da representação política (HALL, 2006).

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Outra travessia n. 5, Florianópolis, 2005.
- BRASIL. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3.ed, Lisboa, Editora Presença/Martins Fontes, 1985. 120 p.
- BRASIL. *Lei ordinária nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/Th9i3Z>>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Lei ordinária nº 11.340 de 7 de agosto de 2006*. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/CXm4AC>> Acesso em: 10 maio 2017.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 6.583, de 16 de outubro de 2013* (da Câmara dos Deputados). Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <<https://goo.gl/mQ8fK9>> Acesso em: 20 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Projeto de Lei nº 612, de 29 de setembro de 2011* (do Senado Federal). Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <<https://goo.gl/v1xhnA>> Acesso em: 15 abr. 2017.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.
- COSTA, A. B.; NARDI, H. C. O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 23, v. 1, p. 137-150, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/dY1Ssv>> Acesso em: 14 març. 2017.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja, 2005.
- DIAS, M. B. *Manual de Direito das Famílias*. 14 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- \_\_\_\_\_. *União homossexual: o preconceito e a justiça*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- GARCIA FANLO, L. ¿Qué es un dispositivo?: Foucault, Deleuze, Agamben. A Parte Rei. Revista de Filosofia. n. 74, p. 1-8, março, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/yDa5Nr>> Acesso em: 05 maio 2016.
- FOUCAULT, Michel. Vigia e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.

- \_\_\_\_\_. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_, M. *O poder psiquiátrico*: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.
- FISCHER, R. M. B. Foucault. In.: OLIVEIRA, L. A. (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p.123-151.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou a promoção dos Direitos Humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In. RIBEIRO, P. R. de C. *Debates contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade*. Editora da FURG, Rio Grande, 2017. p. 25-49.
- MACHADO, R. Introdução: Por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- MELO, H. M. R. de. *Jogos de legitimidade em/como relações de força institucionais na sustentação de verdades no/do discurso cinematográfico de Spotlight – Segredos Revelados (2015)*. Maringá. 186 p. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Letras.
- MELLO, L. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamont, 2005.
- SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, Chicago, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986.
- SOARES, Alexandre S. Ferrari. *A Homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Niterói. 235 p. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense

## AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

**Vanessa Coelho dos Reis**

Instituto Federal Catarinense

Brusque – Santa Catarina

**Luciana Patrícia Zucco**

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis – Santa Catarina

**RESUMO:** O estudo em tela analisa as trajetórias profissionais das Oficiais da Marinha do Brasil (MB) titulares de Organizações Militares (OM). O suporte teórico desta pesquisa está ancorado nos estudos feministas. Desde o ingresso da mulher na Marinha, em 1981, até 2016, 19 Oficiais ocuparam o cargo de titular de OM. A pesquisa é de abordagem qualitativa e tem como metodologia a história oral. A coleta dos dados ocorreu ao longo de 2016 e totalizou três entrevistas. Após quase 25 anos do ingresso na MB, essas Oficiais assumem o cargo de comando. A primeira Oficial a assumir a titularidade de uma OM foi diretora do Hospital Naval de Recife, em 2002. A assunção das Oficiais ao comando de uma OM, historicamente de domínio do homem, resulta de um processo de equiparação das carreiras das mulheres e dos homens, iniciado em 1997, decorrente da mobilização interna das Oficiais e, indiretamente, das conquistas do movimento feminista na sociedade brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trajetórias profissionais.

Mulheres. Estudos Feministas. História Oral. Marinha do Brasil.

### THE FEMALE OFFICERS FROM BRAZILIAN NAVY GENERAL OFFICERS OF MILITARY ORGANIZATIONS AND THEIR PROFESSIONAL TRAJECTORIES

**ABSTRACT:** This study analyzes the professional trajectories of the female Officers from Brazilian Navy, general officers of Military Organizations. The theoretical approach drawn from feminist studies. Since the entering of women at the Brazilian Navy, in 1981, until 2016, 19 (nineteen) female Officers have hold the position of general officers of Military Organizations. This is a qualitative research and the method is oral history. The data - three interviews - were collected in 2016. After almost 25 years at Brazilian Navy, they hold command positions. The first general female Officer was the director of the Navy Hospital of Recife in 2002. The promotion of the female Officers to higher positions of an Military Organization, historically male-dominated, is the result of an equity process of the careers of women and men, that began in 1997, arising from an internal mobilization of the female Officers and, indirectly, from the achievements of the feminist movement in Brazilian society.

**KEYWORDS:** Professional trajectories. Women. Feminist Studies. Oral History. Brazilian Navy.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto em tela analisa as trajetórias profissionais das Oficiais da Marinha do Brasil (MB) que ocuparam o cargo de titular de Organizações Militares (OM). Titular é o/a militar nomeado/a para comandar ou dirigir uma OM. Esta investigação tem como fonte de dados a pesquisa realizada no período de 2015 a 2017, resultando na dissertação de mestrado intitulada “Muitas Histórias para Contar: a trajetória profissional das diretoras de Organizações Militares da Marinha do Brasil”, defendida em novembro de 2017.

Desde 1981, o ingresso na Marinha é possibilitado a todas as mulheres brasileiras que preencham os requisitos estabelecidos pelas legislações pertinentes. A carreira da/do militar da Marinha se inicia após o período de formação em seus estabelecimentos de ensino.

A Marinha compõe as Forças Armadas do Brasil, juntamente com o Exército e a Aeronáutica. Sua origem remonta ao século XVI (BRASIL, 1997) e, por isso, a elevam à condição de Força Armada mais antiga do país. Tais instituições militares são responsáveis pela defesa e segurança do território nacional, subordinadas à Presidência da República, conforme preconizado no Estatuto dos Militares (BRASIL, 2004). As bases das Forças Armadas - hierarquia e disciplina -, constituem os parâmetros para os relacionamentos entre os/as militares e para o funcionamento e o desenvolvimento institucional.

A construção desta investigação decorre da trajetória e inserção profissional na MB de uma das autoras, ao ocupar o posto de Primeiro-Tenente do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar. Os/as Oficiais do Corpo Auxiliar exercem atividades de apoio técnico, gerenciais e administrativas em geral. Esta experiência possibilitou perceber e vivenciar situações que evidenciaram a presença de um *ethos* masculino que se sobrepunha às mulheres e ao feminino, gerando hierarquias e acessos diferenciados. Qualifica-se como *ethos* as características que constituem e organizam um determinado meio social, e que são expressas pelas/pelos sujeitas/sujeitos e pelas instituições inseridas nessa realidade.

O suporte teórico está ancorado nos estudos feministas, especificamente na epistemologia feminista (SALGADO, 2008; HARDING, 2002; RAGO, 1998). Portanto, o presente estudo é orientado por essa forma de produção de conhecimento, assegurando “(...) *una manera particular de conocer y de producir conocimientos* (SALGADO, 2008, p. 14), bem como características específicas ao debate, a saber: é uma investigação realizada por mulheres, sendo uma das autoras ex-Oficial da MB; umas das pesquisadoras é, simultaneamente, sujeito cognoscente e sujeito cognoscível (SALGADO, 2008); o contexto de pesquisa é um espaço de interação comum; as sujeitas da pesquisa são mulheres; essas mulheres contam suas histórias, que conformam o eixo estruturante da narrativa.

A trajetória profissional das titulares de OM foi circunscrita à carreira na MB e

se configura em uma parte de suas histórias, que traz em seu bojo as experiências. Deste modo, recorreremos à categoria experiência (SCOTT, 1998) para compreender não apenas as vivências, mas, principalmente, a estruturação dessas vivências e sua repercussão na constituição das identidades das Oficiais. Logo, o estudo teve como cenário a Marinha do Brasil, as Oficiais titulares de OM como sujeitas, e como objeto de pesquisa a trajetória profissional dessas militares.

No contexto específico da MB, existem pesquisas científicas sobre a participação das mulheres na Instituição (SELL, 2012; ALVAREZ, 2011; ALMEIDA, 2008; JÚNIOR, 1982). Contudo, Almeida (2008) apontou que a produção de conhecimento sobre as Forças Armadas, a partir dos estudos de gênero, é escassa. Por este motivo, salientou a importância de investigações que contribuam para a ampliação do conhecimento nessa área.

Após uma década, permanece a ausência de estudos que priorizem as histórias e experiências das mulheres militares titulares de OM, a partir da narrativa das protagonistas, sendo estas invisibilizadas na condição de diretoras (REIS, 2017). O protagonismo dessas mulheres é secundarizado diante de uma trajetória consolidada e, por muitos anos, exclusiva aos homens. Nesse contexto, duas questões foram trazidas à tona: Quais as situações de enfrentamento vivenciadas pelas militares? Suas conquistas implicam em ampliação dos direitos das mulheres na Instituição? Algumas aproximações a tais questionamentos são desenvolvidas ao longo do texto, sem contudo esgotar a discussão, mas projetando a contribuição das entrevistadas, que além de pioneiras, fizeram e fazem história na MB.

## 2 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A história oral (SALVATICI, 2005; PORTELLI, 1997) constituiu o desenho metodológico do estudo, desde a definição das sujeitas da pesquisa até o processo de coleta e de análise das entrevistas. Por suas particularidades, a história oral pode ser inscrita na abordagem qualitativa (DELGADO, 2010; MINAYO, 2010), valorizando as histórias narradas e os significados atribuídos a elas.

As Oficiais tiveram liberdade para narrar suas histórias dentro de limites localizáveis no tempo. Os limites foram estabelecidos a partir de um fragmento da história dessas militares, um recorte específico das experiências vivenciadas pelas Oficiais. Assim, a perspectiva que subsidia essa delimitação é a história temática (DELGADO, 2010; MEIHY, 1998), que corresponde à definição de um assunto, evento ou contexto particular, objeto de análise. Portanto, a história temática foi a fonte de dados e subsidiou a construção do roteiro de entrevistas.

A inserção e trajetória de uma das autoras na MB foi o ponto de partida para a definição do objeto deste estudo. A escolha das sujeitas integrou a definição do objeto, porque as titulares de OM seriam mulheres com formação universitária e um longo percurso de trabalho na MB. Nesta trajetória, demos centralidade ao caminho



percorrido pelas militares, tendo como marco de referência seu ingresso na MB até o acesso ao cargo de direção.

Outra etapa foi a preparação da entrevista, a escolha dos critérios e a realização dos contatos iniciais com as informantes em potencial. O roteiro de entrevista, instrumento fundamental para a coleta de dados, foi organizado com base nos objetivos da pesquisa e no perfil das entrevistadas, sendo sua flexibilidade respeitada como uma característica orgânica de sua elaboração.

O primeiro critério para a escolha das Oficiais foi o de estarem na reserva remunerada (equivalente à aposentadoria no meio civil), pois poderiam apresentar maior disponibilidade por não possuírem um vínculo ativo com a Instituição. O segundo critério consistiu na composição de um quadro diversificado de entrevistadas (MINAYO, 2010), que considerasse as diferenças relacionadas ao ano de ingresso na MB, à formação profissional das Oficiais e à OM onde assumiram a direção. Com o objetivo de ampliar e diversificar o corpus, definimos outro critério, a saber: incluir no rol das entrevistadas as Oficiais do serviço ativo, ou seja, aquelas que estavam atuando.

Em janeiro de 2016, iniciamos o contato com as possíveis entrevistadas. A abordagem inicial ocorreu diretamente via OM em que trabalhavam, por telefone. A realização das entrevistas se iniciaram no segundo semestre de 2016, com três Oficiais entrevistadas. Todas as Oficiais tomaram ciência da existência e da importância da carta de cessão de direitos, sendo entregue a cada uma ao final da entrevista.

Posteriormente à realização das entrevistas, iniciamos a organização e análise do material coletado, com a transcrição dos áudios. O material escrito e o material sonoro foram enviados às Oficiais para que pudessem identificar trechos não compreendidos e alterar o texto – incluindo, modificando ou retirando conteúdos –, inclusive em relação à pontuação. Após a devolução desse texto transcrito pelas Oficiais, foi iniciado o processo de análise do material.

Utilizamos a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), na modalidade temática. Esta orientou a construção das unidades de registro extraídas do texto e submetidas a um processo classificatório, organizando, desse modo, os núcleos de sentido. A primeira leitura do material foi uma aproximação inicial a cada entrevista transcrita, observando, na sequência, o encadeamento textual e os assuntos presentes nas narrativas. Nas leituras posteriores, ocorreu o processo de codificação.

Cada história foi analisada individualmente para que a singularidade das trajetórias fosse projetada e suas narrativas situadas. Quando possível (pois, não se pretendia perder as características específicas das narrativas), evidenciamos os nexos entre as histórias, explicitando particularidades, similaridades e diferenças, apresentadas a partir da caracterização das entrevistadas e de suas carreiras profissionais na MB.

### 3 | AS SUJEITAS DA PESQUISA

O acesso das mulheres à MB ocorreu a partir de 1981, sendo tal fato pioneiro no âmbito das Forças Armadas brasileiras (LOMBARDI, 2010). Estudos (LOMBARDI; BRUSCHINI; MERCADO, 2009; CARREIRAS, 2004; D'ARAUJO; CASTRO; CHEIBUB, 2002) indicam que as mulheres, desde seu ingresso no meio militar, estão presentes em OM que exercem a função de apoio à missão precípua das Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha), qual seja: defesa e segurança do Estado.

A função de apoio compreende as atividades técnicas e administrativas desempenhadas pelas/pelos militares, e não o seu envolvimento no combate. A presença das mulheres militares em áreas de apoio implica na assunção das Oficiais ao cargo de titular apenas em OM dessas áreas.

Entre 2002 (ano em que a primeira Oficial assumiu a direção de uma OM) a 2016, 19 Oficiais foram diretoras. Destas, três Oficiais foram entrevistadas:

#### 1. Capitã de Fragata W.T.B.

A Capitã de Fragata (CF) W. nasceu no dia 30 de dezembro de 1954. A época da entrevista, tinha 61 anos. Nasceu no estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro. É separada, mãe de um filho e de uma filha. Reside com a filha e a mãe em Recife/PE. Em 1972 foi aprovada no vestibular, e iniciou o curso de medicina na Escola da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques. Graduiu-se em 1978, com 24 anos. Após a graduação, concluiu dois cursos de pós-graduação: residência em cardiologia e especialização em cardiologia. Ingressou na Marinha em 1981, ou seja, faz da parte da primeira turma de mulheres. Foi a primeira Oficial a ser diretora de uma OM ao assumir a titularidade do Hospital Naval de Recife (HNRe), em 2002, em um contexto de direção interina. Foi transferida para a reserva remunerada em 2004.

#### 2. Capitã de Mar e Guerra V.L.G.C.

Com a Capitã de Mar e Guerra (CMG) V. realizamos duas sessões de entrevista. Na primeira sessão tinha 59 anos, e na segunda, encontrava-se com 60 anos. Nasceu no dia 20 de novembro de 1957. Reside na cidade do Rio de Janeiro. É casada e mãe de três filhos/as: dois filhos e uma filha. É psicóloga e iniciou seu curso em 1976, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, concluindo em 1980. Possui duas pós-graduações: uma em psicologia organizacional e a outra em psicologia clínica. Ingressou na Marinha em 1981, e foi diretora do Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha (SSPM) entre 2006 e 2008. Após o término de seu comando no SSPM, foi transferida para a reservada remunerada.

#### 3. Capitã de Mar e Guerra G.M.B.

A Capitã de Mar e Guerra (CMG) G. nasceu no dia 26 de maio de 1966. Tinha 50 anos quando foi entrevistada. Nasceu e reside na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com seu filho e suas duas filhas. Declarou-se como divorciada. Realizou o vestibular em 1983, com 17 anos, e cursou engenharia elétrica, com ênfase em eletrônica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Terminou o curso em 1989, concluindo o

mestrado no Instituto Militar de Engenharia e o doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - ambos na área de engenharia elétrica. Ingressou na Marinha em 1990 e em 2015 assumiu a titularidade do Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), no qual se encontrava como diretora no momento da entrevista.

As trajetórias profissionais relatadas apresentaram singularidades, diversidades e pontos de encontro no que se refere à inserção na MB e no exercício do comando, indicando uma proximidade de vivências tanto na Instituição como em suas vidas privadas. O trabalho desempenhado pelas militares e as OM em que serviram fizeram referência ao cuidado e às funções de apoio. Embora uma das entrevistadas tenha ocupado nos últimos anos a direção de uma área tecnológica e esteja mais relacionada à missão precípua da MB, a prestação de serviços é a tônica de sua natureza. Logo, o que as uniu esteve situado pelo contexto institucional e social, bem como pelas apreensões correntes sobre o feminino e seu lugar na sociedade.

#### **4 | A CARREIRA NA MB**

As Oficiais iniciaram a carreira na MB após a conclusão do curso de formação. Este curso faz parte do processo de ingresso na Marinha e corresponde a uma etapa de preparação e formação dos/as futuros/as Oficiais à vida militar-naval (JÚNIOR, 1982). A carreira militar abrange a identificação com o espaço institucional, a pactuação com seus objetivos, e o crescimento profissional.

Cabe destacar que o delineamento de suas trajetórias repercutiu para a assunção ao cargo de direção. As Oficiais percorreram uma trajetória progressiva, singular e exitosa na MB. A CF W. e a CMG V., especialmente, foram pioneiras não apenas em 1981, mas, também, em outros momentos singulares e fundamentais no desenvolvimento da Instituição.

A trajetória da CMG V. é muito significativa. A primeira OM em que serviu foi o SSPM, que futuramente seria a OM em que assumiria a direção. Depois de 14 anos no SSPM, se voluntariou para implantar o Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM) no Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), em 1994. A proatividade é muito reconhecida pela Instituição e a decisão da CMG V. em atuar em uma iniciativa inovadora e arrojada, possivelmente, incidiu positivamente em sua carreira, e a projetou na Instituição.

Dois anos depois, em 1996, a CMG V. foi convidada para reconstituir a Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM). Em 1999, recebeu um novo convite, ser vice-diretora do Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM), vindo a ser sua primeira experiência na área administrativa e gerencial. Depois do SASM, permaneceu por seis meses no Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM), assumindo, em 2004, a vice-direção da DASM e, em 2006, a direção do SSPM. Sua carreira foi paulatinamente construída com a intenção de alcançar seu objetivo: a direção do

Agora, é uma coisa também. Eu sou uma pessoa muito organizada e muito focada. Sempre fui. Quando eu quero alguma coisa, eu me foco naquilo. Sei lá. Quando eu estava ainda no Serviço de Seleção, eu coloquei na minha cabeça assim: 'um dia eu vou ser a diretora daqui.' Então, algumas coisas que eu fiz, eu fiz com esse propósito. Por exemplo, quando foi para ser vice-diretora do SASM, chamaram: 'ah, você quer ser vice-diretora do SASM?' Aí falei: 'quero.' Quero por quê? Eu vou ter uma experiência administrativa. [...]. Então foi um projeto. E daí, aceitei. E aí, eu fui fazendo isso porque eu queria um dia ser diretora do Serviço de Seleção. E consegui. Foi o meu objetivo. E estava preparada. Quando eu fui ser diretora, eu estava preparada. (CMG V., 2016, grifo nosso).

O relato acima foi produzido em um contexto de fala espontânea, ou seja, não foi dirigido a ela uma pergunta sobre tal assunto. Na narrativa, destacou suas características pessoais – organização e foco –, bem como seu planejamento para o êxito do propósito que tinha traçado, particularizando seu sucesso. Ressaltou, ainda, que aproveitou as oportunidades que surgiram em sua carreira para adquirir conhecimento e experiência, e se projetar profissionalmente.

[...]. Eu fiz um plano. Eu sabia: 'você que ser?' Então.... minhas avaliações sempre foram excelentes. Eu tinha uma carreira. Eu tinha um nome. As pessoas me conheciam, sabiam quem eu era. Então, eu acho que eu tinha grandes chances de atingir o objetivo. Eu estava focada ali. (CMG V., 2016).

Ademais, demonstrou liderança, qualidade indispensável em uma gestão, principalmente em seu comando, formado por duas mulheres, na direção e vice-direção de OM.

Nós tivemos uma inspeção, que é a RECOSEP. Vieram os Almirantes da área do pessoal fazer a inspeção na nossa OM. Todos vieram fazer a inspeção. Gostaram muito de tudo. Mas é aquele negócio: a gente tinha que... não podia ter um... nada, nem desse tamanho. Claro, porque todo mundo de olho. Vamos ver como é.... duas mulheres juntas? Isso foi um desafio. Mas, tiramos de letra. (CMG V., 2016, grifo nosso).

O encadeamento de seu percurso profissional foi resultado de suas ações, escolhas e enfrentamentos, denotando a projeção que obteve na Instituição e que contribuiu para sua assunção ao cargo de direção. Exemplo disso foram os convites para a reestruturação da DASM, órgão diretivo para a execução da Política de Assistência Social da Marinha, e o exercício das vice-direções.

A trajetória da CF W., igualmente, é singular. A primeira OM em que serviu foi o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD). No HNMD, em 1982, foi a primeira preceptora da turma de residentes em cardiologia, pois era a única profissional que possuía um currículo que possibilitasse assumir tal função.

Em janeiro de 1996 foi transferida para a Escola de Guerra Naval (EGN). A EGN

era uma OM com uma inserção e predominância significativa de homens (CF W., 2016), na qual as atividades mais relevantes eram por eles executadas. Nessa OM, assumiu a chefia da divisão de saúde e a chefia do departamento administrativo, tendo oito homens sob o seu comando. Foi a primeira mulher a ser ecônoma, ou seja, Oficial responsável por coordenar e acompanhar as viagens que os alunos da EGN faziam para conhecerem outras OM. Até então, o ecônomo sempre tinha sido um homem – um médico ou um dentista.

Em 1999, a CF W. percebeu que talvez tivesse que retornar ao HNMD. Como não queria voltar ao Marcílio Dias, pois desejava ter outras experiências de trabalho, principalmente fora da cidade do Rio de Janeiro, buscou novas oportunidades. O diretor do HNRe a convidou para servir nesta OM e, naquele mesmo ano, foi transferida para Recife. Este convite revelou que a CF W. era conhecida e reconhecida por seus pares.

No HNRe, a CF W. vivenciou diferentes experiências de gestão. Quando chegou, em 1999, exerceu a chefia do departamento de medicina interna; em 2000, a chefia do departamento de saúde. No início de 2002, o novo diretor do HNRe criou o cargo de vice-diretor(a), sendo designada para assumi-lo. Na metade do ano de 2002, foi diretora interinamente do HNRe, retornando, posteriormente, à chefia do departamento de saúde até o ano de 2004, quando foi transferida para a reserva remunerada.

A CF W. deu destaque aos desafios do cargo de direção relacionados a uma equipe gestora feminina (composta por ela na direção e por mais duas mulheres que a auxiliavam) e às expectativas de militares, abrangendo tanto a tripulação quanto o alto comando da MB.

Quando o Comandante de Operações Navais (CON) foi fazer a visita lá, estávamos nós lá, o grupo feminino. Então, foi a primeira vez que você teve aquele triunvirato. Foi toda uma quebra de protocolo. É menina, não foi fácil não, não foi fácil não. Você não tem ideia de como não foi fácil. (CF W., 2016, grifo nosso).

A ‘quebra de protocolo’ refere-se ao fato de três mulheres Oficiais, pela primeira vez na História da MB, recepcionarem, como gestoras do HNRe, o ComOpNav, um Oficial-general do mais alto posto da hierarquia militar naval – Almirante de Esquadra. A tripla repetição da expressão ‘não foi fácil’, verbalizada de forma espirituosa e com um sentimento de pesar, está associada às resistências e estranhamentos vividos. Outrossim, demonstra ciência da cultura institucional e do lugar subordinado que ocupava, mesmo sendo de comando e poder. Sua narrativa nos remete a dinâmicas coletivas e não apenas a sua vivência individual.

A terceira e última entrevistada, CMG G. ingressa na MB em 1990, ano em que assume sua primeira comissão no extinto Centro de Eletrônica da Marinha (CETM), atual Centro de Manutenção de Sistemas da Marinha (CMS), OM que dirigirá posteriormente. Depois do CMS, a CMG G. serviu na Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM) entre 2000 e 2003. Em seguida, foi para o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPQM) e permaneceu nesta OM até 2006. Serviu novamente na DSAM e,

finalmente, retorna ao CMS, em 2015, para ser diretora.

A CMG G., assim como a CMG V., foram diretoras da primeira OM em que serviram e citaram a trajetória de trabalho na Instituição, bem como as boas (ou excelentes) avaliações, como pré-requisito para o acesso ao cargo de direção.

Eu não imaginava que eu fosse ser designada para ser diretora aqui. Não é a gente que pede para ser diretor. A Marinha que escolhe. Então, eu nem sei como isso se passou. O que eu sei é que tenho bastante experiência nessa área, acumulada, e eu sempre trabalhei sem pensar que um dia eu seria diretora. Eu nunca pensei assim: 'ah, vou fazer bem feito para poder ser diretora.' Então, eu fazia o meu trabalho do jeito que eu gosto de fazer sempre. [...] na hora de escolher um diretor para ser diretor aqui, a Marinha tinha algumas opções de Capitães de Mar e Guerra engenheiros. E a Marinha viu as opções disponíveis e me escolheu por ser a mais experiente e a mais apropriada para o cargo. (CMG G., 2016).

O sentido empregado à assunção é de competência: “a mais experiente e a mais apropriada para o cargo”. Competência, racionalidade, eficácia e eficiência são predicados esperados para a direção de uma OM, e atribuídos à natureza masculina (FONTENELE-MOURÃO, 2006; NOGUEIRA, 2006). Além disso, apresentou um discurso recorrente de igualdade entre mulheres e homens: “Então, hoje em dia as mulheres são tratadas de maneira igual aos homens. Nos tipos de organizações que é permitido ambos os sexos [...]”. Como ela mesma afirmou, este discurso é circunscrito às OM em que é permitida a inserção de mulheres e homens. O comando dos navios, por exemplo, “ainda não está aberto para as mulheres, porque ainda não existem mulheres na Escola Naval para fazer curso de Oficial da Armada.” Logo, a titularidade para ambos os sexos não é extensiva a todas as OM.

Na Marinha do Brasil, as inserções ocupacionais, incluindo o exercício de cargos de chefia, foram possibilitadas historicamente aos homens, dificultando a construção e reprodução de uma história das mulheres. Nessa perspectiva, as sujeitas desta pesquisa ocuparam lugares anteriormente a elas vetados (MB e direção de OM). Contudo, suas reflexões e engajamento pactuavam com a dinâmica institucional, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, a alteravam, provocando deslocamentos significativos e construindo um legado a outras mulheres. Ou seja, embora a igualdade estivesse baseada na lógica institucional e não em uma equivalência de direitos e de oportunidades, as Oficiais impulsionaram, ainda que lenta e gradualmente, a formação de um novo sujeito na Marinha: as Oficiais Diretoras de OM.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ingresso das mulheres redimensionou o ethos masculino construído ao longo da História da MB, ainda que acompanhado de hierarquia semelhante à presente na sociedade. Ou seja, o contexto social e político impulsionou mudanças, mas não de todo estruturais. Nesse sentido, as Oficiais que fizeram parte da primeira turma



protagonizaram situações de abertura de espaço para outras mulheres; exerceram atividades e funções privativas destinadas aos homens, todavia, circunscritas ao que a elas era permitido. E, assim, foram construindo o caminho a ser percorrido pelas próximas mulheres que se integraram à MB. As possibilidades outorgadas e conquistadas pelas Oficiais incidiram no acesso ao cargo de direção, asseguraram o reconhecimento institucional e a equiparação com a carreira dos homens, viabilizada a partir de 1997.

Apesar de as entrevistadas não se denominarem feministas, foram beneficiadas pelas conquistas desses grupos e integraram o conjunto de mulheres que não respondia à figura tradicional da dona de casa. Ao entrarem em uma instituição eminentemente masculina, apontavam para a ocupação de outros lugares para além do espaço doméstico. Contudo, as atribuições funcionais designadas estiveram estritamente vinculadas à concepção de mulher e ao feminino. No exercício da direção, duas entrevistadas reconheceram os desafios de construir uma gestão pioneira e deram visibilidade às cobranças e expectativas institucionais pela condição de ser mulher. É, portanto, explícita a relação estabelecida entre sexo, competência técnica e cumprimento da missão.

As conquistas das mulheres no âmbito da MB carecem de serem contadas e recontadas, ainda mais pelas chaves e ‘olhares’ dos estudos feministas e de gênero, por isso, a importância da partilha de suas trajetórias na construção de um ‘sujeito político’.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariza Ribas D'Ávila de. **Batalhas culturais de gênero**: a dinâmica das relações de poder no campo militar naval. 2008. 155f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

ALVAREZ, Iara Maria Martins. **Políticas públicas de gênero**: a inclusão das mulheres na Marinha do Brasil como militares. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria-Geral. Estatuto dos Militares. In: \_\_\_\_\_. **Vade-mécum Naval**. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação da Marinha, 2004. cap. 2.

BRASIL. Comando da Marinha. Serviço de Relações Públicas da Marinha. **Poder Naval**. Brasília: Action Editora, 1997.

BRASIL. Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972. Dispõe sobre a Remuneração dos Militares e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 29 jun. 1972. Seção 1, p. 5681. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5787-27-junho-1972-357817-publica-caooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997. Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 26 nov. 1997. Seção 1, p. 27741. Disponível em: <<http://pesquisa.legis.gov.br/>>

in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=27/11/1997>. Acesso em: 05 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Portaria nº 108 de 30 de março de 2004. Estabelece diretrizes para a criação ou a extinção de Organização Militar (OM) de terra, para a incorporação, a reincorporação, a desincorporação, a transferência para a reserva e a baixa do serviço ativo de navios, e estabelece a denominação para os cargos de Comando e de Direção da Marinha. **Boletim**, n. 3, p. 11, 2004.

CARREIRAS, Helena. Diversidade social nas Forças Armadas: gênero e orientação sexual em perspectiva comparada. **Nação e Defesa**, n.107, 2 série, p.61-68, primavera 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; CHEIBUB, Zairo. **O Brasil e as Forças Armadas na percepção dos oficiais da Marinha**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002. 44 p.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia Maria. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Comp.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, 2002.

JÚNIOR, Hermógenes Hiron Marques. **O corpo auxiliar feminino da reserva da Marinha**. 1982. 94f. Monografia - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1982.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano M. **As Mulheres nas Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil**. São Paulo: FCC/DPE, 2009. 108 p.

LOMBARDI, Maria Rosa. Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, ago. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X201000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X201000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr. 1997. p. 13-49.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.M.; GROSSI, M.P. (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41.

REIS, Vanessa Coelho dos. **Muitas histórias para contar: a trajetória profissional das diretoras de Organizações Militares da Marinha do Brasil**. 2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2017.

SALGADO, Martha Patricia Castañeda. **Metodología de la investigación feminista**. Cidade do México: Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades - Universidad Nacional Autónoma de México, 2008. (Colección Diversidad Feminista).

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, jan-jun. 2005. p. 29-42.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. Tradução Lúcia Haddad. **Revista Projeto História**, v. 16, p. 297-325, jan-jun. 1998.

SELL, Camilla Telemberg. **A enfermeira na Marinha do Brasil**: a historiografia do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

## ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS

### **Daiana Maturano Dias Martil**

Daiana Maturano Dias Martil, é assistente social do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier e Mestranda em Ciências Sociais pela PUCRS Porto Alegre-Brasil. daiadm2@hotmail.com.

### **Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Doutor em Sociologia UFRGS, Professor Titular da PUCRS, Porto Alegre – Brasil. rodrigo.azevedo@puers.br .

**RESUMO:** O Brasil é membro signatário de pactos internacionais e possui legislação própria no que concerne ao desencarceramento feminino. Contudo, o que se verifica é o aumento massivo de prisões preventivas de mulheres e a manutenção e regulação da violência através da negação de direitos. Pretende-se com a análise dos dados do sistema carcerário feminino no Rio Grande do Sul, trazer à tona a produção de violação de direitos perpetrada pela política criminal brasileira às mulheres em situação de cárcere. Ademais, propõe-se promover a reflexão e discussão sobre a possibilidade do aprisionamento feminino incutir e sustentar a reprodução de violência de gênero e exclusão social imposta pelo aparato legal punitivista. Nesse contexto, características importantes destacam-se enquanto elemento de discriminação. A pesquisa realizada abrangeu (i) as percepções experienciadas em quatro

anos de atendimento às mulheres apenadas, (ii) dados quantitativos do fluxo de mulheres presas em uma instituição penitenciária específica durante o ano de 2016 e (iii) a interpretação transversalmente concluída pelas correntes teóricas aqui tratadas. As informações obtidas permitirão aventar discussões teóricas sobre as decisões condicionantes da política criminal brasileira enquanto violadora de direitos e (re) produtora de violência de gênero através do encarceramento feminino.

**PALAVRAS-CHAVE:** gênero, violação de direitos, política criminal, sistema prisional.

### **FEMALE JAIL: THE (IN) EFFECTIVENESS OF CRIMINAL POLICY AS A VIOLATOR OF RIGHTS**

**ABSTRACT:** Brazil is a signatory member to international pacts and has its own legislation regarding female deprivation, but what is happening is the massive increase of women's prisons and the maintenance and regulation of violence through denial of rights. It is intended to analyze the data of the female prison system in Rio Grande do Sul, to bring to the fore the production of violation of rights perpetrated by the Brazilian criminal policy to women in prison. In addition, it is proposed to promote reflection and discussion on the possibility of female imprisonment inculcating and sustaining the reproduction of gender-based violence and

social exclusion imposed by the legal punitive apparatus. In this context, important characteristics stand out as discrimination elements. This research encompasses (i) the perceptions experienced in four years of social assistance to women in prison system (ii) quantitative data on the flow of women prisons in a specific penitentiary institution during 2016 (iii) the interpretation transversally concluded by the theoretical currents here treated. The information obtained in this research will enable the development of theoretical discussions about conditioning decisions of the Brazilian criminal policy as a propagator of rights violation and gender violence through the female imprisonment. **KEYWORDS:** gender, violation of rights, criminal policy, prison system.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PUNIÇÃO PELO ENCARCERAMENTO: AS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS EM UMA PENITENCIÁRIA FEMININA GAÚCHA**

Nas últimas três décadas, o percentil de encarceramento disparou em escala mundial, salvo exceções de países do norte europeu, como os casos da Noruega e Suécia, que estão fechando suas penitenciárias pelo baixo índice de capturas e por revisões judiciais que optam por penas alternativas. Contudo, o contexto prisional na América Latina apresenta o célere aumento nas taxas de prisões. O Brasil ocupa o 4º lugar referente à maior população carcerária no mundo, perdendo somente para EUA, Rússia e China, todos países com população numericamente maiores do que a brasileira. Neste contexto, os debates que cercam a temática da criminalidade ecoam diretamente no sistema penitenciário: de um lado o posicionamento para a construção de mais presídios para aumento de vagas em regime fechado, e do outro, a vertente que sustenta que o sistema judiciário brasileiro prende muito, porém prende mal, ao deparar-se comumente com a justificativa sobre a necessidade de aprisionamento para a manutenção da ordem pública, mantendo a seletividade penal como ferramenta de segregação de pobres, negros e em situação de extrema vulnerabilidade. Segundo Azevedo e Cifali (2015):

De um lado está o discurso republicano da garantia dos direitos humanos com segurança pública, mas de outro há uma concepção que se conecta com parcelas importantes da opinião pública, no sentido do endurecimento penal, de mais prisões, de presos em condições precárias, sem garantias individuais básicas, como forma de dissuasão e contenção da criminalidade. p.123.

Quando direcionamos a discussão sobre encarceramento no Brasil, para a questão do aprisionamento de mulheres, além de traçar o contexto de demandas e especificidades do cenário intrínseco envolvido com a maternidade e histórico familiar, geralmente permeado por violência transgeracional, trazemos à tona a violação de direitos como fio condutor para a manutenção da segregação, moralização, sexismo e misoginia perpetrado inflexivelmente pelo sistema de punição criminal brasileiro, (re)produzindo a violência de gênero ao manter em situação de cárcere preventivo mulheres que desviaram da imposição do papel de docilidade e domesticação de seus

corpos, negando-lhes a aplicação de medidas alternativas à prisão conforme previsto no Código Penal Brasileiro. Consoante com o tema do 11º Seminário Fazendo Gênero sugere, nosso propósito na elaboração do presente artigo é transformar, conectar e deslocar a discussão da doxa<sup>1</sup> sobre encarceramento feminino e oferecer dados que apontem para a face real da sustentação e reprodução da violência de gênero, no fito de que diante da invisibilidade da mulher em situação de cárcere, se dê publicidade e motivação para ações de garantia de direitos e rompimento da doxa enquanto senso comum.

“Torna-se evidente que, nessas matérias, nossa questão principal tem que ser a de restituir à doxa seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural”. BOURDIEU, 2016, p. 12.

Historicamente, a punição privativa de liberdade foi construída para a exclusão do réu da sociedade. O delito sempre foi avaliado como uma característica masculina, já as mulheres sempre foram consideradas detentoras de menor potencial criminoso, incutindo-lhes características de fragilidade, docilidade, submissão ou histerismo. Ao passo que quando uma mulher cometia delito, esse seria justificado por determinações biológicas e psicológicas, sendo os primeiros casos relatados como crimes a prostituição e a bruxaria, o que remetia diretamente ao desvio do comportamento feminino do que ao ato criminoso em si. É clara a identificação da ideologia dominante patriarcal no que concerne ao tratamento dado às mulheres que cometiam crimes na história da punição e do encarceramento, ao tratar a mulher como incapaz e rebaixando o delito à mera disfunção moral, conforme SANTA RITA (2007):

Assim, o aparato legal e as formas de controle foram organizados dentro de uma perspectiva masculina, reproduzindo a violência patriarcal, ou seja, as desigualdades de gênero, já que desconsideram as especificidades femininas e se tornam incompatíveis com as demandas das mulheres. Os códigos penais, como mais uma faceta do controle exercido sobre as mulheres, evidenciam bem essa questão ao colocar, por exemplo, a criminalização por ligações sexuais e morais, impondo uma linha divisória entre as ditas honestas, discriminando-as em virtude do afastamento dos comportamentos patriarcais impostos socialmente. p. 36.

Considerado um estêncil do patriarcado, a prisão incute e destina mulheres a ambientes hostis e de perpetuação de violência institucional que contribuem para a sustentação da exclusão social. Agregue-se o fato de que mulheres em situação de prisão, possuem necessidades e peculiaridades específicas dentro do contexto de pena de prisão que foi gerado em um prisma masculino para ser operado e infligido para homens, não considerando, dentro das políticas públicas, as diversidades relacionadas

<sup>1</sup> Trataremos Doxa no artigo enquanto crença comum, conforme refere Bourdieu (2016): “[a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se depois de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais”] p. 11.



ao cenário prisional feminino, tais como: raça, etnia, faixa etária, identidade de gênero, contexto familiar e principalmente no que tange à maternidade.

No contexto do aprisionamento feminino, características importantes destacam-se enquanto elementos de discriminação. Uma das autoras do presente artigo, enquanto assistente social que exerce suas atividades em um presídio feminino desde fevereiro de 2013, percebe diariamente, em atendimentos realizados no ambiente prisional, que mulheres em situação de cárcere são punidas duplamente: primeiro pelo crime cometido; segundo, por terem rompido com seu papel socialmente imposto.

No cotidiano de trabalho da pesquisadora, constata-se que a prisão reproduz continuamente as violências já vivenciadas pelas apenadas anteriormente ao cárcere, evidenciando a ineficácia do aparato legal, que não garante a proteção necessária para que impactos sociais pregressos correlacionados a situações de negação de direitos e violência, produzissem o ingresso dessas mulheres na prática de atos delituosos<sup>2</sup>. Ademais, legislações específicas no trato de mulheres em situação de prisão têm sido negados e violados diariamente (CORREIA, 2016). Demonstrando a perversidade dos atores sociais ligados à política criminal e à execução penal, e ignorando que o aprisionamento de mulheres acarreta impacto tanto para o contexto social, como para as políticas de administração penitenciária e de segurança pública, de acordo com diversos estudos (ROSA, 2008; FACHINETTO, 2012; SILVA, 2012; LAGO, 2015; CORREIA, 2016; ITCC, 2017).

Urge repensar o atual formato de manutenção de pena restritiva de liberdade para mulheres, pois como refere ESPINOZA (2004) “A preocupação em apresentar integralmente o mundo da prisão feminina pode ser entendida como propósito de dar a conhecer um contexto, que até pouco tempo, só tinha sido pensado em referência ao universo masculino – como um anexo, ou, pior ainda, como um erro.” (ESPINOZA, 2004, p.83). Para além de um “erro”, o que pretendemos - com os dados levantados – é demonstrar que o campo do direito punitivista, além de violar direitos, está colaborando perversamente com a violência contra a mulher, ao desconsiderar aspectos da vida social e adotar uma perspectiva sexista e misógina no tratamento da questão do encarceramento feminino.

CORREIA (2016), psicóloga que exerce sua função laboral na Unidade Materno Infantil do PEFMP<sup>3</sup>, refere que mulheres mantidas em prisão preventiva no estado do Rio Grande do Sul vêm sendo revitimizadas pelo aparato legal, pois as mulheres que ingressam no sistema prisional do Rio Grande do Sul:

“têm por características individuais pertencerem, quase que em sua totalidade, a famílias de baixa ou baixíssima renda, usuárias ou dependentes de drogas e outros

---

2 Não é raro, durante os acompanhamentos realizados pela pesquisadora dentro da perspectiva de tratamento penal (acolhimento, pronto atendimento), ouvir das apenadas que somente no sistema prisional é que tiveram orientação sobre acesso a direitos e serviços da rede socioassistencial, bem como foram amparadas e inclusas em benefícios legais.

3 Usaremos a sigla PEFMP para identificar o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier no decorrer do artigo.

agravos de saúde – com frequência, moradas de rua - e provenientes de contextos sócio-familiares violentos. Enfim, mulheres que chegam precisando do amparo do estado, mas acabam por sofrer novamente o peso do poder punitivo deste estado num processo de revitimização”.

Dentro desse contexto, é alarmante o aumento do número de mulheres em situação de prisão. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Infopen de Junho de 2014, do Departamento Penitenciário Nacional, órgão ligado ao Ministério da Justiça, no período de 2000 a 2014, o aumento do encarceramento feminino no Brasil foi de 567,4%, bem acima da média masculina que foi de 220,20% no mesmo período.

O aumento expressivo de prisões de mulheres se deve principalmente ao delito de comércio ilegal de entorpecentes, sendo esse disparado o delito responsável pelo maior número de mulheres encarceradas. Segundo dados do INFOPEN de 2014, o crime de tráfico de drogas perpetrado por mulheres corresponde a 64% do total de presas. Este fato decorre da própria lei 11.343 de 2006, conhecida como “Lei de Drogas”. O aparato legal em questão permite que o Juiz possa decidir se uma pessoa presa com posse de drogas é considerada usuária ou traficante. Contudo, o que embasa a decisão judicial é o relato da polícia, o que pode contribuir para a segregação de acusados mesmo que as provas em questão não sejam irrefutáveis, fazendo com que prisões preventivas, ao invés de se tornarem exceções, convertam-se em regras, e que pessoas presas pela polícia com pequena quantidade de drogas sejam condenadas por tráfico, tendo em vista sua condição social.

Realizamos levantamento<sup>4</sup> sobre o fluxo de apenadas que deram entrada no PEFMP durante o ano de 2016, chegando a totalidade de 1.086 nesse íterim. Acreditamos ser importante também verificar quais foram as taxas de permanência em prisão preventiva do total de 1.086 mulheres presas, diante do fato de estarmos questionando a política criminal brasileira, que está mantendo em situação de cárcere mulheres consideradas criminosas e que supostamente colocam em risco a manutenção da ordem pública, mesmo antes de uma condenação criminal. Diante dos dados referentes ao ingresso de mulheres no PEFMP, os pesquisadores realizaram o levantamento sobre a justificativa para a concessão de liberdade das egressas:

---

4 Através do sistema INFOPEN.

Motivo	Quantidade
Liberdade provisória	218
Prisão Domiciliar	52
Outros <sup>5</sup>	152
Total	422

Tabela 1<sup>6</sup>- Motivo da Saída Apenadas - PEFMP

Dessas 1.086 mulheres ingressas, 664 sequer permaneceram em prisão preventiva, pois não chegaram a passar por nenhum setor do PEFMP que não o de identificação. Dessa totalidade, 422 mulheres permaneceram preventivamente no PEFMP durante o decorrer de 2016, sendo a capacidade do presídio estimada atualmente em 230 vagas. Somando-se todas as liberdades concedidas, 407 saíram em liberdade, excluindo-se 15 apenadas que progrediram para o regime semi-aberto. Diante desse dado, podemos levantar a discussão a cerca da manutenção da prisão preventiva para a manutenção da ordem pública ou o que consideramos tratar-se de um puro clamor social. Pois além da manutenção da prisão preventiva dever ser recomendada somente para casos excepcionais, também percebemos o fato de que pessoas que aguardam julgamento costumam permanecer em situação de cárcere por tempo excedente ao da pena que será aplicada posteriormente. No caso de mulheres, mesmo sendo recomendada a manifestação de informações sobre a maternidade nos boletins de ocorrência (Marco Legal da Primeira Infância), raramente é exposto esse tipo de dado, o que dificulta posteriormente a substituição da prisão privativa de liberdade por medida cautelar diversa da prisão.

O que buscaremos fazer em seguida, através da análise dos despachos proferidos por diferentes Varas Judiciais do estado do Rio Grande do Sul, em pedidos de análise de prisão domiciliar para apenadas do PEFMP, é expor como o sistema de justiça adota a cultura do punitivismo para grupos sociais vulnerabilizados como mecanismo de sujeição criminal (MISSE, 2010).

Através da análise dos despachos da magistratura gaúcha, negando pedido de liberdade, temos as seguintes manifestações:

[...] Outrossim, aportou ao inquérito policial o relatório técnico oriundo do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, o qual opinou pela substituição da privação de liberdade da ré pela aplicação de medidas cautelares. O Ministério Público manifestou-se pela manutenção da prisão. Não identifiquei a possibilidade de revogação da prisão decretada, tendo em vista que os motivos para sua decretação ainda estão presentes e nada foi alterado. A segregação da acusada foi decretada, de modo a garantir não só a ordem pública, mas também a impedir a subversão

5 Os demais dados são: Absolvida: 1; Apelar em Liberdade: 2; Habeas Corpus: 22; Indulto: 1; Liberdade Condicional: 3; Liberdade provisória Mediante Internação: 1; Medida Cautelar: 4; Medida de Segurança: 1; Pagou Fiança: 4; Prisão civil 30 dias: 1; Relaxamento de Prisão: 2; Revogada Prisão Preventiva: 18; Revogada Prisão Temporária: 5; Semi-Aberto: 15; Término Prisão Temporária: 5; Tornozeleira: 11; Transferidas para outras comarcas: 56.

6 Tabela confeccionada pela pesquisadora coletando dados através dos prontuários técnicos e sistema INFOPEN.

das disposições legais e morais, acautelando o meio social, impedindo a reiteração delituosa e inibindo a prática de tão repugnante delito. [...] Quanto ao fato da acusada estar em fase de gestação, tal fator não justifica a revogação do decreto prisional. Cabe salientar que, o estabelecimento prisional em que se encontra recolhida a acusada possui uma unidade materno infantil, concluindo-se assim que ela não está desamparada. Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de substituição da privação de liberdade da ré. GRIFOS NOSSOS

Além de referir-se ao delito de tráfico de drogas como algo repugnante, o despacho em questão sustenta que a manutenção da prisão preventiva não é somente para garantir a ordem pública, mas também para impedir a subversão das disposições legais e morais. Como lembra Fachinetto,

Essa construção jurídica de determinados papéis de gênero não se faz dissociada do mundo social, mas encontra nele seu substrato. Trata-se de representações sobre “papéis” de gênero que se encontram eco no meio social, encontram-se internalizadas e acabam sendo realizadas no espaço jurídico. Não se trata de um “mero ato de criação” descolado do universo social, mas que cria, designa, define sujeitos, ações e práticas dentro de uma estrutura preexistente. (Fachinetto, 2012, p. 401).

A equipe técnica do PEFMP tem lançado mão de dispositivos legais que proponham alternativas ao encarceramento de mulheres gestantes e com filhos menores de 12 anos, pois além de se tratar de ação atributiva da função, também pretende contribuir para a mudança do paradigma de mulheres encarceradas, baseada na manutenção da “ordem pública”, conforme preconizam os dispositivos legais do *Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária* (CNPCCP, 2015), Regras de Bangkok e Estatuto da Primeira Infância e conforme o que recomenda o artigo 318 do CPP:

Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

**I** - maior de 80 (oitenta) anos; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

**II** - extremamente debilitado por motivo de doença grave; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

**III** - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

**IV** - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

**IV** - gestante; (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

**V** - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

**VI** - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.403, de 2011).

Ainda sobre o despacho, mesmo tendo sido o juízo em questão informado tratar-

se de apenas gestante, conforme relatório técnico encaminhado, depois de um período de meses, oferece a seguinte decisão:

Na medida em que os documentos acostados às fls. 145/183 demonstram que a ré, no ano de 2016, acabou por ter sua gestação interrompida pela morte fetal intrauterina (fl.148), e que atualmente se encontra no 6º mês de gestação, não sendo difícil, portanto, que possa desenvolver o mesmo problema, considerando sua condição de saúde e que já tenha sido inclusive apontado em relatório técnico acostado à fl.88 que a unidade materno infantil da Penitenciária Madre Pelletier tem funcionado em condições precárias, a fim de resguardar a saúde da ré e principalmente a saúde do nascituro, nos termos do artigo 318 do Código de Processo Penal, SUBSTITUO A PRISÃO PREVENTIVA PELA PRISÃO DOMICILIAR[...]. GRIFOS NOSSOS

A partir da leitura destes recortes de despachos judiciais, é possível averiguar o teor das decisões pautadas por explícitas concepções morais, principalmente no que concerne ao estereótipo de ser mulher na sociedade, enquanto atividade de mulheres de “bons costumes, caráter, princípios, integridade e honestidade”. Ainda há muita resistência para se garantir a aplicação dos dispositivos legais que podem ser conferidos no tocante às pessoas em situação de prisão (CORREIA, 2016). Não é caso de absolvição sumária, pois não demonstrada de plano qualquer das hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, pelo que mantenho o recebimento da denúncia. Quanto aos pedidos de revogação da prisão preventiva decretada em face dos réus S.N.A e E.N.F, esses desmerecem acolhimento. Isso porque a defesa não trouxe qualquer fato novo capaz de infirmar as decisões que decretaram e mantiveram a segregação cautelar dos acusados, pelo que faço remissão às razões já expostas naquelas, para evitar tautologia. Apenas acresço que, ao contrário das alegações defensivas, não há como se afirmar qual será o regime de cumprimento de eventual pena privativa de liberdade, tampouco se haverá o reconhecimento do tráfico minorado. Ressalto que o fato da ré ser tecnicamente primária, por si só, não assegura a liberdade provisória, haja vista que demonstrada a necessidade da manutenção da prisão, para assegurar a ordem pública. Isso posto INDEFIRO os pedidos defensivos, pelo que mantenho a segregação cautelar de S.N.A e E.N.F.[...]GRIFOS NOSSOS.

Aportou aos autos relatório de acompanhamento social da ré S.N.A subscrito por assistente social do estabelecimento prisional em que acusada está recolhida. Referido documento questiona este juízo da possibilidade de substituição da prisão preventiva da ré por medida de prisão domiciliar, haja vista que a presença da ré é necessária para o cuidado de seus filhos. Com vista, o Ministério Público manifestou-se pela manutenção da segregação cautelar, vindo os autos conclusos. Em face da provocação da assistente social, analisei detidamente os autos e entendo que neste momento afigura-se possível a substituição da prisão preventiva de ambos os réus por medidas cautelares diversas. Em que pese o fundamentado nas decisões anteriores, deve-se ponderar que atualmente já decorreram quase seis meses da prisão dos réus e ainda não se tem previsão de quando findará a instrução. Isso em razão de ter sido necessária a expedição de três cartas precatórias para oitiva das testemunhas arroladas na denúncia, sendo que apenas uma foi devolvida cumprida até o momento. Inclusive a última carta precatória foi expedida apenas no mês passado, que foi quando aportou a informação de onde uma das testemunhas está atualmente lotada. Além disso, ainda que os réus ostentem condenação anterior por tráfico de drogas, vale perceber que o presente feito envolve a apreensão de apenas 80g de maconha, sem qualquer elemento indicando a prática do tráfico em larga escala pelos réus ou que pertençam a organização criminosa. Portanto não se justifica o prolongamento da prisão preventiva, sendo possível a sua substituição por medida cautelar diversa, consistente em recolhimento domiciliar, podendo os réus saírem unicamente para trabalhar, desde que comprovado emprego lícito. Isso posto, revogo a prisão preventiva de S.N.A e E.N.F, fixando medida cautelar

Além dos moralismos presentes nos despachos, também é possível perceber uma profunda incoerência, primeiramente na concessão de prisão preventiva e/ou negação de prisão domiciliar para a manutenção da ordem pública e após a outorga do benefício legal, inclusive referindo que [...] *vale perceber que o presente feito envolve a apreensão de apenas 80g de maconha, sem qualquer elemento indicando a prática do tráfico em larga escala pelos réus ou que pertençam a organização criminosa* [...]. Ora, primeiramente é negada a liberdade provisória, visto tão repugnante ato (tráfico) abalar a ordem pública, para após ser despachado que a apreensão de 80 gramas de maconha não configura elemento para o delito de tráfico. Avaliamos esses recortes enquanto um constrangimento para a ré, trazendo FACHINETTO (2011) para corroborar:

Pensar sobre o recorte “gênero e justiça” implica trazer à tona o tema da igualdade, ou melhor, da desigualdade de acesso à justiça, já que esse campo tem se mostrado, ao longo dos anos, como uma instância de (re)produção de desigualdades e constrangimentos às mulheres sejam elas vítimas ou autoras de crime. (p. 114)

Longe de pretender atenuar se há o cometimento de conduta delituosa dos fatos informados em relação à mulher enquanto ré, o que pretendemos é apontar a desconexa pretensão do Estado Juiz, em condenar antes mesmo de se apropriar de todos os fatos que ensejaram a prisão preventiva, e principalmente, publicizar o conteúdo dos despachos, que para além de fomentar discussões mais profundas, sobre a moralização das decisões judiciais no que concerne a mulher em situação de cárcere, mas também, utilizá-la enquanto ferramenta para o fortalecimento de políticas públicas e legislações em prol da garantia de direitos no contexto do aprisionamento feminino.

## CONCLUSÃO

Ao realizar a construção do presente trabalho, buscamos explicitar as características peculiares concernentes ao aprisionamento feminino, procurando discutir o preconceito carregado pelas instituições responsáveis pela aplicação da lei e execução criminal ao operar pela ótica patriarcal, a manutenção de práticas moralistas, abusivas e violadoras da dignidade humana contra mulheres que transgrediram o papel feminino socialmente imposto, muitas vezes por não haver outra opção de sobrevivência, tendo em vista o ciclo de vulnerabilidades e exclusões para elas imposto.

Concluimos que mulheres em situação de cárcere são punidas duplamente: por cometerem o crime em si, e pela violação do papel feminino instituído patriarcalmente. Agregue-se ainda o fato de não terem somente o direito de ir e vir negado, mas principalmente de exercerem sua função maternal ao se verem obrigadas a serem



afastadas da convivência com sua prole, uma vez que as visitas das crianças às suas genitoras são muito raras na prisão.

A violação de legislações específicas no trato de mulheres presas configura-se como expressão da violência no que tange a negação de direitos, tendo como subterfúgio questões de segurança e ordem pública, como quando, por exemplo, no caso de despachos judiciais que desvalorizam a mulher em situação de cárcere por esta não corresponder a certos valores morais. A perversidade incutida na manutenção da prisão de mulheres reclusas, quando na verdade existem previsões legais para a aplicação de alternativas penais, tais como a prisão domiciliar, conforme o artigo 318 do CPPB, mas que vem sendo negado cotidianamente pelas instituições judiciais, tendo como argumentação a manutenção da ordem pública, demonstram a tendência de operadores jurídicos que deveriam zelar pela garantia de direitos em fazer o caminho inverso: de violar os direitos garantidos juridicamente.

Nesse sentido, o Brasil sendo um dos países signatários de pactos internacionais concernentes à garantia de direitos de mulheres em situação de cárcere, e possuindo legislação específica que busca zelar pela dignidade da pessoa humana, urge a efetivação dessas garantias contra a manutenção da violação de direitos dessas mulheres. Para além do debate sobre o contexto do aprisionamento feminino, é imperioso que os órgãos judiciais assumam seu papel e façam cumprir a legislação vigente referente ao artigo 318 do Código de Processo Penal, para que assim possamos ver cair o índice de encarceramento feminino e para que nenhuma mulher seja mais submetida aos abusos e violações de direitos perpetrados pelo sistema prisional brasileiro, em nome da opressão e do moralismo social.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Claudia. **Política Criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-liberal**. Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso), v. 15, p. 105-127, 2015.

BRASIL. Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm). Acesso em 05/06/2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias/INFOPEN Mulheres**. Brasília. 2014. Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em 23/03/2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. **Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok)**. Resolução 2010/16 de 22 de julho de 2010. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>. Acesso em 14/10/2016.

CORREIA, Sandra. **Infames e Infantes: Violações de direitos das crianças através de mulheres**

**privadas de liberdade.** In: Anais do VI Seminário Internacional, Direitos Humanos, Violência e Pobreza: A situação de crianças e adolescentes na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Rede Sirius/UERJ, 2016. Disponível em [http://www.proealc.etc.br/VI\\_SEMINARIO/assets/pdfs/gti/Sandra%20Correia%20GT01.pdf](http://www.proealc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gti/Sandra%20Correia%20GT01.pdf). Acesso em 13/06/2017.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo: IBCCRIM, 2004. 180p. (Monografias ; 31).

FACHINETTO, Rochele Felini. **Homicídios contra mulheres e campo jurídico: a atuação dos operadores do direito na reprodução das categorias de gênero.** In: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). Relações de gênero e sistema penal: violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

FACHINETTO, Rochele Felini. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri.** Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

INSITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. **Mulheres sem prisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres.** São Paulo: ITCC, 2017. Disponível em [http://itcc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio\\_final\\_online.pdf](http://itcc.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio_final_online.pdf). Acesso em 12/06/2017.

LAGO, Natália Bouças do. **Quando elas aparecem: notas sobre mulheres na prisão, gênero e família.** Novos Debates. V. 2, p. 168-177, 2015.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”.** Lua Nova, São Paulo, v. 79, p 15-38, 2010.

ROSA, Sonia Biehler da. **Mulheres aprisionadas: Entre a subordinação e a subversão.** In: Anais Seminário Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008. Disponível em formato eletrônico em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Sonia\\_Biehler\\_da\\_Rosa\\_42.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Sonia_Biehler_da_Rosa_42.pdf). Acesso em 13/06/2017.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Faculdade de Serviço Social, 2007.

SILVA, Joyce Keli do Nascimento. **Gênero, crime e sistema de justiça: uma discussão sobre o processo de racionalização da decisão penal.** Disponível em <https://jus.com.br/artigos/25896/genero-crime-e-sistema-de-justica>. Acesso em 13/06/2017.

## GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA

### Lucília Grando

Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara  
– FAESB – Tatuí/SP. Profª Mª de Psicologia,  
Administração de Recursos Humanos e Psicologia  
Comportamental Email: lu.grando@hotmail.com

**RESUMO:** este trabalho propõe descrever o projeto de capacitação “*Gestão de Pessoas e Liderança: uma ótica feminina*” fruto do convênio entre o Município e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Presidência da República). Participaram das capacitações 267 mulheres ocupantes de cargos de chefia de diversos setores da Prefeitura Municipal de Tatuí e organizações não governamentais. Durante as oficinas por meio de observação participativa e dialogada foram colhidas percepções das relações de gênero e de discriminação vivenciadas pelas participantes. Percebeu-se nas falas dessas mulheres a identificação da construção dos espaços de domínios de gênero masculino e feminino nas relações familiares, sociais e de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas de Gênero. Identidade de Gênero. Poder.

### PEOPLE MANAGEMENT AND LEADERSHIP: A FEMININE PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** This paper proposes to describe the training project “People Management and Leadership: a feminine perspective” fruit of the agreement between the Local Government of Tatuí and the Secretariat of Policies for Women (Presidency of the Republic). It was trained 267 women in positions of leadership of various sectors of the Municipal Government of Tatuí and non-governmental organizations. During the workshops, through participatory observation and dialogical, perceptions of gender relations and discrimination experienced by the participants were collected. In these women’s statements, the identification of the construction of male and female gender domains in family, social and work relations was perceived.

**KEYWORDS:** Public Policies of Gender. Gender Identity. Power.

Este trabalho procurou relatar o projeto de capacitação: “Gestão de Pessoas e Liderança: uma ótica feminina” fruto do convênio entre a Prefeitura Municipal de Tatuí e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (Presidência da República). Uma ação vinculada ao Programa de Promoção de Políticas de Igualdade e de Direitos das Mulheres com enfoque na temática de Fortalecimento da Participação de Mulheres

nos Espaços de Poder e de Decisão. Esse projeto de capacitação foi destinado às mulheres ocupantes dos cargos de gerência em órgãos públicos municipais, estaduais e organizações da sociedade civil (OSC).

As capacitações foram realizadas no formato de oficinas. Ao todo 16 oficinas de 30 horas cada. A primeira oficina iniciou-se no período de 20 a 24 de outubro de 2014 e a última oficina aconteceu entre 25 a 29 de abril de 2016. Esse convênio capacitou 267 mulheres funcionárias públicas municipais, estaduais e de entidades do município de Tatuí.

Esse projeto buscou pautar-se nas reflexões sobre as relações de gênero que se seguem.

Sob uma perspectiva histórica, se forem observados os discursos sobre sexualidade e gênero, nota-se uma caracterização de homens e mulheres como tipos diferentes de indivíduos ou pessoas. Moore (2000, p.16) pontua:

Essas pessoas marcadas por gênero corporificam diferentes princípios de agência – como no caso de muitas culturas ocidentais, onde a sexualidade masculina e pessoas do gênero masculino são retratadas como ativas, agressivas, impositivas e poderosas, enquanto que a sexualidade feminina e pessoas do gênero feminino são vistas como essencialmente passivas, fracas, submissas e receptivas.

Com essa ideia de mulher submissa e sem perspectiva de futuro, configurava-se o lugar e papel da mulher na sociedade. Nessa visão dicotômica, o espaço de domínio público foi sendo construído como um reduto predominantemente do gênero masculino, principalmente quando se verifica pouca destaque de atuações de mulheres, agentes de transformação social ao longo do tempo. Essa visão dicotômica também permeou as relações políticas e econômicas, que por sua vez alimentam os discursos científicos e dominantes. Moore(2000) sustenta essa afirmação pactuando com as ideias de Connell, ao dizer que a “masculinidade hegemônica penetra relações políticas e econômicas de uma maneira que assegura a própria dominação marcada por gênero”(p.33).

Nesse sentido, essas colocações acima embasou esse projeto sob dois aspectos: a história geralmente sempre foi contada pelo vencedor, em grande parte, por um representante do gênero masculino, encobrendo as vozes femininas na multidão dos acontecimentos; e tradicionalmente as visões teóricas que sustentam as concepções de liderança e de gestão de pessoas na sua grande maioria foram elaboradas por profissionais, estudiosos ou pesquisadores representantes do sexo masculino, de um nicho profissional, que teve historicamente em seus primórdios um predomínio de representantes do sexo masculino. Dessa maneira, esse projeto abriria espaço para as vozes femininas que ocupam cargos de gerência em um espaço reconhecidamente de domínio masculino, o serviço público.

Aviabilidade de se abrir um espaço para as vozes femininas em um ambiente organizacional tradicionalmente masculino foi reforçada pela observação de que as

mulheres são maioria quanto à composição da população brasileira, quanto ao número de eleitoras e quanto ao número de concluintes no ensino superior. A nível municipal, do total de 3.738 funcionários da Prefeitura de Tatuí, 2.450(65,5%) são do sexo feminino e 1.288(34,5%) são do sexo masculino. As mulheres também são maioria quanto ao número de composição dos 04 conselhos municipais da Assistência Social de Tatuí e do Conselho Tutelar. Do total de 78 membros entre titulares e suplentes, 61(78%) são do sexo feminino e 17(22%) são do sexo masculino.

Em função desses fatos e dados, esse projeto também procurou levar em consideração, a tentativa de se buscar compreender como são construídas as identidades de gênero a partir das vivências práticas e simbólicas das quais essas mulheres estão engajadas cotidianamente. Empreendimento apoiado nas ideias de Bourdieu(1996) abraçadas por Côttes(2008):

compreender como os agentes sociais incorporam instrumentos de conhecimento de estruturas objetivamente dadas que os mantêm presos a dominação, assim como oferece pistas para analisarmos a transformação e a resignificação do "habitus" alicerçado em distintas formas de dominação.(CÔRTEZ, 2008, p.35).

O autor considera agente, indivíduo ou grupo, um produto de estruturas profundas, no qual está inscrito os princípios geradores e organizadores de suas respectivas práticas e representações, ações e pensamentos. Prefere o conceito de agente ao de sujeito, pois os indivíduos como agentes ao atuar, sabem que são dotados de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de classificações, de percepção. Segundo Bourdieu(1987 apud THIRY-CHERQUES, 2006) os agentes sociais incorporam um habitus gerador (disposições adquiridas pela experiência) que variam no tempo e no espaço. A percepção, o pensar e a ação inserem-se em uma estreita liberdade, dada pela lógica do campo e da situação que o agente ocupa. Esse habitus incorporado é produto das aprendizagens passadas, das experiências vivenciadas, da história dos indivíduos e do grupo a que pertencem, e reflete as estruturas das instituições de socialização, que age como fonte de disposições, de percepções, de escolhas singulares ou que um determinado grupo faz nos domínios mais diversos de atuação prática.

Acrescenta-se também nesse texto, as opiniões de Welzer-Lang(2001), que pontua que a compreensão das opiniões de homens e de mulheres sobre os espaços que o masculino e feminino ocupam nas representações de gênero na sociedade e como as suas relações se estabelecem na vida cotidiana deve ser pautado em uma análise dos efeitos das relações sociais de sexo(gênero).

Por mais que a mulher no Brasil, em termos populacionais seja em maior número que os homens, na realidade brasileira ainda se vê um número reduzido de representatividade feminina nos espaços públicos de poder e de tomada de decisão. Pensando nessas reflexões acima, somadas ao interesse pelas respostas às perguntas: Quem é essa mulher que ocupa cargo de liderança na Prefeitura? Como

ela atua? Como ela se vê no interior dessa organização?, foi que seque objetivou a elaboração desse projeto. Essa iniciativa viria dar visibilidade sobre a atuação da mulher funcionária e gestora da administração municipal. Sendo assim, foram convocadas aproximadamente 400 mulheres que ocupantes de cargos de chefias, coordenação, supervisão e direção de setores municipais, estaduais, federais e OSC. Desse total, efetivamente 267 funcionárias concluíram as capacitações e 118 funcionárias não concluíram ou não compareceram às convocações.

As oficinas ocorreram em dois ciclos: 1º ciclo de 09/2014 a 09/2015 e 2º ciclo de 09/2015 a 09/2016. Como houve um grande número de não comparecimento, no segundo ciclo foi aberto às participações dos profissionais das Unidades Básicas de Saúde e da Estratégia de Saúde da Família, funcionárias de cargos técnicos e administrativos. Eles participaram de 03 oficinas (novembro e dezembro de 2015 e fevereiro de 2016).

A faixa etária desse total de 267 mulheres caracteriza-se por: 96(36%) de 36 a 45 anos; 70(26,6%) de 46 a 55 anos; 66(24,4%) de 25 a 35 anos e 35(13%) de 56 a 65 anos.

Quanto ao nível de escolaridade: 203(76%) possuíam nível superior; 08(3%) superior incompleto; 53(19,8%) ensino médio e 03(1,2%) ensino fundamental.

Quanto aos setores e secretarias de trabalho: 88(33%) eram da Educação; 81(30%) da Saúde; 30(11,3%) do Desenvolvimento Social; 26(9,8%) de OSCs; 19(7,2%) da Secretaria de Administração; 04(1,5%) da Cultura; 04(1,5%) da Guarda Civil Municipal; 04(1,5%) do Esportes; 04(1,5%) de Meio Ambiente e Obras; 03(1,2%) do Fundo Social; 03(1,2%) dos Órgão Estaduais e 01(0,3%) da Incubadora de Empresas.

Quanto à formação profissional constatou-se o seguinte quadro:

Formação Profissional	Nº de participantes
Pedagogia	96(36%)
Enfermagem	35(13%)
Assistente Social	24(9%)
Administração	13(4,8%)
Psicólogo	09(3,3%)
Auxiliar de Enfermagem	07(2,6%)
Técnico em Enfermagem	05(1,8%)
Advocacia	04(1,4%)
Educação Física	04(1,4%)
Dentista	03(1,1%)
Farmácia	03(1,1%)
Técnico Ambiental	03(1,1%)
Educação Artística	02(0,7%)
Fonoaudiologia	01(0,3%)

Quadro 1 - Formação profissional

Fonte: Dados do organizador (2017)



Não se distanciando da proposta do convênio foram introduzidos eixos temáticos que proporcionassem uma maior percepção do seu papel profissional nos espaços de poder e de tomada de decisão. Para tal, foi pensado que as participantes deveriam ter noções básicas de 03 grandes eixos temáticos: os princípios da administração pública; políticas públicas e gênero. Isso foi planejado não somente pelo fato de que muitas usuárias utilizam ao mesmo tempo diversos serviços municipais, mas especialmente, fazer com que as participantes analisassem como a gestão, a liderança e suas respectivas atuações se concretizavam nas relações estabelecidas socialmente no momento de efetivação da prestação desses serviços. E fundamentalmente, como essas relações eram percebidas, construídas, efetivadas, ressignificadas ou perpetuadas, no atendimento ao público e nas suas relações de trabalho.

Tinha-se como expectativa de resultado, que com uma maior conscientização das relações de gênero na sociedade, pudesse promover reflexões sobre a sua respectiva função profissional como gestora e despertar sementes para análise da aplicabilidade da questão de gênero de maneira transversal e intersetorial, no município de Tatuí.

Os três eixos temáticos acima foram apresentados em uma didática variada, tais como: vivências, palestras, vídeos, depoimentos, dinâmicas de grupo e artigos.

Dentro do eixo gênero, ao longo das capacitações, histórias foram coletadas e selecionadas para exemplificar as diversas maneiras que as relações de gênero se manifestam no cotidiano dessas mulheres. Por meio de observação participativa, foram aplicados exercícios em grupo, nos quais as participantes deveriam comentar sobre as percepções de discriminação de gênero vivenciadas na família, sociedade e trabalho. A análise dessas percepções de estereótipos de gênero foi dividida em 03 segmentos: família, sociedade e trabalho.

### **1 - Percepções de discriminações de gênero na família.**

Nesse grupo os relatos gravitaram em torno da educação e divisão do trabalho doméstico sexista.

Muitas participantes disseram que receberam de sua família uma educação e criação diferenciada quanto a divisão sexual dos afazeres domésticos e que aproximadamente 70% delas essa divisão sexual em relação às tarefas doméstica e aos cuidados com os filhos, ainda permanece. Uma parcela menor comentou que os maridos e filhos contribuíam com os afazeres domésticos, mas foi observado em suas falas uma desvalorização do trabalho doméstico e quando os maridos realizavam as tarefas, essa contribuição aparece como ajuda e não como dever por ser um integrante e morador da casa. Uma parcela pequena disse que os maridos não participavam dos afazeres domésticos. Notou-se nas falas que o rompimento com esse padrão de criação sexista, foi possível após conflitos, resistências, muita negociação e conversa com os maridos, pois eles também tinham recebido uma educação diferenciada quanto ao gênero, “...ahhh! Tive que brigar muito” ..., “...eu disse que eu não seria

sua mãe”... **“eu também trabalho, se você me ajudar, estarei menos cansada para fazermos coisas legais juntos”**... Esses conflitos às vezes ultrapassavam as barreiras das famílias nucleares, pois elas diziam ter conflitos com suas mães ou sogras, quando tentavam romper com os padrões de educação sexista recebidos, deixando claramente a existência de uma luta de poder intergeracional. Seguem trechos de falas das mães ou sogras: **“coitadinho do meu neto”, “você é uma menina precisa arrumar o seu quarto” e “pode deixar filho eu faço isso pra você”**.

As falas demonstram claramente, que a casa, os afazeres domésticos e cuidados com os filhos são reconhecidos como um espaço de domínio do feminino. Algumas participantes conseguiram romper com esses padrões sexistas e outras não.

### **Percepções de discriminações de gênero na sociedade.**

Nesse eixo observou-se a inserção de 03 experiências de hostilidade vivenciadas por elas no espaço da rua: a) enquanto dirigiam, receberam jargões estereotipados por parte dos homens, como: **“vai pro tanque”, “tinha que ser mulher” e “mulher no volante o que pode esperar?”**; b) foi observado a expressão de um sentimento de vulnerabilidade no espaço da rua, pois não se sentiam seguras em andarem sozinhas à noite. Frente a essas colocações, uma guarda municipal comentou **“um assalto em um cruzamento, os carros conduzidos por mulheres têm mais chances de serem assaltados”** e c) uma integrante contou que estava andando na calçada depois de descer do ônibus, quando uma moradora de rua do outro lado da rua gritou chamando-a para dizer que tinha um homem lá naquele espaço que queria mandar nela. Ao que ela respondeu, **“não deixa não”**. Ao contar esse fato, essa integrante comentou que provavelmente aquela mulher estava indignada de não ser livre e dona de si, mesmo escolhendo viver na rua. Os depoimentos exemplificam como a rua foi se constituindo ao longo do tempo como o espaço de poder e de domínio do masculino.

### **3 - Percepções de discriminações de gênero no trabalho**

Os relatos selecionados nesse eixo giram em torno de três aspectos: o exercício da função como um espaço de luta e poder entre gêneros; o setor de trabalho socialmente denominado como um espaço do feminino; a questão de gênero na prestação dos serviços de saúde municipais.

As participantes pontuaram que frente a determinadas situações não foi dada importância às suas falas ou queixas a respeito do serviço, geralmente associados às relações de pares nas execuções de tarefas por considerarem coisas ou implicações de mulher. O não dar voz ao espaço de fala, também foi mencionado e percebido quando não são ouvidas e acatadas no trabalho pelo fato de serem mulheres. Elas sentem que precisam ter um esforço contínuo e persistente para provarem que são competentes para atuarem no cargo, por serem mulheres: **“eu tenho a sensação que preciso sempre estar provando que sou competente”**... **“eu sinto que preciso mostrar que sei a respeito do que estou falando”**...

No relacionamento com outros setores, se elas pedem algo, o processo de execução é moroso, por outro lado se for um homem e quanto mais alto o cargo hierárquico, mais prontamente a solicitação é atendida, como poder ser exemplificado: **“se eu peço, demora anos, agora se for o fulano de tal, que é homem ou o secretário, na hora o serviço é feito”... “cansei de pedir, apelei para meu chefe”...**

A percepção de que os cargos de prestígio e de poder dentro da Prefeitura acabam geralmente sendo mais oferecidos aos homens também surgiu, mesmo em setores relativos aos cuidados, onde há uma presença maior de funcionárias mulheres, como pode-se observar: **“os cargos de chefia dos setores administrativos, geralmente são designados aos homens”...**, **“as direções de hospitais, sempre vão para os homens”...** As representantes do setor de segurança pública também não vêem perspectivas tão cedo de uma mulher ocupar um cargo alto na hierarquia de comando: **“ah muito difícil, são poucos os cargos, a gente consegue até o nível administrativo”...**

Essa luta de forças entre funções executadas por homens ou mulheres também foi observada no setor do meio ambiente, obras e setor esportivo. As funcionárias do meio ambiente relataram que sentem uma tensão muito grande quando precisam fazer as fiscalizações e como elas ocupam simbolicamente um poder de polícia, essa tensão é duplicada; No setor de obras não é muito diferente, quando as funcionárias necessitam vistoriar as obras, precisam usar vestimentas e se apropriarem de atitudes mais masculinizadas no exercício do papel profissional para transitarem e serem reconhecidas: **“no começo eles olhavam desconfiados, depois que mostrei que sabia que tava fazendo, me respeitaram mais, mas evito usar saias, saltos, até porque preciso visitar obras”...** Já as representantes do setor esportivo disseram que há uma divisão sexual visível nas atividades esportivas de quadra e que as alunas meninas precisam mostrar que são hábeis para serem aceitas no time de futebol misto: **“difícilmente os alunos aceitam as garotas, elas precisam mostrar que são boas nos jogos”...**, **“elas tem que mostrar que sabem jogar futebol”...** As falas acima demonstram um ponto de tensão social nas relações de gênero, uma luta de forças onde as representantes do gênero feminino precisam buscar dentro de si recursos para conquistar seus espaços.

Outro aspecto abordado nas falas foi a menção do setor da educação ser reconhecido socialmente pelo funcionários e pelos usuários como um nicho feminino de trabalho. Isso foi constatado nas falas que pontuam falta de banheiros masculinos para os funcionários do sexo masculino que trabalham em creches, revelando uma ausência de um olhar sobre a equidade de gênero no planejamento das construções desses edifícios. As falas também trouxeram relatos de mães usuárias das cheches, às quais verbalizaram que não queriam que seus filhos fossem cuidados por monitores do sexo masculino: **“eu não quero um monitor homem dando banho na minha filha”...** As duas situações denotam que o segmento escolar está fortemente enraizado no imaginário social dos administradores e da população como um espaço

de pertencimento do domínio feminino, já que o cuidar tornou-se uma extensão do ambiente familiar. Esse imaginário da casa como espaço de domínio feminino foi bastante contundente em uma oficina, onde uma coordenadora de creche trouxe o relato de uma situação que exemplifica essa menção. Ela viabilizou a construção de uma casinha de alvenaria e coloriu-a de rosa. Um aluno aproximou-se dela e perguntou quando seria feita uma casinha para os meninos. Ela achou interessante, porque até então, essa ação na sua concepção tinha um propósito lúdico, obscurecendo o fato de que estava estruturada em cima de um estereótipo de gênero **“eu não tinha pensado nessa possibilidade”**... O relato e a discussão desse caso, proporcionou à essa coordenadora uma maior clareza de que ela tinha priorizado o público feminino em detrimento do masculino, no espaço da escola. Um reforço à perpetuação do conceito de que a casa pertence ao mundo feminino. Depois que o menino a abordou, estava em seus planos fazer outra casinha azul. Após 06 meses foi construída uma casinha azul, mas ela mencionou que a casinha rosa continuou sendo a mais frequentada por meninos e meninas, não soube dizer se por costume, hábito ou pela proximidade física da área de lazer.

Em relação ao aspecto da prestação de serviços municipais, as representantes do setor da saúde comentaram sobre as dificuldades de adesão dos homens aos programas de saúde de um modo geral, mas especialmente o de planejamento familiar e o de prevenção de câncer de próstata: **“é uma luta convencer os homens a aderir ao tratamento”**, **“eles vem acompanhados pelas esposas e quando o caso já está acentuado”**... **“os homens mais velhos têm ainda bastante resistência aos exames da próstata”**... **“ eles acham que fazer vasectomia vai interferir na ereção”**... Nessas falas, é possível verificar o quanto o gênero masculino está associado à força e virilidade e que a perda disso resultaria em um desprestígio social como homem. Essa análise foi reforçada pelo fato de que as participantes mencionaram que as mulheres são a maioria das usuárias dos serviços da saúde, seja para si ou para levarem terceiros. Novamente, o “cuidar” e a “fraqueza física” como pertencimento ao mundo feminino.

Outro aspecto também levantado foi sobre as dificuldades que os funcionários apresentam ao lidarem com situações onde a mulher usuária não se enquadra dentro dos padrões estabelecidos socialmente, por exemplo, mulheres drogadictas, alcóoltras, prostitutas, garotas de programas e homoafetivas, principalmente porque esses usuários não tem aderência aos tratamentos. As coordenadoras mencionaram que escutam expressões de seus funcionários, tais como: **“como que pode uma mulher, mãe beber tanto”**... **“essas meninas com essas roupas já dá pra saber que tipo são”**... **“fica se drogando e arranjando filho”**... Observa-se a existência de preconceito e discriminações em relação às mulheres que não se enquadram dentro dos padrões normativos construídos socialmente.

A análise dos relatos e vivências nas capacitações contribuíram para a reflexão do quanto em certas situações elas acabam agindo e contribuindo para a preservação

da divisão sexual do trabalho na esfera privada da família. Algumas delas agindo como agente social de reprodução da manutenção dos estereótipos nas relações de gênero, outras resignificando essa relação. Torna-se interessante salientar que essas divisões de papéis sexuais construídos socialmente no âmbito familiar acabam sendo estendidas no ambiente de trabalho, pelo fato delas sentirem a necessidade de provarem seu conhecimento e habilidades em ambientes tradicionalmente de domínio masculino e o cuidar como característica de um domínio feminino.

Observou-se que para as participantes é mais visível a percepção de discriminação de gênero no âmbito familiar e no trabalho. As percepções de discriminação vivenciadas em espaços públicos sociais girou em torno do espaço da rua, envolvendo situações de trânsito e a rua em si. O espaço da rua foi sendo socialmente construído como um espaço de domínio público masculino e pelos relatos mencionados observa-se uma luta de forças nas relações de gênero, um domínio que é perpetuado por meio da violência e submissão.

As capacitações proporcionaram um momento de autorreflexão para que elas percebessem a atuação de seu papel como mulher, esposa, profissional e servidora pública e como esses papéis se entrelaçavam nos afazeres do cotidiano e do profissional. Ao mesmo tempo proporcionou um empoderamento a esses papéis, pois observou-se nas discussões das oficinas, que nos eixos sobre os princípios básicos da administração pública e políticas públicas, a falta de um entendimento mais aprofundado sobre os princípios básicos da administração pública e os propósitos das políticas públicas dentro da administração pública. A não compreensão do complexo sistema administrativo e jurídico da administração pública por si só é excludente e alienante.

Esse espaço impulsionou uma interação social mais intensa entre os diversos setores, pois elas puderam se autoconhecerem, trocaram informações, ideias e compreenderam as particularidades vivenciadas em cada setor. Uma oportunidade de fortalecimento e de possibilidade de criação de uma rede de apoio e de trabalho intersetorial. Isso ficou bastante evidente nos depoimentos avaliativos coletados ao final de cada capacitação, como mostra alguns exemplos abaixo:

**...“Possibilidade de reflexão crítica a respeito do papel da mulher em ‘situação de liderança. Possibilidade de conhecer outras pessoas, me ajudando a pensar no processo de redes de trabalho’...”**

**...“A capacitação foi muito importante para ampliar minha visão quanto a minha atuação como mulher participante e atuante na sociedade em geral”...**

Foi interessante observar que esse encontro despertou nessas mulheres a percepção de que se elas se reunirem intersetorialmente, trocarem ideias, muitas ações poderão ser realizadas e concretizadas em prol das necessidades de homens e mulheres e do desenvolvimento da cidadania. No entanto, cabe salientar que grande parte dessas participantes não se veem com capacidade e força para execução de ações transformadoras no seu campo de atuação. Talvez pelos condicionamentos

construídos socialmente resultante da fragmentação do trabalho, e principalmente, devido ao meio burocrático e engessado no qual estão inseridas profissionalmente. O enquadramento setorial limita e não permite uma visão ampliada e sistêmica na busca de soluções dos problemas na prestação de assistência ao cidadão.

Esse projetoativou inúmeras possibilidades de ações de políticas públicas no município de Tatuí e algumas sugestões foram dadas por elas como: a implantação de uma rede intersetorial e a transversalidade das ações políticas de gênero à nível municipal. Essas medidas resultariam em redução de custos financeiros com a diminuição da duplicidade de ações, organizaria o planejamento e a administração territorial, enfim proporcionaria um trabalho multidisciplinarpara resolução dos problemas em uma gestão participativa. Um desafio, porque esse modelo de gestão resultaria em uma diluição de poder e forças. Acultura organizacional de trabalho em rede ainda é um desafio a ser alcançado, devido a questões burocráticas, especialidade técnica, orçamento, falta de uma visão sistêmica e integrada, e principalmente pela estrutura de poder estabelecida entre os setores. Essa dificuldade de intersetorialidade é mais visível quando os segmentos da esfera pública são diferentes.

O atual modelo administrativo do setor público embasado na setorialidade de políticas públicas a princípio torna-se um dos fatores limitadores nas implantações dessas medidas. Porém, essa própria limitação passa a ser uma oportunidade de uma ação transformadora por parte dos gestores se houver vontade política para tal. E para isso há necessidade de flexibilização das estruturas de poder enraizadas nos setores, fazendo com que o olhar administrativo seja ampliado do nível de localização do setor para o nível territorial municipal.

Empoderar as mulheres atuantes no setor público, no seu espaço de trabalho, seria uma iniciativa recomendável, pois somada à natureza feminina do cuidado, uma visão construída socialmente, impactaria de maneira considerável a ideia e a construção de cidades saudáveis, seguras e promotoras da cidadania.

A execução das políticas públicas se concretiza nos territórios do município. As cidades se constituem o palco onde as relações de gênero são construídas cotidianamente e são nelas que as transformações ocorrem e se efetivam. Dessa maneira, uma vez que as funcionárias públicas se apropriem da “vontade política” de “cuidar” com autoconfiança, elas poderão atuar nesse cenário toda a sua excelência humana e feminina.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Razões Práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996a.

CÔRTEZ, G.R. **Violência doméstica contra mulheres:** Centro de Referência da Mulher – Araraquara. 2008. 193 f. Tese (Doutorado) -Faculdade de Ciências e Letras Unesp/Araraquara - SP.Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Araraquara, 2008.

MAGALHÃES, R. et al. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no



horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6):1415-1421, 2007.

MATOS, A. G. Alienação no Serviço Público. **Revista Psicologia: Ciência Profissão**. Brasília , vol.14no.1-3 1994.

MOORE, H.L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**(14) 2000: PP.13-44.

SPERANDIO, A. M. G. et al. Caminho para a construção coletiva de ambientes saudáveis – São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(3):643-654, 2004

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP** Rio de Janeiro 40(1):27-55, Jan./Fev. 2006.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, vol. 2, 2001, p. 460-82.

## ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)

**Carolina Maia**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: carolmaideaguiar@gmail.com.

**RESUMO:** Publicações impressas de caráter periódico para lésbicas no Brasil – o que poderíamos chamar de “imprensa lésbica brasileira” – ainda são pouco discutidas em trabalhos acadêmicos, e mesmo seus títulos são pouco conhecidos. Este trabalho parte de algumas premissas discutidas em minha dissertação de mestrado, em que abordo o papel da circulação de periódicos deste tipo para a constituição de redes entre ativistas lésbicas, tanto no Brasil como no exterior, fornecendo um espaço para a construção de escritas de si (Foucault, 1992) e oportunizando a criação de novos vínculos e relações. Como num prolongamento deste trabalho anterior, discuto aqui as características da revista *Femme*, produzida entre 1993 e 1996 pelo Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos, no litoral paulista, e contando com a

participação (e leitura) de mulheres de diversos lugares do Brasil. A partir de análise documental e entrevistas com algumas de suas realizadoras, discuto a emergência deste tipo de publicação e a importância conferida aos espaços de anúncios pessoais para correspondência, em um contexto descrito como de forte repressão à homossexualidade e em que o acesso a informações sobre esta era bastante restrito. A revista *Femme* aparece, então, como um nó em uma rede de grupos ativistas, criando novas redes e fazendo ressoar diferentes vozes – uma publicação polifônica composta de notícias, cartas, contos e poesias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lesbianidade. Homossexualidade feminina. Imprensa homossexual. Escrita de si. Imprensa lésbica.<sup>1</sup>

### WRITING THE SELF, POLYPHONY AND CONSTITUTION OF NETWORKS THROUGH THE BRAZILIAN LESBIAN PRESS: A DISCUSSION ABOUT FEMME MAGAZINE

**ABSTRACT:** Periodical printed publications for lesbians in Brazil – what could be called the “Brazilian lesbian press” - are still rarely discussed in scientific works, and even their

1 Originalmente apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (MAIA, 2017b), este trabalho organiza um primeiro esforço de pesquisa e caracterização da revista *Femme*. O presente artigo apresenta pequenas correções em relação ao anterior, especialmente considerando descobertas recentes no campo compartilhadas pela pesquisadora Paula Évelyn Silveira Barbosa (UEPG), que localizou no acervo do Centro de Informações Mulher (CIM) de São Paulo um exemplar de 1996 da revista, permitindo atualizar o número total de edições já localizadas da revista (de oito para nove) e seu período de circulação conhecido (chegando a 1996 e não 1995, como presente na literatura).

titles are almost unknown. This work is based on my Masters' dissertation, in which I address the role of the circulation of this kind of periodical in creating networks among lesbian activists, both in Brazil and connecting Brazilian groups to those in other countries, arguing that these publications offered a space for writing the self (Foucault, 1992) and for establishing new contacts and relationships. Extending the discussion made in an earlier work, I describe here the *Femme* magazine, published between 1993 and 1996 by AFINS - Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos in the state of São Paulo and involving the collaboration of women from different places within the country, as well as contacts with activists in other countries (mainly in Europe). From document analysis and interviews with its publishers, I discuss the emergence of this kind of material and the importance attributed to personal ads for seeking new correspondents, in a context described as having a strong repression to homosexuality and in which access to information about it was very limited. *Femme* magazine appears, then, as a dot in a network, creating new networks and echoing different voices – a polyphonic publication comprising news, letters, short stories and poetry.

**KEYWORDS:** Lesbians. Female homosexuality. Gay and lesbian press. Lesbian press. Writing the self.

Este trabalho faz parte de um projeto maior de investigação sobre a imprensa lésbica brasileira – ou, refinando de maneira mais precisa o que defino como “imprensa lésbica”, tenho estudado desde minha pesquisa de mestrado publicações impressas, de caráter (idealizadamente) periódico, produzido por e para mulheres cujos interesses sexuais, afetivos (e, de maneira frequentemente explicitada, também políticos) se voltavam para outras mulheres. A categoria lésbica aparece, nesse campo, como um termo êmico<sup>2</sup>, categoria a partir da qual a maioria das organizadoras deste tipo de material se identificava (e promovia), bem como, acredito, boa parte de suas leitoras, uma das razões para minha qualificação destas publicações mesmo como “lésbicas”. Embora não caiba me alongar demasiadamente sobre este tópico, cabe notar que a literatura sobre a “imprensa homossexual” brasileira não raro deixa de analisar as publicações para mulheres, seja pela dificuldade de acesso a estes periódicos, seja por uma ênfase (explicitamente declarada ou não) naquelas voltadas para homens gays.

Em minha dissertação de mestrado (MAIA, 2017a), realizei um levantamento bibliográfico e documental visando a caracterizar as publicações que constituíam a imprensa lésbica brasileira e suas dinâmicas de produção e circulação. Deste esforço, resultou uma lista de 19 títulos, publicadas entre 1981 e o presente, que atendiam ao critério resumido acima: serem produzidos por e destinados para mulheres que se relacionavam intimamente com mulheres<sup>3</sup>. Salvo uma revista, a *Sobre Elas*,

2 Sobre o uso de lésbica como categoria identitária, ver Facchini (2009).

3 Localizei também três publicações voltadas para o mesmo público, duas editadas por homens e mais assemelhadas às revistas masculinas de ensaios erótico-pornográficos, e uma editada por uma mulher identificada como heterossexual, jornalista responsável em uma agência de jornalismo especia-

editada pela jornalista Nina Lopes em meados dos anos 2000 em uma proposta mais “comercial”, todos os títulos localizados são marcados por sua vinculação a grupos militantes, inseridos em redes de ativismos homossexuais<sup>4</sup>, lésbicos e feministas, de maneira que a atuação de suas produtoras era frequentemente voluntária e/ou fazia parte dos projetos de atuação de ONGs, com financiamento estatal ou de agências internacionais de fomento a movimentos sociais. Esta inserção em redes ativistas foi um dos eixos de discussão de minha dissertação, em que analisei mais especificamente o boletim *Um Outro Olhar*, editado em São Paulo entre 1987 e 1994 pelo Grupo Ação Lésbica Feminista, posteriormente Rede de Informação Lésbica *Um Outro Olhar*. Resumindo brevemente, inclusive como forma de situar o presente trabalho no interior do projeto maior que menciono acima, naquela pesquisa abordo o papel da produção e circulação de publicações impressas de caráter periódico para a construção de redes entre mulheres lésbicas; além disso, reflito também sobre como a escrita e o compartilhamento de informações sobre relacionamentos entre mulheres, tanto aqueles advindos da militância e voltados para a construção da lesbianidade enquanto identidade e categoria política quanto aqueles que trazem e elaboram narrativas pessoais sobre as próprias experiências das leitoras, participam da construção de imaginários para este tipo de relacionamento e, neste movimento, ajudam a inseri-lo no campo de possibilidades daquelas que tinham acesso a este tipo de material. No artigo que apresento aqui, proponho uma análise semelhante sobre a revista *Femme*, publicação da Associação Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica (a que, no restante do trabalho, me referirei como Grupo Afins ou simplesmente Afins), de Santos, cujas edições circularam entre 1993 e 1996.

Flávia Péret, autora de *Imprensa gay no Brasil* (2011), livro ao estilo reportagem que busca contar a história da imprensa homossexual (que ela chama de “gay”) no Brasil como um todo, destaca as dificuldades de empreitadas deste tipo, notadamente, a ausência de arquivos destinados a depositar este tipo de material, levando à sua dispersão territorial e mesmo sua perda, bem como a carência de outras formas de registro sobre o tema. Em seu capítulo sobre as publicações lésbicas brasileiras, a autora comenta que “mapear e conhecer publicações produzidas pelas lésbicas e voltadas para elas é ainda mais complicado do que percorrer o itinerário do jornalismo gay masculino no Brasil” (Péret, 2011, p. 71). O trabalho da jornalista, assim como minha dissertação e diferentes outros trabalhos<sup>5</sup>, aborda mais detalhadamente a história das publicações do Grupo Ação Lésbica Feminista, cujo boletim *ChanaComChana*

---

lizado com revistas voltadas para diferentes segmentos.

4 A emergência da sigla LGBT é bastante posterior à maioria dos títulos que localizei; de fato, publicações periódicas (tanto lésbicas como gays) podem ser consultadas para acompanhar o desenvolvimento de diferentes maneiras de nomear o movimento pelos direitos de pessoas cujas práticas e identidades sexuais divergem dos ideais heteronormativos. Sobre a emergência das siglas GLBT e LGBT e sua adoção no Brasil, cf. Facchini (2005), Simões e Facchini (2009).

5 Cf., p. ex., Cardoso (2004), Lessa (2007), Campos (2016). O *ChanaComChana* é também a única publicação lésbica mencionada por Duarte (2016) na apresentação de seu projeto de catalogação e caracterização da imprensa feminina e feminista do século XX.

constitui a publicação mais estudada da imprensa lésbica brasileira. Ainda assim, é de Péret a descrição mais longa da revista *Femme* na literatura disponível sobre o tema – mesmo que este se resuma ao trecho abaixo:

De 1993 a 1995, Tânia Thomé e Monica Camargo, integrantes do Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos (SP) –, mantiveram a revista *Femme*, que trazia notícias sobre a comunidade lésbica, além de artigos sobre cultura, comportamento, literatura, turismo, saúde, entrevistas e uma seção de correio sentimental (Péret, 2011, p. 78).

A jornalista infelizmente não detalha as fontes dessas informações. Neste trabalho, portanto, pretendo contribuir para a discussão (e o reconhecimento) da iniciativa editorial do Grupo Afins, oferecendo uma breve caracterização das edições a que pude ter acesso<sup>6</sup>, com o auxílio das narrações construídas por/com “Tânia” (que, na realidade, se chama Theresa), Mônica e Laura Bacellar em entrevistas realizadas no ano de 2016. Antes de passar para a fala delas sobre os motivos que levaram estas mulheres a escrever e publicar sobre sua lesbianidade, cabe fazer uma breve discussão sobre um dos fatores cruciais para a percepção de que tais redes de circulação de escritos se faziam necessárias: um contexto de forte repressão à homossexualidade, levando à necessidade de sua ocultação em espaços públicos, no interior da família, junto a amigos ou em ambientes de trabalho, por receio de possíveis represálias negativas, dificultando o estabelecimento de relações nas quais fosse possível a troca de informações mais aberta sobre a lesbianidade. Como coloca Didier Eribon,

A questão do dizer é crucial na experiência de gays e lésbicas. É preciso revelar que se é homossexual? Quando fazê-lo? O problema reside sempre em saber para quais pessoas é aconselhável falar. Esta possibilidade de falar oferece, em primeiro lugar, o encontro com outros homossexuais. (Eribon, 2001, pp. 79-80, tradução minha).

Fora os barzinhos do “gueto” (e conhecê-los como tal já pressupunha ter tido algum conhecimento da clientela que os frequentava), uma das alternativas para conhecer outras mulheres interessadas sexualmente por mulheres era a publicação de anúncios pessoais buscando correspondentes. O boletim *Um Outro Olhar*, que descrevi em minha dissertação, por exemplo, oferecia este tipo de serviço para suas cerca de cem leitoras associadas (MAIA, 2017a). Para quem não fizesse parte deste tipo de rede, restavam as seções de anúncios das revistas masculinas, que também publicavam mensagens de mulheres interessadas por outras mulheres. Theresa e

---

6 Agradeço à prof. Carla Ramos (UFOPA) pela intermediação e envio das digitalizações das três primeiras edições de *Femme*, adquiridas pela Biblioteca do Congresso Norte-Americano e atualmente depositadas na biblioteca da Universidade de Austin e à pesquisadora Paula Évelyn Silveira Barbosa (UEPG) pela edição de número 9, presente no Centro de Informações Mulher, em São Paulo; agradeço também à Laura Bacellar por sua digitalização e envio da edição de número 4, presente em seu arquivo pessoal. As demais encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Monica, inclusive, conheceram-se através deste tipo de comunicação, em meados dos anos 80: Theresa, então já na casa dos 40 anos de idade, casada com um homem e vivendo com os filhos de ambos, começou a corresponder-se com algumas mulheres que haviam publicado seus endereços em uma destas revistas. Ao ir encontrar uma delas pessoalmente pela primeira vez, acabou também conhecendo sua amiga Monica, quase 20 anos mais jovem do que ela. Apaixonaram-se, começaram a se relacionar, Theresa deixou o marido, e as duas foram viver juntas em São Vicente, na Baixada Paulista. Nas mesmas revistas que propiciaram seu encontro, publicaram um novo anúncio, divulgando o endereço de uma caixa postal em Santos para mulheres que quisessem saber de eventos e lugares onde pudessem conhecer outras mulheres. Surge daí o Grupo Afins, nomeado pela mensagem frequente que o casal recebia de mulheres que se diziam “afins” de novas amizades<sup>7</sup>. Trocam cartas com estas mulheres e passam a produzir um pequeno informativo sem nome, que viria a ser o embrião da futura revista.

Estas correspondências e anúncios em revistas as puseram em contato não apenas com mulheres interessadas em relacionamentos com mulheres e em informações sobre lesbianidade no Brasil: também levaram a existência de seu grupo ao conhecimento de organizações semelhantes em outros países, como as produtoras da revista lésbica *Organa*, de Portugal, que serviu de inspiração (e frequentemente cedeu conteúdo) para a produção da *Femme*. Inspiradas no periódico português, elas lançam a primeira edição de *Femme* em 1993: “criamos um boletim de forma bem artesanal, xerocado mas com matérias de interesse de nossas amigas. Chamamos o boletim de *Femme* e o promovemos a revista” (*FEMME*, nº 8, 1995, p. 1). As três primeiras edições (duas em 1993 e uma em 1994) são montadas a partir de textos datilografados e em algumas há desenhos feitos a mão; a partir da quarta, a diagramação passa a ser computadorizada, o número de páginas aumenta (passando de cerca de 40 páginas para mais de 60, mantendo o formato A5 ou “A4 dobrado”) e a revista ganha uma capa em papel couché, passando a ser impressa em gráfica. Na edição de número 6, com data de circulação indicando abril de 1995, Elizabeth (Bebéti) Gurgel do Amaral assume como jornalista responsável e as edições passam a ser enviadas para a Biblioteca Nacional. Nesta mesma edição, o editorial assinado por Laura Bacellar explicita o interesse em manter o periódico em constante melhoria e anuncia mudanças, que incluem a passagem para o formato A4 – que permaneceria até a última edição localizada, a de número 9, de 1996 –, para torná-la “mais bonita e agradável de ler”. Pedindo desculpas pelos atrasos no envio da edição anterior, ela ainda comenta a intenção das editoras de manter uma periodicidade trimestral e se justifica: “Estamos melhorando, mas não somos perfeitas. Nosso trabalho é voluntário e às vezes não totalmente sem erros. Pedimos a sua compreensão e, mais ainda, a sua colaboração. Mande textos, denúncias, traduções e contos. *FEMME* é um espaço aberto às lésbicas de cabeça aberta” (*FEMME*, nº 6, 1995, p. 1).

7 *Femme*, nº8, 1995, p. 1.



Como já mencionado no início deste trabalho, publicações impressas de caráter periódico para lésbicas foram realizadas de maneira militante, amadora. “Amadora”, aqui, pode referir-se ao grau de profissionalização, mas também ao investimento emocional (e financeiro) presente na dedicação que suas idealizadoras destinavam ao projeto – duas dimensões visíveis, por exemplo, no editorial da edição nº 8 (1995, p. 1), assinado por Tania/Theresa: “Sem nenhuma formação jornalística, sem nenhuma experiência gráfica, dedicamos todo nosso tempo livre e todas as nossas economias num trabalho titânico, mas também cheio de poesia e ideal”. O ideal e o afeto ficam ainda mais visíveis em outro editorial, assinado por Monica:

É difícil explicar que quando sonhamos com este trabalho, foi com o espírito de comunidade e que temos sempre como meta criar laços de união. Não podemos viver assim tão isoladas dentro de nós mesmas. Somos todas unidas e unidas através de Femme.

É acima de tudo um ato de amor.

Os nossos sucessos, individuais e de grupo, estão aí no eco que recebemos e no silêncio que quebramos (Femme, nº 5, 1994, p. 1).

Em entrevista, Laura Bacellar – que, após sua atuação na Femme, graduou-se em editoração, coordenou a Edições GLS e foi co-fundadora da autoproclamada primeira editora lésbica da América Latina, a Brejeira Malagueta<sup>8</sup> – contou-me que a intenção de criar e fomentar redes entre mulheres lésbicas através da circulação de informações e da troca de correspondências era uma proposta central no projeto de Monica e Theresa – em grande parte, por conta da própria experiência delas na aposta dos anúncios como “a única forma de haver um encontro” entre mulheres buscando novas amizades e/ou relacionamentos. Laura Bacellar, por sua vez, ressaltou a importância de suas vivências no exterior para a construção de ideais de acolhimento e comunidade e da promoção do orgulho em ser lésbica. “A minha militância é cultural, positiva”, ela me disse, com forte ênfase nas duas palavras, destacando a seguir seu encanto ao encontrar em um sebo na Inglaterra, durante o ano que passara trabalhando como babá em Londres aos 19 anos, na virada da década de 1980, uma edição gasta de *The Price of Salt*, livro de Patricia Highsmith posteriormente traduzido no Brasil sob o título *Carol*: “fiquei muito impactada, sabe? Eu achei muito legal uma história de amor entre mulheres, que acaba bem, diferente das histórias aqui... que as poucas histórias que tinham sido publicadas aqui com temática lésbica, acabava tudo mal”. Pelas vias da ficção, da filosofia e da história, através de muitos livros adquiridos em uma livraria gay de Londres, a “ajuda da cultura” não só exerce um papel fundamental para a construção da própria identidade de Laura, mas também se converte em uma questão central em sua militância e desemboca em sua atuação profissional. Após reunirem-se no 3º Encontro Brasileiro de Homossexuais Organizados, realizado em Cajamar/SP em 1993, Theresa, Monica e Laura decidem unir esforços para a realização da revista Femme, ficando as duas primeiras responsáveis pela coordenação geral de sua

8 Sobre editoras LGBT e o trabalho de Bacellar neste campo, cf. Araújo (2016).

produção (assinaturas, recebimento e resposta a cartas, contato com colaboradoras, diagramação) e a última, colaborando desde São Paulo, participando com a revisão de textos e enviando seus próprios. Além destas, o periódico contou com a participação de diferentes colaboradoras, a maioria delas assinando seus textos sem sobrenome ou empregando pseudônimos, como a própria Theresa/Tania, por receio de possíveis exposições e represálias.

A concisão de Péret (2011, p. 78) na citação trazida acima resume bem as temáticas abordadas nas páginas de *Femme*, que de fato traziam “notícias sobre a comunidade lésbica, além de artigos sobre cultura, comportamento, literatura, turismo, saúde, entrevistas e uma seção de correio sentimental”, bem como comportavam poesias, contos e narrativas de vida elaboradas pelas leitoras e colaboradoras do periódico. Apesar de considerar que os temas elencados por Péret como constitutivos do conteúdo deste periódico ainda merecem uma análise mais aprofundada, elejo para a discussão final deste trabalho algumas produções relacionadas aos outros registros que menciono acima, considerando que o “espaço aberto” oferecido pelas editoras fornecia um espaço para a elaboração narrativa de experiências vividas, como nos termos de Meccia (2016), ou, para usar a expressão de Foucault (1992), para a construção de “escritas de si”.

Dado o espaço limitado para a discussão neste trabalho, seleciono poucos exemplos para ilustrar essa faceta da revista. No texto “Quem sabe de Lia? Um caso verídico”, Elizabeth, de São Paulo, por exemplo, conta a história de sua intensa amizade com Lia – ambas casadas, muito próximas, criando seus filhos “como primos”. À medida que a relação se aprofunda, sentimentos ambíguos começam a vir à tona: incômodo uma em relação ao marido da outra, e uma crescente felicidade imiscuída a diferentes tons de angústia:

[...] tínhamos medo de nos tocar e de nos olhar. Parecia que o mundo inteiro iria descobrir a nossa felicidade. Sequer tínhamos a coragem de expor nossos sentimentos uma para a outra. Tinha a impressão que se assim o fizesse, iria desmoronar tudo. Era platônico. Na minha cabeça ela sabia tudo o que eu sentia por ela. Ela talvez pensasse o mesmo! Ensaiei mil vezes a revelação, mas nenhuma de nós teve a coragem de sentir o que sentíamos.

Fui abafando meus sentimentos, passando a sentir-me como alguém “anormal” voltando a sentir também o velho sentimento de culpa (FEMME, nº 5, 1994, p. 49).

Elizabeth busca terapia, o que a habilita a pensar que “não era esse monstro que até então imaginava, e que também não era a única mulher a amar outra mulher”. Se antes a preocupava a ideia do que tal revelação poderia significar para sua relação com Lia e com os maridos de ambas, ao conhecer Annete, vem a virada: “Separei-me de meu marido e, de uma forma inevitável, também me afastei de Lia. Era lésbica e não conseguia mais fugir dessa realidade”. Lia, sentindo-se só, passa a fazer uso compulsivo de remédios e acaba internada em uma clínica. Quando Elizabeth vai visitá-la, Lia desmorona: “Por que você não disse que abandonaria tudo por uma

mulher? Você sabe que eu sempre te amei e hoje eu não sou mais nada!”. Os médicos recomendam que as duas nunca mais se vejam. O possível final feliz de Elizabeth (que, afinal, havia elaborado sua sexualidade, separando-se do marido por perceber que ambos tinham o “direito de ser feliz” e vivendo uma relação com outra mulher) acaba subsumido pelo final triste da história com Lia – uma história de amor impossível e, ao mesmo tempo, imprescindível. Em outra produção, o conto “Um jantar...”, assinado por Kenny, o que começa com a descrição de um jantar romântico, momento a ser eternizado na memória da narradora, termina com a morte dramática da mulher que amava. Se, por um lado, tais narrativas remontam à dificuldade de conceber a escrita de “ finais felizes”, como o que Laura Bacellar valorizou ao ler *The Price of Salt*, cabe notar que estes trazem também um imaginário de amor maior que tudo – o exagero que comprova a existência do amor entre mulheres, como aparece na teorização de Muniz (1992).

É neste sentido que evoco a concepção de polifonia, não apenas para referir-me às diferentes vozes presentes no periódico, mas mais no sentido discutido por Clifford (2017): se este autor discute o aparecimento de diferentes vozes nas narrativas etnográficas, em propostas que visam a minimizar o controle destas por parte unicamente do etnógrafo, a narrativa de Elizabeth destoa da proposta “positiva” da revista – e, se não podemos afirmar que foi publicada sem alterações, cabe notar que ela não é acompanhada por nenhum comentário por parte das editoras. Por outro lado, cabe notar que houve um investimento destas na veiculação de narrativas mais alegres – fossem as ficcionais, como o conto “Procura-se”, originalmente publicado na revista *Organa* e reproduzido na *Femme* nº 5 (1994), que narra um encontro bem-sucedido e esperançoso entre duas mulheres que se conheceram através de anúncios para correspondência, fosse através de compartilhamentos de elaborações narrativas de experiências pessoais, como é o caso “Itacoatiara – Pedra Pintada”, presente na edição seguinte. Neste texto, dedicado à companheira da autora, a manauara Cristina Maria elabora sua identidade narrativa (RICOEUR apud MECCIA, 2016) enquanto lésbica e indígena. Nas Comunidades Eclesiais de Base, teve contato com a militância, as ideias de opressão e luta de classes e a compreensão de que ela, nascida em uma família pobre e numerosa, era “também oprimida”. Por outro lado, a frequência à Igreja a impedia de vivenciar seus desejos por outras mulheres. Anos depois, tendo se mudado para São Paulo, apaixonou-se por sua amiga “Nara, que também é índia, [e] ficou muito chocada” com tal informação. Cristina depois envolveu-se com outra mulher, a quem diz dever a admissão, para si mesma, de que “amar diferente traz conflitos mas que vale a pena desafiar a sociedade para viver com quem desejo viver”. A narrativa termina contando que ela e Nara resolveram suas questões e que, à época da escrita do texto, moravam juntas há quatro anos. Como pontua Meccia (2016), a narração é necessariamente valorativa – é a forma com que os sujeitos dão sentido à sua existência. Nesta narração, Cristina elabora não apenas sua trajetória, mas seus marcadores sociais da diferença enquanto experiência, relação social, subjetividade

e identidade, para usar as classificações de Avtar Brah (2006), e sonha com “uma sociedade livre, sem preconceitos, onde todas nós possamos viver sem discriminação o amor e a paixão que sentimos” (FEMME, nº 6, 1995, p. 8). A própria Laura Bacellar escreve uma narrativa de sua aparição em diferentes mídias hegemônicas, incluindo redes nacionais de televisão, para divulgar a agência de turismo com pacotes voltados para gays e lésbicas onde ela trabalhava, elaborando ali sentidos sobre sua experiência de visibilização da própria homossexualidade e fazendo uma apologia ao orgulho, ao diálogo aberto e à aceitação (FEMME, nº 6, 1995); tanto Monica quanto Theresa aproveitaram o espaço dos editoriais para discutir seus sentimentos e sua trajetória na busca por referências e construção de amizades e outros vínculos em redes de mulheres lésbicas (p. ex. FEMME, nº 8, 1995).

Por fim, gostaria de abordar outro espaço para discussão de breves narrativas e inquietações pessoais nas páginas de Femme. Além do “correio sentimental” – para a publicação de anúncios buscando correspondentes –, a revista Femme contou com uma seção de cartas, “um espaço para que todas possam participar de nosso intercâmbio de cartas. Portanto muitas cartas não serão respondidas pessoalmente mas sim através desta seção, ok?” (FEMME, nº 5, 1994, p. 2). Em alguns casos, a publicização da questão atende a questões burocráticas, como formas de pagamento da assinatura, não recebimento da revista... Outras mensagens, dentre as centenas que chegavam à caixa postal 716 de Santos/SP com pedidos de ajuda, acabavam publicadas junto a uma resposta ou de Monica ou de Theresa, como para estender o diálogo para outras leitoras que porventura passassem por questões semelhantes. C., por exemplo, pede conselhos, contando “...coisas que não tenho coragem de dizer para qualquer pessoa. Eu não sou lésbica, morei 1 ano com meu namorado mas não consegui esquecer a minha amiga. Isso não é loucura? [...] O que você acha disso tudo? Acha que eu me atraio por mulheres?”. Femme responde:

Sabe, o corpo e a mente da gente são muito complexos [...] Existem casos de mulheres que realmente se sentem atraídas pelos dois sexos. É uma questão individual. Mas o que eu acho mais importante nisso tudo, é sobre este seu sentimento de que pode ser “loucura”. Esqueça isso! Questionar-se é saudável! [...] avalie realmente o que você sente pelo seu namorado e também pela sua amiga. Seja feliz, tá?

Talvez esta passagem explicita a postura “mente aberta” de que Laura Bacellar fala em seu editorial citado páginas acima – e, sem dúvida, explicita parte de suas próprias concepções de sexualidade. A oferta de um espaço – fossem as correspondências diretamente com as voluntárias do Afins, fosse através da publicação destes diálogos – para discussão dessas experiências e questionamentos “que não se contam para qualquer pessoa” ressoou em outras mensagens publicadas na seção de cartas, que expressavam sentimentos de identificação e agradecimento.

Nem os arquivos nem as entrevistas realizadas me trouxeram respostas definitivas

sobre o número total de edições da *Femme* que foram publicadas pelas mulheres do Afins. Laura não tem a coleção completa, Monica e Theresa, por receio do que poderia acontecer caso seu acervo de cartas caísse em mãos erradas, destruíram todas essas correspondências e também já não têm consigo todas as edições do periódico. Acredito, contudo, que a produção da revista não tenha passado de 1996, data do último exemplar localizado da revista, a edição de número 9. Os dois anteriores a este já traziam algumas queixas de suas realizadoras em relação à resposta de suas leitoras, lamentando o baixo índice de colaboração frente ao esforço dispendido por elas na produção do periódico – desequilíbrio que levaria Monica e Theresa ao desânimo e as afastaria desta forma de militância. No editorial da 7ª edição, Monica desabafa: “com o passar do tempo as pessoas que se conhecem através da revista deixam de participar e até mesmo de comprar novamente *Femme* porque ‘já encontrei alguém que procurava’” (FEMME, nº 7, 1995). Considerando, como discuti em minha dissertação (Maia, 2017a), acredito que a publicação de artigos, ensaios e outros textos, em especial as narrativas de experiências pessoais, ajudavam a inserir no campo de possibilidade das leitoras o ideal de uma relação amorosa com outra mulher, talvez mesmo esse afastamento após “conhecer alguém” seja um efeito dos próprios textos. Como me disse Theresa, “a revista fez muitos casamentos”...

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nathanael. *As pessoas dos livros e os livros das pessoas: uma etnografia sobre a produção e circulação de obras LGBTs*. 142 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

CAMPOS, Núbia Carla. *A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil (1979-2001)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARDOSO, Elizabeth da P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DUARTE, Constância Lima. *A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil do século XIX*. In: DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil – Século XIX*. São Paulo: Autêntica, 2016.

ERIBON, Didier. *Reflexiones sobre la cuestión gay*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2001.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond, 2005.

FACCHINI, Regina. *Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo*. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos (orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

FEMME. n. 1, setembro/1993. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

- FEMME. n. 2, dezembro/1993. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 3, março/1994. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 4, junho/1994. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 5, setembro/1994. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 6, fev-abril/1995. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 7, 1995. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 8, 1995. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FEMME. n. 9, 1996. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.
- LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MAIA, Carolina. *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2017a.
- MAIA, Carolina. 2017b. Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira: uma discussão da revista *Femme* (1993-1995). In: 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos. Anais [...]. Florianópolis, p. 1-13.
- MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. *Mulher com mulher dá jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil: da militância ao consumo*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. 2010, pp. 17-44.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.



## GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS

**Bya Braga**

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, Departamento de Artes Cênicas  
Belo Horizonte – Minas Gerais

**RESUMO:** A grande movimentação social em andamento no Brasil traz à luz o trabalho de mulheres com participação direta na política e na cultura artística, de modo integrado. Esta comunicação visa relatar nossa experiência na gestão universitária da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (2013-2017), como Diretora de Unidade Acadêmica. Por meio desta vivência, destacamos a integração efetiva do trabalho administrativo-político universitário com a prática acadêmica em base feminista e no campo do conhecimento das Artes Cênicas. Isso foi importante base ética no exercício dessa gestão. Em distintos momentos, nos inspiramos em práticas performativas que valorizam a diversidade de gênero, a troca de papéis, o convívio, a artesanaria, a bricolagem, a corporeidade e a improvisação. Destacamos também a criação por nós do Fórum Mulheres na Administração Universitária (edições em 2015 e 2016). Por fim, é importante, neste contexto, relatar ainda o “Ocupa Belas Artes”, movimento estudantil de ocupação com forte participação feminina, que utilizou de expressões artísticas performativas para suas manifestações

políticas. Com isso, pretendemos discutir o fortalecimento do feminino em espaços da política e da representação universitária, a sinalização de modelos democráticos femininos para gestão administrativa e integrados com a prática da arte cênica, bem como evidenciar a concreta dinamização, ou enlace, da mulher com a política e a cultura artística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão universitária. Feminismo. Improvisação performativa. Teatro.

### UNIVERSITY MANAGEMENT BASE ON FEMINISM AND PERFORMATIVE ARTISTIC PRACTICES

**ABSTRACT:** The great social movement in progress in Brazil brings to light the work of women with a direct participation in politics and artistic culture, in an integrated way. This communication aims to report our experience in the university management of the School of Fine Arts of the Federal University of Minas Gerais (2013-2017), as of Academic Director of the School. Through this experience, we highlight the effective integration of university administrative-political work with academic practice on a feminist basis and in the field of Performing Arts. This was an important ethical basis in the exercise of that elected mandate. At different times, we were inspired by performative practices that value gender diversity, the exchange of roles, socializing, crafts, DIY,

corporeality and improvisation. We also highlight the creation and organization by us of the Forum Women in University Administration (editions in 2015 and 2016). Finally, it is important to report in this context the event “Occupy Fine Arts”, a student’s occupation movement with strong female participation. With that we intend to discuss the strengthening of the feminine in spaces of politics and university representation, the signaling of feminine democratic models for administrative management integrated with the practice of Performing Arts as well as evidence of a concrete dynamism or bonding of women with Politics, Arts and Culture.

**KEYWORDS:** University management. Feminism. Performative improvisation. Theatre.

A relação da política pública educacional com a visibilidade das mulheres pode ser percebida em uma instituição no fato dessa possuir ou não em seu histórico maior equidade de gênero em suas lideranças que assumem efetivamente cargos administrativos oficiais.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2013 e 2017, na qualidade de diretora da Escola de Belas Artes, tivemos a oportunidade de atuar para que algumas questões sobre a participação feminina na política universitária pudessem ser melhor observadas. E trabalhamos para que algo pudesse ser transformado e expandido, ou seja, para que as demandas das mulheres pudessem ser compreendidas como necessárias, urgentes e imprescindíveis neste mundo cujo fenômeno cultural da pós-verdade se fortalece e destrói laços de coleguismo, amizade e respeito.

Ao assumirmos a função de gestora pública em 2013, havia seis diretoras mulheres nas vinte e uma Unidades Acadêmicas da UFMG. Seis mulheres ocupavam vice-diretorias. A UFMG, em seus 90 anos completados em 2017, viu somente duas mulheres assumirem o cargo de Reitor. Hoje, tanto o número de diretoras quanto o de vice-diretoras aumentou um pouco.

Em 2019 existem sete diretoras de Unidades Acadêmicas da UFMG e treze vice-diretoras. Na consulta eleitoral de 2017 ao cargo de Reitor houve três candidaturas, sendo duas delas femininas. Ao cargo de Vice-reitor foram duas candidatas também mulheres. O resultado do segundo turno da consulta sinalizou a vitória de uma candidata mulher ao cargo de Reitor e um homem para o cargo de Vice-Reitor, com 65,67% dos votos. Para as candidatas mulheres e, conseqüentemente, para a nova Reitora da UFMG, foram colocados desafios de uma representação que não se restringisse ao aspecto biológico do feminino, mas que pudessem ser evidenciadas nas propostas e ações de gestão de reitoria a multiplicidade do que é ser mulher. Para isso, à época, manifestamos nosso desejo de que, independente da candidata mulher que vencesse tal consulta, pudesse ser fortalecido em seus programas de gestão as ações que contemplassem o compromisso pela real descolonização epistêmica para a expressão e produção livre dos saberes, sem a reprodução de discriminações e desigualdades. Para o campo de conhecimento das Artes, isso nos parece vital, especialmente porque

há, ainda, um pensamento universitário no qual se coloca a área de Artes inserida em um grande campo Cultural, ou dos Estudos Culturais, esquecendo-se que Ciência é também Cultura. Ou seja, o campo das Artes possui especificidades ainda que dialogue bem com determinadas ações culturais. Pedimos, ainda, àquelas candidatas, que fossem enfatizadas em seus planos de gestão universitária questões pela não marginalização das mulheres no trabalho, entre outras, tais como: o incentivo explícito à denúncia e combate ao feminicídio, ao estupro, ao racismo e à intolerância religiosa; evidenciação de combate a preconceitos em funções e atribuições de trabalho entendidas, ainda, socialmente e culturalmente como “de mulher”; colaboração para o reconhecimento da função social da maternidade com acolhimento devido às mulheres mães trabalhadoras e estudantes; defesa do direito da mulher quanto às decisões sobre seu corpo e sua sexualidade; proteção da saúde das mulheres; combate às violências caracterizadas como assédios; estímulos e garantias de maior participação política nas diversas gestões universitárias; garantias de acessibilidades e inclusões; respeito à diversidade de pensamento e produção nas variadas áreas de conhecimento, por exemplo.

O crescimento da participação feminina na gestão universitária da UFMG pode estar relacionado a fatores diversos, de caráter ampliado e conectado com a história do feminismo no Brasil, ou mesmo de caráter mais local. As mulheres são diversas, suas necessidades e motivações sociais idem. Há complexidade significativa para se contextualizar determinadas formas de emancipação social e econômica ou mesmo dizer sobre a opressão feminina ainda bastante vigente. É nosso interesse destacar aqui algumas ações na gestão universitária que recentemente realizamos na UFMG que devem, de algum modo, ter fortalecido a visibilidade das mulheres no âmbito institucional. E que também podem, talvez, ter colaborado indiretamente no apoio de propostas de novas candidaturas femininas a gestões assim ou mesmo na ocupação de outros cargos de chefia administrativa acadêmica. Mas, interessa-nos, sobretudo, levantar algumas questões sobre as possíveis bases da ação política presentes nesta nossa gestão, comentando a respeito da atividade política como um encontro humano, uma rede de conversações, que pode colaborar efetivamente para que conflitos sejam solucionados, problemas concretos diminuídos e uma ética da fraternidade seja fortalecida. Neste contexto é que apresentamos um pouco de nossa experiência de gestão universitária na direção da Escola de Belas Artes da UFMG.

A universidade pública brasileira reproduz, em circunstâncias distintas, padrões de comportamento que revelam preconceitos de gênero, raça, cultura e classe reforçando, assim, relações desiguais de expressão e de poder. Uma cultura patriarcal ocidental se mostra presente no dia a dia institucional e, neste sentido, tende a sustentar práticas de segregação e opressão institucionais diversas, impedindo que se abram redes de conversações que valorizem a paz, a cooperação, a igualdade, a justiça social, a fraternidade, a inclusão, alimentando, ainda, noções de hierarquia organizacional sustentadas no controle e submissão do outro, ou mesmo na negação

do auto respeito.

Segundo Maturana e Verden-Zöllner, “só o aparecimento da democracia foi de fato uma ameaça ao patriarcado porque ela surge como expansão das conversações matrísticas da infância” (Maturana; Verden-Zöllner, 2004, p. 85). Ou seja, o modo “psíquico patriarcal” afeta o tratamento igualitário e de respeito mútuo entre os seres, promovendo cortes na dignidade de suas existências. Interfere, também, no modo de apreender o mundo, valorizando mais as compreensões objetivas e comprováveis sob falsa neutralidade da observação do ambiente.

No período de nossa gestão à frente da direção da Escola de Belas Artes, entre 2013 e 2017, observamos, especialmente, o quanto foi importante compreender sobre como são definidas as normatizações gerais para as negociações entre os agentes do trabalho e como elas se relacionam com os princípios democráticos. Observamos também o quanto é necessário buscar uma rede de conversações que desfaçam o desgaste semântico da palavra feminismo, quando associada a julgamentos pejorativos, ou mesmo que problematizem a noção de qualidade no trabalho.

Se para a concretização do exercício de uma gestão administrativa universitária é preciso compreender o desenho do Estatuto da instituição em que se está vinculado profissionalmente, pois este é o documento que representa o discurso oficial organizacional, é necessário também perceber as falhas estatutárias existentes a fim de se criar pensamentos e práticas políticas que visem a, continuamente, buscar a emancipação humana por meio de uma ação educativa para a responsabilidade social.

Uma gestão administrativa universitária não pode se restringir ao entendimento de que ela é o mecanismo pragmático de promover as atividades institucionais. As ações de gestão esculpem a política institucional que se quer fortalecer ou mesmo implementar, transformar. A escultura social precisa estar plena de formas variadas que revelem compromissos firmados com a sociedade democrática e, ao mesmo tempo, carreguem potencialidade de adaptação para acompanhar as mudanças do mundo.

Quando somos cobrados na qualidade de gestores públicos universitários por valorizar e fortalecer o caráter organizacional da instituição, zelando por sua qualidade, eficiência, produtividade, economicidade, transparência, etc, não podemos nos esquecer tanto dos processos internos e da gestão democrática local, quanto dos processos externos que exercem influências variadas. Se a universidade hoje tem seguido modelos de administração das organizações, falando em planejamentos e estratégias para a qualidade no serviço público, não podemos deixar de dizer também sobre quais são as práticas mais adequadas para que possamos enfrentar novos desafios de diversos aspectos. Transmitir e produzir conhecimento para fins econômicos e competitivos, inclusive com uma visão restritiva, quantitativa, sobre inovação, não poderia ou deveria ser, somente, a meta principal da instituição universitária atual. Isso influencia, inclusive, as ações culturais universitárias que podem começar a se realizar em uma ótica produtivista da economia criativa ou mesmo da indústria cultural (que demanda grandes equipamentos e atos culturais, por exemplo). É preciso enfatizar

condutas de gestão socialmente responsáveis, que se preocupem e trabalhem, efetivamente, na gestão de pessoas, no cuidado de todas e todos, de todes, utilizando-se, para isso, de modelos epistemológicos interdisciplinares. A interdisciplinaridade tende a compreender melhor a complexidade humana e as próprias estruturas organizacionais, podendo colaborar diretamente para o sentimento de pertencimento social e institucional das pessoas que a constituem à luz, também, do entendimento do que a sociedade espera.

A demanda crescente por ações mais interativas, compartilhadas e participativas no âmbito social, pela sua própria comunidade, é inegável. Isso sinaliza e estimula um modo de gestão universitária também pautado no princípio da colaboração, em bases conciliadas entre os desejos individuais, as ações coletivas e as missões organizacionais. Com isso, se fortalece um modo de cidadania ativa com o pensamento mais equânime para as expressões de gênero. Valores pautados na ética pública também são imprescindíveis de existir neste contexto. Isso porque uma gestão orientada no princípio democrático da participação, da colaboração e da transparência administrativa abre espaços de discussão sobre os mais diversos temas de interesse da comunidade que forma a instituição que ela administra. Das discussões saem pautas concretas de reivindicações ou mesmo sinalização de decisões para contribuir de maneira eficaz na modernização da estrutura organizacional. Uma política de integração da comunidade institucional se instala para que uma gestão descentralize atos reconhecendo a diversidade presente.

Especificamente em nossa gestão estabelecemos o compromisso público ético de desenvolver um trabalho administrativo acadêmico no qual o princípio da democracia, com participação efetiva da comunidade da Escola de Belas Artes, foi pilar para agir em defesa das Artes e também do Design e da Cultura, campos distintos do conhecimento presentes nessa instituição. A compreensão da Constituição Federal acerca da Educação pública brasileira se fez também continuamente presente a fim de fortalecer a autonomia universitária, bem como zelar pela responsabilidade social da instituição por meio de condutas de equidade, igualdade, pluralismo, economicidade, defesa da gratuidade do ensino universitário público com qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Com a participação democrática objetivamos fortalecer boas práticas de convívio com respeito mútuo para a diversidade de gênero integrada às questões raciais, de cultura e de classe social, valorizando o direito ao acesso equânime às informações e às atividades institucionais existentes, em uma vida comunitária acadêmica mais cooperativa e solidária. Valorizamos o engajamento das mulheres na administração universitária para além das funções que tradicionalmente foram compreendidas como “de mulheres” e destinadas a elas, que podem acentuar, até hoje, caráter de subalternidade ou mesmo de repetição de padrões familiaristas e sociais tradicionais em determinadas atribuições que lhes são dadas. Para isso, nossa postura administrativa como diretora pontuava continuamente, e estrategicamente, as ações de trabalho que



poderiam reforçar tais padrões, vários deles ancorados na ideologia machista. Ações de combate a comportamentos de discriminação entre pessoas e de valorização do convívio igualitário integravam a contínua problematização das atribuições instituídas ao corpo técnico administrativo e acadêmico, especialmente à luz das questões de gênero. Isso foi realizado entre eventos diversos como reuniões de revisão crítica das estruturas organizacionais, diálogos institucionais sobre metodologias de trabalho e outros, ou mesmo por meio de visitas coletivas do corpo técnico administrativo em ações artísticas distintas externas à instituição (visitas a acervos de arte contemporânea tais como o Instituto Inhotim, por exemplo). Boas práticas de convívio institucional, de afetividade relacional e de fortalecimento da compreensão sobre que tipo de qualidade de trabalho queríamos visava, ainda, destacar o pertencimento das pessoas à comunidade institucional com real respeito para a sua diversidade e, especialmente, com a explicitação de opressões sociais específicas contra mulheres no cotidiano.

De modo geral, podemos dizer que a prática administrativa que realizamos, integrada a alguns conteúdos específicos do campo do conhecimento artístico cênico, destacou questões sociopolíticas para a maior conscientização da ordem patriarcal ainda vigente em seus modos de organizar trabalhos e condutas. A ordem patriarcal, em alguns momentos, se apresenta também associada às questões de opção religiosa cristã adotada por determinadas mulheres gerando outros modos de opressão, inclusive entre nós mesmas. Explicitar isso nos pareceu fundamental para se fortalecer a liberdade de opinião, expressão, conduta e crença, ainda que dentro de uma instituição laica. O princípio de laicidade na instituição pública de educação foi fortalecido por nós, não como anti-religiosidade, mas como garantia de liberdade e inclusão dos variados saberes e experiências. É importante lembrar que a Constituição Federal Brasileira garante a liberdade de crença religiosa a todo brasileiro e, também, determina a separação entre Estado e Igreja. Particularmente, o exercício da laicidade na instituição universitária apontou e problematizou a ideologia familiarista cristã e os papéis que esta ainda prevê para as condutas e funções (tradicionais, conservadoras e discriminatórias) da mulher na sociedade.

A participação democrática como princípio de nossa gestão administrativa acadêmica na Escola de Belas Artes da UFMG buscou, portanto, fortalecer a solidariedade entre as mulheres desta comunidade frente aos inúmeros desafios que o mundo atual apresenta. Desafios quanto à diminuição das ofertas de trabalho, em relação à ameaça do exercício profissional institucional por meio de mudanças retrógradas e conservadoras propostas pelo Governo Federal atual no Brasil, impactando de modo brutal a situação das mulheres na sociedade brasileira. Desafios diante da ameaça global para a liberdade de expressão, com ataques diretos ao Estado de Direito Democrático por meio de falsas notícias ou ainda do cultivo das relações de ódio.

O uso de princípios de conduta e ferramentas das Artes Cênicas esteve também presente não somente na pauta do modo de convívio mais solidário e presencial, mas



por meio da problematização direta sobre papéis desempenhados pelas mulheres e as expressões visíveis e as caricaturas advindas deles. O modo de artesanaria na relação com o trabalho, algo que enfatizamos no campo cênico da atuação performativa, bem como a bricolagem de metodologias, a valorização de uma corporeidade mais libertária, também estiveram presentes mediados pelos conteúdos da arte cênica da Improvisação. Esta nos ensina, no campo cênico, antes de mais nada, a não nos bloquear diante de quaisquer estímulos, podendo nos relacionar com eles ao modo de um jogo interpessoal interativo em busca de soluções inovadoras. A improvisação cênica que praticamos, ensinamos e pesquisamos, especialmente em seu aspecto performativo, não valoriza necessariamente a realização de um espetáculo ou se faz instrumento para a constituição de um produto artístico imediato. Este modo de improvisar valoriza o processo, o convívio interativo e colaborativo entre pessoas e o ambiente na medida em que foca o estar presente de cada um com os repertórios e arquivos existenciais que possuímos, podendo originar expressões pessoais que transcendem padrões ou “estéticas”. Assim, a improvisação performativa nos auxiliou sobremaneira para continuamente não nos bloquearmos e nem nos fecharmos e um padrão de conduta esperado para a figura, ou poderíamos dizer, personagem social, da “diretora da Escola”. Esta maneira de improvisação contribuiu, também, para que pudéssemos mostrar o quanto os atos de escuta, inclusive do inconsciente, são valiosos e imprescindíveis na dinâmica de se administrar uma instituição, devendo ser aumentados e qualificados. Por meio desta improvisação apontamos, continuamente, os momentos em que uma “polícia” simbólica agia em nossas mentes nos impedindo de nos relacionar com os colegas de modo a interagir buscando soluções de problemas de maneira diferente. A improvisação, como campo de conhecimento específico no âmbito das Artes da Cena, colaborou para o fortalecimento da confiança em nossa imaginação e no reconhecimento dela nos membros de toda a equipe que, conjuntamente, constituía o corpo do trabalho administrativo da Escola. Improvisar, como princípio organizador do exercício democrático, ajudou, ainda, a demonstrar condutas que devem ser resgatadas ou mesmo fortalecidas tais como: o convívio humano para além do tecnológico; o combate ao medo de errar; o prazer na invenção da vida e do trabalho; a abertura ao ser criativo; o combate à conduta de controle como princípio organizador do trabalho e das relações interpessoais nele; a escuta de si e das inquietudes de si; a liberação das expressões e sensibilidades; a abertura às concordâncias de análises institucionais e conjunturais quando elas eram possíveis e também às discordâncias; a concentração e a atenção no aqui e agora; o prazer na quebra de uma rotina e os impactos positivos disso no trabalho e na vida; a valorização da presença, do estar presente, nas circunstâncias que fossem; a Arte como conhecimento aliado da percepção de si e do mundo; a Arte Cênica como meio de revelação de si e da conquista da calma no agir, da coragem no enfrentamento dos fatos que se apresentassem, quaisquer que fossem, e da disponibilidade de atuar com rigor aliado à flexibilidade de conduta, a fim de resolver os problemas apresentados. A

improvisação cênica performativa foi uma capacitação específica nossa que contribuiu como princípio ético do trabalho realizado por nós. Ela fortaleceu o nosso cuidado para com a comunidade com a qual nos responsabilizamos ao assumirmos o tipo de cargo que é uma direção administrativa acadêmica, cuidado este que contou, portanto, com o exercício continuado de uma escuta aumentada e qualificada, atenta e ao mesmo tempo com bom humor.

O reconhecimento de que a voz das mulheres precisava ser melhor ouvida na UFMG como um todo foi também motivação importante para propormos a criação do I Fórum Mulheres na Administração Universitária. A “surdez” institucional dirigida ainda às mulheres nos chamou especial atenção por meio da questão do assédio moral que, infelizmente, também nos atingiu no ano de 2013. Diante da extrema dificuldade institucional, que verificamos ter havido nas instâncias superiores, para escutar este fato de assédio moral vivido por nós, no âmbito do alto escalão hierárquico institucional universitário, compreendemos naquela ocasião que a melhor resposta a isso poderia ser viabilizar encontros entre mulheres para diálogos específicos sobre temas que nos oprimem no trabalho universitário. Assim, o I Fórum foi proposto e realizado com a parceria das mulheres gestoras universitárias da ocasião, em especial com a Prof<sup>a</sup> Maria Márcia Magela Machado, diretora do Instituto de Geociências da UFMG à época, quem prontamente apoiou nossa ideia e compartilhou conosco a coordenação do evento nas duas edições que ele ocorreu, em 2015, entre os dias 19 e 21 de novembro, e em 2016, entre os dias 15 e 17 de setembro. Ambos foram realizados na Casa da Glória, do Instituto de Geociências da UFMG, na cidade de Diamantina, em Minas Gerais. O I Fórum gerou um documento elaborado pelas participantes, a “Carta de Diamantina”, no qual foram expostos os desejos e preocupações das mulheres gestoras acadêmicas da UFMG para uma maior ação administrativa que fortalecesse a visibilidade das questões gerais das mulheres. No II Fórum tivemos, além da participação de gestoras da UFMG em várias instâncias, a presença da Prof<sup>a</sup> Nilma Lino Gomes, Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do Brasil na gestão 2015-2016, do governo da Presidenta do Brasil Dilma Rousseff. Esteve presente também a Prof<sup>a</sup> Valéria Kemp, Reitora da Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, gestão 2013-2016. O III Fórum está agora em preparação.

No período de nossa diretoria houve ainda o “Ocupa Belas Artes”, movimento estudantil de ocupação da Escola de Belas Artes da UFMG com forte participação feminina, que utilizou de expressões artísticas performativas para suas manifestações políticas. De acordo com depoimentos de algumas participantes mulheres jovens deste movimento, organizar e participar desta Ocupação na Escola de Belas Artes, sendo mulher e estudante de Artes Cênicas, foi uma atividade inspiradora, mas também complexa seja em sua logística, seja no âmbito mais geral das discussões e ações das Ocupações. O movimento na Escola de Belas Artes buscou desconstruir o machismo e a homofobia, havendo bastante confiança entre todas e todos os participantes

nas representações que eles exerciam como, por exemplo, na relação conosco na qualidade de autoridade institucional, e mesmo com outros colegas de outras categorias. Observou-se, porém, no convívio com docentes da Escola que alguns deles, especialmente homens, pareciam demonstrar dificuldades em compreender ou mesmo escutar o que as lideranças femininas estudantis diziam, ao passo que quando a liderança masculina estudantil falava sobre os mesmos temas parecia haver escuta e entendimento. As estudantes mulheres jovens exerceram na Ocupação da Escola de Belas Artes, majoritariamente, atividades na comissão de segurança. Existiu também uma comissão de mulheres, ou frente feminista, que era autônoma e resolvia as questões apresentadas de modo independente do restante dos estudantes ocupantes. Esta comissão era responsável por diagnosticar atos de discriminação entre pessoas e machismo, reunindo-se periodicamente e se posicionando sobre quais medidas tomar na relação com o sujeito agressor, realizando, inclusive, um ato de expulsão por motivo deste modo de agressão. A comissão também se responsabilizou por organizar a programação feminista da Ocupação, ou seja, dias com atividades exercidas somente com mulheres tais como: exibição de filmes, realização de performances, espetáculo teatral e oficinas de artes variadas. Esta Ocupação colaborou efetivamente para pautar temas importantes para todas e todos estudantes na relação com a própria instituição universitária. Existiu também uma comissão de produção artística que gerou uma atividade performática de grande impacto externo, denominada “Mar de gente”. Esta ação, inspirada na performance da artista contemporânea brasileira Lygia Pape, chamada “Divisor” (1968), foi realizada na cidade de Belo Horizonte, no seu centro urbano mais conhecido, e também na frente do prédio da Reitoria da UFMG, seguindo posteriormente para Brasília em manifestação social contra a “Proposta de Emenda Social (PEC) 55” conjuntamente com outros movimentos sociais. Em Brasília, a performance abrigou cento e noventa e seis participantes utilizando-se mil metros quadrados de tecido. E todas e todos cantavam a canção: “Chegou, chegou o mar pra ocupar. Não há teto que contenha. Educação vai transbordar”.

Durante o movimento “Ocupa Belas Artes”, na qualidade de diretora da Escola, pautamos estrategicamente uma atividade de abertura oficial das comemorações dos sessenta anos desta Unidade Acadêmica, com a presença do cineasta brasileiro Sílvio Tendler (Caliban Produções Cinematográficas, Rio de Janeiro). A presença desse artista visou contribuir, especificamente, para que a Escola refletisse sobre como ela poderia documentar e revelar sua realidade para a sociedade; como poderia trabalhar no sentido da integração interdisciplinar e inclusão; como fortalecer suas ações acadêmico-artísticas voltadas para os interesses do bem comum. Tudo isso integrado à noção de utopia, uma nomeação que escolhemos para dizer do que desejamos no presente e no porvir frente às realidades vividas e documentadas, interagindo com a defesa da utopia proposta pelo cineasta Sílvio Tendler.

Com isso, quisemos ainda pensar nas utopias que temos ao manejarmos nosso passado como mulheres, diante de nossas memórias individuais e coletivas.

E perguntamos: que utopias vivemos ao tecermos relações entre mulheres e os ambientes que nos cercam? Se a base da conduta utópica passa pela reflexão sobre a realidade, se a realidade se faz triste e opressiva para nós mulheres, o que fazemos para continuar lutando, por meio da Arte, pela emancipação de todas e pelo bem comum? Se a tecnociência, a robótica, a biotecnologia, a nanotecnologia não valorizam suficientemente a imaginação criadora, o convívio humano singular, o saber e a produção em Arte como outro legítimo conhecimento, isso tudo faz com que o espírito utópico esteja morto? A inovação, que tanto se exalta no mundo científico, sem utopia, que sentidos teria? A democracia, sem fortalecimento da liberdade, da solidariedade, que sentidos teria?

Diante do exposto, reforçamos aqui a existência de vários feminismos em diversos atos. Expusemos o feminismo que buscamos realizar quotidianamente, mais especialmente no momento em que trabalhamos como gestora ou em outras ações profissionais e de vida pessoal. Isso incluiu e inclui a defesa de: direitos iguais; salários iguais; o entendimento de que o trabalho feminino não pode se limitar ao que foi construído historicamente apoiado em questões de gênero impostas socialmente; a valorização da arte e da cultura em amplos aspectos, fazeres e saberes; a compreensão de que a mulher deve ter liberdade e não ser discriminada se ela não seguir modelos familiaristas tradicionais (ser mãe, cuidar dos idosos familiares, responsabilizar-se sozinha por cuidar de filhos, casa, etc); o combate rigoroso ao assédio moral e sexual; o estímulo e fortalecimento às representações da mulher seja no campo do conhecimento da Arte seja no vasto campo da Cultura, com debates à luz da diversidade sobre o feminino, incluindo as mulheres trans, bem como evidenciando os preconceitos e caricaturas variadas sobre a mulher; a defesa de que a mulher tem direito a voz e corpo livre e não pode ser interrompida quando está falando, seja em um debate, seja em uma exposição, mesa redonda, em outro ato, isto é, o combate ao manterruping (interrupção masculina); a defesa de que a mulher tem direito à ocupar os mais diversos espaços e papéis sociais, como o político; o combate à apropriação de uma ideia de uma mulher por um homem, isto é, ao bropropriating. Inclui, ainda, trabalhar em ações que poderiam parecer simples em uma gestão administrativa universitária, mas que são sustentação para várias outras acontecerem: melhorar a iluminação, a segurança e o transporte dos campi; valorizar e requalificar estruturalmente espaços de convívio, criar mecanismos internos específicos de escuta, como ouvidoria de mulheres, entre outros.

Para finalizar, relataremos brevemente a seguir a performance que fizemos para nos despedir do trabalho de diretora da Escola de Belas Artes. Em nosso último dia como gestora, nos dirigimos ao pátio interno do prédio central da Escola carregando nos braços vários pedaços de cordas com muitos nós entre elas. Carregávamos também cabelos cortados nossos, pacotes de absorvente feminino, esmaltes, folhas de papel impressas com a letra da música “Plataforma”, de João Bosco. Tudo isso foi carregado dentro de uma sacola de pano com a marca do Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra. No centro do pátio, convidamos todas (os) as (os) presentes, inicialmente, a nos ajudar a desatar os nós das cordas cantando o samba “Plataforma”. Após o ato de desatar todos estes nós, deixamos as cordas desatadas no chão do pátio e iniciamos as instruções para o percurso performativo de nossa “saída da direção da Escola”, ou seja, uma caminhada real nossa de saída pelo corredor principal de entrada da Escola. Convidamos as pessoas presentes a nos acompanhar e apoiar nesta caminhada desempacotando, cada um, uma unidade de absorvente feminino e colando-o no chão para que pudéssemos pisar nele e fazer disso nosso percurso. Assim fizemos. Durante a caminhada cantamos em conjunto o samba “Plataforma” e entregamos a cada apoiador partes de nosso cabelo cortado, agradecendo e oferecendo com esta ação, portanto, algo concreto de nós, de nosso corpo. Com os absorventes femininos colados no chão, deixamos, então, um rastro de pegadas no corredor de entrada da Escola. Ao final dele nos despedimos de todas e todos saindo literalmente do espaço físico da Escola. Alguns disseram, com espanto: “ela está indo embora mesmo!”. Ela se foi dando adeus... E ali deixou, portanto, uma lembrança de que as mulheres sangram, de várias formas, mas caminham, seguem em frente, são fortes e têm utopias.

Hoje seguimos nossas atividades docentes e, pela produção artística teatral, buscamos dar continuidade às utopias. “De onde nascem as margens?” é o novo espetáculo que dirigimos e compusemos com estudantes da Graduação em Teatro da UFMG, sobre a Educação brasileira. Esperamos que você leitor, um dia possa se encontrar conosco, vendo-o ou de outro modo.

Este texto é dedicado a quatro mulheres do sul de Minas Gerais, Brasil: Josette Braga de Mendonça, Bertha Braga Mendonça, Martha Braga Mendonça e Joanita Mendonça. Elas me criaram e me ensinaram a sempre considerar a afetividade no estabelecimento das relações e na criação do conhecimento, me impulsionando para o trabalho com a Educação.

## REFERÊNCIAS

AMKPA, Awan. **Theatre and Postcolonial Desires**. London and New York: Routledge, 2004.

BERNHEIM, Carlos Tünnerman e CHAUÍ, Marilena Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BRAGA, Bya; CHIARI, Gabriela Serpa. A performatização da política institucional. **Sala Preta**, v. 19, n. 1, p. 206-216, 30 ago. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1998.

BUCCI, E. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, n. 116, p. 19-30, 29 maio 2018.

FARIA, Nalu; SILVEIRA, M. Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF, 2000.

FÓRUM MULHERES NA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA. **Carta de Diamantina**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em [https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Carta%20de%20Diamantina%20revisada%20pdf%20\(2\).pdf](https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Carta%20de%20Diamantina%20revisada%20pdf%20(2).pdf). Acesso em 03 de setembro de 2019.

GUILHON, Giselle. **Assédio moral no trabalho: identificação, compreensão, prevenção, ação**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

MADSON, Patricia Ryan. **Sabiduría de la improvisación. No te prepares, sólo hazte presente**. Trad. Adrián los Ríos. México: Editorial Teatrika, 2013.

MATURANA, R. Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano. Do patriarcado à democracia**. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais Projetos Globais: colonialidade, saberes, subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.



## EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE

**Maria Regina Momesso  
Solange Aparecida de Souza Monteiro**

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Escolar. Diversidade Humana. Pós-Verdade.

**RESUMO:** Vive-se a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon, partimos da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

Et verbum caro factum est et habitavit in nobis<sup>1</sup> (João, 1-14). Assim como no preceito bíblico, compreendemos que tudo se inicia pelo verbo, aqui entendido como o discurso. Tudo começa pela/na linguagem, pelo/no discurso, a construção de uma casa começa pela expressão

1 “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” São João, 1 - Bíblia Católica Online Leia mais em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria-vs-vulgata-latina/sao-joao/1/>

de um sonho, de uma vontade que depois se transforma em um projeto de casa para se chegar ao objeto casa.

Foucault (2005) deixa de entender a palavra/discurso como um conjunto de signos que remetem ou são representações das coisas apenas, sua compreensão de discurso é mais complexa, pois o compreende como as práticas que criam essas coisas. Logo, discurso é um conjunto de enunciados que, além de designar as coisas, produzem-nas, e devem ser vistos como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam (Foucault, 2005, p. 33). São João no texto bíblico já metaforizava o sentido do verbo/palavra: E o verbo se fez carne; e a palavra tornou-se corpo; e a palavra fez-se real/concreta.

Acerca da palavra/discurso na antiguidade clássica, Platão toma-a como *phármakon*, que pode ser veneno, remédio ou cosmético. Por isso *phármakon* é um termo contraditório, conforme Derrida (1991, p.41) seu sentido é impossível de ser fixado num dos contrários sem a presença do outro. O veneno pode ser remédio e vice-versa; a droga pode ser cura/medicina e vice versa; a vida pode ser morte e vice-versa. Desta feita, Platão no Fedro, confirma como remédio (a dialética) e como veneno (a escrita, *graphé*). De modo que a proximidade de Sócrates com o *phármakon* possui esse caráter contraditório, que lhe concede tanto a possibilidade quanto a impossibilidade de ser o que é. Por isso, deve-se estar cuidadoso e atento com a utilização de *phármakon*.

Essa palavra/discurso construiu e continuando construindo o mundo em que vivemos e sua interpretação nos faz entendê-la, senti-la, experimentá-la por meio de uma ou mais verdades.

Se dermos um pequeno passeio pela literatura ou filosofia, pode-se perceber que a palavra/discurso foi utilizada para produzir um tipo de verdade. Só a título de exemplificação: no classicismo a verdade era universal, filtrava-se na razão, no equilíbrio, na proporção, na objetividade, na transparência.

No Barroco a verdade constrói-se por meio da palavra/discurso controversa, dúbia, para alguns um silogismo aristotélico, em que a relação de forças entre os afetos e a razão produz “a verdade” como uma pérola irregular.

Já no Arcadismo a produção da verdade volta-se novamente para a razão, que se assenta nos ideais iluministas, aos moldes kantianos de que o iluminismo era a capacidade de servir-se da sua própria razão.

Parece que o discurso/palavra “verdade” vem se construindo em práticas discursivas que ora predomina-se na razão e ora na emoção. Foucault (2011, p. 316) insiste em afirmar que não há instauração da verdade sem uma posição essencial da alteridade. A verdade nunca é a mesma. Só pode haver verdade na forma do outro mundo e da vida outra. O filósofo parecia preconizar o que na contemporaneidade denominamos de pós-verdade.

Segundo o jornal El país o termo post-truth (pós-verdade) foi o destaque do ano 2016 nos Dicionários Oxford, a matéria deste periódico em 17/11/2016 trazia em seu

subtítulo: No debate político, o importante não é a verdade, mas ganhar a discussão. Em seguida, Hancock (2016, p.1) conceitua pós - verdade como relativo ou referente a circunstâncias nas quais os fatos objetivos são menos influentes na opinião pública do que as emoções e as crenças pessoais.

Passado dois anos, dessa matéria, a afirmação do subtítulo sobre a questão de que no campo político a verdade não era importante, mas sim ganhar a discussão ampliou-se para outros campos de atuação da vida comezinha. Ganhar a discussão tornou-se imperativo em muitas áreas, em especial nas redes sociais.

Este texto tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

## EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE HUMANA

As propostas da Educação brasileira na contemporaneidade colocam em pauta os desafios do século 21: a desigualdade, a falta de acesso à educação para todos, à inclusão e o respeito à diversidade, etc.. Argumentam que só a educação integral pode superar o ensino tradicional centrado na transmissão de conhecimentos.

A recente homologação em dezembro de 2018 da Base Nacional Comum Curricular sela essa ideia de educação integral, baseada em três pilares, a saber: a visão do estudante (ele passa a ser protagonista de sua aprendizagem); desenvolvimento pleno e integração curricular.

A BNCC regulamenta quais são as aprendizagens a serem desenvolvidas nas escolas públicas e privadas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) em todo o Brasil, cuja implementação deve se dar até 2020. A orientação tem como premissa maior que uma educação de qualidade é aquela que possa promover a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Segundo alguns entusiastas da nova BNCC, dentre eles o Instituto Ayrton Senna, afirmam que ela traz inovação quando propõem 10 competências gerais com vistas à promoção de uma nova Escola com as seguintes características: a) socializadora do conhecimento; b) centralizadora da educação no indivíduo, c) processo de Aprendizagem pauta-se no confronto de problemas reais; d) agenciadora de equidade; e) anti-intelectualista; f) pragmática e g) propicia um lugar de aprendizagem democrático.

Dessas 10 competências, duas – a 8 e a 9 -, parecem apontar para a questão do trabalho com a diversidade humana:

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Compreende-se que para tratar da diversidade humana de forma integral, contemplando as duas competências gerais, acima citadas, não se pode deixar de pensar numa educação sexual formal.

Nos últimos tempos a educação para a sexualidade humana vem sendo discutida, inclusive na BNCC, na qual a Educação para sexualidade aparece na descrição da área Ciências da Natureza (página 325), consta que:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico- cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial.

Nos anos finais, são abordados temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

Múltiplos são os elementos necessários ao acolhimento da diferença. E, ainda, a base legal para trabalhar tanto com o tema do corpo, quanto a sexualidade dentro do campo científico precisam ser ajustadas. Advém de um prenuncio destas questões passar pelo crivo e responsabilidade da família e das suas relações com a sociedade, não atrelando o tema apenas na disciplina de Ciências da Natureza.

Na estrutura da BNCC, os conteúdos do documento estão organizados em disciplinas. Estas são distribuídas ao longo dos anos por “Unidades Temáticas”, cada uma dividida em “Objetos de Conhecimento”. Estes objetos de conhecimento têm “Habilidades” que devem ser alcançadas pelos estudantes e, é no oitavo ano, que o tema sexualidade aparece na disciplina de Ciências da Natureza.

Na Unidade Temática “Vida e Evolução” há dois objetos de conhecimento: mecanismos reprodutivos e sexualidade (páginas 346 e 347). Dentre as habilidades constam:

- Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos;
- Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso;
- Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada

e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

- Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas ISTs (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

Destaca-se que a compreensão do corpo, sua constituição, modificações, deveriam ir além de saúde sexual e reprodutiva, da seleção de argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e, portanto, sua diversidade.

Neste contexto, há no próprio documento oficial que orienta o que deve constar no currículo escolar, o suporte para que a sexualidade seja compreendida a partir da diversidade. Incluir as dimensões socioculturais, afetivas e éticas, junto às biológicas, é apresentar o quão diversos somos, em termos de espécie. Também é nossa condição de assegurar que através do conhecimento possamos não só evidenciar estas dimensões, mas aprender a conviver com elas e respeitá-las.

Desenvolver o conhecimento de si e do outro, o cuidado de si em/com relação a outrem, aprender e promover atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, à diversidade étnico-cultural numa sociedade líquida moderna em que os valores são fluídos, torna-se uma tarefa árdua e complexa.

Sabe-se que na prática efetiva o respeito, a ética, o acolhimento, a garantia dos direitos sociais pela diversidade humana não acontece como prescrito na constituição brasileira: “Todos são iguais perante a lei”. A esse respeito Gomes (2006), afirma:

A luta pelos direitos às diferenças sempre esteve presente na história da humanidade e sempre esteve relacionada com a luta dos grupos e movimentos que colocaram e continuam colocando em xeque um determinado tipo de poder, um determinado padrão de homem, de política, de religião, de arte, de cultura. Também sempre esteve próxima às diferentes respostas do poder em relação às demandas dos ditos diferentes. Respostas que, muitas vezes, resultaram em formas violentas e excludentes de se tratar o outro: a colonização, inquisição, cruzadas, escravidão, nazismo.

Diante da argumentação de Gomes (2006) deve-se ter o cuidado de educar para a cultura da paz, do autoconhecimento e do conhecimento do outro, para poder evitar respostas equivocadas que resultem no ódio, na desavença e, portanto, na violência e na exclusão ou do diferente ou do mais desfavorecido.

A BNCC apresenta-se resistente à diversidade sexual e de gênero na escola, de maneira que suas recomendações mostram retrocessos na discussão desta temática quando cotejada àquelas apresentadas nos PCN. Sendo assim, os apontamentos de Palma et al. (2015) no que concerne às concessões realizadas pelos PCN para a temática não representaram em si estratégias de enfrentamentos e questionamentos, mas configuraram-se em silenciamentos da diversidade sexual e de gênero que germinavam naquele período.

Foi em meio a este movimento, que surgiram comemorações a cerca da supressão do debate sobre gênero e sexualidade, inclusive em reportagens, no dia subsequente à

divulgação da 3ª versão da BNCC, em manchete que anunciava “Bancada evangélica festeja a retirada de questão de gênero da Base Curricular” (BALLOUSSIER, 2017). A comoção se refletiu na esfera da sociedade civil e mundial.

Para Feitosa (2017) aponta que existem divergências de interpretações até mesmo entre os diferentes fact-checkers. O autor enfatiza para que:

“nunca deixar de nos perguntar criticamente quem são e como o fazem, estes que assumiram para si a tarefa de controlar a veracidade dos discursos dos outros. Avaliar continuamente não só os discursos, mas também os avaliadores e os próprios instrumentos de avaliação, é a tarefa política constante daqueles que ainda tem respeito pela liberdade e pelo pensamento”.

Isso compreende também o aprendizado da autoavaliação, pois a pós-verdade, percebida neste contexto não como a “não-verdade”, mas como a “verdade pluralizada e sob constante tematização”, FEITOSA(2017), estabelecendo continua e progressivamente maiores interpretações.

## **A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE HUMANA DIANTE DOS JOGOS DE VERDADE NA CONTEMPORANEIDADE**

Angenot (2008) em seu livro “Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique”, reflete sobre nossos discursos sociais desde o político até o discurso doméstico da contemporaneidade, os quais para o autor são sempre pautados numa retórica antilógica. Apesar de todos os humanos argumentarem constantemente em todas as circunstâncias de produção discursiva, segundo Angenot (2008) é muito raro persuadirem-se reciprocamente, ou seja, não há diálogo, não se admite as opiniões contrárias, não há argumentação, por isso se estaria na era do diálogo entre os surdos. Para Angenot, os discursos na atualidade pautam-se em controvérsias (filosóficas, religiosas, políticas, etc.), as quais evocam um autoritarismo da interpretação.

Na era da pós-verdade parece acentuar-se a indisponibilidade ao diálogo, as pessoas tendem a tratar as informações predispostas a lerem-nas de forma a encontrar “a verdade” que lhes convém aos seus afetos, crenças e valores. Logo, a verdade é vislumbrada por uma ótica da retórica antilógica, sofística, em que o que importa é vencer o debate, mesmo que não se tenha uma apreensão cautelosa dessa “verdade”. O sujeito na contemporaneidade não está disposto em ver o diferente, o contrário, nem de compreender se esta “verdade” é verificável, ou mera suposição, ou comprovadamente mentirosa. O que importa é se aquela “pós-verdade” é a que lhe convém e esta de acordo com suas convicções.

Há que se compreender que a pós-verdade não se resume apenas a uma fake news, ou uma mentira, ou uma meia verdade. A fake news, a mentira ou a meia verdade são facetas da pós-verdade. A definição de pós-verdade é muito mais complexa, pois envolve a falta de equilíbrio entre razão e emoção, entre ethos e pathos, cuja falta abre espaço para as convicções. Assim, a problemática da pós-verdade envolve várias



facetar: a verdade/a mentira; a difusão de fake-news, que pode ou não conter uma parcela factual; as convicções/a persuasão, em que as convicções estabelecem um tipo de raciocínio que não permite compreender a dinâmica de validade das verdades de cada lado da questão instalada como pós-verdade.

Angenot (2008) ao tratar da convicção política coloca que está obedece às mesmas estruturas de funcionamento das convicções religiosas e outras.

Boundon (2017) aponta para a era da racionalidade instrumental, axiológica e patêmica de cada sujeito, ou seja, essa racionalidade ancora-se numa visão utilitarista sem outros filtros de validade das verdades no mundo, o que importa são as convicções, os valores, há um desejo de verdade que se confunde com a própria verdade, o que predisporia o sujeito a aderir a pós-verdade, mesmo que esta seja mentira, ou meia verdade, ou frágeis. Essa pós-verdade revela as convicções, esta de acordo com os valores e crenças de determinados indivíduos. Isto explicaria o desinteresse em buscar descobrir a veridicção factual e as verdades, pois aos sujeitos é mais interessante a manutenção de suas convicções. Desta feita, a checagem dos fatos, fundamentos e fontes não é importante.

A esse respeito Emediato (2016, p.17) afirma que as verdades, por serem relativas dependem essencialmente de seus domínios de validação, por exemplo, no domínio científico o critério é científico epistemológico; no jurídico, os critérios são deontológicos; no religioso são epifânicos; no político são ideológicos, logo, esses domínios de validação tornam as verdades discursivas e retóricas. Assim, depende-se do critério de validação a quem esta submetida esta pós-verdade.

Emediato (2016, p.16) ainda sustenta que “as verdades são construções sociais e humanas, podem ser justificadas, relativizadas, validadas, falseadas e hierarquizadas”.

Se se entender a pós-verdade como discursiva, acorda-se também com Foucault (2002) que afirma que a materialidade discursiva produz verdade, portanto, a verdade seria um efeito discursivo que fabrica as realidades, sejam elas sociais, pessoais, culturais, científicas, etc. Cada realidade produz um regime de verdade, em dada época, conforme cada cultura e etc. Os regimes de verdade instalam e constituem a cultura de uma época, os quais trazem em sua base diferentes formas de exclusão, juntamente com as ironias e contradições que permeiam esses processos, mostrando separações paradoxais porque produzem ao mesmo tempo, resistências. São porosas, misturadas, complexas.

Ao pensar na diversidade humana pertencente ao mundo do discurso social, a pós-verdade presente nesse discurso pode implicar em vários conflitos e polêmicas de toda ordem. E, sabendo-se, que a pós-verdade constitui-se em processo retórico antilógico assentado nas paixões, valores, crenças dos diferentes sujeitos produtores desse discurso. Nem sempre essa “pós-verdade” se faz de forma consciente e intencional, com as novas tecnologias ela toma dimensões mais complexas, em que o sujeito pode apenas aderi-la por pura convicção, por esta agrada-lhe às suas paixões e interesses.

As principais características marcantes da pós-verdade ampara-se na aceleração (por exemplo, o imediatismo da internet, tudo em tempo real, pode dificultar a apreensão cuidadosa dos fatos e esta pode ser superficial ou automatizada); a retórica icônica (os discursos por se apresentarem em blocos e em grandes quantidades exigem uma leitura pulular, rápida e facilmente esquecida, sendo feita sempre olhando de forma generalizada e de uma só vez); possui esquemas de ação e protocolos de funcionamento (envolvem caráter cognitivo das convicções pré-programadas, as quais determinam estados de pensamentos e, conseqüentemente, ações imediatas).

Pode-se observar essas características na matéria jornalística da revista Exame de 20/11/2019, toma-se como exemplo a manchete “Damares cria canal para denunciar professores contra a família”. Esse canal estaria sendo criado em função de um acontecimento ocorrido numa escola do distrito federal, na qual um professor de ensino fundamental, 6º ano, teria solicitado a sua turma que fizesse uma redação sobre sexo oral e anal.

Quais efeitos de verdade essa manchete pode criar?

Dependendo dos critérios de validação de verdade, de ética, do modo como se lê e como se vê a questão da educação sexual dentro da escola poderia se ter algumas construções de efeitos de verdade. Algumas proposições:

1º) Os professores não devem trabalhar a sexualidade na escola por estarem despreparados. Escola é para conteúdos técnicos, sexualidade é assunto familiar. Portanto, precisam ser vigiados e denunciados.

2º) Os professores devem trabalhar a sexualidade na escola, dentro de uma educação formal, ética e pedagógica adequada às condições de cada realidade escolar. Um caso fora desse padrão deve ser tratado dentro das instâncias legais já existentes, sem a necessidade da criação de um canal de denúncia.

Essa manchete e a repercussão dessa pós-verdade, certamente, gerara polêmica e, na grande parte dos casos, uma verdade tenderá a prevalecer.

Qual o papel da educação num mundo de pós verdades? Como trabalhar a diversidade humana num tabuleiro de jogos de verdade?

Entende-se que o papel do educador dentro de tabuleiro é o mesmo do intelectual colocado por Foucault (1999, p.151):

O que um intelectual pode oferecer é fornecer os instrumentos de análise, e é este hoje, essencialmente, o papel do historiador. Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes a que estão ligados os poderes (...). Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha... Eis o papel do intelectual. Mas de maneira alguma dizer: eis o que vocês devem fazer.

Cabe a cada educador estudar seu momento presente, problematizando-o. Sabendo que toda e qualquer problematização é processual, é indispensável para a formação humana, não é encontrar respostas, mas sim elaborar questionamentos,

é fazer a genealogia do sujeito no caso. Portanto, envolve pensar transversalmente, observar as regularidades e as descontinuidades das práticas discursivas e não discursivas, implicar-se no processo de pensamento e, por fim, identificar as variáveis que constitui a problemática.

Entender que no lugar de um educador deve existir o máximo de isenção possível, de que embora implicados no processo, deve-se estar num lugar não do certo ou do errado, da verdade universal. Mas, sim no lugar do observador que tem a capacidade de ver as derivas, as margens, as bordas.

Não é o educador que diz a “verdade”, que “conduz”, mas é o sujeito que provoca a inquietação, a transformação, a dúvida, a busca de cada um em perceber o momento presente de forma densa, de localizar onde estão os pontos frágeis e fortes que estão imbricados nos jogos de verdade.

Esse deveria ser o papel não só do educador, mas de qualquer sujeito consigo mesmo: Como interpreto as informações, as verdades que chegam até mim? Quais critérios de validação utilizo para compreender determinada verdade?

## REFERÊNCIAS

BALLOUSSIER, A. **Bancada evangélica celebra retirada de questão de gênero de base curricular**. Disponível em: . Acesso em novembro de 2019.

BOUDON, Raymond. **Crer e saber: pensar o político, o moral e o religioso**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Ed. Unesp, 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (1ª versão). Brasília, DF, 2015. 302p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (2ª versão). Brasília, DF, 2016. 652p. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (3ª versão - abril de 2017). Brasília, DF, 2017a. 396p.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (3ª versão revista - dezembro de 2017). Brasília, DF, 2017b. 472p.

DERRIDA, Jacques. **A Farmácia de Platão**. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

EMEDIATO, Wander. Dimensões e face da mentira no discurso político. In: EMEDIATO, Wander (Org.). **Análises do Discurso Político**. Belo Horizonte: NDA/FALE, 2016.

FEITOSA, Charles. Pós-verdade e política. **Revista Cult**. 19 jul. 2017. Disponível em: . Acesso em: 17 nov. 2019.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do Saber**. 7ª Ed. RJ: Forense Universitária, 2005, p.55

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Cultural**: refletindo sobre as diferentes presenças na escola. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org>. Acessado em: 18 nov. 2019.

HANCOCK, J. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, 'pós-verdade', a Trump e Brexit. In: EL PAÍS Internacional. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638\\_931299.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html). Acessado em 16/nov/2019.

JOÃO, São. In: BIBLÍCA CATÓLICA ONLINE. São João, 1-14. Disponível em <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria-vs-vulgata-latina/sao-joao/1/>. Acessado em 16/nov/2019.

PALMA, Y. A. et al. Parâmetros Curriculares Nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. **Trends in Psychology**/Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PLATÃO. **Diálogos**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 2003.

TOSI, G. Verbete Igualdade. In.: BARRETO, V. P; CULLETON, A. (org.). **Dicionário de Filosofia Política**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 267

## MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA

**Keith Daiani da Silva Braga**

Instituto Federal de Goiás, Faculdade de Pedagogia, Aparecida de Goiânia – Goiás

**Arilda Ines Miranda Ribeiro**

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, Presidente Prudente-São Paulo

**Marcio Rodrigo Vale Caetano**

Universidade Federal do Rio Grande, Departamento de Educação, Rio Grande- Rio Grande do Sul

**RESUMO:** Os estudos sobre masculinidades raramente debatem sua presença em corpos de mulheres. Todavia, não cremos que os homens tenham uma ligação prévia, dada, “essencial” com a masculinidade; mas sim que ela se trata um atributo reivindicado e performatizado também por mulheres, ao longo da história. As experiências lesbianas são o lócus privilegiado para uma gama de expressões e identificações masculinas e, se a temática não é tão estudada é devido o rechaço patriarcal direcionado àquelas que são lidas como “imitações” de homens. Destarte, nossa proposta, é trabalhar o tema a partir de narrativas de vida de mulheres lésbicas participantes do estudo de doutorado, no campo da educação, “Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculinidade feminina,

lesbianidades, visibilidade, hipervisibilidade e experiências educativas.

### EDUCATIONAL MEMORIES OF LESBIANS: THE FEMALE MASCULINITY AS VISIBILITY OF DISSIDENCE

**ABSTRACT:** Studies on masculinities rarely discuss their presence in women’s bodies. However, we do not believe that men have a prior, given, “essential” connection with masculinity; but rather that it is an attribute claimed and performed also by women throughout history. Lesbian experiences are the privileged locus for many masculinity expressions and identifications, and if the subject is not so studied, it is due to the patriarchal rejection of those read as “imitations” of men. Thus, our proposal is to work the theme from narratives of life of lesbian women participating in the doctoral study in the field of education, “Lesbianities, gender performatizations and educational trajectory”.

**KEYWORDS:** Female masculinity, lesbianities, visibility, hypervisibility and educational experiences.

### 1 | INTRODUÇÃO

Nosso texto tem por objetivo debater a questão da masculinidade feminina em corpos lesbianos como modo de tornar a dissidência sexual feminina visível. Para alcança-

lo, apresentaremos alguns resultados presentes na pesquisa de doutoramento denominada “Lesbianidades, performatizações de gênero e trajetória educacional” realizada na área da educação. A investigação se ancora em teorizações de autoras e autores alinhadas aos feminismos e metodologicamente, os dados foram produzidos por meio de entrevistas abertas.

Trabalharemos com o conceito de masculinidade feminina proposto por Jack Halberstam (2008) em sua obra “Masculinidad Femenina” para argumentar que nem todas as lésbicas vivem em presumidos contextos de ocultação, ao contrário, com a masculinidade em seus corpos, podem se encontrar na primeira linha da visibilidade (PLATERO, 2009).

## 2 | O CONCEITO DE MASCULINIDADE FEMININA

Halberstam (2008) chamou de masculinidade feminina, as masculinidades sem homens, alternativas à hegemônica, produzidas no corpo das mulheres. O trânsito de gênero que permite a performance masculina, não é entendido, nessa perspectiva, como exclusividade de transhomens, FTM’s (female to male) e transgêneros. Lésbicas e mulheres heterossexuais também podem se constituir em desacordo com os códigos e expectativas de feminilidade sem necessariamente desejarem mudar de sexo ou terem uma sensação profunda de pertencimento a um gênero distinto do assignado no nascimento.

O autor pensa numa masculinidade vivida por mulheres, porque em sua visão o gênero não só não se justifica pela biologia, mas também não a tem como base. Ainda que muitas teorizações feministas tenham postulado que o gênero trata-se de uma construção social, ou seja, algo relacionado ao comportamento humano formado socialmente pela cultura (gostos, vestimentas, modo de ser) e não ao corpo, aos órgãos sexuais, a dimensão biológica não foi desconstruída completamente; quando dizemos que o caráter não emana da biologia estamos nos opondo ao determinismo biológico, contudo, enquanto a biologia for concebida, por nós, como o lugar da formação do caráter, a dimensão biológica, ainda é contraditoriamente invocada (NICHOLSON, 2000).

Linda Nicholson (2000) chamou de fundacionalismo biológico: a crença de que o sexo não determina o comportamento, mas tem um papel bastante importante, o de prover o lugar onde o gênero será construído, o sexo é convertido em base material para a significação cultural do gênero. Desconstruir o fundacionalismo biológico, para Nicholson (2000), bem como para Butler (2003) implica em entender que o gênero não apenas diz respeito a personalidade e o comportamento, mas principalmente, ao modo como o corpo é percebido. Não deveríamos nesse sentido, considerar o gênero enquanto inscrição cultural de um sexo autônomo (FOUCAULT, 1985). O gênero precisaria ser compreendido como o meio discursivo e cultural através do qual o sexo é tanto produzido quanto afirmado como pré-discursivo (BUTLER, 2003).



É nessa mesma linha que Halberstam (2008) aposta ao refutar que a masculinidade tenha uma ligação prévia, dada, com os homens. A masculinidade foi e ainda é um atributo reivindicado e performatizado tanto por homens quanto mulheres, ao longo da história. Todavia, a ligação entre mulheres e masculinidades tem sido bastante ocultada, em comparação com a relação homens e feminilidades (MEINERZ, 2011). A temática não é investigada academicamente, em partes, por conta do rechaço patriarcal direcionado àquelas que são percebidas como “imitação” de homens, e também devido ao debate sobre masculinidades ainda ser, de modo geral, desenvolvido por pesquisadores homens e suas visões do tema (HALBERSTAM, 2008).

A lesbianidade se entrelaça com as masculinidades femininas, porque as mulheres também podem se emaranhar nos jogos de poder masculino, por privilégio, liberdade, apreciação e por outras mulheres, sem que isso signifique reproduzir a dominação masculina ao ocupar o lugar socialmente atribuído ao homem (MEINERZ, 2011). No entanto, acreditamos com Halberstam (2008) que mesmo a masculinidade sendo passível de ser vivida por mulheres heterossexuais, é efetivamente quando se intersecciona com o desejo lesbiano que se torna bastante ameaçadora e potente, já que as experiências lesbianas são o lócus privilegiado para uma gama de expressões e identificações masculinas, enquanto a heterossexualidade segue com seus limites e graus preestabelecidos para que ela possa acontecer (PLATERO, 2009, MEINERZ, 2011). A masculinidade feminina está atrelada à hipervisibilidade lesbiana, porque como nos explica Alison Eves (2004), a partir das elaborações de Nestle (1992), historicamente as lésbicas masculinas, butchs nos termos norte-americano e europeu, tem sido a representação visível do desejo lesbianos. Em síntese, falamos de sujeitos cujos corpos carregam consigo uma estilística que os “[...] sitúan en la primera línea de la hipervisibilidad ” (PLATERO, 2009, p.02).

### 3 | AS LÉSBICAS QUE TODO MUNDO CONHECE

Podemos confirmar essa visibilidade extrema nas narrativas das participantes (com nomes aqui fictícios) de nossa investigação, quando rememoram mulheres lésbicas conhecidas de suas cidades, que apesar de muito pequenas, não conseguiam preservar o silêncio diante das moradoras “sapatonas”, “caminhoneiras”, por suas transgressões de gênero:

A família Lourenço na época era uma das famílias mais ricas da [cidade], então era uma família popular muito conhecida e eles moravam [...] muito no centro, era dois quarteirões da Igreja, enfim... a família era muito rica e a família Lourenço sempre teve amizade com a família do meu pai, minhas tias já trabalharam pra mãe dela, trabalharam na casa dela, da Derci, é... a gente via a Derci entrando e saindo [...] eu via a Derci, ela tinha uma mulher, uma namorada que era a Rute. Era muito assim, todo mundo comentava, todo mundo comentava! [...] A namorada dela [...] só tinha uma Biz, e comentavam que era sustentada pela Derci Lourenço que era sapatona, a cidade inteira comentava! A Derci andava bem machona assim tal, que nem um piãozão de sítio, de chegar com aquelas calças toda cheia de barro. Eu

olhava aquilo e pensava “Gente, eu acho que eu gosto de mulher, mas também eu não sou assim” (Entrevistada Patrícia, 29 anos).

**Patrícia também se recorda que quando criança todos, da cidade de menos de 20 mil habitantes, falavam de Paulão, menina negra masculina, neta de um morador antigo:**

[...] Tipo assim, era uma menina negra, bem machinho, cabelo cortado curto assim, camiseta, short, e todo mundo tipo, assim, “Ai a Paula lá do Seu Genor, só vive no meio de moleque”, tipo assim você escutava, e você não escutava só da minha mãe, por exemplo, se a minha mãe conversava com a Dona Ana e com o Seu João, que eram os velhinhos que moravam do lado, aí a Dona Ana: “Ai Lúcia, olha lá a Paula”, [com desaprovação], eu lembro disso, eu lembro da Dona Ana sentada na cadeira de área, minha mãe chegando do serviço e a Dona Ana falando: “Ai a Patrícia é uma menininha tão boazinha, né, Lúcia? Nem vai lá na rua” e minha mãe falava “Ai não, não deixo a Patrícia ficar na rua não [...], não gosto dessas coisas, D. Ana”, aí ela falava: “Ai, olha a neta do Seu Genor ali brincando com os moleques... até parece moleque”. Hoje todo mundo chama ela de Paulão, ela é lésbica e [...] a esposa dela tem três filhos (Entrevistada Patrícia, 29 anos).

**Mia se lembra que ao longo da infância e adolescência, o município que cresceu de aproximadamente 4 mil habitantes tentava decifrar Robertão:**

[...] a Robertão... era uma moça que morava lá [na minha cidade] e ela era masculina. Só que ela tinha filho, ela saía com os homens para ter filhos e criava. E aí ela era muito marginalizada, muito marginalizada, ela era negra, masculina e ela era pobre, e ela bebia e batia nas mulheres, batia nos homens. Então era uma coisa que eu não queria ser, por preconceito, por ver que assim, tipo, não era um modelo. Não era uma coisa que alguém queria ser. [...] E era uma coisa engraçada [para as pessoas da cidade], todo mundo via e chamava “ei Roberto”. [...] Antes era Roberta, eu lembro da Roberta cabelo batidinho, vestia camisa, a Roberta assim assado. Depois virou Roberto, mas o Roberto tinha filho e meio que confundia quando criança, para mim era muito bizarro (Entrevistada Mia, 27 anos).

**Caroline também se recorda de mulheres lésbicas bastante comentadas em sua cidade de 15 mil habitantes:**

[...] [lembro] de um casal já adulto, que viviam juntas, as mulheres. Uma delas tinha um filho... e uma ajudou a criar o menino até grande assim entendeu? A lésbica mesmo, porque a outra acho que era bi. E assim, era aquele converseiro delas, falavam muito delas, muito delas, muito delas mesmo! Tinha também outro casal também que sofria bastante preconceito e uma principalmente uma porque ser negra e gorda e a outra por ser pobre

É interessante explicar que, quando iniciamos nossa pesquisa de doutoramento, construímos a ideia de trabalhar com mulheres lésbicas que moravam ou viveram boa parte de suas vidas em cidades pequenas, na região de Presidente Prudente (SP) por crermos que nem todos os sujeitos dissidentes estão situados em capitais ou grandes centros, e tal recorte, da lesbofobia em cenários interioranos ainda carecia de estudo

e análise. No contato com as participantes era recorrente em seus relatos a ideia de que elas não tinham “nada de interessante” para oferecer a uma pesquisa acadêmica e a recordação dos meninos gays dos tempos de escola e da comunidade era muito rápida, levando algumas a afirmar que não sofriam ou não acreditavam na violência contra a lésbicas, marca típica do discurso que toma a homofobia como sinônimo de preconceito e discriminação exclusivamente contra homens gays. Entretanto, nos processos de recordar a infância, elas passaram a narrar como algumas “sapatonas” eram destacadas e hipervisíveis – comentadas por todos da cidade – em especial por suas performatizações de gênero na masculinidade. E que a lesbofobia também se tornava mais forte e explícita na vida dessas mulheres, já que todos comentavam, riam, debochavam e as excluíaam.

Outro ponto importante nas histórias de vida abordadas, é a forma lesbofóbica com que as masculinidades lesbianas são aprendidas pelas entrevistadas. Mia e Patrícia, aqui e em outros momentos da narração detalham angústia e rejeição ao “modelo” de lésbica que era mais conhecido em suas cidades, rememoram os episódios que sujeitos da família, vizinhança e da escola marcavam as “sapatonas” e “machonas” como algo grotesco, falido e indesejável.

Durante seu estudo de mestrado, “Entre Mulheres: Estudo etnográfico da constituição de parcerias sexuais e afetivas entre mulheres de camadas médias urbanas” defendido em 2005, Meinerz pontua que também começou a notar a rejeição sofrida pelas mulheres masculinas por parte das lésbicas. Eram empenhadas contra elas desde risadas, piadas e imitações jocosas da masculinidade até o discurso aberto em que pontuavam que não eram iguais aquelas mulheres, pois ser lésbica não implicava em ser menos mulher (MEINERZ, 2011).

Na visão da pesquisadora, embora pareça um discurso que versa sobre o outro, ele opera como um discurso de si, em que o sujeito ao rechaçar àquelas vistas como “imitação de homens” afirma a própria normalidade em relação as expectativas de gênero, e mais, que tais comportamentos desrespeitosos estavam relacionados a um disciplinamento de si, em termos de se tornar normal e também capaz de gerenciar a visibilidade da sua sexualidade (MEINERZ, 2011).

Resultado semelhante é sinalizado na pesquisa portuguesa realizada por Brandão (2015), com dezoito histórias de vidas lesbianas a respeito da negociação entre a vida amorosa secreta e as relações sociais íntimas. A autora expõe que dentre as estratégias empenhadas pelas participantes, para ocultar seus relacionamentos das demais pessoas estavam: não manter amizades e proximidades com mulheres atreladas ao estereótipo “lésbica máscula”, bem como, não se apresentar aos outros com uma estética que se afaste da feminilidade normativa.

Para Brandão (2015) se por um lado as entrevistadas tinham o privilégio de “se passarem” por heterossexuais, por outro experimentavam a angústia da invisibilidade. Ao reconhecerem o poder que possuíam de gerenciar quem podia e quem não podia ter conhecimento dessa parcela de suas vidas, refletiam que isso era possível

efetivamente porque fora da masculinidade feminina a lesbianidade parecia inexistir e esta constatação fazia com que se sentissem desligadas, alheias e deslegitimadas por seus grupos sociais.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa sociedade ainda bastante heteronormativa, saturada de imagens, propagandas e educação sexistas é realmente difícil supor que apenas a existência de desejos dissidentes, muitos mantidos em segredo como nos casos mencionados da pesquisa de Brandão (2015) ou aspirados (no sentido de desejados) em nossa investigação bem como de Meinerz (2011), seja suficiente para desafiar a heterossexualidade presumida (CALHOUN, 1995; EVES, 2004).

É somente na intersecção com o gênero também dissidente (masculinidade feminina) que reside a maior transgressão da lesbianidade, em termos de se fazer visível, presente, concreta, destacada, existente e pensável, na visão da filósofa feminista Cheshire Calhoun (1995, p. 22-23): “O que estou sugerindo é que o desejo pelo mesmo sexo não representa por si só a lésbica e a torna pensável, a sexualidade deve, de alguma forma, levantar para nós a questão da categorização sexo/gênero antes que ela possa efetivamente representar a lésbica” (tradução nossa).

#### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, A.M. A gestão do segredo: homo-erotismo feminino e relações familiares e de amizade, **LES Online**, v. 7, n.1, 2015, p. 03-16.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CALHOUN, C. The Gender Closet: Lesbian Disappearance under the Sign “Women”. **Feminist Studies**, Vol. 21, No. 1, Spring, 1995, p. 7-34.

EVES, A. Queer Theory, Butch/Femme. Identities and Lesbian Space. **Sexualities**. Vol. 7(4), 2004, p. 480–496.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 [1976].

HALBERSTAM, J. **Masculinidade Feminina**. Trad. Javier Sáez, Barcelona-Madrid: E. Egales, 2008.

MEINERZ, N. E. **Mulheres e masculinidades**: etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parceiras homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, 8 (2), 2000.

PLATERO, R. L. Lesboerotismo y la masculinidad de las mujeres en la España franquista. **Bagoas**, n. 3, 2009. p. 15-38.

## NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS

**Marjorie Evelyn Maranhão Silva**

Universidade CEUMA

São Luís – Maranhão

**RESUMO:** O presente trabalho visa analisar como o racismo e o sexismo impactaram na construção dos direitos humanos das mulheres negras, de modo a discutir a incipiência do (ainda relativo) reconhecimento dos seus direitos, o que coloca em discussão a utilização das expressões “negras jovens” ou “jovens negras” para denominar o formato temporal do reconhecimento dos seus direitos. Isso porque o processo de reconhecimento da existência social dos negros e das mulheres foi (e ainda é) bastante lento e difícil. Se for adicionado a qualquer dos marcadores sociais da diferença que os identificam – raça “ou” gênero – o outro marcador, trazendo numa só pessoa a reunião das duas marcações de diferença – raça “e” gênero, pensando, portanto, nas mulheres negras – potencializa-se ainda mais essa falta de reconhecimento de seus direitos humanos. Mas para que essas situações possam ser entendidas precisam ser vistas como partes de um processo histórico de racismo e sexismo, nascidas com a colonização e potencializadas a partir da consideração daquela ou daquele que faz parte de quaisquer desses grupos como o Outro, aquele odiado e repudiado, com

o qual não se quer parecer, o que prejudicou (e ainda prejudica) o reconhecimento dos seus direitos humanos. Assim, pelo método dedutivo e a partir de revisão bibliográfica objetiva-se discutir o impacto do racismo e do sexismo na construção dos direitos humanos das mulheres negras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo. Sexismo. Direitos humanos. Mulheres negras.

### YOUNG BLACK WOMEN OR YOUNG WOMEN BLACK? A LOOK AT RACISM AND SEXISM IN THE CONSTRUCTION OF THE HUMAN RIGHTS OF BLACK WOMEN

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze how racism and sexism have impacted (and still impact) the construction of the human rights of black women, in order to discuss the incipience of the (still relative) recognition of their rights, which calls into question the use of the terms “young black women” or “young women black” to designate the time format of the recognition of their rights. This is because the process of recognizing the social existence of blacks and women was (and still is) rather slow and difficult. If it is added to any of the social markers of difference that identify them – race “or” gender – the other marker, bringing together in one person the meeting of the two markings of difference – race “and” gender”, thinking, therefore, of black women – further strengthens this lack of

recognition of their human rights. But for these situations to be understood they must be seen as a historical process of racism and sexism, born with the colonization and potentialized from the consideration of that or that which is part of any of these groups as the Other, hated and repudiated, the one you don't want to be similar, which harmed (and still harms) the recognition of their human rights. Thus, by the deductive method and from a bibliographic review aims to discuss the impact of racism and sexism on the construction of human rights of black women.

**KEYWORDS:** Racism. Sexism. Human rights. Black women.

## 1 | INTRODUÇÃO

O processo de reconhecimento da existência social dos negros e das mulheres foi (e continua sendo) bastante lento e difícil. Se for adicionado a qualquer dos marcadores sociais da diferença que os identificam – raça “ou” gênero – o outro marcador, trazendo, numa só pessoa, a reunião das duas marcações de diferença – raça “e” gênero – potencializa-se mais ainda essa falta de reconhecimento.

Para que essas situações possam ser compreendidas é preciso que sejam vistas como partes de um processo histórico de racismo e sexismo, nascidas com a colonização e potencializadas a partir da consideração daquela ou daquele que faz parte de quaisquer desses grupos como Outro, que é socialmente odiado e repudiado e com o qual não se quer parecer. E isso só reitera a sua situação de invisibilidade social.

Utilizando do método dedutivo e a partir de revisão bibliográfica, busca-se discutir sobre o impacto do racismo e do sexismo na construção dos direitos humanos das mulheres negras, respondendo ao seguinte questionamento: em que medida o processo de colonização influenciou na construção do racismo e do sexismo sociais, de modo a interferir na construção dos direitos humanos das mulheres negras?

Para isso, discute-se, inicialmente, sobre o processo de colonização como construtor dos marcadores sociais da diferença de raça e gênero. Depois reflete-se sobre o impacto da colonização na formação dos direitos humanos. E, por fim, pensa-se sobre a possibilidade de influência do racismo e do sexismo na construção dos direitos humanos das mulheres negras.

## 2 | A COLONIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA DE RAÇA E GÊNERO

Na América Latina está concentrada uma grande parte das sujeitas e sujeitos socialmente abandonados e, mesmo após a ultrapassagem do período (temporalmente) colonial, as marcas da ferocidade com que foram atingidos os acompanha até o presente, de modo que não há como tratar de direitos humanos sem abordar o impacto que esse processo de colonização significou.



Bomfim (2008) trata da violência e da covardia desse processo de colonização e também de como o colonizado teve seus direitos e suas histórias completamente invisibilizados, pelo desejo único de exploração e enriquecimento do colonizador, cuja ideia não era construir uma pátria americana livre, mas só extirpar dela seus tesouros.

E, apesar do processo de descolonização ter acontecido, as representações da atualidade demonstram a presença dos inúmeros reflexos da colonização. Para Mignolo (2003), a consideração somente da posição colonial eurocêntrica faz com que se desconsidere o colonizado e, uma vez que esse foi inferiorizado, suas histórias, necessidades e direitos foram igualmente abandonados.

A não consideração do colonizado como sujeito historicamente visibilizado o mantém refém dos discursos colonizantes. Além de invisibilizado, o colonizado é alguém que ninguém quer ser, nem com quem se quer parecer: o Outro. Para Said (1994), na história, todas as sociedades tiveram (e têm) os seus Outros.

Bhabha (1998) esclarece que o centro da questão está na construção do Eu e do Outro como sujeitos distintos e absolutamente distantes. Para Spivak (2010), além de invisibilizado e repudiado, ao Outro (neste caso, o sujeito colonial) se impõe uma condição de subalternidade.

E mesmo tentando seccionar colonizador e colonizado, na interpenetração apenas da história do segundo pelo primeiro, hierarquizando-os e invisibilizando as penetrações inversas, de fato, as influências foram (e são) mútuas e constantes.

Desde o século XIX, em que se consolidou o sistema mundial, todas as culturas e sociedades vêm se misturando. Nenhum país é mais formado de nativos homogêneos, cada um tendo seus imigrantes (e também seus Outros), sendo híbrido (SAID, 1994), já que todos fazem parte de um mesmo conjunto – o sistema mundial capitalista (WALLERSTEIN, 1997/1998).

Para Wallerstein (1997), nos sistemas históricos que antecederam o capitalismo havia maior coerência, deles tendo resultado as ideias de igualdade e de direitos humanos inerentes a todos como características naturais, com as quais todos nascem. Mas a lógica universalista que é compatível com a economia capitalista, que desconsidera os particularismos e sustenta uma unicidade entre os todos, termina desconsiderando as particularidades para reduzir tudo a mercadorias valoráveis.

Isso permite, de um lado, a máxima eficácia ao produzir bens e, de outro, a colocação de sujeitos mais competentes para continuar a movimentação desse sistema em cargos de destaque, surgindo o sistema meritocrático, que sustenta o racismo e o sexismo. Dessa maneira, a implantação de uma ideologia supostamente universalista e o grau de desigualdade partindo da raça e do gênero terminam sendo entendidos como forças diretamente proporcionais (WALLERSTEIN, 1997).

Nessa ideia, é a mesma diferença que iguala as sujeitas e sujeitos – na medida em que todos têm (em tese) direitos iguais – que também os divide e os inferioriza/superioriza. São as próprias situações sociais, então, que vão demonstrar a relação entre o suposto universalismo moderno e o racismo e o sexismo, nascidos da

construção dos marcadores sociais da diferença de raça e gênero.

Raça, para Quijano (2005, p. 117), é “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo”, um conceito criado com a colonização da América, pelos colonizadores, tomando por referência estruturas biológicas que, supostamente, diferenciariam os grupos – como [...] “índios, negros e mestiços [...]” –, redefinindo outras, a fim de qualificar, classificar e seccionar a população a partir de traços fenótipos. Assim, “[...] os dominantes chamaram a si mesmos de brancos” (QUIJANO, 2005, p. 117-118).

Tratava-se de uma forma de legitimar a dominação nascida na conquista da América com a implantação de uma perspectiva eurocentrada de ver o mundo e julgar as sujeitas e sujeitos e seus conhecimentos como inferiores, convertendo-se a raça no primeiro critério de classificação social universal, e dando vassão à existência da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

Junto com a ideia de raça foram estabelecidas as posicionalidades desses sujeitos perante o capitalismo global e, com isso, para Quijano (2005), foram definidas novas diretrizes para a divisão do trabalho, partindo-se para sua divisão racial. É o que Wallerstein chama de “etnificação” (*‘ethnization’*) da força de trabalho” (itálico do autor) (WALLERSTEIN, 1997, p. 6).

A potencialização dessas divisões trouxe secção social e, junto com ela, o racismo, que sustenta e se sustenta pelo próprio sistema mundial capitalista. Para Wallerstein, o racismo

[...] não é apenas uma atitude de desprezo ou de medo contra pessoas que pertencem a outros grupos definidos por critérios genéticos (como a cor da pele) ou por critérios sociais (crença religiosa, pautas culturais, preferência linguística, etc.). [...] o racismo vai muito mais longe. O desprezo e o medo são aspectos muito secundários do que define a prática do racismo na economia-mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 1997, p. 5).

No que tange à identidade racial, Bhabha (1998) ressalta que ela não é fixa, mas construída. E ela funciona como um artifício para viciar a sociedade e certos grupos, construindo-os como Outros, distantes do Eu. Fanon (2008) também reconhece a construção social de sujeitas e sujeitos, de modo que “[...] racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele. Isto significa, por exemplo, que os negros são construídos *como negros* [...]” (itálico do autor) (FANON, 2008, p. 15).

Os negros, assim como outros grupos sociais, são vistos como os Outros da sociedade. Assim, tudo é permitido ao Eu com relação ao Outro, inclusive a discriminação e a violência, com atrocidades ilimitadas, o que pode ser observado historicamente no sadismo da escravização (FANON, 2008). Para Quijano (2005), quem constrói o Outro é quem se coloca num patamar de superioridade, como os negros são construções

dos brancos.

Aliado à raça, há outro marcador social da diferença a ser considerado: o gênero. Wallerstein (1997) ressalta que a própria ideia de “irmandade universal do homem”, ideia nascida “da” e “que” compõe a modernidade, é, de fato, exclusiva, na medida em que a própria composição semântica da expressão já invisibiliza as mulheres.

Para Spivak (2010), os marcadores sociais da diferença de raça e gênero posicionam as indivíduos e os indivíduos em uma condição de subalternidade. Contudo, algumas dessas pessoas merecem uma posição de especial destaque – as mulheres –, uma vez que a diferença de gênero as torna duplamente invisibilizadas, sendo a construção ideológica de gênero responsável por manter a dominação masculina, de modo que não é atribuído nenhum valor à sujeita subalterna.

Cabe ressaltar que falar de “mulheres” como socialmente diminuídas não significa que todas, indistintamente, tenham as mesmas necessidades e aspirações, mas que há algo que as unifica e se estende universalmente – a condição de “mulheres” –, independente da classe social, etnia ou raça. Essa ideia, contudo, não invisibiliza as diferenças de cada grupo de mulheres, nem também as generaliza, de modo a não serem formadas categorias universais e fora do contexto histórico (MOHANTY, 1991).

No que concerne aos marcadores sociais da diferença, bell hooks (2015) reflete sobre a impossibilidade de separação de gênero e raça. Mas a recusa, no passado, de reconhecer a conexão entre eles fez com que muitas situações de violência fossem desconsideradas. Isso porque a reunião, em uma só sujeita, desses dois marcadores potencializa a opressão vivida por ela:

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade [...] nossa condição social geral é inferior à de qualquer outro grupo. [...] suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista. Ao mesmo tempo, somos o grupo que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir. [...] As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. (HOOKS, 2015, p. 207-208).

Bell hooks (2015) destaca também, como se vê, outro marcador social da diferença – a classe – que, apesar de não ser tratado diretamente nessas reflexões, não há como ser desconsiderado com relação aos demais, pois “A luta de classes está indissoluvelmente ligada à luta para acabar com o racismo” (HOOKS, 2015, p. 195-196).

Dessa maneira, o processo colonial foi e ainda é um marco para a desigualdade racial e de gênero, uma vez que ele sustentou a construção do racismo e do sexismo, invisibilizou as sujeitas e sujeitos pertencentes aos grupos sociais aí representados e ainda multiplicou essa invisibilidade para aquelas cujas vidas são caracterizadas pelos

dois marcadores: as mulheres negras.

### 3 | PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: ALGUMAS INTERSECÇÕES NECESSÁRIAS

Os direitos humanos surgiram para trazer uma mudança paradigmática ao mundo, na medida em que vieram prevendo modificações no olhar à construção dos direitos das sujeitas e sujeitos, que deveria passar a seguir a perspectiva da igualdade e da universalidade. Mas isso não significou linearidade, neutralidade e paridade em suas construções, que ainda estão contaminadas pelo colonialismo e pela desconsideração do colonizado como sujeita ou sujeito de direitos.

Historicamente, o processo de colonização figurou como um modo de diminuição de direitos do colonizado em benefício do colonizador, que impunha seus modelos. A aceitação do movimento inverso – de ascensão do colonizado – com a construção de seus direitos não era de interesse do colonizador (CLAVERO, 2014).

Para Wallerstein (1997), há uma confusão entre a história do sistema-mundo moderno e a história de expansão dos povos e dos Estados europeus, que foi fundamental para a construção e manutenção da economia-mundo capitalista, com as explorações econômicas e as injustiças em massa, criando os padrões de universalidade e igualdade a regerem o mundo (até a atualidade).

O modelo de universalidade existente até hoje é o hegemônico, colonial, porque foi imposto. Isso, supostamente, já lhe confere autoridade suficiente para figurar sobre quaisquer marcadores que individualizem sujeitas e sujeitos. Contudo, isso só mascara suas diversidades e necessidades.

Mas, de todo modo, para Donnelly (2007), é necessária a existência de valores que gozem de universalidade que, segundo Clavero (2014), não deve garantir uma significação comum a todos, de modo a desconsiderar o tempo, o espaço e as sujeitas e os sujeitos como marcadores seus.

Então, apesar de não terem nascido com essa característica, não há como desconsiderar em absoluto a universalidade como parte dos direitos humanos. É ela própria que permite dar a eles o valor adequado a cada situação, reconhecendo as particularidades inerentes a cada grupo social, que tem garantido o livre exercício da construção dos seus significados, desde que haja compatibilidade dessa significação com direitos alheios (DONNELLY, 2007).

Desse modo, a característica da universalidade conferida aos direitos humanos não vai assegurar a generalização do entendimento deles. De forma contrária, vai permitir que cada grupo ou indivíduos/indivíduos faça suas próprias escolhas quanto ao seu sentido e alcance.

A primeira obra a trazer a ideia de direitos humanos foi escrita no século XVIII, intitulada *Commentaries on the Laws of England*, que trazia esses direitos na condição

de absolutos e fundamentais, de modo que estariam por cima do próprio ordenamento (CLAVERO, 2014).

Mas isso não significava sua representação como direitos de todos e de cada um dos seres humanos. Eles eram garantidos a um “tipo social”, o “gentleman”, não estando compreendidos o indígena, o afro-americano, o escravo, a mulher, entre outros, que restavam sem direitos (CLAVERO, 2014).

O processo de descolonização ocorrido na segunda metade do século XX, conforme Wallerstein (1997), representou um marco para a formação de uma nova concepção de direitos humanos, para os quais, por muito, foram desconsideradas várias características, em especial igualdade e universalidade. Mas esse processo foi (e ainda é) bastante custoso e difícil pelo enraizamento do colonialismo (europeu), que influencia na construção e desconstrução de direitos.

Destaque-se que é adotada, para fins deste trabalho, a concepção de direitos humanos que segue o sentido literal do termo, destacada por Donnelly (2007), como de direitos que se tem simplesmente porque se é humano. Eles devem ser assegurados a todos os seres humanos, sendo inalienáveis porque ser humano é um fato inalterável da natureza. São, então, direitos universais porque pertencem universalmente a todos os seres humanos.

Por oportuno, registre-se também que as ideias de colonização e descolonização remetem a um período pré e pós-colonial, que não se deu de modo linear, nem espaço, nem temporalmente, de modo que o pós-colonialismo não implica em um período, um lugar ou sujeitas e sujeitos específicos, haja vista o processo não ter acontecido de modo simétrico (COSTA, 2006).

De igual forma, a construção dos direitos humanos e a consideração das sujeitas e sujeitos enquanto detentores deles também não aconteceu de modo linear e consensual, mas gozando de ambiguidades e resistências, guiadas por uma visão hegemônica desses direitos e contrapondo-se à universalidade deles (SANTOS; CHAUI, 2013).

Apesar da construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, ter servido como marco para a salvaguarda dos direitos humanos, muitas discussões a precederam e sucederam. Na realidade, à época, sequer havia uma ideia do que os direitos humanos efetivamente representariam. Não se aplicava a eles igualdade e universalidade, aplicando-se, pelo contrário, a exclusão de indivíduos e indivíduos que não representavam a figura do colonizador, pois a humanidade não era, de origem, a destinatária dos direitos humanos (CLAVERO, 2014).

Na verdade, o colonizado não era visto (exatamente) como excluído, mas como carente de direitos e evolução social, que precisava da interferência do colonizador para poder evoluir e ultrapassar aquela condição. Assim, as ações eram praticadas como se os fins fossem universais, o que entusiasmava a população e, conseqüentemente, viabilizava a concretização dos projetos do colonizador. Só depois de algum tempo (às vezes anos, décadas ou séculos) é que se percebia que o objetivo declaradamente

universal não era aquele que havia sido dito. Eram outros os interesses: interesses particulares daquele que tinha pensado no projeto: o colonizado (TODOROV, 2012).

Nem a DUDH, nem nenhum Estado ou pessoa dentre as que contribuíram para sua confecção explicaram o significado dos direitos humanos ou apontaram a sua dimensão ou extensão, tendo, em muito, apenas reforçado o colonialismo e suas piores práticas. Não existia uma concepção de direitos humanos de caráter igual e universal (CLAVERO, 2014).

Boaventura Santos e Chauí (2013) ressaltam que até hoje a maioria da população nem é sujeita ou sujeito de direitos humanos, e que, muitas vezes, eles servem para manter a exclusão, a exploração e a discriminação.

Assim, a justificação da situação atual de desproteção de vários direitos humanos está no processo de colonização, de forma que não há como pensar em desconsideração de direitos sem tratar dele, a base de um passado de segregação de muitas pessoas (CHALHOUB, 2012).

E o processo de descolonização, relativo como foi, não oportunizou às sujeitas e sujeitos historicamente invisibilizados a superação de suas condições. Pelo contrário, apenas mascarou as desconsiderações sociais deles, como se a colonização lhes tivesse servido para valorização e ascensão sociais.

Mas, mesmo lento e dificultoso como foi, o processo de descolonização influenciou diretamente na mudança da concepção acerca dos direitos humanos, trazendo-lhes uma nova configuração por repensar os direitos como minimamente universais e asseguradores da igualdade social.

#### **4 | JOVENS NEGRAS OU NEGRAS JOVENS? RACISMO E SEXISMO COMO MARCADORES PARA A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS**

O racismo e o sexismo vividos na atualidade são reflexos de um passado de exploração e invisibilidade de direitos, oriundos do período colonial. Se isolados já servem para diminuir sujeitas e sujeitos, quando ambos se direcionam às mesmas sujeitas – como acontece com as mulheres negras – terminam por torná-las ainda mais socialmente oprimidas.

Se o próprio colonialismo foi responsável pela construção dos marcadores sociais da diferença e, conseqüentemente, do racismo e do sexismo, é ele também o responsável pela desconsideração histórica (e atual) dos direitos humanos às/aos que não representam o colonizador.

Na construção e na interpretação dos direitos humanos é preciso interligar os diversos marcadores sociais da diferença, já que eles só conseguem ser construídos, segundo Merry (2011), a partir da intersecção entre raça e gênero, além de outros marcadores.



Para Miguel (1995), os outros marcadores vão (e precisam) interatuar, já que muitas vezes há uma simultaneidade de opressões. Mas isso não significa que cada um desses marcadores homogeneíze as sujeitas e os sujeitos ligados a eles. Na verdade, cada um assumirá uma posição social que vai depender das conjugações, neles, de um ou mais marcadores e experiências de vida.

Pensar de forma interseccional, conforme Conrado e Ribeiro (2017, p. 79), significa retirar

[...] a raça do centro da análise, indagando como esta “análise racial” demanda diferenças de gênero, de classe social, sobre sexualidade e sobre nacionalidade, uma vez que a intenção é descentralizar debates “monocategoriais” [...], sendo que este paradigma indaga as diferenças de gênero a partir destas outras adscrições raciais, de sexualidade, de classe e de nacionalidade.

De fato, ao se juntar, nas mesmas sujeitas, os dois marcadores da diferença – raça e gênero, para pensar as mulheres negras – mais periféricas ainda se tornam suas situações, por serem elas mais invisibilizadas. A não neutralidade da construção dos direitos humanos, construídos no masculino e numa perspectiva eurocentrada, abrange duplamente as mulheres negras, pois ainda se vive a colonialidade do poder, de Quijano (2005), e a colonialidade de gênero, de Lugones (2014).

Para Quijano (2005), o colonialismo acabou, mas a colonialidade continua: a “colonialidade do poder”, que se baseia na imposição da ideia de raça como um instrumento de dominação, uma vez que ela sempre limitou os processos de construção dos sujeitos, que são baseados no modelo eurocêntrico, por ser a Europa (supostamente) o centro da modernidade, do capitalismo e do sistema-mundo, de modo que a América Latina foi impregnada pela perspectiva eurocêntrica, imposta pelo colonizador, que abafou e excluiu as individualidades do colonizado.

Por oportuno, registre-se que, para Quijano, o “eurocentrismo” é entendido como

[...] uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. [...] [Refere-se a] [...] uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (QUIJANO, 2005, p. 126).

Tomando emprestada a expressão de Quijano e adaptando à sua perspectiva, Lugones (2014) traz a existência, ainda hoje, da “colonialidade de gênero”. Para ela, a colonialidade se mantém na intersecção de gênero/classe/raça como essenciais para entender o sistema de poder capitalista. Isso mantém os seres oprimidos historicamente

na mesma posição. Ela ainda ressalta que, como consequência da colonialidade de gênero, a expressão “[...] ‘mulher colonizada’ é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2014, p. 939).

Para ela, “[...] a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” (LUGONES, 2014, p. 940). Na verdade, elas são inseparáveis. Isso porque foi imposto colonialmente um sistema de gênero opressivo, racialmente diferenciado, hierárquico, dicotômico, de modo que não é possível falar em descolonialidade sem abranger a descolonialidade de gênero. E descolonizar o gênero “É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p. 940).

Tomando esses referenciais, percebe-se que a construção dos direitos humanos das mulheres negras foi e é acompanhada pelas colonialidades do poder e de gênero. Por conta disso, a evolução de seus direitos humanos não acompanhou a evolução do reconhecimento dos direitos humanos dos negros e das mulheres, pois, mesmo que certos direitos já tenham sido (pelo menos relativamente) reconhecidos para quem se enquadra em apenas um dos marcadores sociais da diferença – raça ou gênero –, resta acompanhando as mulheres negras o outro marcador.

O jogo de expressões “homem negro” e “negro homem”, de Conrado e Ribeiro (2017), faz pensar numa possibilidade de interseccionar os marcadores sociais que mais atingem as sujeitas e os sujeitos para a formação das expressões pelas quais se pretende reconhecê-los. Daí pensar nas expressões “jovens negras” e “negras jovens”, de modo a remeter, na primeira expressão, à desconsideração histórica dos direitos humanos das mulheres negras que, na atualidade, ainda estão incipientes; enquanto “negras jovens” vai remeter ao marcador etário para determinar as mulheres negras sobre a qual se está tratando.

Para coadunar com as ideias já trazidas, pense-se em “jovens negras”, a quem os direitos humanos não foram nem são efetivamente assegurados até hoje, por conta da incipiência contemporânea e da somente relativa construção dos seus direitos humanos. Reconhece-se, assim, o apagamento social que as acompanha, em razão da ausência de direitos no decorrer da história.

Usar “jovens negras” é também reconhecer que seus direitos, “jovens” como são, permitem ainda a manutenção delas em situação de invisibilidade social. “Jovens negras”, então, traz consigo a recenticidade (e ainda só relativa) do reconhecimento social das mulheres negras, pela recenticidade (também só relativa) do reconhecimento dos seus direitos humanos.

Desse modo, apesar do processo de descolonização ter influenciado na mudança da concepção sobre os direitos humanos, pouco significado teve para as mulheres negras, já que os marcadores de raça e gênero que as acompanham permitem a multiplicação de suas invisibilidades até a atualidade, de modo a fazê-las permanecer na situação de apagamento social.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sozinhas, as histórias de construção dos direitos humanos dos negros e das mulheres já estão encharcadas de impactos do colonialismo. Se unidas as colonialidade do poder e de gênero, que conduziram (e ainda conduzem) a construção e a desconstrução dos direitos humanos de pessoas historicamente invisibilizadas, tornam-se ainda mais transparentes as violações existentes.

Isso porque os reflexos do colonialismo fazem com que as visões aceitáveis de mundo e as interpretações dos direitos estejam voltadas aos valores e entendimentos hegemônicos, que não incluem inúmeras sujeitas e sujeitos sociais.

É preciso, então, transcender os limites da individualidade (do colonizador) para se aproximar das reais ideias de universalidade e igualdade dos direitos humanos. Isso se permite a partir a inclusão do colonizado como sujeita ou sujeito de direitos, de modo a considerar as diversas individualidades e necessidades nascidas a partir da intersecção dos marcadores sociais da diferença, especialmente de raça e gênero.

A incipiência dos direitos humanos das mulheres negras traz a elas uma condição de jovialidade social, que precisa ser rompida com o rompimento das próprias secções sociais de raça e gênero. Assim, é só rompendo com o racismo e o sexismo que será possível afastar as barreiras da posição colonial eurocentrada e dar a visibilidade devida às mulheres negras, oportunizando a construção e asseguarção de seus direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reais e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1998.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Ipanema: Rio de Janeiro, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CLAVERO, Bartolomé. **Derecho global**. Por una historia verosímil de los derechos humanos. Madrid: Trotta, 2014.

CONRADO, Mônica; RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n.1, p 73-97, jan./abr. 2017.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: A contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 117-134, 2006. Disponível em: <[https://br.search.yahoo.com/search?p=Desprovincializando+a+sociologia.+A+contribui%C3%A7%C3%A3o+p%C3%B3s-colonial&fr=yset\\_chr\\_syc\\_oracle&type=default](https://br.search.yahoo.com/search?p=Desprovincializando+a+sociologia.+A+contribui%C3%A7%C3%A3o+p%C3%B3s-colonial&fr=yset_chr_syc_oracle&type=default)>. Acesso em: 18 ago. 2016.

DONNELLY, Jack. **The relative universality of human rights**. Human Rights Quarterly, v. 29, n. 2, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 22, v. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MERRY, Sally Engle. Derechos Humanos, género y nuevos movimientos sociales: debates contemporáneos en antropología jurídica In CHENAUT, Victoria; GÓMEZ, Magdalena; ORTIZ, Héctor; SIERRA, María Teresa (Coords.) **Justicia y Diversidade en América Latina. Pueblos indígenas ante la globalización**. México/Ecuador, Ciesas/Flacso, La Casa Chata, 2011, p. 261-289.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2003.

MIGUEL, Ana de. Feminismo. In: AMORÓS, Celia. **10 palabras clave sobre Mujer**. Navarra: Verbo Divino, 1995, p. 217-255.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Bajo la mirada occidental**: la investigación feminista y los discursos coloniales. Tradução de Pilar Cuder Domínguez. U. de Huelva. [S.l.: s.n], 1991. Disponível em: <<https://mega.nz/#!qI533aKY!MH96DX0rBXRicDTVszZkrWr8YpceS9FKb-eUcKMqmxQ>>. Acesso em: 22 out. 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 116-142. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

SAID, Edward W. Identity, Authority, and Freedom: The Potentate and the Traveler. **Boundary 2**, v. 21, n. 3, 1994, p. 1-18. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/91966839/Edward-W-Said-Identity-Authority-And-Freedom-The-Potentate-and-the-Traveler-2>>. Acesso em: 28 out. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. A reestruturação capitalista e o sistema mundial. **Revista Perspectivas**, São Paulo, n. 20, v. 21, 1997/1998, p. 249-263.

\_\_\_\_\_. **As tensões ideológicas do capitalismo**: universalismo versus racismo e sexismo. São Paulo: [s.n], 1997. Disponível em: <<http://docslide.us/documents/wallerstein-immanuel-as-tensoes-ideologicas-do-capitalismo-libre.html>>. Acesso em: 28 set. 2016.

## QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS

Data de submissão: 08/10/2019

**Iury Fagundes da Silva**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro – RJ

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7873531046328225>

**RESUMO:** O presente trabalho busca contribuir para uma reflexão e melhor entendimento sobre a forma que tem se fomentado a inclusão das pessoas com deficiência nas empresas. Partindo da Legislação Brasileira, em especial a Lei N° 8213 de Julho de 1991, vista como o começo deste processo inclusivo, determina que as organizações preencham a cota estabelecida de pessoas com deficiência, previsto no artigo 93 da referida lei. Além de elencar o papel do pedagogo empresarial junto as empresas em relação a estas premissas, levando em consideração para o debate as ideologias segregadas e resistências criadas que permeiam esse processo. Cabe ressaltar que tanto empresas quanto organizações possuem o mesmo conceito diante ao texto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organizações. Legislação. Pedagogo empresarial.

### BREAKING SEGREGATIONIST IDEOLOGIES: THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN BUSINESS

**ABSTRACT:** The present work seeks to contribute to a reflection and better understanding about the inclusion of people with disabilities who are active in companies. Starting from the Brazilian Law, especially Law No. 8213 of July 1991, considered as the beginning of this inclusive process, requires that organizations meet the established quota of persons with disabilities, provided for in article 93 of said law. In addition to highlighting the role of the business pedagogy with the companies in relation to these premises, taking into account for the debate the segregated ideologies and created resistances that permeate this process. It should be noted that both companies and organizations have the same concept against the text.

**KEYWORDS:** Organizations. Legislation. Business pedagogue.

### 1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que as empresas são ambientes diversificados, onde interagem diretamente com o meio social tornando-as organismos vivos e presentes, assim, estando conectadas a sociedade. Diante ao mundo globalizado que se encontra atualmente, a concorrência acaba

sendo o ponto crucial, pois buscam-se atingir metas nas organizações, procuram-se ser diferenciadas no mercado de trabalho, entre outros aspectos que acabam deixando à mercê a relação das pessoas com deficiência diante a suas ações nas empresas.

Atentando as dificuldades encontradas pelas organizações em incluir estas pessoas, independente dos esforços destas, o presente trabalho busca fazer uma análise da atuação do pedagogo empresarial neste movimento de inclusão, fazendo uma relação com a lei de cotas que se faz presente e necessária.

Atualmente, as empresas têm que atingir a meta estabelecida pela lei N° 8213 de Julho de 1991, especificadamente no artigo 93, mas muitas vezes não é cumprida devido a falta de mão-de-obra qualificada e a escassez de projetos relacionados à mesma. Logo, por meio da ação do pedagogo busca-se elaborar um planejamento que atinja a melhoria profissional de todos os funcionários.

Como premissa ideal, as organizações devem estar conscientes da evidência e da necessidade de se contratarem e incluírem estes funcionários. Portanto, é de suma importância salientar algumas propostas que poderiam ser estabelecidas pelas empresas junto com pedagogo empresarial, assim, pensando em uma viabilidade em relação as exigências legais para com as pessoas com deficiência. Devem-se realizar treinamentos e estudos para fomentar uma possível remodelação das funções, de tal maneira que estes possam ser totalmente inclusos e possam exercer atividades laborais.

Abordando a metodologia, este trabalho é fomentado por meio de pesquisa bibliográfica, na qual diversos autores contribuíram para o desenvolvimento do mesmo, como: Chiavenato (2009), Ignarra, Contri e Bathe (2009), Libâneo (1999), Prado, Silva e Cardoso (2013), Rebelo (2008), entre outros que foram importantes na composição dessa pesquisa. Esta que foi pensada e realizada com o objetivo de focar no papel do pedagogo empresarial junto a inclusão e inserção das pessoas com deficiência nas empresas e conseqüentemente no mercado de trabalho, assim, buscando romper paradigmas e ideologias segregadas que foram criadas acerca desta temática.

Esta pesquisa não tem a intenção de ser a “chave” para todos os problemas existentes em relação ao tema, mas sim mostrar a real vivência das organizações, que mesmo em doses homeopáticas buscam exercer o que é exigido por lei, além de levantar propostas de melhorias para com a atuação do pedagogo dentro desses ambientes de trabalho.

Portanto, para que realmente aconteçam os objetivos traçados pelas empresas, a inclusão total, o cumprimento da lei e o sucesso por completo, as mesmas devem ter mais sensibilidade com seus funcionários com deficiência para exercerem essa inserção, pois vivemos em uma sociedade diversificada e que clama por igualdade de direitos, onde todos possam fazer a diferença.

Este trabalho está estruturado em três seções. Na primeira seção, aborda-se a importância de incluir as pessoas com deficiência nas organizações, explicitando sobre a questão do quem vem a ser esta inclusão que se faz necessária.



Já na segunda seção, discutem-se as legislações existentes que servem como o caminho e alicerce para com este processo de inclusão nas empresas, em especial a Lei N° 8213 de Julho de 1991, mencionada ao decorrer do presente trabalho.

Por fim, a terceira seção, traz a atuação e a importância do papel do pedagogo empresarial em relação a inclusão das pessoas com deficiência nas empresas, traçando-se alguns pontos relevantes de suas funções para que o ambiente organizacional se torne potencializador para todos os funcionários.

Tal estudo é apenas o início das diversas investigações e pesquisas sistemáticas que se busca realizar sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas empresas e todo o processo que permeia este movimento. Essas reflexões teóricas discutidas a seguir trazem consigo uma nova maneira de compreender e se relacionar com este tema que é de suma importância e aborda-lo torna-se imprescindível.

## **2 | AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS E A INCLUSÃO NECESSÁRIA**

Sabe-se que os costumes e valores do ser humano durante sua trajetória de vida implicam diretamente na socialização e diante as organizações esta relação social pode ser potencializada por meio da inclusão de pessoas com deficiência. Visando um maior crescimento e aproveitamento das empresas, torna-se de suma importância oferecer reais oportunidades para esses indivíduos, de tal maneira que a troca de experiências seja prazerosa e enriquecedora para evolução do ambiente de trabalho e de todos que fazem parte deste processo.

As pessoas e as organizações estão em constante progresso. Atualmente esta transformação no mercado de trabalho gira em torno da inclusão de modo efetivo. Abordando essa questão, implica-se na capacidade de interação e adaptação do indivíduo ao grupo no qual está sendo inserido. Conforme Chiavenato salienta:

A vida das pessoas constitui uma afinidade de interações com outras pessoas e com organizações. O ser humano é eminentemente social e iterativo. Não vive isoladamente, mas em constante convívio e relacionamento com seus semelhantes. Devido a suas limitações individuais, os seres humanos são obrigados a cooperarem uns com os outros, formando organizações para alcançar certos objetivos que a ação individual isolada não conseguiria alcançar (CHIAVENATO, 2009, p.8).

Antes mesmo de pensar na inclusão das pessoas com deficiência no âmbito organizacional, existiram diversas dificuldades ao longo do tempo.

Segundo Ignarra (2009), este processo histórico diante as dificuldades surgiram na Antiguidade (3.500 a.C. a 476 d.C.) em um primeiro momento. As pessoas que nasciam com algum tipo de necessidade especial (termo usado) ou a adquiriam no decorrer da vida, a sociedade matava, alegando que o homem precisava exercer funções de grandes atividades como a caça e pessoas que possuíam limitações não

poderiam fugir de seus predadores.

O tempo foi passando e aos poucos a sociedade foi buscando formas de entender e compreender essas questões relacionadas as deficiências, mas ainda com receio sobre estas pessoas. Com o avanço da tecnologia a inclusão cresceu de forma considerável, ascendendo o debate acerca do assunto e criando métodos que pudessem tornar esses indivíduos inclusos.

No limiar do XXI, no Brasil, a inclusão se faz presente em debates, estudos, eventos entre outros. Em relação ao mercado de trabalho, apesar da lei de cotas ser uma referência, a inclusão nesse setor ainda caminha lentamente, perpassando desde o âmbito educacional ao organizacional.

Portanto, começa-se a pensar o porquê de não se avançar de forma considerável neste processo inclusivo, e uma palavra vem à tona: o preconceito. Vivemos em uma sociedade enraizada em ideologias e práticas segregacionistas, nas quais dão espaço para o preconceito aflorar, tornando um dos principais motivos desta exclusão que presenciamos atualmente.

Levando para o contexto das empresas, mesmo com a Lei de Cotas presente, notam-se resquícios de uma exclusão vinda do passado, na qual os membros das organizações possuem receio em trabalhar com um funcionário com algum tipo de deficiência, alegando que o mesmo pode atrasar no andamento das atividades.

Ignarra (2009) discorre sobre o contexto lembrando que o contrário da palavra eficiência é ineficiência e não deficiência. Assim, para que a inclusão aconteça de fato, a sociedade deve enxergar essa questão e ser responsável. Romper barreiras não é uma tarefa fácil, mas não é impossível, e para que isso ocorra a pessoa com deficiência deve fazer parte deste processo de inclusão.

Buscando compreender tal processo, nota-se que não é fácil incluir este público no ambiente organizacional. As empresas devem trabalhar a aprendizagem de todos os funcionários diante a este novo contexto, atuando diretamente com as pessoas com deficiência. Esse aprendizado deve ir além do saber, entrelaçando com o conviver e compreender a diferença do outro.

Senge (1990) discorre sobre o ciclo de aprendizagem dividindo-o em cinco etapas: Domínio pessoal, visão compartilhada, aprendizado em equipe, modelos mentais e pensamento sistêmico.

Esse ciclo de aprendizagem vem a tona para facilitar o processo de inclusão nas organizações, de forma que a equipe deve estar sempre compacta e bem estruturada para alcançar os objetivos.

Abordando as cinco etapas, Senge (1990) salienta sobre as mesmas explicando a importância de cada uma delas para que esse processo de aprendizagem aconteça.

O domínio pessoal se relaciona ao autoconhecimento; a visão compartilhada, vai de encontro com a clareza do objetivo; o aprendizado em equipe, é a potencialização de tarefas e habilidades coletivas; os modelos mentais, trata sobre a forma que as pessoas observam o mundo; já o pensamento sistêmico, é um modelo formado por

um conjunto de ferramentas que buscam o aperfeiçoamento do aprendizado em geral.

Portanto, observa-se que o ciclo de aprendizagem citado anteriormente relacionado a organização não depende se o funcionário tem algum tipo de deficiência ou não, pois uma equipe para ser eficiente deve estar diretamente inclusa. Logo, para que a inclusão aconteça de fato nas empresas, as pessoas devem deixar de lado o preconceito e se adequarem as diferenças existentes.

Uma empresa que trabalha a inclusão diariamente é aquela que acredita na diversidade humana que se faz presente, compreende e contempla as diferenças de cada indivíduo, se adequa a essas pessoas no ambiente de trabalho e busca sempre desenvolver essa inclusão com todos os funcionários.

### **3 | A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VINCULADA A INCLUSÃO NAS EMPRESAS**

Poderíamos descrever sobre a legislação em diversos países, pois tal temática é discutida universalmente, mas busca-se um recorte sobre a temática, trazendo a tona à legislação brasileira e todo o seu processo no âmbito organizacional em prol da inclusão.

A pessoa com deficiência tem uma proteção “especial” que está presente na legislação e Constituição Brasileira. Estas são referentes as garantias constitucionais com amparo de proteção legal.

Conforme salienta Rebelo:

A legislação brasileira é considerada das mais avançadas no mundo para a proteção e apoio à pessoa com deficiência. Porém, ainda existem lacunas, barreiras e preconceitos a serem superados em sua aplicação, para que se estabeleça plenamente a proteção e a integração da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho. Desse modo, a pessoa deficiente não enfrenta carência de instrumentos legais, mas de sua eficácia, pois já existe legislação perfeitamente aplicável aos casos concreto (REBELO, 2008, p.45).

No Brasil, diante a estudos e pesquisas realizadas por docentes, pesquisadores e profissionais da área, chega-se a conclusão que o número de pessoas com deficiência tendem a aumentar consideravelmente nos próximos anos.

Não se deve pensar que as leis existentes podem ser aplicadas devido a esse aumento previsto, mas sim com consciência e embasamento da sociedade. Sabemos que as pessoas não estão livres de adquirirem no decorrer da vida algum tipo de deficiência ou até mesmo conviver com esse público. No dia a dia estamos expostos a diversas causas, como acidentes de trânsito, armas de fogo, erros médicos, prática de esportes, entre outras questões que podem acarretar alguma lesão ou deficiência.

Antes mesmo de abordar a importância ou aplicabilidade da lei, deve-se pensar na solidariedade social, na qual a plenitude da aplicação da lei possa ser alcançada e que atinja uma igualdade de oportunidades.

Partindo para um processo histórico diante as leis que dão visibilidade e respaldam

as pessoas com deficiência, podemos citar de antemão a Constituição Federal (1988), que possui como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos e quaisquer formas de discriminação.

Encontra-se em diversos artigos da Constituição Federal a questão do salário do trabalhador com deficiência, critérios de admissão, da saúde, de assistência social que devem ser prestadas, além do atendimento educacional de qualidade que deve ser oferecido.

Cabe destacar, as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios que também são primordiais neste processo de inclusão das pessoas com deficiência nas empresas.

A lei nº. 7.853/89 criou a Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE). Em seus artigos menciona-se a seguridade dos direitos básicos que devem ser oferecidos, a proteção dos interesses e também prevê a adoção de legislação específica que discipline reservas legais no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência.

Levando para o âmbito do mercado de trabalho, a Lei nº. 8.213/91 (Lei de Cotas), regulamentada pelo Decreto nº. 3.298/99, foi de suma importância para elencar a inclusão de pessoas com deficiência dentro das empresas. Esta prevê a contratação desses indivíduos e explicita sobre demais mecanismos de apoios especiais a cada tipo de deficiência apresentada. Em seu artigo 93º, estabelece cotas para as empresas que possuem cem ou mais funcionários a preencherem de dois a cinco por cento (2% a 5%) de seus cargos com pessoas com deficiência.

Atualmente, a política Nacional para integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, presentes no âmbito organizacional e na sociedade em geral é embasada pelo Decreto nº 3.298/99 do Poder Executivo Federal, que no artigo 1º compreende o conjunto de orientações normativas que delinea assegurar o pleno exercício dos direitos tanto individuais quanto sociais das pessoas com deficiência. Outros artigos, como o 3º e o 5º, são também de suma importância, pois esclarecem e abordam o apoio a essas pessoas.

Rebelo (2008) explicita que a empresa que não atingir o percentual que é exigido por lei, deve preencher de acordo com a presença de novas vagas. Recomenda-se também que as empresas de grande porte, que possuem filiais, possam atender às políticas de cotas em todos os ambientes organizacionais.

Em suma, Rebelo (2008) enfatiza sobre a questão da Lei de Cotas:

[...] se a empresa está obrigada ao sistema de cotas, não pode mais sair dele. A eventual mudança de sua atividade principal pode resultar na necessidade de quadro de pessoal com qualificação diferente da anterior. Em relação ao empregado com deficiência, a empresa é obrigada, por lei, a fazer nova admissão, mesmo que não exista a vaga na nova empresa (REBELO, 2008, p.54).

Assim, pode-se compreender que não falta amparo legal para com as pessoas com deficiência, essas que ainda são poucas participativas no mercado de trabalho. O que está em falta são as organizações/empresas criarem estímulos, incentivos e outras formas de inserir essas pessoas no contexto de trabalho. Poucas são as instituições que procuram de forma concreta viabilizar a formação, qualificação, reabilitação e a inclusão dessas pessoas, deixando-as a mercê de um mercado de trabalho segregado e cheio de ideologias preconceituosas.

#### **4 | A ATUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO EMPRESARIAL NAS ORGANIZAÇÕES NO PROCESSO DE INCLUSÃO**

Sabemos que todas as empresas funcionam somente se existirem pessoas trabalhando e engajadas nos objetivos traçados ao longo do trabalho. Nenhuma empresa funciona por contra própria. Tornam-se necessárias pessoas que controlem, dirijam e operem dentro do âmbito organizacional para fazer algo funcionar. Tais empresas representam mais do que objetivos a serem alcançados, são espaços de socialização.

Dentro de uma abordagem mais ampla, as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos. Isso significa que as organizações são construídas de maneira planejada e elaboradas para atingir determinados objetivos. Elas também são construídas, isto é, reestruturadas e redefinidas, na medida em que os objetivos são atingidos ou que se descobrem meios melhores para atingi-los com menor custo e menor esforço. Uma organização nunca constitui uma unidade pronta e acabada, mas um organismo social vivo e sujeito a constantes mudanças (CHIAVENATO, 2009, p.12-13).

Partindo do contexto abordado até o momento, diante o que a sociedade pensa a respeito das pessoas com deficiência, a mudança necessária que se deve existir nas organizações, a obrigatoriedade destas em incluir essas pessoas (levando em conta a legislação), torna-se de suma importância o trabalho do pedagogo empresarial.

Sabemos que o processo de ensino-aprendizagem foi se transformando ao longo do tempo, na medida em que o currículo e os objetivos traçados começaram a se desenvolver, a ação educativa ganhou força, assim, sendo possível oferecer ao educando uma aprendizagem significativa.

O termo “pedagogia” se destaca como o campo de conhecimento que dispõe os saberes da área educacional, como filosofia, didática, educação, entre outros. Entretanto, ampliando o conceito pode-se compreender que é a junção de saberes relacionados que buscam traçar a educação.

Todos os educadores seriamente interessados nas ciências da educação, entre elas a pedagogia, precisam concentrar esforços em propostas de intervenção pedagógica nas várias esferas do educativo para enfrentamento dos desafios

colocados pelas novas realidades do mundo contemporâneo (LIBÂNEO, 1999, p.59).

Partindo dessas premissas, o pedagogo passou a atuar em espaços além das instituições de ensino e do cotidiano escolar, assim, exercendo funções em diversos segmentos da sociedade, transformando a ideia de uma educação técnica para uma educação abrangente, igualitária e principalmente de qualidade.

Com a educação crescendo consideravelmente no âmbito profissional, tornou-se necessário um pedagogo/educador dentro dos espaços organizacionais, para atuar em uma forma de cooperação, buscando sempre melhorar e elencar o desempenho da empresa.

A pedagogia empresarial é uma possibilidade de atuação do pedagogo muito recente no Brasil surgiu pela necessidade de preparação na formação de pessoal. Essa preocupação, no entanto se dá pela necessidade de um melhor desempenho e formação profissional que foi incentivada inclusive por ações governamentais para sua operacionalização como, por exemplo, a lei nº 6.297/75 (PRADO, SILVA, CARDOSO, 2013, p.66).

O pedagogo empresarial atua em relação as pessoas com deficiência como o indivíduo que irá potencializa-los diante as atividades da empresa, de forma que possam crescer profissionalmente. Cabe ressaltar que mudanças desse padrão nas empresas são acompanhadas de obstáculos e empecilhos que devem ser erradicados ao longo do processo.

O pedagogo atuante na empresa precisa acima de tudo expor para os demais funcionários e membros sobre a relevância e importância de ter uma pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, sendo um suporte intelectual para oferecê-la. Essa diversidade existente que deve se tornar presente nas empresas vem acompanhada de distintas formas de analisar e pensar a respeito dos problemas que surgem relacionados ao trabalho ou a uma função exercida.

Conforme Prado (2013) salienta, o pedagogo em meio ao espaço organizacional tem a função de planejar, coordenar, executar e avaliar programas educacionais, pois apenas o mesmo possui conhecimento suficiente para abordar e trabalhar estas questões.

Portanto, para que o pedagogo exerça com solidez e eficiente o seu trabalho e principalmente coloque em prática o processo de inclusão é necessário que assuma a função de gestor dentro da empresa, sabendo direcionar a equipe conforme suas determinadas funções.

A gestão dos recursos humanos empreende ações voltadas à capacitação e integração de pessoas, valorização de equipes para a descentralização dos processos decisórios exigidos pela redução dos níveis hierárquicos. As ações, entretanto, não possuem o caráter de qualificação, mas um sentido que leva ao desenvolvimento de novas competências, integrando as potencialidades de cada



sujeito ao capital organizacional. Somente com equipes coesas e desenvolvidas será possível gerir a competitividade, a complexidade, as incertezas e as formas de adaptabilidade requeridas para o mundo atual (BARRETO, 2005, p.169).

Para não existir conflitos relacionados a comunicação e comportamento, o pedagogo empresarial busca apresentar a todos na empresa que estes são a base de qualquer indivíduo para o seu crescimento dentro da organização. Deve-se buscar ser claro e preciso independente da presença de pessoas com deficiência, que também devem expor suas opiniões.

Incluir a pessoa com deficiência é de suma importância e necessário para o futuro do funcionário e também para o crescimento da empresa. Ignarra (2009) aborda sobre um programa de inclusão fomentado a partir das necessidades das empresas em incluir todos os funcionários com deficiência, dividindo em quatro etapas: conscientização, inclusão, retenção e manutenção, sem ter necessariamente que seguir a uma ordem de início.

A etapa de conscientização parte da otimização da inclusão, onde as pessoas buscam informações e quebram barreiras em busca de promover uma inserção destas pessoas com responsabilidade. Esta etapa pode ocorrer por meio de treinamentos, encontros para trocar ideias, palestras, entre outras formas que abordem o aperfeiçoamento dos funcionários.

A etapa de inclusão é a compreensão e análise dos processos inclusivos realizados até determinado momento, a avaliação do espaço físico, tecnológico e de estudos para com as pessoas com deficiência.

Já a etapa de retenção, é a obtenção de profissionais com deficiência capacitados e que atendam as exigências do mercado de trabalho. Para reter de fato este profissional, a empresa precisa acompanhar minuciosamente a sua inclusão por meio de pesquisas formais e não formais, além de ficar atento diante as ações e orientações.

Por fim, diante a este ciclo, a etapa de manutenção tem o foco de promover a cultura inclusiva por meio de ações contínuas que apresentam começo, meio e sem um fim traçado. Os programas desta vertente precisam de processos inclusivos que não possuem um final estabelecido, assim, não fechando este ciclo.

Com base neste programa de inclusão apresentado, as empresas podem usá-lo para exercer de fato a inclusão no âmbito organizacional, visando um bom relacionamento entre essas pessoas. Cabe destacar, que este processo de seleção de pessoas com deficiência não se limita em analisar as dificuldades e limitações destas, mas sim em buscar formas de potencializar suas ações por meio de cursos de aperfeiçoamentos, trabalhos contínuos, entre outros.

Sabe-se que mesmo diante a esse discurso inclusivo e leis que estabelecem a obrigatoriedade de incluir, Ignarra (2009) destaca algumas dificuldades encontradas pelas empresas para realizarem esse processo de inclusão, como: a falta de acessibilidade de qualidade (adaptações físicas), o desenvolvimento destas pessoas

com deficiência dentro do trabalho, a compreensão de diretores e gestores da importância de ter esses indivíduos na empresa, entre outros empecilhos.

Mesmo na presença de diversas dificuldades, existem também várias formas de se realizar a inclusão deste público nas organizações, como o programa de inclusão citado, a Lei de Cotas e as possíveis parcerias existentes em relação a projetos sociais.

Com o tempo as leis tornam-se mais rigorosas para com as empresas que não seguem o estabelecido. A conscientização das pessoas e principalmente dos gestores passam a mudar em relação a inclusão nas empresas. Depois de investirem na contratação de pessoas de origens distintas, as empresas estão com os olhares voltados aos profissionais com deficiência.

Com o movimento de inclusão ganhando força nos últimos anos, as organizações estão começando a mudar suas posturas, mostrando-se interessadas no assunto e buscando contratar pessoas com deficiência. E além da contratação, as organizações devem oferecer suporte a estas pessoas, como o apoio de diversos especialistas, inclusive o pedagogo empresarial.

Apesar da disposição das empresas em contratarem funcionários com deficiência, é visível a presença do medo caso tais contratações não deem certo. Cada efetivação que não surte um resultado positivo acaba sendo frustrante para a empresa em si.

Encontram-se também organizações que não estão dispostas a exercer a inclusão e contratam estas pessoas para criar um marketing e se promoverem, aparecendo em jornais e revistas. Mas, deve-se ficar claro que as pessoas com deficiência possuem qualidades que são importantes no âmbito organizacional e devem ser encaixadas em determinada função de acordo com suas habilidades apresentadas. Cada pessoa possui diversas capacidades, basta potencializa-las e coloca-las em prática.

Espera-se que as organizações com a ajuda do pedagogo empresarial possa fazer de fato com que a inclusão de pessoas com deficiência aconteça. Por meio de programas de qualificações, palestras, debates, todos podem compreender este processo inclusivo e notarem o quão importante é a diversidade presente no ambiente de trabalho e principalmente na sociedade.

Portanto, compreende-se que a educação é o fator primordial e necessário que caminha junto com a atuação do pedagogo empresarial.

As empresas do novo século estão transformando-se em organizações de aprendizagem comprometidas com a educação e o desenvolvimento dos funcionários. Boa parte das empresas está criando universidades corporativas para consolidar uma infraestrutura de aprendizagem corporativa, a fim de desenvolver meios de estimular o conhecimento e conduzir a novas oportunidades de negócios, entrar em novos mercados globais, criar relacionamentos mais profundos com os clientes e impulsionar a empresa para um novo futuro [...] (CHIAVENATO, 2009, p. 435).

Unindo todas estas questões relevantes acerca do papel do pedagogo nas empresas, a educação/aprendizagem é vista como uma ferramenta importante neste

processo, auxiliando em novas qualificações, melhoria na socialização entre os funcionários, compreensão do contexto inclusivo, entre outras questões importantes que elencam a qualidade dos serviços exercidos.

O pedagogo que atua na empresa precisa ter sensibilidade suficiente para perceber quais estratégias podem ser usadas e em que circunstâncias para que não se desperdice tempo demais aplicando numerosos métodos e, com isso, percam-se de vista os propósitos tanto da formação quanto da própria empresa (RIBEIRO, 2010, p.24).

Através da educação como base, a atuação conjunta do pedagogo com os funcionários e a compreensão/sensibilidade dos todos diante ao contexto inclusivo, a inclusão de pessoas com deficiência torna-se possível nas empresas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas mudanças que o mundo tem passado produziram transformações na prática de socialização e do trabalho. As empresas estão atualmente inseridas em uma época na qual a educação e o conhecimento são importantes fontes para se tornarem excelentes no que fazem. A cada dia o espaço de trabalho sofre mudanças e determinadas adaptações são necessárias para que as organizações não parem no tempo em relação ao que produzem. E uma dessas mudanças é a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito organizacional.

Para que as empresas se desenvolvam de forma inclusiva, torna-se necessário e de suma importância compreender que o conhecimento neste ambiente de trabalho possa ser construído por um profissional/especialista, como o pedagogo empresarial.

Partindo desta premissa, teremos ambientes organizacionais cada vez mais inclusos, não só por cumprimento de leis, mas por cada um pensar e querer de fato que a inclusão aconteça. Os gestores e colaboradores devem ter um olhar diferenciado sobre a inclusão e entender o quão importante é incluir essas pessoas com deficiência em suas empresas, praticando uma cultura de igualdade, quebrando ideologias segregadas e enraizadas ao preconceito.

Sendo assim, o ambiente de trabalho, as pessoas, os colaboradores, as ferramentas de aprendizagem, os especialistas, são elementos necessários para a mudança de uma cultura de preconceito existente na sociedade.

A verdadeira busca do pedagogo empresarial deve ser a humanização e a igualdade. Pensar junto aos gestores e colaboradores formas de fazer a inclusão acontecer no ambiente de trabalho, de forma que as pessoas com deficiência possam exercer suas funções conforme as habilidades que apresentam e que a cada dia elas possam se desenvolver como seres humanos e profissionais de qualidade.

Afinal, todas essas pessoas possuem o respaldo da legislação (em especial a Lei N° 8213 de Julho de 1991, conhecida como a Lei de Cotas) e acompanhamento

de profissionais de qualidade que devem buscar formas de incluí-los em todos os ambientes de trabalho e principalmente no âmbito organizacional.

Portanto, espera-se a partir deste estudo contribuir de forma relevante, ampliando o conhecimento e o debate em relação as premissas que permeiam as ideologias segregadas criadas nas empresas diante a inclusão de pessoas com deficiência, a legislação existente e a importante atuação do pedagogo para com as organizações neste processo de inclusão. Assim, chamando atenção para tal assunto e ascendendo a discussão sobre esta temática tão pouco discutida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3.298, de 20 de dez. de 1999. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Brasília, DF, dez 1999.

\_\_\_\_\_. Lei n. 7.853, de 24 de out. de 1989. **Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Corde.** Brasília, DF, out 1989.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.213, de 24 de jul. de 1991. **Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, jul 1991.

BARRETO, Ângela Maria. **O fator humano e o desenvolvimento de competências nas unidades de informação.** *Perspect.ciênc.inf.*, Belo Horizonte: [s.n.], v. 10 n. 2, p. 166-177, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: O capital humano das organizações.** 9ª edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

IGNARRA, Carolina; CONTRI, Tabata; BATHE, Raphael. **Inclusão: Conceito, histórias e talentos das pessoas com deficiência.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** - 2.ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

PRADO, André Alves; SILVA, Elaine Machado da; CARDOSO, Mônica Aparecida Batista da Silva. **A Atuação do Pedagogo na Empresa: A Aplicação Eficiente e Eficaz da Pedagogia Empresarial.** *ECCOM*, v. 4, n. 7, 2013.

REBELO, Paulo. **A pessoa com deficiência e o trabalho.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia Empresarial: a atuação do pedagogo na empresa.** 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

SENGE, Peter. **A Quinta Disciplina: arte e pratica da organização que aprende.** 24ª edição, Rio de Janeiro: Best Seller, 1990.

## REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Raisha Conceição Silva**

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande,  
Curso de Direito  
Várzea Grande – Mato Grosso

**Ellen Laura Leite Mungo**

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande,  
Curso de Direito  
Várzea Grande – Mato Grosso

**RESUMO:** Estudar o passado é sempre uma tarefa difícil. Se colocar em um local de análise e não de julgamento para não pecar pelo anacronismo, especialmente em um assunto sensível e, ao mesmo tempo – levando em crédito o que temos vivido atualmente - polêmico como a participação das mulheres de modo geral. Aqui, o foco é em posições administrativas, de grande demanda e influência, pressões que socialmente foram conectadas à figura do homem, relacionadas com suas capacidades e visualização da figura masculina como capaz de sustentar maiores estruturas problemáticas. O estudo do local das mulheres passa pelo prévio conhecimento de áreas em que ela também se viu excluída, como na construção da própria cultura local, da educação e de estudos de base, que auxiliam na criação de uma memória coletiva comum e, como consequência, legitimam comportamentos que reduzem e inferiorizam as mulheres, os

campos em que isso acontece são inúmeros.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, mulheres, justiça, igualdade, Direito.

### WOMAN'S REPRESENTATIVITY INSIDE THE JUSTICE SYSTEM OF MATO GROSSO STATES

**ABSTRACT:** Studying the past is always a difficult task. Putting yourself in a place of analysis rather than judgment so as not to sin for anachronism, especially on a sensitive subject while at the same time - taking into account what we are currently living - controversial as the participation of women in general. Here the focus is on managerial positions of great demand and influence, pressures that have been socially connected to the male figure, related to his abilities, and visualization of the male figure as capable of sustaining larger problematic structures. The study of the place of women goes through the previous knowledge of areas in which she was also excluded, such as the construction of her own local culture, education and basic studies, which help in the creation of a common collective memory and, as a consequence, legitimizing behaviors that reduce and diminish women, the fields in which this happens are numerous.  
**KEYWORDS:** Representation, women, justice, equality, law.

## 1 | INTRODUÇÃO

O recorte que especifica a sua ocupação em espaços que foram e ainda são lidos como masculinos é um estudo que exige muita atenção. Os autores DUBY E PERROT (1990), trabalham com a construção de uma mentalidade que se apoia em bases da predominância masculina e vem de encontro à importância de colocar a mulher também como um indivíduo social e que carrega suas vivências, sujeito histórico e dona de sua própria narrativa. Mesmo assim, ainda é difícil a atividade, inclusive mental, de desentranhar a existência feminina à do sexo oposto.

A ligação do modelo da perfeição com a anatomia corporal masculina, sustentada durante os séculos passados com base numa supremacia biológica, torna-se também política e social no século XIX, legitimada em forma de lei pelos ideais que orientaram a Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão carrega consigo esse mesmo lema, mas a igualdade da qual trata torna todos os homens hegemônicos e iguais entre si, a mulher em momento algum é citada no documento. Com o passar do tempo, em oposto à essa figura masculina intocável, a feminilidade, a mulher e tudo o que diretamente remeta à ela se tornam incômodos ao homem.

Nascer assim não é mais suficiente para alcançar o perfeito ideal de masculinidade, mas também afastar de si tudo que possa liga-lo ao ponto tido como contrário.

Contemporaneamente, sabe-se que essa construção continua presente no subconsciente da sociedade e o esforço dos que se prestam à desconstrução de estereótipos e do machismo, que como outros problemas enfrentados, também tem base estrutural. Por mais atualizadas que sejam as discussões, as bases do problema têm configuração muito mais antiga do que se imagina. E é por essa razão que o presente artigo, que ainda caminha em passos lentos e trabalhosos para se firmar como um trabalho, entende a importância de conhecer, reconhecer e respeitar o trabalho exercido por mulheres dentro do Poder Judiciário. Claro, seria totalmente cabível e necessário fazer esse apanhado de forma geral, mas na tentativa de fazer-se justiça e mais ainda, de fornecer informações de fato importantes, nos centralizamos no estado de Mato Grosso, sempre abertas as possibilidades de novos focos para análise e novos trabalhos.

## 2 | A REPRESENTAÇÃO COMO CONCEITO E SUA IMPORTANCIA

A representação, conceituação que faremos com base nos estudos de Roger Chartier, historiador francês, que apresenta essa construção em bases que vão além do que representa, mas do interlocutor, fazendo uma conexão entre a realidade social e suas representações, colocando uma como dependente da outra. Contextualizando, a idealização da masculinidade e de uma competência que lhe é intrínseca e da feminilidade, que passa pelo processo contrário, sendo ao corpo feminino imputado o



papel da delicadeza, lida como fragilidade quando se trata de capacidade.

“Estas não são representações diretamente uma realidade já presente e constituída, mas contribuem, sim, com sua produção e, talvez, mais fortemente do que as outras representações desprovidas de poder de ficção.” (CHARTIER, 2002)

Quando teoria e prática conversam e trocam entre si, o enriquecimento da discussão é inevitável, além de muito bem vindo. Aqui, se fala não de representar a mulher ativa no judiciário como funcionária ou terceirizada, o que também não deixa de ser um acesso à esse espaço, mas de mulheres que, sendo vistas, influenciam na criação, reforma e estudo sobre um direito que as inclua. Como exemplo, a positivação do trabalho feminino no século XX, quando a visão social colocava a mulher em posição inútil (que se diferencia da fragilidade) e que essa atividade e logo, o assunto sobre legislações pertinentes não lhes era cabível. Afinal, o legislador tinha em mente o tempo todo que a maior imagem que uma mulher poderia carregar consigo era a de mãe e/ou esposa. Diversos exemplos como esse aparecem ao longo da construção da justiça contemporânea e fazem mais coro ao fato de que as mulheres precisam ser ouvidas. Para a criação de leis, de medidas e políticas públicas que as envolvam e discussões em que são parte diretamente interessada. Não se deslegitima a boa vontade do legislados, mas espera-se que os maiores afetados por uma alteração ou inclusão também tenham suas vozes ouvidas.

Construção social da feminilidade essa estudada também por Simone de Beauvoir, que citava que apenas o direito de acesso ao trabalho ou a cultura não seriam suficientes pra quebrar o ideal de passividade feminina, mas uma transformação coletiva para que elas fossem capazes de alcançar os lugares que bem desejam:

[...] Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Segundo o CENSO de 2018, as mulheres são a maioria dos ingressantes em nível superior, somando mais de 70% e conforme dados da Ordem dos Advogados do Brasil, também representam mais da metade dos inscritos nos quadros. Dados esses que apesar de importantes tornam-se informações vazias. Se somos tantas, aonde estamos? Aonde estão as homenagens e os estudos sobre mulheres de destaque? Novamente, parece difícil reconhecer a mulher como sujeito ativo de sua própria história. O pouco que se encontra quase nunca é contado por quem é de fato a dona da história. Enquanto sociedade, diversas mudanças tem acontecido e sido protagonizada por mulheres, mas a luta pela propriedade da própria imagem ainda é cheia de obstáculos e problemáticas, dentre eles e, os mais comuns, a ideia de que na verdade, a busca por espaço já é algo superado.

Há anos, especialmente em datas comemorativas como o dia das mães e das mulheres, manchetes, reportagens e pesquisas lotam as mídias e os meios de comunicação com várias abordagens, dentre elas, uma em especial, que anuncia a chegada e até a predominância feminina no empresariado, comércios online, educação e diversos outros nichos de destaque pela era da informação rápida. Mas fora desses acontecimentos, aonde estão essas mulheres?

Histórias como a de Thereza Grisólia Tang, primeira juíza de Direito e Cnéa Cimini Moreira, primeira ministra de um Tribunal Superior, o do Trabalho, mesmo sendo caminhos percorridos de forma admirável, carregam consigo um peso de exceção, como se esses cargos e responsabilidades fossem tão incompatíveis com o ser mulher que delas se espera mais do que dos colegas homens. Um esforço duplo, triplo, pelo mesmo motivo, seria causa de orgulho, afinal, isso não fez com que desistissem. Construídos assim, a importância dessas histórias se perde, perdem o objetivo de inspirar, justamente por serem lidas como lendas. Não só aproximar esses relatos de quem precisa ouvi-los, mas humanizar essas mulheres e seus esforços para que quem as conheça, saiba que são caminhos possíveis, sonhos possíveis.

### **3 | AS PIONEIRAS NO JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO**

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso começou a funcionar através do Decreto de 6 de agosto de 1873, que instituiu em sua totalidade sete Tribunais em diferentes províncias do país, dentre elas, o atual estado de Goiás, que junto com o de Mato Grosso, foi duramente criticada por autoridades de outros estados, que alegavam a falta de estrutura local para a criação e manutenção dessas instituições, alegando que locais sem movimentação econômica e social teriam um número ínfimo de causas e por isso não seria necessário. Os primeiros desembargadores empossados foram quatro homens, o número mínimo exigido pelo decreto e a situação foi se mantendo assim, cumprindo o necessário por normas até a chegada da República, se estendendo até o fim

De certa forma, até então persiste na órbita do judiciário mato-grossense a discriminação da mulher, pois sua presença ainda é reduzida na corte do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sua participação é mais predominante no primeiro grau de jurisdição e na parte administrativa dos setores que constituem o Judiciário.

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso é composto por 30 desembargadores, 9 são mulheres, menos de 30%. A presença da primeira mulher desembargadora no Tribunal do estado é um momento histórico e uma das primeiras conquistas, em Mato Grosso da igualdade de conhecimento das mulheres, como seres humanos capazes de desenvolverem atividades com competência e credibilidade. A desembargadora Shelma Lombardi de Kato, em 1979 foi a primeira a mulher a tornar-se desembargadora, entrando para a história do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, chegando a assumir a presidência na década de 1990.

Somente 30 anos após a posse da primeira desembargadora houve a posse das demais, seguindo por Clarice Claudino da Silva e Maria Helena Gargaglione Póvoas, hoje a corte possui nove mulheres desembargadoras no Tribunal. São exemplos do reflexo destas conquistas de ascensão da mulher como desembargadora no estado a atual composição diretiva do tribunal em seus atuais 143 anos de existência tendo hoje a Desembargadora Marilsen Andrade Addario como Vice-Presidente e a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro como Corregedora-Geral de Justiça (gestão 2017/2018) ambas tendo outras desembargadoras como antecessoras dos seus cargos

### **3.1 A ÚNICA MULHER PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO**

O interesse sobre este assunto surgiu após uma visita ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, aonde foi observado na galeria de Presidentes e ex-Presidentes do Tribunal que entre os 62 ex-presidentes existia apenas uma mulher, a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, (São Paulo - SP, 1939), que estudou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo), bacharelando-se também em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP, ingressou por concurso público na Magistratura do Estado de Mato Grosso, no ano de 1969, atuando como juíza de direito até o ano de 1979 quando tomou posse como desembargadora do estado, sendo a primeira e única mulher a presidir o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (1991-1993), tendo ocupado também as funções de Corregedora Geral de Justiça e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, responsável pela informatização dos serviços eleitorais no estado, pioneira na defesa dos direitos humanos da mulher e da criança em Mato Grosso.

Atualmente aposentada, a atuação da desembargadora chamou a atenção para a hipótese da Instituição, focada na observância das leis brasileiras, poder estar incorrendo no não exercício real das políticas públicas lineares de gêneros para o acesso aos cargos de chefia, mesmo tendo, principalmente, nos últimos anos a responsabilidade pela implantação e cumprimento destas políticas de acesso em todo o estado de Mato Grosso, porém, apesar da pouca representatividade nos cargos de chefia do Tribunal do Estado, a instituição do Tribunal de Justiça vem avançando de forma consideravelmente promissora neste âmbito, erradicando de um modo geral a problemática do acesso da mulher ao emprego formal, haja vista, o fato de elas comporem 72,2% dos cargos efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

### **3.2 O MAIOR SÍMBOLO MUNDIAL DA JUSTIÇA É UMA MULHER**

Têmis, Deusa grega guardiã dos juramentos dos homens e das leis, na mitologia filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra), portanto filha do espírito e da matéria. Divindade feminina, símbolo mundial da justiça e igualdade entre os homens.

“Numa visão mais moderna, é representada sem as vendas, significando a Justiça Social, para qual o meio em que se insere o indivíduo é tido como agravante ou atenuante de suas responsabilidades. Os pratos iguais da balança de Têmis indicam que não há diferenças entre os homens quando se trata de julgar os erros e acertos. Também não há diferenças nos prêmios e castigos: todos recebem o seu quinhão de dor e alegria.

Ela foi aceita entre os deuses do Olimpo. Simboliza o destino, as leis eternas, divinas e morais; é a justiça emanada dos deuses, assim nos seus julgamentos não há erro. Ela carrega as tábuas da lei, que desempenham o papel de ordem, união, vida e princípios para a sociedade e para o indivíduo, e uma balança que equilibra o mundo segundo leis universais entre o caos e a ordem”. (GRIMAL, 1997, p. 435).

#### 4 | O QUE O FUTURO NOS APONTA?

É crescente no meio social a noção de que agora cabe mais à própria mulher contar sua história e ainda, criar uma ponte que permita acessar tudo isso para aquelas que não seriam capazes de fazê-lo sozinhas. A busca pela representação não pode se ocultar perante os privilégios que determinadas classes sofrem, mesmo entre as mulheres que já são vítimas de opressão. Mulheres no Judiciário também são as recepcionistas, funcionárias terceirizadas, cozinheiras e voluntárias em projetos sociais encabeçados pelos Tribunais. Nelas também se vê humanidade e legitimação de discurso.

Nesse ano, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, pela portaria 1038/2019, os membros para constituir um grupo de trabalho nominado “Comitê sobre a Equidade de Gênero entre homens e Mulheres no Poder Judiciário”, com grande parte de sua composição sendo de mulheres, o que é algo muito positivo. Visa-se a inclusão e integração de ambos os sexos, mas a presença feminina para tratar de assuntos femininos é indispensável.

Também neste ano de 2019, em maio, a desembargadora Maria Erotides Kneip participou, em Brasília, do 1º Curso Nacional A Mulher Juíza – Desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero, que contou também com a participação de servidoras em todas as instâncias, inclusive as ministras Carmem Lúcia e Rosa Weber, do Supremo Tribunal de Justiça, a ex-procuradora da República Raquel Dodge e juristas de diversos países.

“É preciso atingir a igualdade, até porque, além de ser um objetivo de desenvolvimento proposto pela ONU, a igualdade de gênero é fixada na nossa Constituição como o pilar da República. Sem a igualdade, não temos nada de constitucional no país. É um desafio para as mulheres, que precisam se capacitar cada vez mais, assumir papéis de destaque, para que possamos trazer as outras mulheres junto conosco.”

Aponta a representante do Judiciário de Mato Grosso em entrevista ao portal O Documento. Outras pautas como a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e a violência doméstica também foram discutidas pelo evento, lembrando ainda a

existência do CEMULHER, uma coordenadoria estadual que tem, entre outras funções, a de facilitar um judiciário que se articule na criação de melhores possibilidades para que a mulher vítima de violência doméstica seja acolhida e se sinta mais protegida pelos aparatos do Estado.

Pontos como esse demonstram que muito tem sido feito, mas claro, não são motivos suficientes para que a organização pública se dê por satisfeita. Muito pelo contrário, as demandas no que se referem às mulheres mudam conforme o tempo e a sociedade também exigem que isso seja acompanhado e coberto pelos meios de assistência necessários.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL: Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012; Igualdade de gênero e desenvolvimento. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acessado em 05 de setembro de 2019.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CHARTIER, Roger. Do palco à página - Publicar Teatro e Ler Romances na Época moderna séculos XVI - XVIII. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. MATO GROSSO. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Apresentação: Atribuições. Disponível em: <<http://cemulher.tjmt.jus.br/apresentacao/atribuicoes>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Desembargadora do TJMT participa de evento nacional sobre a mulher juíza. 2019. Disponível em: <<https://odocumento.com.br/desembargadora-do-tjmt-participa-de-evento-nacional-sobre-a-mulher-juiza/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

GRIMAL, Pierre. Justiça. In: \_\_\_\_\_. Dicionário da mitologia grega e romana. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.435.

Roberto Fragale Filho, Rafaela Selem Moreira e Ana Paula de O. Sciammarella, « Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro », e-cadernos CES [Online], 24 | 2015, colocado online no dia 15 dezembro 2015, consultado a 07 outubro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1968> ; DOI : 10.4000/eces.1968

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. Psicologia: Ciência e Profissão, [s.l.], v. 20, n. 3, p.8-15, 17 set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932000000300003>.

## O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHAÇÕES: UM OLHAR SOBRE O URBANO

### Camilla Machado Cruz

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM,  
Letras/Espanhol e Literaturas de Língua  
Espanhola  
Santa Maria, RS

### Thágila da Silveira Ribeiro

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM,  
Letras/Espanhol e Literaturas de Língua  
Espanhola  
Santa Maria, RS

### Taís da Silva Martins

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM,  
Departamento de Letras Clássicas e Linguística,  
Laboratório Corpus, Programa de Pós-Graduação  
em Letras  
Santa Maria, RS

**RESUMO:** Este estudo pretende refletir sobre possíveis evidências de feminismo em pichações das cidades de Córdoba e de Santa Maria, a fim de compreender a produção de efeitos de sentidos acerca da mulher. Pensamos que a forma como o sujeito-feminista se significa e se expressa no espaço público é fundamental para o processo de desconstrução do machismo. Sendo assim, procuramos vestígios que remetessem à esta ideologia no discurso das cidades. No decorrer deste estudo, em um primeiro momento selecionamos algumas fotografias de pichações que apresentam um

caráter feminista nas cidades de Santa Maria e de Córdoba. Em um segundo momento, relacionamos essas imagens com teorias acerca do discurso da cidade, das pichações e do feminismo. Devido à importância do tema na atualidade, torna-se crucial investigar por meio da teoria da Análise do Discurso de linha francesa e de estudos feministas, como o machismo ressoa na relação mulher/âmbito social. Analisamos prováveis vestígios dessa ideologia no discurso urbano para pensar na igualdade de gêneros como uma realidade que se constrói sem reduzir a importância de nenhum gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso urbano. Machismo. Feminismo. Análise do discurso. Pichação.

### THE FEMINIST DISCOURSE IN THE GRAFFITIS: A LOOK ABOUT THE URBAN

**ABSTRACT:** This study intends to reflect about possible evidences of feminism in graffitis of the cities of Córdoba and of Santa Maria, with the purpose to understand the sense effects production about woman. We think that the way that feminist-subject significate and express themselves at the public space is fundamental for the social process of deconstruction of sexism. Therefore, we find vestiges that remits to this ideology in the cities discourses. As long



as we do this study, in a first moment, we selected some graffiti's photographs that presents a feminist quality in the cities of Santa Maria and of Córdoba. In a second moment, we relate these images with the theories about de city discourse, the graffiti's and the feminism. Due the importance of this subject in the actuality, it turns crucial to investigate, through the French Discourses Analysis and the feminist studies, how the sexism resonate in the relation woman/social ambit. We analyzed probable vestiges of this ideology in the urban discourse to think of the gender equality without reduce the importance of any gender.

**KEYWORDS:** Urban discourse; Sexism; Feminism; Discourse analysis; Graffiti's.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste estudo, pretendemos compreender como o machismo ressoa no discurso feminista urbano expressado nos grafites das cidades de Santa Maria – Brasil e de Córdoba – Argentina, pois acreditamos que a materialidade ideológica se concretiza por meio do discurso.

É de conhecimento geral que a cidade está repleta de sentidos nas paredes, constantemente grafitadas por diversos sujeitos. Dessa maneira, é necessário reconhecer o caráter destrutivo do machismo para combatê-lo, porque conformar-se é admitir que a mulher seja submissa à violência machista, às posições de inferioridade social e às condições de opressão.

Analisamos uma das materialidades discursivas produzidas pelo sujeito-feminista, que, por sua, vez ocupa um espaço em seu grupo social e procura expor um discurso comum nos espaços públicos, atuando contra o machismo.

Enfatizamos que o sentido do termo machismo está baseado na ideologia do sistema que socializa o homem para dominar a mulher, a qual existe para se submeter ao “poder do macho” (SANTOS, 2014). Em oposição, o conceito de feminismo está relacionado à busca pela igualdade entre homens e mulheres e à luta por direitos iguais, não a um sistema de dominação (AVERBUCK, 2013).

Compreendemos que a escrita urbana da sociedade suscita nos sujeitos a necessidade de grafitar (ORLANDI, 2003). Sendo assim, o sujeito procura uma forma de expressão abrangente ao escrever nas paredes da cidade, tentando fazer algum sentido culturalmente significativo.

Sabemos que a partir do ponto de vista social brasileiro, se considera grafite apenas o texto imagético, enquanto que pichação se considera o texto escrito ou até mesmo o texto codificado e específico de sujeitos periféricos que se identificam com a marginalidade do discurso próprio da pichação (MANO, 2009).

Porém, em nossas análises, definimos teoricamente como grafite ou pichação qualquer manifestação de grafismo, seja escrito ou imagético, em consonância com o conceito vinculado à Análise do Discurso, teoria que compreende o grafismo como a designação do que se encontra escrito ou gravado nas paredes da cidade e nos

monumentos desde a época antiga (ORLANDI, 2003).

Ao grafitar, o cidadão estabelece um diálogo com a urbe, buscando compreender o que a cidade fala, e, em contrapartida, reverberar o que ela tem para dizer (SILVA, 2004). Por conseguinte, o sujeito expressa e significa em relação ao convívio urbano e a ele mesmo, a fim de fugir da exclusão social que faz com que muitas vezes não seja ouvido, nesse caso, o sujeito busca exprimir uma ideologia de caráter feminista.

Dessa forma, recortamos para as nossas análises imagens de grafites presentes nos muros/paredes das cidades de Córdoba e de Santa Maria, e observamos as semelhanças entre os discursos feministas presentes nas vozes anônimas que se manifestam em uma luta contra o machismo por meio do grafite, essa escrita-símbolo da cidade, esse intento de resistir e de fazer sentido. Para tanto, refletimos sobre como a cidade, acontecimento social da atualidade, representa o discurso feminista contra o machismo em um processo simbólico.

Para explicar a metodologia de nosso trabalho, salientamos que o corpus de nossas análises é composto de seis grafites que expressam uma possível manifestação do sujeito-feminista, nos discursos inscritos nas cidades de Córdoba e de Santa Maria.

Inicialmente, fotografamos alguns grafites para compor o arquivo de nossas análises, os quais, desde o nosso primeiro gesto de interpretação, apresentam um discurso feminista em oposição à opressão dos homens sobre as mulheres na sociedade. Assim, constituímos um arquivo de 19 fotografias no total e, para organizarmos o corpus deste trabalho, recortamos três imagens pertencentes ao acervo de cada cidade, totalizando em seis fotografias.

Em um segundo momento, analisamos, nos discursos feministas, o teor de protesto contra a violência e opressão proveniente do machismo, tal como verificamos as possíveis mobilizações do interdiscurso dos grafites.

Por conseguinte, reconhecemos o feminismo como um objeto de estudo importante para a análise discursiva, visto que produz diversos efeitos de sentidos acerca da mulher por meio da memória, que: “(...) pensada discursivamente, refere-se ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito” (ORLANDI, 2003, p. 14). Os dizeres machistas estão estruturados na memória de nossa sociedade, muitas vezes de forma sutil e aparentemente não discriminatória.

Para inferir acerca dos sentidos sobre o feminino no urbano, observamos a mobilização da memória da cidade, a qual faz com que as palavras signifiquem e façam sentido ao serem interpretadas a partir de um saber discursivo prévio, o interdiscurso, o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2001). Nesse caso, o interdiscurso inscrito diz respeito à ideologia arraigada de que seria um dever da mulher submeter-se ao homem.

Os discursos das pichações de Córdoba e de Santa Maria foram relacionados com o referencial teórico feminista da escritora e filósofa feminista francesa Simone de Beauvoir (2014), pois acreditamos que sua contribuição para o feminismo atingiu o nível mundial de expressão a partir da obra *O segundo sexo* (2014), que analisa a

opressão sofrida pelas mulheres, sendo muito utilizada como ponto de partida para o estudo da temática.

Igualmente, nos baseamos nas pesquisas da filósofa brasileira Marilena Chauí (1985), a fim de refletir sobre a significação da mulher na sociedade latino-americana atual, assim como as da escritora e ativista feminista brasileira Clara Averbuck (2013), que aborda questões do feminismo contemporâneo no Brasil.

No que tange a aspectos da Análise do Discurso de linha francesa, a pesquisadora brasileira Eni Orlandi (2001, 2003, 2004), analista do discurso brasileira, é o principal expoente considerado nestas análises. Seus estudos nortearam as reflexões feministas abordadas em consonância com o discurso da cidade, sobre a maneira como o sujeito-feminista significa neste local, bem como os efeitos de sentido produzidos sobre a mulher na urbe.

De outra forma, pesquisas do sociólogo brasileiro Luciano Spinelli (2007) e da socióloga e feminista brasileira Heleieth Saffioti (1987), foram fundamentais para a compreensão das questões acerca do grafite no âmbito urbano atual, e particularmente como forma de expressão no Brasil.

Entendemos, a partir de nosso gesto de interpretação, que a sociedade se expressa também pelas paredes da cidade, tendo espaço público muito a dizer através de vozes marginalizadas e anônimas, as quais insistem diariamente em expor seus ideais nos muros.

Por isso, habitar a cidade é estar em contato com discursos urbanos que produzem sentidos sobre os sujeitos constantemente, modificando os discursos que permeiam os grupos sociais. Somente prestando atenção no que a cidade diz, é possível compreender os sentidos que cercam os sujeitos que vivem na urbe.

## **2 | PICHACÃO: A EXPRESSÃO DOS MUROS SANTA-MARIENSES E CORDOBENSES**

Neste trabalho, a pichação é entendida como a integração arbitrária de um signo à linguagem urbana caracterizada como letras ou assinaturas de caráter monocromático, feitas com spray ou rolo de pintura, difundida no Brasil, em um primeiro momento, a partir da cidade de São Paulo (SPINELLI, 2007).

Dessa maneira, as relações sociais são ressignificadas no ato de pichar, pois “[...] o espaço público é o espaço de convivência social politicamente significada dos sujeitos da cidade (ORLANDI, 2004, p. 96)”. Então, pichar é um indício contemporâneo da insistência em fazer visível que, por sua vez, desencadeia um movimento de consciência que atravessa toda a população segregada e parte de um grupo proveniente da exclusão social, com interesses comuns, buscando explicitar determinadas mensagens por meio da produção de sentidos. Tais sentidos, por consequência, interferem na cidade, assim como nas formas de relações sociais e na cidadania.

O grafite feito pelo sujeito-feminista caracteriza um grupo que propõe uma forma de expressão da luta contra a violência que oprime as mulheres, significando com um novo olhar o espaço urbano em que habitam e se identificam. Segundo Lara (1996):

Para identificar uma pichação coloca-se ao lado dela uma indicação pessoal ou do grupo que a realizou. Uma pichação é, portanto, rodeada de comentários que indicam sua procedência, as pessoas que a realizaram, se foram convidadas ou participam do grupo (LARA, 1996, p.51).

O ato de pichar é uma intervenção urbana que tem finalidades múltiplas no aglomerado urbano: um reconhecimento social de existir, um grito de protesto, uma identificação com um grupo social de interesses comuns, uma denúncia ao abandono e à falta de vigilância, uma construção da paisagem urbana, uma atitude de rebeldia frente às autoridades já que esta ação se configura como um crime no art. 65 da lei nº 9.605/98 (BRASIL, 1998), um ato de vandalismo e uma tentativa insistente de marcar território.

Ainda assim, é necessário perceber a cidade não somente como um espaço físico, mas também linguístico, que está constantemente sobrecarregado de sentidos (STEFANIU, 2016). Os efeitos de sentido produzidos pelas pichações são um reflexo das desigualdades sociais que conhecemos e vivenciamos no espaço urbano onde vivemos.

O fato de a pichação não ser uma prática legal promove discursos marginalizados. É comum ver esses discursos nas ruas da cidade, manifestando-se como pretensões de vozes antes invisíveis. Para entender as como o feminismo ressoa no discurso urbano, recorreremos a seis imagens de pichações feministas: três de Córdoba e três de Santa Maria.

### **3 | O URBANO EM CÓDOBA E EM SANTA MARIA: ALGUMAS ANÁLISES DISCURSIVAS**

Pensamos que o sujeito-urbano produz sentidos na cidade e estabelece uma realidade estruturada de acordo com a forma que esse espaço é capaz de afetá-lo, reverberando os sentidos do espaço urbano (ORLANDI, 2001). Para compreender como esses discursos significam, nos atemos a analisar pichações de duas cidades latino-americanas. Nesse sentido, as imagens que seguem são de fotografias das pichações do centro de Córdoba.



Figura 01 – Calle 9 de julio (15/03/2017).

Fonte: as autoras.

Na figura 01, observamos dois recortes: o recorte 01 é o enunciado *vivas, libres, sin miedo!*, enquanto o recorte 02 compreende a imagem que remete à uma vulva sangrando, em decorrência do aborto ou estupro, violências que vitimam as mulheres diariamente.

Acreditamos que o analista deve se preocupar com a forma que o discurso produz sentido. A partir desse ponto de vista, ressaltamos a importância das condições de produção ao investigar o corpus analisado. Conforme Orlandi (2001):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazer parte dele (ORLANDI, 2001, p. 30).

Nesse caso, pensamos que o sujeito-feminista desta imagem remete a um sujeito que é dependente, por ser destituído de liberdade para pensar, querer, sentir e agir autonomamente. Considerando que o lugar da mulher em espaços públicos e privados é marcado, em sua maioria, por formas variadas de dominação (PINTO, 2003), o sujeito-feminista manifesta o desejo de que as mulheres estejam vivas, porque pode ser que estejam morrendo em decorrência do aborto e de outras formas de violência machista.

De igual maneira, se as mulheres precisam de liberdade, devem estar presas pelo condicionamento machista. Se elas sentem medo, é porque não se sentem

em condições de dignidade. Portanto, as mulheres buscam coragem para enfrentar o machismo na sociedade atual, principalmente dentro da cidade, local em que o discurso feminista se manifesta.

Os sentidos opressores sobre a mulher estão naturalizados na sociedade. Em razão de pertencer ao gênero feminino, a mulher é vista como dependente por ser considerada um objeto à disposição do homem. Sobre a contestação dessa realidade, Beauvoir (2014) cita:

Ela sendo também um ser existente, sente a necessidade de sobrepujar e seu intento não é repetição, mas transcende em direção a um futuro diferente – em seu íntimo ela encontra a confirmação das pretensões masculinas. Ela acompanha os homens nos festivais que celebram o sucesso e as vitórias masculinas. Sua infelicidade é ter sido biologicamente destinada para a procriação da Vida, quando mesmo em sua própria visão da Vida, não leva em si as razões de existência, razões que são mais importantes que a vida em si (BEAUVOIR, 2014, p. 52).

Dessa forma, o discurso presente nesse grafite ressoa uma revolta do sujeito-feminista que se sente vítima mortal, mas que, ao mesmo tempo, se enfrenta o medo da violência e da violação do corpo ocorridos em decorrência do machismo, como está representado no recorte 02 pelo desenho em forma de vulva. Identifica-se, assim, a ideologia feminista fundamentada no sujeito que suplica por vida e por liberdade, que já não suporta temer o machismo e suas consequências brutais.

A característica de submissão é imposta socialmente à mulher por meio da memória que a sociedade perpetua. Por isso, nessa primeira imagem o sujeito-feminista procura estar livre dos sentidos que remetem à mulher como inferior e vítima, sentidos estes mobilizados pelo interdiscurso, a memória discursiva que retoma o discurso e afeta a forma de significação do sujeito (ORLANDI, 2001).

O sujeito-feminista expressa a aspiração de estar vivo e de viver sem medo do machismo, porque a violência e as mortes ocasionadas por essa ideologia são bastante recorrentes em mulheres.

A luta para desconstruir esse caráter alarmante do machismo está representada nesses dois recortes como uma ressignificação, uma tentativa de subversão do papel feminino. Então, a mulher não visa submeter-se, mas ser valorizada enquanto ser humano, que precisa de direitos iguais àqueles que são permitidos aos homens.





Figura 02 – Avenida Vélez Sarsfield (15/03/2017).

Fonte: as autoras.

Por sua vez, na figura 02, discorremos sobre outros dois recortes: o primeiro é o enunciado *mujer, a(r)mate* e o segundo é a figura que remete à uma granada em formato de coração.

No recorte 01, interpretamos que a mulher precisa se amar, e por isso se armar contra a imposição do machismo na sociedade. O sujeito-pichador recomenda à mulher que se arme, em um discurso imperativo de sugestão feminista, que propõe um conselho para as mulheres se defenderem da esmagadora realidade machista, amando a si mesmas e se armando contra o machismo. Tal interpretação se deve à disposição da letra (r) entre parênteses, forma que reflete a ambiguidade do enunciado: *armáte* (forma imperativa do verbo *armar* em espanhol) e *amáte* (forma imperativa do verbo *amar* em espanhol).

Para tanto, no recorte 02 o sujeito-feminista encontra no ato de grafitar um meio de expressar sua opinião em relação à situação, seja buscando liberdade, seja respondendo a esta imposição através do grafite, considerando que, a granada seria o armamento bélico a causar uma explosão na luta feminista. A arma em formato de coração pode significar a proposição sentimental da luta, ou seja, o motivo real da batalha é subjetivo nesse sentido, pois as emoções se encontrariam no coração do sujeito.



Figura 03 – Avenida Vélez Sarsfield (15/03/2017).

Fonte: as autoras.

Em contraponto, na figura 03 não o sujeito-feminista não aceita a condição de passividade e se posiciona a favor de um combate. A partir dessa análise, pensamos que esse grafite faz referência à violência, causada pelos homens e sofrida pelas mulheres, principalmente, concebida como machismo. Essa concepção de violência contra a mulher está relacionada, com uma ideologia que define a condição feminina como inferior à condição masculina, de acordo com Chauí (1995):

Ao considerá-los discursos masculinos, o que queremos simplesmente notar é que se trata de um discurso que não só fala de “fora” sobre as mulheres, mas sobretudo que se trata de uma fala cuja condição de possibilidade é o silêncio das mulheres (CHAUÍ, 1995, p. 49).

Do mesmo modo, as diferenças entre o feminino e o masculino são transformadas em desigualdades hierárquicas através de discursos masculinos sobre a mulher, os quais incidem especificamente sobre o corpo feminino.

Na figura 03, a vitimização e a passividade feminina são trocadas pela resistência do feminismo que busca combater a repressão machista que submete a mulher a diversas situações de violência.

Sendo a cidade um espaço social politicamente dividido, onde o público está rarefeito, isto se manifesta na linguagem manifestada pelo espaço (ORLANDI, 2003), ou seja, a denúncia se faz presente na gravação gráfica do espaço público urbano. Para compreender a denúncia social do movimento feminista na urbe, analisamos as fotografias abaixo, das pichações da cidade de Santa Maria:



Figura 04 – Casa do Estudante Universitário, UFSM, Camobi (16/04/2017).

Fonte: as autoras.

Conforme exposto na figura 04, a atitude de pichar é proveniente da tentativa de explicitar publicamente a vontade da mulher de se libertar, de utilizar sua força contra e de se opor ao teor do machismo, que é tão significativamente perigoso a ponto de ocasionar mortes e trazer medo.

Verificamos dois recortes nesta imagem: o recorte 01 é o enunciado machismo mata, que faz referência à violência machista, enquanto o recorte 02 é a figura de uma mulher no chão sendo esmagada pelo machismo, representado pelo símbolo do planeta marte, que por sua vez identifica o masculino que domina o sujeito-mulher.



Figura 05 – Rua Tiradentes (16/04/2017).

Fonte: as autoras.

Por sua vez, a figura 05 simboliza a ideia de que a vulva é a revolução, pois se troca a palavra viva por vulva, em um jogo que possui a finalidade de demonstrar o caráter libertador feminista em evidência. A força feminina prevalece no enunciado, posto que expõe a ideia de que a revolução ocorrerá pelo feminismo e através do sujeito-feminista.



Figura 06 – Rua Venâncio Aires (16/04/2017).

Fonte: as autoras.

O posicionamento do sujeito ao defender-se contra a realidade machista cruel e socialmente consentida, bem como ao ter voz para se expor contra a violência, está marcada na figura 06. Neste recorte, o sujeito-feminista resiste ao posicionar-se contra a violência sofrida pela mulher.

Por outro lado, embora concebendo a mulher como vítima, ela pode ser considerada submetida a essa relação desigual de poder com os homens. Sendo assim, as mulheres se sujeitam à violência não porque consentam, já que não têm poder suficiente para isso, mas porque, ao contrário, elas são forçadas a ceder.

Nesse viés, a violência contra a mulher resulta da socialização machista e do domínio do masculino sobre o feminino, segundo Saffioti (1987):

Dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este “destino” como natural (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Por fim, sendo a cidade permeada pelos sentidos urbanos, percebemos essas pichações como sinais de uma ideologia feminista que propõe deslegitimar socialmente o poder do homem condicionado sobre a mulher, poder cuja essência propõe a violência como forma de controle. Ao compreender a cidade como um espaço de interpretação, se pode perceber a vontade de libertação feminista que está sendo expressada no espaço público, onde todos habitam e transitam.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, enfatizamos a importância da reflexão sobre o discurso feminista da cidade, que se faz presente nos grafites como denúncia social de um determinado grupo. A escrita tem como finalidade institucionalizar a linguagem para promover a individualização do sujeito a partir de suas formas de identificação (ORLANDI, 2003). Por isso, os muros do espaço público expõem uma ideologia feminista dos discursos que incidem no cotidiano da cidade, buscando propagar a resistência do movimento feminista diante do machismo imposto socialmente.

Portanto, destacamos que os grafites feministas são vozes que estão cotidianamente querendo ser ouvidas, dizeres que invadem nossa visão para serem compreendidos no registro escrito, como um apelo ao que não é visibilizado no caos das ruas. Por isso, acreditamos na necessidade de atentar ao processo de reconhecer a pichação feminista como uma forma de expressão contemporânea da cidade, que possui uma importante função social, a qual não pode ser ignorada, pois está inscrita em nossas próprias convivências.

Afinal, buscamos pensar sobre a relação discursiva da cidade como local simbólico, no espaço em que estes sujeitos significam e onde os sentidos circulam constantemente. As pichações são a escrita urbana, suas formas denunciam os modos de existência dos sujeitos e das relações sociais que aí se praticam (ORLANDI, 2001). Por isso, entendemos que o processo de formulação e de organização de efeitos de sentido pode revitalizar as relações sociais. Para que isso ocorra, é preciso interpretar as imagens pelo entremeio da memória e das condições de produção a fim de visibilizar a condição desigual da mulher na sociedade.

Finalmente, a identificação do sujeito se dá pela formação discursiva que se repete e que termina por naturalizar a condição da mulher, sendo que não refletir sobre essas relações propõe a permanência dos sentidos relacionados à inferioridade e vulnerabilidade das mulheres frente aos homens. Ao refletir sobre a discriminação do feminino, podemos combater o machismo e contribuir com relações sociais mais igualitárias.

## REFERÊNCIAS

AVERBUCK, C. Feminismo para leigos. **Carta Capital**, São Paulo, 28 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/feminismo-para-leigos-3523.html>> Acesso em: 13 de junho de 2017.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. Título original: *Le deuxième sexe*.

BRASIL. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm#art65](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm#art65)> Acesso em: 24/03/2019

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-62, 1985.

LARA, A. H. **Grafite arte urbana em movimento**. Orientador: Luiz Roberto Alves. 1996. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola De Comunicações E Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MANO, M. K. Pichação, a marca da desigualdade social. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 3 dez. 2009. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/pichacao-a-marca-da-desigualdade-social/>> Acesso em: 5 de setembro de 2017.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: José Olympio, 2003.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, n. 1, Tel Aviv, v. 16, p. 147-164, 2014.

SILVA, R. L. Escutando a adolescência nas grandes cidades através do grafite. **Psicologia**: ciência e profissão, v. 24, n. 4, p. 2-11, 2004.

SPINELLI, L. Pichação e comunicação: um código sem regra. **Logos**, v. 14, n. 1, p. 111-121, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/15234>. Acesso em: 23 ago. 2019.

STEFANIU, L. F.; RAIMU, L. C. F. D. O espaço urbano, o grafite e a identidade do sujeito catador. **RUA**, n. 22, Campinas, p. 18-32, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8646064>. Acesso em: 23 ago. 2019.



## TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS

### Rose Dayanne Santana Nogueira

Mestra em Comunicação e Sociedade (UFT).  
Graduada em Comunicação Social – Habilitação  
em Jornalismo (ULBRA). Integra o Núcleo de  
Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas  
Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE  
(UFT).

**RESUMO:** A pesquisa proposta se constrói a partir do interesse nas vozes que ecoam das narrativas dos poemas concebidos por mulheres quilombolas, publicados no livro *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares*, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e a forma como expressam traços do território, cultura e identidade, e as relações sociais de gênero estabelecidas nesse diálogo. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e utilizou o método da análise de conteúdo e de narrativas. Dos 17 poetas com trabalhos classificados para o livro, 11 são mulheres. Em seus versos, ao escreverem sobre a temática proposta, “Ser Quilombola”, as mulheres narram as relações que estabelecem com a cultura e com os territórios, papéis que desempenham nestes espaços, expressando assim suas identidades quilombolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território; Cultura, Identidade; Mulheres Quilombolas.<sup>1</sup>

### TERRITORY, CULTURE AND IDENTITY IN THE WOMEN’S VOICES OF THE BOOK “QUILOMBOLAS DO TOCANTINS”

**ABSTRACT:** The proposed research builds on the interest in the voices that echo the narratives of the poems conceived by “quilombola” women, published in the book *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares*, by the Defensoria Pública do Estado do Tocantins, and the way they express traits of the territory, culture and identity, and the social relations of gender established in this dialogue. The research has a qualitative approach and used the method of content analysis and narratives. Of the 17 poets with classified papers for the book, 11 are women. In their verses, when writing about the proposed theme, “Being Quilombola”, women narrate the relationships they establish with culture and with the territories, roles they play in these spaces, thus expressing their quilombola identities.

**KEYWORDS:** Territory; Culture; Identity; Quilombolas Women.

### INTRODUÇÃO

A identidade é uma ferramenta importante de resistência para a população quilombola do Brasil, tanto que, de acordo com a legislação vigente no país, reconhecer a identidade,

1 Este artigo foi publicado originalmente nos Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

por meio da autodefinição dos membros, é um dos critérios para a certificação das comunidades remanescentes de quilombo, juntamente com identificação de práticas culturais, da ancestralidade e da ligação da comunidade ao território tradicionalmente ocupado. As mulheres quilombolas têm importante participação no processo de resistência, luta, construção e transmissão dos conhecimentos da comunidade, enquanto sujeitos, a partir de suas trajetórias e de suas experiências culturais, que incidem na identidade quilombola.

Dados da Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>2</sup> apontavam que em 2017 o Tocantins contava com 44 Comunidades certificadas e uma com o processo em análise, à época. Na obra *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares* (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2016), organizada pelo Núcleo Especializado da Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, vozes ecoam em forma de verso e poesia descrevendo o que é ser quilombola. Os textos foram selecionados para o livro por meio de Concurso Cultural<sup>3</sup>, direcionado às comunidades do Estado. Além disso, a publicação traz registros fotográficos aliados ao conteúdo informativo sobre os quilombolas do Estado e a atuação da Defensoria Pública junto a eles. Das 42 comunidades visitadas pela Instituição, moradores de 12 delas participaram do concurso.

Do livro analisa-se o primeiro capítulo<sup>4</sup>, “Palavras e Olhares”, que traz os textos selecionados por meio do concurso para a publicação, num diálogo poético com a imagem que ilustra a obra de cada autor e autora. Dos 17 quilombolas com textos escolhidos para o livro, 11 são mulheres. Neste contexto, partindo de uma perspectiva de gênero, este artigo interessa-se, especificamente, pelas vozes que ecoam das narrativas concebidas por mulheres quilombolas, selecionadas para a publicação, com o objetivo de identificar os traços do território, cultura e identidade, e as relações sociais de gênero estabelecidas nesse diálogo.

A partir de trechos dos poemas, serão observados os elementos utilizados para definir o “ser quilombola” para essas mulheres; como reconhecem a si e ao território que ocupam, que não é necessariamente a terra, mas que pode residir nos entre-lugares, destacados por Bhabha (2013); os significados que atribuem à pertença quilombola; os limites e possibilidades que enfrentam por serem quilombolas e mulheres. O caminho metodológico que norteou o artigo é a abordagem qualitativa e com o tratamento dos dados orientado pela análise crítica de narrativas, a partir do que orienta Luiz Motta (2012, p.23). Segundo o autor, estudar narrativas é compreender o sentido da vida. “A análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as

2 Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

3 A escolha dos classificados foi feita por uma Comissão Avaliadora formada por integrantes internos e externos, que levaram em consideração os critérios dispostos no Edital, como: adequação ao tema, no que se refere ao ser quilombola, visão, cultura e identidade tradicional, clareza e coesão, além de criatividade poética, respeitando ainda a oralidade traduzida nos textos. (DEFENSORIA, 2016).

4 O segundo capítulo é dedicado às Comunidades Quilombolas do Tocantins e traz ainda informações condensadas dos quatro anos de atuação da Defensoria Pública junto aos remanescentes de quilombo do Estado. No terceiro capítulo, apresenta-se o balanço do Concurso Cultural.

ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive”. Além disso, Motta afirma que a estudar as narrativas é refletir sobre a experiência humana.

A análise da narrativa, a partir dos conteúdos retirados do livro, foi embasada em fundamentos teóricos de autoras e autores que discutem território, cultura, identidade e gênero, aliadas às experiências adquiridas a partir do trabalho realizado junto às Comunidades e Associações Quilombolas do Estado, enquanto servidora pública<sup>5</sup> da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

## **OS TRAÇOS DE TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE E A QUESTÃO QUILOMBOLA**

Definir o que é quilombo, remanescente de quilombo, identidade/ser quilombola é uma conceituação que tensiona quer seja no campo científico, quer seja no campo político. Castells (1999, p. 22) define que identidade é “um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

Segundo Castells (1999, p. 23), do ponto de vista sociológico, “toda e qualquer identidade é construída” e que a principal questão dessa construção “diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Logo, não seria diferente com as questões de identidade do ser quilombola, uma vez que, no Brasil, essa construção vem sendo elaborada ao longo dos séculos.

Nas questões conceituais e normativas dos quilombos no Brasil, Leite (2000) discute o quilombo (termo originário) como um conceito sócio-antropológico e traz reflexões sobre suas implicações teóricas e políticas, principalmente, no que se refere ao quadro atual de exclusão social no Brasil. Logo, estabelece um contraponto entre os impasses quanto ao entendimento do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ACDT) da Constituição Federal (1988), no que diz respeito às dificuldades desse processo, em que destaca a folclorização da cultura e da identidade negra, as restrições às questões territoriais, até edição do Decreto nº 4887, datado, simbolicamente, de 20 de novembro de 2003 (Dia da Consciência Negra), que traz avanços nesse debate (LEITE, 2000).

A autora destaca que esse impasse vinha do fato de que o significado primário ao qual remete o termo quilombo vem de uma versão do Quilombo dos Palmares, constituído como unidade guerreira, a partir do isolamento e de uma autossuficiência.

---

5 Devido ao trabalho como jornalista na Defensoria Pública e pesquisadora da área, participei como organizadora do livro em questão e também das etapas de seleção do concurso que elegeram os textos para publicação. Participar do processo, alinhado ao estudo sobre as questões de gênero e às leituras sobre cultura, identidade e território, no âmbito do mestrado, resultaram nas inquietações e pesquisas para concepção deste artigo.

A noção de “remanescente”, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de “quilombo”, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se extremamente restritiva. Mas foi principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos. De saída, exigiu-se nada mais do que um esforço interpretativo do processo como um todo por parte dos intelectuais e militantes, bem como das próprias comunidades envolvidas, e sem o qual seria impossível a aplicabilidade jurídica do artigo (LEITE, 2000, p. 340).

No artigo 68 do ADCT vislumbra-se uma garantia efetiva à população quilombola, ao afirmar que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. No entanto, os movimentos sociais questionam as implicações advindas do artigo, pois para eles a ideia de quilombo não se restringiria a uma questão meramente de terra. Para tentar chegar ao consenso, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresentou, em 1994, um parecer quanto ao impasse, após reunir o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, e elaborou um conceito de remanescente de quilombo, que, “sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA, 1994).

Assim, reforça-se que além do conceito histórico a que remete a palavra quilombo, ela reflete a situação atual dos segmentos negros, nas diferentes regiões e contextos do Brasil, conceituando grupos que consolidaram um território próprio e nele desenvolveram suas práticas cotidianas de resistência e reprodução de seus modos de vida. Segundo Santos e Silveira (2006, p. 19), o território, geralmente, é “a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...]”.

Para Haesbaert (2003), o território não é apenas uma base espacial apropriada e não pode ser visto apenas como um objeto em sua materialidade ou mero recurso analítico, e sim, ao mesmo tempo, recurso ou instrumento de poder e um valor, e que esse valor vai além do atribuído ao uso ou a troca, uma vez que se estende pela valorização simbólica e identitário-existencial. Logo, a territorialidade perpassa ao vínculo de significado criado e perpetuado culturalmente.

Segundo Leite (2000, p. 344), a territorialidade é fundada a partir de uma fronteira imposta construída a partir de um modelo específico de segregação, na qual sugere a predominância de uma dimensão relacional, “mais do que de um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência”.

Quinze anos, quatro presidentes da República, até que no ano de 2003, fruto de um diálogo com a sociedade civil, o Decreto nº 4887 foi editado e regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, das quais

tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e define, para fins legais, que são Remanescentes das Comunidades dos Quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003. 56).

Assim, para além de uma questão fixa, a demanda pela da terra integra-se ao pleito do território, que abarca a formação histórica e cultural da coletividade. “Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo” (LEITE, 2000, p. 344). Bhabha (2013, p. 20) apresenta conceitos como os entre-lugares, entre-tempos, terrenos deslizantes da enunciação, fala do local da cultura, não no singular ou com identificações fixas, mas enquanto locais de cultura. São os interstícios, locais de sobreposição e de deslocamento de domínios de diferença, em que “as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação [nationness]*, o interesse comunitário ou valor cultural são negociados”.

Nesse sentido, o autor questiona o modo como se formam sujeitos nos entre-lugares, ou seja, “nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença” (BHABHA, 2013, p. 20). Assim, o afastamento das singularidades de classe ou gênero, enquanto categorias conceituais e organizacionais básicas, segundo Bhabha (2013, p.20), “resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno”. Tal consciência é algo que ele define como “teoricamente inovador e politicamente crucial” e pontua a necessidade de ir “além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais” (BHABHA, 2013, p.20), priorizando os momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais.

Assim, chegamos à centralidade do recorte de gênero, pois, segundo Louargant (2015), as mulheres estão no coração dos espaços e dos territórios. Segundo Scott (1989), gênero é uma categoria histórica analítica, um conceito construído socialmente, o qual oferece reflexões sobre práticas, normas e costumes, que por sua vez são sociais e culturais, não naturais, que definem o que é ser o homem e o que é ser mulher. Gênero trata, portanto, das relações sociais e culturais de lugares, direitos e obrigações definidos para homens e mulheres na sociedade, em que elas são postas como inferiores a eles. “De fato o conceito de território é então ligado às questões para compreender o lugar das mulheres na sociedade, na sua relação com o espaço” (LOUARGANT, 2015, p. 299). Segundo Louargant, a relação de homens e mulheres em seus espaços e nos territórios é uma questão que merece ser explicitada.



## AS NARRATIVAS FEMININAS DO LIVRO QUILOMBOLAS DO TOCANTINS: PALAVRAS E OLHARES

Ao chegar nesse ponto, parte-se para o foco deste artigo, que é a narrativa da mulher quilombola (integrante de uma comunidade que se autoidentifica como remanescente de quilombo e que busca reconhecimento como tal, inclusive no que se refere ao acesso às políticas públicas a eles destinadas) que nos diz o que é ser quilombola, a partir dos trechos<sup>6</sup> retirados do livro *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares* (GONCALVES; NOGUEIRA, 2016). “*Meu caro, se auto-reconheça e mostre que não serão eles que irão te definir, diga em alto e bom som que “SOU QUILOMBOLA” e essa é minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica*” (Poema “Ser Quilombola”, p. 65).

Além dos textos de mulheres quilombolas do Tocantins, houve também a atribuição de duas menções a participantes quilombolas do Estado de Goiás, entre elas para uma mulher, cujos trabalhos não foram inscritos no concurso devido à questão territorial, expressa no Edital. Sobre esse ponto, a mulher escreveu: “*É fundamental lembrar que somos uma comunidade só, mas em estados diferentes, e a minha está localizada no Goiás, no município de Monte alegre. Que está localizada no território Kalunga, na comunidade Sereia, conhecida como Areia próximo a Dona Procopia*” (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2016, p. 112).

A narrativa da mulher quilombola de Goiás reforça a questão territorial e histórica para além do território fixo, pois estar fora da terra demarcada geograficamente não elimina a parte viva e pulsante da experiência de ser e estar no mundo enquanto comunidade Kalunga. Pode-se perceber dessa narrativa o pertencimento que Santos e Silveira (2006) colocam ao falar da territorialidade, que não se resume ao fato de se viver em lugar, mas, sim, da relação que mantém com ele. E é isso que a mulher narra: “*somos uma comunidade só, mas em estados diferentes*” (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2016, p. 112).

Segundo Castells (1999, p.22), a identidade é “a fonte de significado e experiência de um povo”, e que não se tem conhecimento de um povo que “não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida” (CALHOUN, 1994, p. 9-10 *apud* CASTELLS, 1999, p. 22). Assim, outros elementos complementam a identidade quilombola. A terra é apenas um desses elementos, um desses entre-lugares, um interstício, um território, onde o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados (BHABHA, 2013). “*Ser quilombola é você ter a sua própria identidade, em qualquer lugar do mundo*” (Poema “Ser Quilombola”, p. 57).

Rocha (2010) nos traz algumas reflexões sobre a luta das comunidades quilombolas pela sobrevivência de seus traços culturais e modos de vida, os quais

---

6 Os nomes das autoras assim como as comunidades as quais pertencem estão inscritos no livro. Optamos por apresentar os trechos em itálico e referenciar os poemas citando o título e página em que se encontram.



se produzem e reproduzem no território étnico, e destaca que esse sentimento de pertencimento, advindo da territorialidade, não sobrevive apenas quando determinado grupo ou comunidade permanece isolado. É muito forte para as comunidades quilombolas a questão do território em que vivem, pois é o lócus de pertença e ação coletiva. É o que se vê nos textos de mulheres quilombolas publicados nos livros, conforme se infere dos trechos a seguir:

*Orgulho de ser Brasil; Orgulho de ser jalapoeira; Orgulho de ser Quilombola; Quilombo povoado do Prata; Isso sim é ser Quilombola* (Poema “Ser Quilombola”, p. 25).

*Ser quilombola é falar do meu lugar; Do meu sertão dianopolino. Falo tudo o que tiver; Do lugar onde eu ensino (...) Ser quilombola é valorizar as plantas medicinais; São de grandes variedades; Fazemos remédios caseiros; Substituindo os da cidade* (Poema “Ser Quilombola: ter lugar, ter beleza”, p. 53).

*Meu quilombo é meu mundo; Tenho fé e acredito; No resgate da identidade; Em meio a tantas lutas; No quilombo há felicidade* (Poema “Sou quem eu sou”, p. 37).

*Ser quilombola nesse querido quilombo, povoado de muita história e cultura para ensinar e aprender. Lugar onde o brincar na chuva, o sentir da terra sobre os pés descalços no chão, viver cada segundo as histórias de vida e lutas contadas pelos mais velhos e seus antepassados, lugar de pessoas acolhedoras, esse é meu quilombo.* (Poema “Ser Quilombola”, p. 77).

Ser quilombola para essas mulheres é ser da “Comunidade Povoado do Prata”, do “sertão dianopolino”, é falar do lugar de pertença que é delas, em que se trabalha, o “lugar onde eu ensino”, sentir orgulho de viver no Jalapão e “ser jalapoeira”; entre-lugares nos quais se desenvolvem os papéis e/ou funções sociais. Ser quilombola é manter-se conectada com o território, valorizando a natureza. Nessa narrativa a questão do espaço se esvai, pois as mulheres quilombolas localizam seu território em várias regiões (Jalapão, Prata, Dianópolis e Brasil), e “isso sim é ser quilombola”. Na narrativa dessa mulher, o território é marcado pelas tradições (remédios) que mantêm e onde desempenha suas funções.

O quilombo também pode ser um mundo particular para estas mulheres, “meu mundo”, lugar de segurança, onde a fé mantém-se viva e compõe a força para prosseguir na luta e resistir, onde se ama e, apesar de tudo, nesse mundo particular, “no quilombo há felicidade”. Esse território é “querido”, é praticamente um sujeito nesse arranjo e espaço demarcado, ao qual pertencem, que é povoado de pessoas acolhedoras (o sentimento da comunidade é coletivo), “de muita história e cultura para ensinar e aprender”, que elas vivem, sobrevivem, ressignificam-se, a cada segundo, a partir das “histórias de vida e lutas contadas pelos mais velhos e seus antepassados”.

Logo, as narrativas sobre o território, enquanto marcador de identidade do ser, aparecem interconectadas, imbricadas, nas práticas culturais, enquanto matérias-primas para a construção da identidade. Para Motta (2012), o grande desafio é perceber

como a narrativa reconstrói a realidade ou como tece e constrói sentidos. Na narrativa a seguir, a autora quilombola, por exemplo, não se limitou a copiar uma realidade posta, mas, apoiada nas bagagens históricas e culturais, reinventou criativamente.

*Sou criança... Ainda estou na infância (...) Na escolinha da comunidade, li livros que contam histórias; De palácios, reis e rainhas; De poesias de amor; Li até a canção do exílio; Que o poeta escreveu; Minha terra tem palmeira, onde canta o sabiá. Poeta não conhece o meu quilombo (...) Aqui tem tudo que é ave; Juriti, anu-preto, papagaio e bem-te-vi; No meu quilombo têm homens fortes; Velhos de calos nas mãos; Homens pretos de cor; Netos da escravidão; Tem cultura e devoção; Sussia, folia e festa de São João; Tem história do vovô; Mulher cantando no pilão; Meninos descalços rodando pião (Poema “Meu Quilombo”, p. 21).*

A narradora, que se apresenta como uma criança, leva-nos a perceber a necessidade de crítica e releituras da história que é contada nos livros didáticos. Quando narra que o “poeta não conheceu meu quilombo”, ela denuncia que não se sente contemplada naquilo que Gonçalves Dias escreveu na Canção do Exílio. A autora também narra que nos livros têm histórias “de reis e rainhas”, “de poesias e de amor”, mas que não são próximos e não a representa, o que nos remete ao fato de que, mesmo existindo uma Lei 10.639/2002<sup>7</sup> sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, não é cumprida nas escolas e nos livros didáticos. Segundo Leite (2000), a generalização em torno do termo quilombo/quilombola ao longo do tempo tem influenciado as definições e os inúmeros significados atribuídos ao conceito quilombo, que aparecem, por exemplo, nos livros didáticos disponibilizados nas escolas.

No entanto, a menina não se dá por vencida, ela tece e constrói sentidos e, se o poeta não conhece o quilombo, ela conhece, e narra o que tem na comunidade, fala da tradição, da religiosidade, dos homens e mulheres, dos modos de vida e práticas culturais. “*Sei pouco do passado; Que os homens negros sofreram; Que muitos até morreram; Assim os mais velhos me contaram*” (Poema “Meu Quilombo”, p. 21).

Outro ponto que se percebe das narrativas da menina são as relações de gênero, quando ela se refere ao “lugar” do homem e da mulher na comunidade. Enquanto os homens são “fortes”, as mulheres estão “cantando no pilão”. Segundo Scott (1989, p.21), a noção de gênero é algo social e historicamente construída, baseada numa dimensão mais ampla e articulada com a noção de poder. A definição que a autora apresenta para gênero dá conta de dois pontos: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

*Meu quilombo não tem esmola; Tem criança, jovens e idosos na escola; Tem cana de açúcar e rapadura; Colheita do piqui; A soca do arroz; O doce de buriti; Tem fé e tradição; Tinha Raimunda parteira; Dona Antonia boleira; E Domingas rezadeira (Poema “Meu Quilombo”, p. 21)*

7 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)> Acesso: 5 jan. 2017.

Nota-se que, anteriormente, ela se refere aos homens fortes e as mulheres cantando e, ao localizar papéis exercidos dentro da comunidade, eis que se tem a “parteira”, a “boleira”, a “rezadeira”. Nessa narrativa, pode-se perceber a divisão sexual do trabalho, que possui suas bases fundadas nas estruturas machista e patriarcal que forma a sociedade, na qual recaem sobre a mulher no mundo privado somente as de reprodução social e biológica (YANNOULAS, 2011).

No entanto, é preciso fazer um contraponto em relação à narrativa dos “homens fortes”, pois além de trazer à tona a discussão sobre divisão sexual do trabalho, pode representar para a menina uma forma de dizer que os quilombolas são fortes, são homens fortes, calejados, que possuem uma história, para destacar estas qualidades em detrimento da imagem marginalizada que o quilombola tem pela sociedade em geral, como verificamos no trecho do poema de outra mulher.

*Quilombos antigamente presos por correntes; Hoje, os quilombolas e descendentes ainda vivem acorrentados pelo preconceito atual (...) Por causa da desigualdade todos os quilombos; Lutam por liberdade na sociedade e ser totalmente fortes unidos e valorizados.* (Poema “Quilombo Sempre”, p. 85).

Outras narradoras falam das mulheres fortes, dos sentimentos, das questões estéticas, dos cabelos que possuem, do ser mulher quilombola.

*Sou uma quilombola guerreira; Guerreira com muito amor; Não uso arma, nem tão pouco espada; No pensamento carrego a dor. Negra de coração; Corajosa por herança; Amiga da liberdade; Com um coração de criança. Negra e refugiada; Faço da resistência o meu escudo* (Poema “Sou quem eu sou”, p. 37).

*Ser Quilombola é ter orgulho é assumir o pouco que tem; Assumir o cabelo torrado; E a pele negra também; Ser Quilombola é ter coragem; E amor no coração* (Poema “Ser quilombola”, p. 25).

Segundo Santos e Oliveira (2014), o conceito de beleza de mulheres descendentes de africanos resultou na busca de semelhança estética àquela que era aceita por grupos sociais inseridos num padrão de beleza que excluía a beleza das mulheres negras e com isso dificultava a identificação deste grupo com os produtos do mercado. “Surgem os produtos para assemelhar a mulher negra às brancas por meio do alisamento dos cabelos, da troca dos vestuários coloridos por outros caracterizados por cores únicas” (SANTOS; OLIVEIRA, 2014, p. 118).

No entanto, é partir da década de 1980 que essa realidade começa a sofrer mudanças, com a participação das mulheres nos movimentos negros espalhados por todo o território brasileiro.

Este novo contexto contribuiu sobremaneira para o resgate da auto-estima da mulher negra, no sentido de convencê-la do pertencimento à raça negra, e conseqüentemente agregar a isto saberes e valores históricos e econômicos que problematizam o preconceito e apontam perspectivas de inserção social e da

caracterização estética por meio de padrões próprios, principalmente tendo como referências as mulheres quilombolas (SANTOS; OLIVEIRA; 2014, p. 118).

A mulher quilombola resgata sua autoestima enquanto mulher negra reafirmando seu padrão próprio de beleza, pois assumi o “cabelo torrado e a pele negra”. Há também o posicionamento político, para além de uma questão de gênero, e é nos entre-lugares que encontram o terreno para a elaborar “estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 2013, p. 20).

O reconhecimento da mulher quilombola é presente também nas vozes que ecoam do livro. Segundo Louargant, é crucial para que novos arranjos sejam construídos, no que se refere às identidades de gêneros, uma vez que é nos territórios que elas se abrem e também se agenciam, a partir de um “olhar de uma hibridação cultural, social e espacial, as aprendizagens das aproximações de gênero são necessárias para colocar em prática uma pedagogia do gênero no ato a todas as escalas de decisão e negociação” (LOUARGANT, 2015, p. 301).

*Ser quilombola é defender sua raça, sua cor, sua cultura, e sua religião independentemente de qual seja ela, porque ela está em nossas veias.* (Poema “Ser quilombola”, p. 25).

*Somos negros libertos; Somos negros felizes a mais de mil; Somos negros vitoriosos que vivemos no Brasil* (Poema “Ser quilombola”, p. 81).

*Quilombola, quilombola; Povo que luta por igualdade; A intensidade por ela forte. Quilombola, quilombola; Povo de cultura magnífica; Olhe o ruir dos tambores; Danças agitadas, animação; Total és tu quilombola* (Poema “Povo Forte”, p. 45).

*Sou quilombola com muito orgulho; E não tenho vergonha de dizer; Pois, sei que meus antepassados sofreram, para mim então poder nascer. Hoje, somos independentes e sou grata minha gente; Posso dizer que a luta não foi fácil, por muitas coisas passaram; Mas, a liberdade para nós eles conquistaram* (Poema “Ser quilombola”, p. 61).

A história para as mulheres quilombolas é viva, não reside no passado, é interstício para travar suas lutas, resistir, e sobreviver frente às mazelas que injustamente herdaram. As correntes físicas que outrora aprisionaram, atualmente são simbólicas, forjadas, subjetivas, mas que ainda machucam como as primeiras. Mas, elas não se abalam, uma vez que tem que honrar os sacrifícios feitos pelos seus antepassados “que sofreram para mim então poder nascer”, e elas não tem vergonha dessa narrativa, pelo contrário, orgulham-se e são gratas, afinal, “total és tu quilombola”.

## CONSIDERAÇÕES

Os elementos relativos aos territórios, cultura e de gênero dão visibilidade à identidade quilombola, a partir das vozes dos protagonistas. Neste caso, das protagonistas e de sua relação com o território e as práticas culturais. Elas se reinventam, não com o que aprendem nos livros da escola, mas com o que vivem e a partir com aprendem com seus parentes. São mulheres empoderadas que oferecem suas vozes para dizer, por meio de seus versos, quem são.

As narrativas dessas mulheres trazem o “ser quilombola”, a partir dos traços que expressam do território, cultura e identidade, e as relações sociais de gênero estabelecidas nesse diálogo. É por meio de sua tradição, da história que aprenderam com os mais velhos, da família, da culinária, dos animais, das diferenças, dos sentimentos, dos espaços, da ligação com a terra, da religiosidade, das crenças, dos sonhos, da estética, da beleza, do conhecimento, do ensino, da ancestralidade, da força que têm enquanto mulheres, que elas reafirmam a importância da autoidentificação, da valorização da cor, da cultura, do reconhecimento do “ser quilombola”.

Assim, elas constroem suas identidades quilombolas, a partir das experiências herdadas dos povos africanos que vieram, infelizmente, ser escravizados no país, alinhadas ao histórico de luta e resistência que travaram ao longo dos séculos, para sobreviver frente à discriminações étnico-racial, extermínio da juventude negra e violência contra a mulher. Ao escreverem sobre “Ser Quilombola” também reconheceram o papel que desempenham no espaço ao qual pertencem e onde estabelecem relações sociais. Mesmo que haja nesse espaço as desigualdades de gênero, elas resistem para preservar sua cultura, históricos de resistência e luta, tradição, ancestralidade, dizendo quem são e como se veem.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais*. 1994. Disponível em <[http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA\\_1a.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf)>. Acessado em: 10 dez 2016.

BHABHA, H. *O local da Cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto/2003/D4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades Remanescentes de Quilombos*. [2017]. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em 10 jan. 2017.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS. *Os Territórios Quilombolas no Tocantins*. 2. ed. Palmas, 2016.

GONÇALVES, Pedro Alexandre Conceição Aires; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. (Org.). *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares*. Palmas: Defensoria Pública do Estado do Tocantins: 2016. Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/documento/20751/download>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. *Defensoria Pública do Estado do Tocantins promovendo o acesso à justiça*. Palmas: 2017. Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/pagina/16923>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11–24, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <[http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol_iv_N2_333-354.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2016

LOUARGANT, Sophie. O interesse do gênero pelos territórios. In: MIRANDA, Cynthia Mara, et al. (Org.). *Gênero, desenvolvimento, e território*. Manaus: Editora Valer, 2015. p. 209-302.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por que estudar narrativas. In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyrá. (Org). *Narrativas Midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. *E-cadernos Identidades, Cidades e Estado*. [Online], n. 07, 2010 Disponível em: <<http://eces.revues.org/417>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil - Território e sociedade no início do séc. XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Creusa Barbosa; OLIVEIRA, Adriana Leônidas de. Saberes culturais das mulheres quilombolas de Macapazinho no município de Santa Izabel do Pará: contribuições para o desenvolvimento local. In: *Acervo On-line de Mídia Regional*. v. 9, n.104, p. 103-121, set/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/midiaregional/article/viewArticle/8899>>. Acesso: 12 mai. 2017

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 1989. Texto traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso: 20 dez. 2016.



## PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES

### Carmem Silva de Oliveira

Carmem Silva de Oliveira, Instituição: Prefeitura Municipal de Uberaba-MG – Brasil - Formada em Letras pela FFCL - Ituverava – SP. Pós-graduada em Língua Portuguesa pela UNICLAR – Batatais – SP e também em Informática na Educação pelo SENAC - Uberaba – MG. Atualmente Diretora da Escola Municipal Celina Soares de Paiva e Tutora do curso de Letras (IFTM ead – Uberaba-MG).  
carmemSOR@hotmail.com;

**RESUMO:** Nesse artigo apresentamos uma análise, nos moldes da resenha temática da obra de Mirjana Morokvasic intitulada “Birds of passage are also women” que representa um dos estudos mais densos e significativos sobre as mulheres em situação de migração. Numa tradução simplória da obra que não foi publicada em português, podemos afirmar que “Os Pássaros de Passagem também são mulheres”. Nessa perspectiva, Morokvasic sugere que os estudos migratórios, na sua grande maioria, negligenciam a participação das mulheres nas migrações internacionais. Nosso objetivo é apresentar uma síntese da obra da referida autora buscando compreender a articulação entre as relações de gênero e as migrações contemporâneas, contribuindo, dessa maneira, com o estudo da temática da feminização das migrações à luz dos Estudos de Gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminização das Migrações; Estudos de Gênero; Pássaros de Passagem; Morokvasic.

### BIRDS OF PASSAGE ARE ALSO WOMEN

**ABSTRACT:** In this article we present an analysis, based on the thematic reviews of the work of Mirjana Morokvasic entitled “Birds of passage are also women”, which represents one of the most dense and significant studies on women in a situation of migration. In a simplicity translation of the work that was not published in Portuguese, we can affirm that “Birds of passage are also women”. In this perspective, Morokvasic suggests that migratory studies, for the most part, neglect the participation of women in international migration. Our objective is to present a synthesis of the author ‘s work seeking to understand the articulation between gender relations and contemporary migrations, thus contributing to the study of the feminization of migrations in the light of Gender Studies.

**KEYWORDS:** Feminization of Migrations; Gender Studies; Birds of Passage; Morokvasic.

### INTRODUÇÃO

O artigo: Pássaros de Passagem Também são Mulheres apresenta estudos sobre a migração, segundo a autora Mirjana

Morokvasic<sup>1</sup>, em seu livro “Os pássaros de Passagem também são mulheres” (1984).

Pensar na imigração sem lembrar-se das mulheres seria um ato infundado. Em seu livro, a autora chama atenção quanto à participação das mulheres nas migrações internacionais o quanto tem sido negligenciada e esquecida por pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

Diante deste cenário elaborou-se a hipótese da criação de um artigo aliado às especificidades/dificuldades apresentadas pelas mulheres migrantes e procura buscar a construção de novas perspectivas para a obtenção de melhorias e de um novo olhar para essas mulheres que são na maioria muito sofridas.

O número crescente do fluxo de mulheres que saem de seu país de origem em busca de melhores condições de vida e trabalho cresceu avassaladoramente nos últimos anos. Número esse que era ocupado somente pelos homens, pois a mulher era dada o papel da passividade da espera ou apenas o de acompanhar o marido em seus destinos.

Mulheres que são esquecidas e, ao mesmo tempo são tidas como dependentes dos maridos. Não opinam e nem estabelecem divisão de trabalho entre as partes. Ficando assim, encobertas na categoria “migrante”, considerada gender-blind<sup>2</sup>.

Migram porque seus maridos foram embora e para não acabar a “família”, ou melhor, para gerenciar, cuidar e suprir a família, já que os maridos não os fazem, elas migram também.

No entanto, os estudos sobre o assunto não correspondiam à atual conjuntura de feminização do processo em que os fluxos migratórios se encontram.

Entre os anos 1960 e 2000 o aumento de mulheres migrantes passou de 44,7% para 50,2% do total de migrações internacionais. Dados recentes sobre migração internacional tratam apenas de homens migrantes, essa maior visibilidade numérica das mulheres contribuiu para questionar sua invisibilidade enquanto sujeito nos movimentos populacionais.

Estudos recentes de autores brasileiros já incluem esse número crescente de mulheres migrantes e discutem a ausência e não referência das mulheres nos estudos sobre o tema.

Pensando assim, qual seria o principal motivo para esses fluxos migratórios internacionais? Seria apenas o econômico, no qual as pessoas deixam seu país de origem visando à obtenção de emprego e melhores perspectivas de vida em outras nações ou há outros motivos desconhecidos?

---

1 Mirjana Morokvasic-Müller é professora e pesquisadora de migração pós-comunista na Universidade de Paris, na França. Foi consultora política para a UNESCO e para a União Europeia e foi decana internacional na Universidade Internacional da Mulher em Hannover, Alemanha, em 2000. Morokvasic-Müller também foi conferencista visitante em Tóquio, Berlim e Grã-Bretanha. Além disso, é co-editora de Teoria e Sociedade, Current Sociology - Sociologie Contemporaine, Migração e Revistas de estudos comparativos est-oeste e Balkanologie.

2 A cegueira de gênero é a incapacidade de reconhecer que os papéis e responsabilidades das mulheres / meninas e homens / meninos são atribuídos ou impostas a eles em contextos sociais, culturais, econômicos e políticos específicos.

No artigo de Gláucia de Oliveira Assis<sup>3</sup>, “Mulheres imigrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional”, segundo a autora, trata especificamente dessa questão ao focalizar o movimento de brasileiros, homens e mulheres, da cidade de Criciúma, Santa Catarina, discutem a ausência de referências à presença de mulheres como agentes dos movimentos migratórios nas pesquisas realizadas.

Para a autora também, entre os anos 1960 e 2000 houve um aumento de mulheres migrantes passou de 44,7% para 50,2% do total de migrações internacionais.

Sabemos que a migração internacional promove uma série de problemas socioeconômicos. Em face das medidas tomadas pela maioria dos países desenvolvidos no intento de restringir a entrada de imigrantes, o tráfico destes, principalmente das mulheres tem se intensificado bastante.

Um dos maiores problemas que as mulheres migrantes se deparam devido à indocumentação diz respeito às políticas públicas e às necessidades básicas as quais não têm acesso mínimo, como por exemplo, à saúde, à educação e aos direitos trabalhistas. Com isso trabalham clandestinamente, em mais de um lugar e em horários difíceis de cumprir. Acabam esgotadas, cansadas, saudosas de sua vida no seu país natal, de seus filhos, quando os tem, dos seus entes queridos e sujeitas às depressões e dores da alma. Dores estas que jamais serão curadas, pois foram incrustadas de fora para dentro e remédio nenhum terá o efeito pretendido, o de curar.

O artigo, Pássaros de Passagem Também são Mulheres, será baseado em uma pesquisa-ação centrada na realidade da migração das mulheres e pretende envolver a comunidade acadêmica, com vistas a uma transformação e intervenção no processo de migração dessas mulheres.

Segundo a autora, (Marcia Oliveira 2017)<sup>4</sup>, há perspectivas quanto à luta dessas mulheres, um dos exemplos ela cita em seu artigo, Mulheres afroameríndias e caribenhas na Amazônia no qual ela discorre sobre O Fórum Internacional das Mulheres Afroameríndias e Caribenhas que se pauta na luta contra as desigualdades de gênero com o objetivo de ampliar e fortalecer as organizações de mulheres negras e indígenas construindo estratégias de enfrentamento ao racismo, sexíssimo, discriminação, preconceitos étnico-raciais e as desigualdades sociais.

Ela afirma também que uma das maneiras para conscientização dessas mulheres é através de encontros de estudos, cine-debates e conferências, e, de maneira especial de seminários temáticos.

Toda a base da pesquisa-ação que é um tipo de pesquisa social com segmentação empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com

3 Gláucia de Oliveira Assis. 746 Estudos Feministas, Florianópolis, 15(3): 745-772, setembro-dezembro/2007. O aumento dos deslocamentos populacionais.

4 Márcia Maria de Oliveira: Pós-Doutora em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR), Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA / UFAM), Mestre em Gênero, Identidade e Cidadania (Universidad de Huelva - Espanha).

a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Ao longo do ano, esse artigo contará com várias etapas onde a pesquisa-ação ajudará com gráficos e com o cálculo de números de mulheres imigrantes que vivem principalmente nos Estados Unidos. Diante de estudos feitos dos autores, teremos como metodologia utilizada para a concretização deste artigo a observação, a sondagem de dados, a pesquisa ancorada em revisão bibliográfica sobre o tema.

Já (Alves-Mazzoti, Gewandszhanajer 1998):

Discorrem sobre a coleta/tratamento dos dados, que exigem interpretação durante o processo, o qual naturalmente geram teorizações progressivas quando se identificam as relações/temas no decorrer daquelas fases, o que pode levar a inferências e a produções de novas questões (exigindo, por sua vez, levantamento de dados derivados, que venham corroborar tais incidências).

E (GIL, 2009) cita a etapa considerada qualitativa do artigo e o critério adotado foi o da “saturação de dados”.

A partir destes métodos e das observações feitas em campo, pretende-se travar um debate a respeito dos problemas enfrentados pelas mulheres em relação à migração e a sua submissão perante a sociedade.

As mulheres migrantes continuam desempenhando um papel de submissão no âmbito familiar e no âmbito laboral, sendo este, caracterizado pela divisão sexual do trabalho. Carregadas de estereótipos de gênero e naturalizações hierarquizantes, as tarefas consideradas femininas são largamente associadas aos afazeres ligados ao cuidado, à atenção, à delicadeza, à limpeza... etc. (GREGORIO GIL, 2007). No início do século XXI, as questões e temáticas colocadas pelo crescimento dos fluxos internacionais nos instigam a lançar um olhar mais arguto à maneira como homens e mulheres se inserem nos fluxos migratórios, o grande número de trabalhadoras, buscando demonstrar diferentes estratégias de migração e inserção no mercado de trabalho.

Nos Estados Unidos essa área de trabalho reservada às mulheres é apenas dos trabalhos domésticos. As “mulheres esposas” se dedicam a jornadas de trabalho de cerca de quinze horas diárias ou mais, fazendo faxinas em casas de família. Muitas vezes essas mulheres deixam de lado seus filhos que ficaram no Brasil, sua família, sua profissão, seu diploma superior para exercerem essas funções. As regiões mais buscadas são de Boston, New Jérsei e Nova Iorque.

Aquelas que migram sozinhas e solteiras a procura de uma vida melhor e de melhores salários, logo se entristecem e caem no mundo das bebidas, do sexo fácil das baladas e das drogas.

Não “guardam” o penoso dinheiro e logo ficam à mercê de uma vida indigna apenas de trabalho e sofrimento. Nessa sociedade de migração num contexto de cerceamento

cada vez maior das fronteiras. Assim, o artigo de Carmen Gregório Gil, “Trabajando honestamente en casa de familia: entre la domesticidad y la hipersexualización”<sup>5</sup>, analisa, através de uma pesquisa etnográfica, as diferenciações das representações de gênero, parentesco e sexualidade de homens e mulheres migrantes na República Não “guardam” o penoso dinheiro e logo ficam à mercê de uma vida indigna apenas de trabalho e sofrimento. Nessa sociedade de migração num contexto de cerceamento cada vez maior das fronteiras. Assim, o artigo de Carmen Gregório Gil, “Trabajando honestamente en casa de familia: Dominicana e em Madrid, na Espanha”. Teresa Kleba Lisboa, “Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência” discute fluxos migratórios de mulheres procedentes dos países do Terceiro Mundo, que se dirigem para os países do Primeiro Mundo, onde trabalham como empregadas domésticas, constituindo uma “globalização da assistência”.

O pensamento de todos os autores é unânime, que os Estados financiem políticas públicas destinadas às mulheres e às suas famílias de modo a garantir a sua permanência nos seus países de origem.

Adriana Piscitelli, em seu livro: “Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do ‘turismo sexual’ internacional” discute as categorias de diferenciação presentes em casais constituídos por brasileiras, que abandonaram a indústria do sexo, e os seus maridos italianos. Residem nesse país europeu, trabalham e garantem o seu sustento e de suas famílias independentes.

Esses artigos expressam uma pequena parcela dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados sobre a temática. No entanto, traçam um quadro da inserção das diferentes origens étnicas e nacionais em diferentes contextos e situações, sugerindo um olhar mais crítico e atento para a feminização das migrações internacionais e todas as suas consequências sociais, culturais e políticas.

A autora: Vanessa Gomes Zanella, em seu artigo: As condições de vida e trabalho de costureiras em São Paulo: uma aproximação com migrantes bolivianas que aponta os determinantes para o aumento significativo dos fluxos migratórios oriundos da Bolívia com destino ao Brasil e realizados por mulheres. Trabalho esse de costureiras, mulheres desamparadas frente à indocumentação e às opressões de gênero de que são vítimas. Foram feitos apenas os estudos recentes feitos apenas os estudos recentes do assunto, mas também uma vivência no microcosmo social em que as imigrantes se inserem na cidade de São Paulo.

A América Latina como um todo, na década de 1970, encontrava-se num contexto de transição, pois ambicionava um rápido desenvolvimento através da abertura de seus mercados para então agregar-se à nova ordem internacional ditada pelos mercados internacionais, pelo capitalismo global.

Para corresponder à demanda do novo sistema global e se aproximar das economias mais avançadas, os países latino-americanos aceitaram os altos riscos do

5 Carmen Gregório Gil y Martha Patricia Castañeda Título: La antropología feminista en América Latina y España: Balances y Perspectivas Páginas: 355.

projeto.

De fato, a América Latina integrou-se na nova economia global, unindo os mercados financeiros e passando por diversas mudanças em sua base econômica, mas a integração se deu de forma desigual, com altos custos sociais e econômicos na transição. (CASTELLS, 2001). Rotular a imigração como um simples deslocamento de mão-de-obra é anular todos os aspectos da vida humana que envolve o fenômeno, é simplificar um processo complexo que abarca as mais diversas esferas dos sujeitos. Dentre elas, as relações de gênero, que, na sociedade atual, hierarquiza e atribui a homens e mulheres papéis que se espera serem desempenhados, mesmo que isso signifique e subordinação e a opressão das mulheres.

Como objetivo geral é primordial analisar e aprofundar o estudo desse projeto *Pássaros de Passagem Também são Mulheres* para abrir um leque de perspectivas para sanar os problemas aqui apresentados.

Aplicar a construção/elaboração do projeto, com levantamento de gráficos bibliográficos sobre a imigração da mulher para os Estados Unidos e para outros países latino-americanos.

A aquisição de conhecimentos acerca do tema e considerando que a todos é permitida a reformulação de objetivos, a renovação de compromissos, a reelaboração de fundamentos, a reorientação e a atualização de ações concretas para que, coletivamente, todos possam atinja um desempenho desejável com a implementação e execução deste projeto.

Para (THIOLLENT, 2005):

O autor fala que o planejamento requer uma proposta interventora, desde que o que se quer é uma sintonia fina na relação sujeito/objeto em direção às afinidades existentes entre teoria/prática, “pretende-se aumentar [...] o ‘nível de consciência’ das pessoas e grupos considerados”.

Para que este projeto de se torne concreto ele deverá ser iniciado/ incentivado desde o primeiro dia de aplicação e que seja explanado com toda a comunidade acadêmica, pois as mulheres imigrantes continuam desempenhando um papel de submissão no âmbito familiar e no âmbito laboral.

Nas sociedades as mulheres acabam por ocupar cargos desvalorizados, como empregadas domésticas; cozinheiras; babás ou garçonetes que exigem um árduo trabalho em troca de um exíguo rendimento mensal. Outras tantas vezes inserem-se num outro mercado de séria desigualdade e opressão: o mercado sexual. (LISBOA, 2007, p. 808).

Elas sofrem todas as formas de discriminações pela sociedade receptora, sofrem opressão de gênero, de raça e etnia. Isto porque, as precárias condições de vida (trabalho, habitação, saúde, educação, formação, a fraca inserção na sociedade de acolhimento e outros tantos problemas culturais e psicológicos) com que a imigrante se debate são acrescidos daqueles que resultam da sua condição de mulher, e



ainda, no caso concreto de atitudes discriminatórias e xenófobas com base na cor da pele e outras características do seu tipo humano, de que tantas vezes são vítimas. (TOLENTINO, 2006, p.3).

Vale ressaltar que o papel de inferioridade é atribuído às mulheres antes mesmo de nascerem. Onde a supremacia masculina passa por um processo de socialização e internalização de papéis construídos sociais e historicamente impondo às mulheres o lugar da subalternidade. “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. (BEAUVOIR, 1980).

No caso das mulheres, quando há oportunidade de emprego, há uma jornada de trabalho exaustiva, o salário não é fixo e a flexibilização da jornada bem como o pagamento são claramente menor do que a dos homens. Para as casadas com filhos, à situação é ainda pior, pois em suas mãos está a administração da cozinha, o que significa a compra e a preparação dos alimentos, além do cuidado dos filhos, da roupa e outras responsabilidades. Assim sendo, como constatou Thompson, o ritmo de trabalho da mulher do lar ainda obedece aos parâmetros de sociedade pré-industrial (cf. E. P. Thompson, op. Cit., p.270). (SILVA, 1997, p.143).

A autora, Mirjana Morokvasic, expõe histórias vividas por vários “Pássaros de Passagem” mulheres massacradas pelo trabalho excessivo e pelas opressões vividas no cotidiano. Eleonore Kofman inspirada na mesma autora, em seu artigo que tem partes da autora citada: “Female Birds of Passage a Decade Later: Gender and Immigration in the European Union - Vol. 33, e Summer (1999 pp. 269-299)”. Mulheres são Pássaros de Passagem uma década depois: a imigração na União Europeia.

Expõe com exatidão depoimentos a partir de formulários que muitas mulheres preenchem no departamento de imigração europeia. Com base nesses formulários ela fez pesquisas de campo levantando os possíveis caminhos que as levaram para a migração.

Estudou casos de famílias inteiras que deixaram seus países em busca de emprego e de dar uma vida digna aos que ficaram. Uma década depois junto com a autora Mirjana Morokvasic (1984), editam um artigo especial *International Migration Review* “Birds of Passage” com expressiva atenção ao número cada vez mais da população feminina nas migrações internacionais.

Dez anos depois se deparam com as mesmas situações vividas pelas mulheres e com um número cada vez maior de imigrantes indocumentados na Alemanha especialmente Morokvasic. Em toda a sua literatura e pesquisa sobre a migração, critica o serviço internacional de ajuda ao migrante, às mulheres geralmente são tratadas falta de consideração, sem privacidade e sem habilidades. Negando assim a sua permanência no país.

Avalia criticamente as contas dominantes da sequência de migração laboral e de reagrupamento familiar e defende que é hora de recuperar a heterogeneidade das experiências passadas migratória das mulheres em nossa compreensão de padrões

européus de imigração do pós-guerra.

Examina a migração familiar, que abrange diversas formas de reagrupamento familiar e formação que, embora a forma dominante de imigração legal na Europa desde a década de 1970 tem recebido pouca atenção. Explora também as implicações da diversificação da migração feminina contemporânea na União Europeia e defende a necessidade de se levar em conta a realidade da mudança dos padrões de emprego, as famílias e as estruturas sociais para avançar nossa compreensão da imigração europeia.

Na última década, as lições desses estudos variados têm apenas parcialmente a intenção de filtrar lentamente informações através dos Formulários de processos migratórias. Conhecer a vida dessas mulheres, sua importância na manutenção da família, inspirados nas variações migratórias em tantas áreas da vida social.

O estudo de mecanismos que levam à migração feminina e suas consequências para as mulheres esboçando uma contínua pesquisa entre as mulheres envolvidas. Na Europa fizeram revisão da migração (Collinson, 1993, Fassmann e Munz 1994);

A ausência de qualquer discussão sobre a participação das mulheres sustentam em diversas formas de migração e a tenacidade dos modelos tradicionais discutidos. As mulheres têm participação ativa no trabalho, no sustento de seus filhos e na sociedade. Em adição vem também o trabalho da mulher negra que na maioria das vezes não é reconhecida, sofrendo assim a exclusão pela cor, o racismo preconceituoso de sua condição humana.

Cabe ressaltar também, que em todas as épocas, as migrações levantaram desafios para os países, para as sociedades locais ou regionais e para a comunidade internacional. Esses desafios constituem uma gravidade na atual conjuntura, pois o drama vivido principalmente pelas mulheres migrantes é inimaginável.

Urge uma mudança de perspectiva global no tratamento às mulheres migrantes necessariamente para entender a problemática das migrações como uma realidade indiscutível e desafiadora, que leve em conta o respeito aos direitos humanos em sua totalidade.

Acredita-se que a priorização da formação de ações autônomas com maior participação política de todos com o diálogo entre os diferentes segmentos é o um caminho a seguir.

E, a busca constante de investimentos na pesquisa permanente da formação de profissionais comprometidos será relevante para a conscientização dessas mulheres e sua importância na sociedade, seja nos Estados Unidos, nos países europeus, no Brasil ou onde ela estiver.

## REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judite; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Mulheres migrantes no passado e Mulheres migrantes no presente: gênero no presente: gênero, redes sociais, redes sociais e migração internacional e migração internacional**. 1995 – UFSC, Florianópolis, SC.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- COLLISON, D. and Hearn, J. (1994). **Naming men as men: implications for work, organization and management**, *Gender, Work and Organization*.
- FASSONN e Munz. **Migration in European History** 1994.
- GIL, Carmen G. **Trabajando honestamente en casa de familia: entre la domesticidad y la hipersexualización**. *Revista Estudos Feministas*, V.15, nº 3, set/dez. 2007.
- GREGÓRIO, Carmen Gil y Martha Patricia Castañeda Título: **La antropología feminista en América Latina y España: Balances y Perspectivas**.
- KOFMAN, Eleonore, **Female “birds of passage” a decade later: gender and immigration in the European Union**. 1999.
- LISBOA, Teresa K. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. *Revista Estudos Feministas*. v.3. n. 15. p. 805-818. 2007.
- MOROKIVASIC, Mirjana. **Birds of passage are also women**. *International Migration Review*, v. XVIII, Nº 4, Paris, 1984.
- OLIVEIRA, Márcia Maria, **Mulheres afroameríndias e caribenhas na Amazônia** - <http://amazonasatual.com.br/mulheres-afroamerindias-e-caribenhas-na-amazonia> - 03/2017.
- PISCITELLI, Adriana - Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, UNICAMP - **Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual”** 2007.
- SILVA, Sidney Antônio Da. **Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- THOMPSON, Edward. **Making History**. Writings on History and Culture. New York: New York Press, 1995.
- TOLENTINO, Alcestina de O. **As imigrantes caboverdeanas em Portugal – Caminhos para a integração**. Lisboa: 2006.
- ZANELLA, Vanessa Gomes. **As condições de vida e trabalho de costureiras em São Paulo: uma aproximação com migrantes bolivianas** 2011.

## MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA

### Marcos Antonio Braga de Freitas

Docente do Programa de Pós-graduação Antropologia Social do Instituto de antropologia (INAN) e Professor do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: mabfreitas@hotmail.com

### Andréa Freitas de Vasconcelos

Feminista. Militante do Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAM. E-mail: andrea\_f\_vasconcelos@yahoo.com.br

**RESUMO:** O objetivo desta comunicação é analisar o movimento de mulheres indígenas de Roraima na luta pelos direitos, destacando a sua mobilização nas etnorregiões políticas e culturais do lavrado roraimense. As mulheres indígenas são visibilizadas nos afazeres domésticos, sobretudo, no preparo da dieta alimentar em suas comunidades, mas nunca como lideranças políticas, ficando na maioria das vezes nos “bastidores” dos movimentos indígenas ao longo dos processos históricos. Em

Roraima, o movimento indígena tem visibilidade nos anos de 1970 com a assembleia dos tuxauas, materializando o Conselho Indígena de Roraima em meados dos anos de 1990, tendo na sua estrutura o Departamento de Mulheres Indígenas que assume a Secretaria-Geral. Com vistas ao seu empoderamento as mulheres criam a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIRR para articulação das questões feministas, levantando a bandeira do combate ao “alcoolismo” nas comunidades indígenas. Segundo a OMIRR é por meio da bebida alcoólica que a violência entra nas comunidades indígenas. Portanto, o combate ao alcoolismo, sendo uma das ações mais fortes e presentes no movimento de mulheres. O referencial teórico-metodológico está embasado nos estudos etnográficos como Strathern (2006) e, também com as questões do feminismo contemporâneo nas leituras de Torres (2011, 2015). Esperamos com esta comunicação trazer à tona as relações de gênero no contexto da realidade sociocultural indígena, e tem-se modificado com a organização do protagonismo das mulheres.<sup>1</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres Indígenas. Movimento Indígena. Direitos. Feminismo.

<sup>1</sup> A versão preliminar do texto foi apresentada no 13 Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, entre os dias 30/07 a 04/08/2017, no Simpósio 077 “Intersecção de Gênero na Amazônia”. Trabalho publicado na Coletânea “Mulheres da Amazônia: cultura, violência e protagonismo”, Diogo Gonzaga Torres Neto; Karla Patrícia Palmeira Frota; Marcos Antonio Braga de Freitas (Orgs.), 2018.

## INTRODUÇÃO

A questão da mulher indígena na luta pelos seus direitos sociais e políticos é algo recente na história do movimento indígena brasileiro por meio de suas formas organizativas, saindo da invisibilidade e do silenciamento que historicamente marcaram a sua presença nas assembleias de tuxauas e lideranças tradicionais de base. O protagonismo torna-se uma bandeira de luta das indígenas para mostrar as suas demandas e contribuírem para fortalecer a defesa de direitos.

O ensaio tem a pretensão de colocar o movimento de mulheres indígenas de Roraima no contexto da mobilização política e social em âmbito estadual na sua articulação com os demais movimentos, a exemplo do Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) seja ele em nível local ou regional.

Outro aspecto relevante é destacar como as relações de gênero foram construídas, excluindo o papel social da mulher indígena no movimento. Entretanto, frente a retomada da luta pelo território em Roraima nos de 1970, as indígenas têm parcela importante no enfrentamento com o Estado brasileiro pelos direitos constitucionais com sua participação ativa nas assembleias e reuniões comunitárias.

O aporte teórico-metodológico tem uma abordagem interdisciplinar, buscando o diálogo nos campos da antropologia, gênero e feminismo. De acordo com Machado (2010, p. 87), “o pensamento antropológico e o pensamento feminista são tributários das concepções históricas e mais recentes dos direitos à diversidade cultural e dos direitos à igualdade de gênero”.

O texto está dividido em três partes, na primeira destaca-se o item de exercício mais conceitual sobre mulheres indígenas e a questão de gênero, não com a pretensão de estudos comparativos, a segunda parte é a questão indígena em Roraima dando ênfase ao cenário étnico-cultural e fundiário, enquanto que a terceira e última trata das mulheres no contexto do movimento indígena.

Esperando-se assim contribuir com novas reflexões teórico-metodológicas sobre o feminismo do movimento de mulheres indígenas em Roraima.

## A TEMÁTICA DE GÊNERO NO UNIVERSO CULTURAL DAS MULHERES INDÍGENAS

A temática de gênero no movimento de mulheres indígenas é algo que deu-se no campo do binarismo como foi construído historicamente a sociedade, independente da questão da diversidade étnico-cultural.

No contexto da organização social dos povos indígenas, a divisão do trabalho é feita pelas atividades de cunho masculino e as outras para as mulheres, independente do esforço físico, a exemplo, da mulher indígena em determinadas comunidades quando carregam o jamaxim com mandiocas, vinda da roça. Tem-se uma lógica que

precisa ser interpretada e investigada para a análise das relações de gênero.

Para Piscitelli (2012) afirma que,

A distinção entre sexo e gênero se tornou uma ferramenta conceitual intensamente utilizada na década de 1970, no âmbito das lutas políticas em favor dos direitos das mulheres. Nessa distinção, o primeiro termo remeta à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, ao passo que o segundo se liga às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas (PISCITELLI, 2012, p. 439).

Por isso, é necessário um mergulho na organização social de cada comunidade e/ou povo indígena para buscar o entendimento das relações de gênero que historicamente foram construídas nos universos culturais desses povos. Relações essas muitas vezes consideradas “machistas” à luz da cultura dominante, resultado do processo histórico e formação da sociedade brasileira (HOLANDA, 1989); noutros momentos vemos o controle e poder nas assembleias aonde as mulheres indígenas apenas observam, escutam e pouco manifestam as suas falas.

Portanto, há um total silenciamento da presença feminina na vida social e política, ou seja, a mulher indígena é invisibilizada como sujeito político e histórico. Na análise sobre a vida social, Strathern (2006, p. 43) afirma que “a vida social consiste num constante movimento de um estado para outro, de um tipo de socialidade para outro, de uma unidade (manifestação coletiva ou singularmente) para aquela unidade dividida ou constituída como par com respeito a outra”. Para esta autora “o gênero é a forma principal por meio da qual a alternância é conceitualizada” (Idem).

Piscitelli (2012, p. 441) continua ao destacar que “a distinção entre sexo e gênero que demarcou as discussões na luta pelos direitos das mulheres se diferencia dessas aproximações porque associa à ênfase no caráter cultural da construção das ideias sobre o feminino e o masculino a preocupação com as relações de poder entre os sexos”. Partindo desse conceito, pergunta-se como são as relações de poder com a presença da mulher no movimento indígena? Como a mulher indígena se vê nos processos de luta pelos seus direitos no contexto do movimento indígena? Perguntam estas não sendo objeto deste ensaio, mas apenas inquietações.

Os estudos sócioantropológicos e de gênero sobre mulheres indígenas têm trazido à tona essas discussões na análise de sua condição social. De acordo com Camargo (2016) destaca que,

A condição social e política das mulheres na Amazônia brasileira e sua importância, especialmente as indígenas, começa a ser reconhecida nas últimas décadas do século XX, a partir dos estudos realizados sobre questões de gênero, etnicidade e relações de trabalho, nos últimos anos e o destaque ganharam na luta política. Durante muito tempo suas histórias sociais e culturais ficaram silenciadas como também a violência histórica praticada contra elas (CAMARGO, 2016, p. 214).

Destaca-se que o tema da violência faz parte da agenda social do movimento de



mulheres indígenas em Roraima, uma preocupação que surgiu diante a inserção dos processos de alcoolização presente nas comunidades.

## A QUESTÃO INDÍGENA EM RORAIMA

O Estado de Roraima foi criado oficialmente em 5 de outubro de 1988, saindo da condição de Território Federal com a promulgação da nova Carta Magna da República Federativa do Brasil, tendo como capital Boa Vista, e mais 14 municípios na sua estrutura político-administrativa. Tem uma população de 505.665 pessoas (IBGE, 2015), sendo que 13% aproximadamente compõe-se de povos indígenas. Esse dado nos dá uma mostra da relevância da temática indígena para o contexto de Roraima, da Amazônia e do Brasil (FREITAS, 2017).

Ao longo do processo histórico, a região conhecida hoje como Roraima é constitutiva da ocupação do Vale do Rio Branco circunscrito ao século XVII em tempos coloniais com a instalação do Forte de São Joaquim em disputas territoriais entre Portugal e Espanha e outros países da Europa, a exemplo da Holanda, Inglaterra e França.

Destaca-se que no período imperial integrou-se ao Amazonas na condição de Vila, em 9 de julho de 1890, sendo sede de um novo município denominado *Boa Vista do Rio Branco*, criado pelo então governador da Província do Amazonas, Augusto Ximenes Ville Roy. A área municipal da vila de Boa Vista foi desmembrada do antigo município amazonense de Moura.

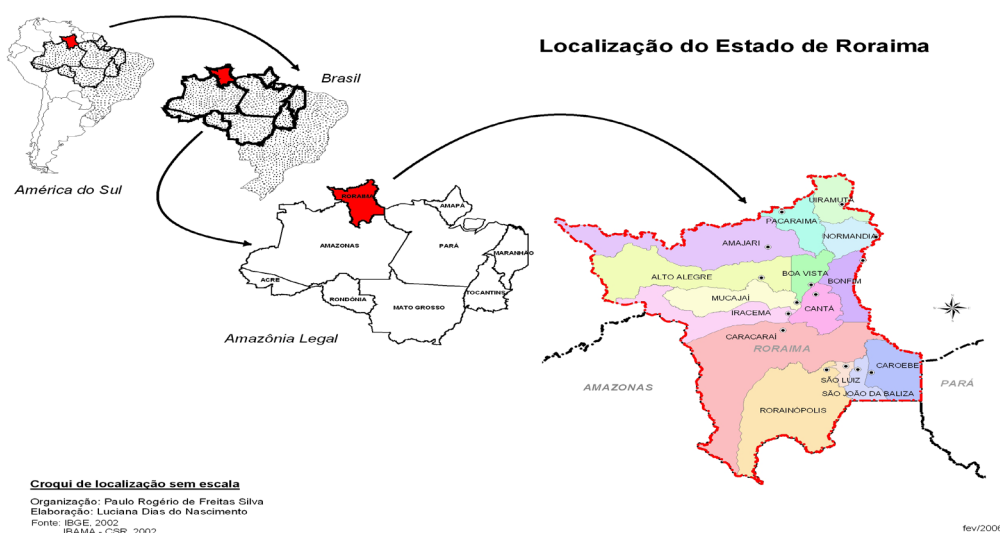


Figura 1. Localização do Estado de Roraima na Amazônia Legal

Fonte: SILVA, 2007. Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil. (USP, Tese de Doutorado).

Em meados do século XX é criado o Território Federal do Rio Branco no Governo do Presidente da República Getúlio Vargas, tornando Boa Vista a capital do então território; transformado em Território Federal de Roraima, em 1962, numa tentativa de

povoamento e desenvolvimento realizado pelo Governo Federal para essa região da Amazônia brasileira.

Hoje o estado faz fronteira com a República Cooperativista de Guiana e República Bolivariana de Venezuela. Em meados do século XX é criado o Território Federal do Rio Branco no Governo do Presidente da República Getúlio Vargas, tornando Boa Vista a capital do então território; transformado em Território Federal de Roraima, em 1962, numa tentativa de povoamento e desenvolvimento realizado pelo Governo Federal para essa região da Amazônia brasileira. Atualmente o estado faz fronteira com a República Cooperativista da Guiana e República Bolivariana de Venezuela.

A situação fundiária de Roraima está assim distribuída com o procedimento administrativo tendo por base a legislação que vige no país que é a Portaria nº 14/1996 da Funai e o Decreto nº 1.775/1996-MJ, que trata da regularização territorial, conforme determina o artigo 231 da Constituição Federal de 1988.

Situação Fundiária	Nº de TIs
Demarcada*	1
Demarcada e homologada**	1
Demarcadas, homologadas e registradas	30

Tabela 1. Procedimento Administrativo das Terras Indígenas em Roraima

Fonte: Instituto Socioambiental: Povos Indígenas no Brasil – 2006/2010, 2011. \*A TI Anaro está com a homologação suspensa parcialmente por liminar da Justiça em 2010.

\*\*A TI Trombetas/Mapuera foi homologada pelo Decreto s/n de 21/12/2009, mas falta o registro na Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Os conflitos fundiários continuam na atualidade a exemplo do caso TI/RSS que foi a julgamento no STF entre os anos de 2008/2009; é o caso da TI Anaro que encontra-se com o processo de homologação suspenso, haja vista a ação judicial de fazendeiros contra a regularização fundiária dessa área indígena. Outros conflitos se dão no campo da extração de minérios e madeiras na TI Yanomami. A ideia de conflito vem no sentido de confronto na afirmação de Tarrow (2009, p. 43) que “o confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidade de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos”.

Esse confronto é bem patente em Roraima envolvendo o movimento social indígena e a classe econômica dos rizicultores, cuja resistência indígena não recuou em nenhum momento em virtude das manifestações contrárias ao processo de homologação da TI/RSS. Pelo contrário, os povos indígenas se fortalecem como ação coletiva de apoio de agências indigenistas e organizações não governamentais que atuam em defesa dos direitos desses povos.

Para Santos (2013),

A questão fundiária em Roraima aprofundou-se após a Constituição Federal de 1988 e a criação do estado. A nova carta, em seu artigo 231, reconheceu os direitos dos indígenas às suas terras imemorais, mas o novo estado instrumentalizou os grupos de pressão contrários à materialização local do fato, já que agora se poderia usufruir de uma legislação favorável ao seu discurso. Como resultado, a situação fundiária tornou-se complexa e indefinida, com solução indeterminada e sujeita a desdobramentos políticos (SANTOS, 2013, p. 155).

## O PROTAGONISMO DAS INDÍGENAS NO CONTEXTO MOVIMENTO INDÍGENA

O movimento indígena tem reivindicado a revisão de terras indígenas demarcadas em ilhas, sobretudo nas etnorregiões políticas Amajari e Serra da Lua. As assembleias de tuxauas tem reafirmado essa demanda ao Estado brasileiro por meio da Funai. Outro momento dessa reivindicação é no chamado Abril Indígena, evento em referência ao Dia do Índio que se comemora no dia 19 de abril e também na Marcha pelos Direitos dos Povos Indígenas que acontece no mês de agosto, um demarcador histórico da resistência indígena no diálogo com o Estado.

A resistência indígena no confronto com o Estado ultrapassou séculos de história, Ricardo e Santilli (2009, p.31), afirmam que “apesar da convivência e do confronto de mais de quinhentos anos, o conhecimento que a sociedade e o Estado tem sobre os povos indígenas é fragmentário e cumulativo, embora tenha avançado significativamente a partir dos anos de 1980”. A história indígena na contemporaneidade dar-se pelo fortalecimento identitário e resistência cultural na luta pelos seus direitos.

De acordo com o Conselho Indígena de Roraima (CIR, 2008) e o Instituto Socioambiental (ISA, 2011), os povos indígenas localizados ao leste de Roraima pertencem às etnias Macuxi (29.931 pessoas), Wapichana (7.832 pessoas), Ingaricó (1.271 pessoas), Taurepang (673 pessoas), Patamona (128 pessoas) e Wai-Wai (706 pessoas).

Ressalte-se que essa relação vai sendo moldada na medida em que esses povos criam diálogos interculturais para superação da política assimilacionista imposta pelo Estado brasileiro na perspectiva da integração nacional. Souza Lima (2010) afirma que,

Nos últimos 40 anos, diversas foram as mudanças nas relações entre o Estado Nacional brasileiro e os povos indígenas habitantes do território do país. De uma política desenvolvimentista marcada por um assimilacionismo desenfreado, chegamos até a demarcação na condição de terras indígenas (TIs) extensas partes do território brasileiro, a partir dos anos de 1990 (SOUZA LIMA, 2010, p. 15).

A política assimilacionista vem casada com a lógica repressora do Estado, ao não respeitar a realidade sociocultural desses povos, torna-se dominante. Gramsci (2005, p. 121) afirma que “se o Estado representa a força coercitiva e punitiva de regulamentação jurídica de um país”, fazendo com que a coletividade seja educada

assimilando essas regras impostas. Segundo este autor “que no Estado são obrigações legais, como princípios de conduta moral” (Idem).

Com relação à especificidade dos povos indígenas é imprescindível saber que há uma diversidade étnico-cultural dessas populações em Roraima, que se apresenta por meio de diversas famílias linguísticas e até mesmo com a presença de determinados grupos em outros estados do Brasil como Pará e Amazonas e países fronteiriços com a República Bolivariana de Venezuela e a República Cooperativista da Guiana.

É nesse cenário de luta e resistência dos movimentos indígenas que destacam-se também a presença da mulher indígena que busca romper com a invisibilidade no movimento, historicamente formada com a presença de tuxauas nas assembleias, reuniões e encontros. Para Sacchi (2003) afirma que,

Dentre a diversidade de formas organizativas dos povos indígenas em diferentes regiões do Brasil – de professores, mulheres, estudantes, de uma ou várias comunidades locais – mais de 20 são de mulheres. É na Amazônia brasileira que estão situadas a maior parte das organizações indígenas femininas e apenas duas surgiram na década de 1980, caso da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT), todas as demais foram fundadas a partir de 1990 (SACCHI, 2003, p. 96).

Não resta dúvida que essa ruptura deu-se com a própria mobilização e articulação das mulheres indígenas que saem dos bastidores de apoio às assembleias na organização da infraestrutura e atividades laborais de alimentação para o cenário de voz e tomada de decisão nas assembleias políticas. Pode-se mencionar aqui a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), criada em 1989, que historicamente tem na estrutura organizacional o departamento de mulheres, mas em 2009, no estado do Maranhão, em assembleia da instituição, as mulheres aprovaram a criação da Organização das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), um levante pela sua autonomia e empoderamento do movimento de mulheres indígenas, fortalecendo assim o feminismo das indígenas na luta pelos seus direitos e igualdade política.

Segundo a atual presidenta da UMIAB, Telma Taurepang<sup>2</sup> (2017), a criação da organização surgiu valendo-se da mobilização e articulação das mulheres indígenas que integram a base do movimento indígena, a exemplo da COIAB e CIR, buscando a sua autonomia dentro da estrutura organizativa dos movimentos indígenas. Outro aspecto importante é o poder de decisão como movimento das indígenas, além do desafio da autonomia com fala e voto, empoderamento e representatividade nas instâncias deliberativas.

\_\_\_\_ Sacchi (2003) destaca que,

2 47 anos, comunidade indígena do Araçá, município de Amajari, Roraima. Estudante do Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Coordenadora da Secretaria de Mulheres Indígenas do Conselho Indígena de Roraima, entre os anos de 2010 a 2016 (conversa dialogada realizada em 27/06/2017). Atualmente é Vice-Presidente da UMIAB – União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira..

O movimento das indígenas em Roraima é muito anterior [1999] à constituição da organização propriamente dita. Desde 1986 as mulheres se reúnem para atividades de corte e costura na Missão Surumu, projeto que contou com apoio da Igreja Católica. Em 1996, na Assembleia Geral dos Tuxauas, em Bismark [região Serra da Lua, município de Bonfim], é reivindicado um espaço próprio para as mulheres. No mesmo ano acontece o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, em Maturuca/ TI Raposa Serra do Sol, no qual as indígenas assumem os seguintes compromissos: o combate ao alcoolismo, a luta pela terra e autosustentabilidade, a revitalização da cultura e continuação do projeto de corte e costura (SACCHI, 2003, p. 97).

Em 1999, é criada formalmente a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIRR), em Assembleia Estadual realizada na comunidade indígena do Manoá, TI Manoá/Pium, região Serra da Lua, município de Bonfim. É importante ressaltar a função social do coletivo que compõe o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) na assessoria técnica e política que foi dada para a realização deste evento.

De acordo com Andrea Freitas de Vasconcelos<sup>3</sup> (2017), a formação do coletivo de mulheres de Roraima dar-se-á nos anos de 1998/1999 em contato com os estudos de gênero e escola do feminismo que estavam sendo difundidos no final dos anos de 1980, fazendo assim a repensar datas comemorativas (a exemplo do 8 de março, Dia Internacional da Mulher) em atenção às mulheres com um sentido mais político por parte das feministas que formavam esse coletivo<sup>4</sup>. Portanto, o NUMUR amplia as discussões nos encontros com vista a mobilização e articulação na ruptura desse modelo, fortalecendo assim o protagonismo da mulher em Roraima, e também em interlocução com as indígenas, a exemplo do trabalho de parceria com a OMIRR na realização de oficinas sobre Saúde da Mulher.

As indígenas de Roraima buscam por meio de sua organização e movimento, o fortalecimento de suas atividades por meio também de projetos sustentáveis, a exemplo, do Projeto de Aves, em 2013, que a Secretaria de Mulheres do CIR desenvolveu em oito etnorregiões com apoio financeiro da Embaixada da Noruega (CIR, 2014). Para Telma Taurepang, “o departamento tem o intuito de articular recursos para fortalecer o trabalho das mulheres indígenas da base” (2014). Ressalte-se que a Secretaria de Mulheres/CIR quanto a OMIRR atuam com as mesmas representações de mulheres indígenas nas etnorregiões<sup>5</sup> políticas e culturais de Roraima, com exceção do povo

3 Socióloga. Militante e feminista do NUMUR. Foi professora substituta do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da UFRR. Formada em Ciências Sociais pela UFRR e Mestre em Sociologia pela UFAM (conversa dialogada em 26/06/2017).

4 Segundo Vasconcelos (2017) o coletivo inicialmente foi formado com a presença das feministas Francilene dos Santos Rodrigues (professora da UFRR), Nelita Frank (socióloga), Raimunda Gomes da Silva (professora da Universidade Estadual de Roraima – UERR), Ângela Piovani, Ivone Salucci e Maria Aparecida (assessora técnica da Coordenação Estadual de Mulheres/Setrabes, Roraima).

5 O movimento indígena de Roraima por meio das organizações CIR, OMIRR e Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) utilizam-se das estratégias de etnorregiões para articulação e mobilização de suas bases nos campos da terra, saúde, educação, questão ambiental, atividades produtivas, entre outras ações. As etnorregiões são: a) Serra da Lua; b) Murupu; c) Amajari; d) Serras; e) Raposa; f) Taiano (hoje rebatizada de Tabaió); g) Baixo Cotingo; h) Surumu; i) São Marcos; j) WaiWai; l) Yanomami; m) Ye'kuana; e) Ingaricó. (FREITAS, 2017).

Yanomami e Ye'kuana.

E continua Telma Taurepang,

As mulheres indígenas, que historicamente tiveram participação direta na luta pela terra, sempre dedicadas pelo bem estar da família, educação dos filhos, pela saúde de forma tradicional e coletiva da comunidade, hoje, elas se deparam com novos desafios. O desafio de desenvolvimento e ocupação do território demarcado e homologado, atuando com responsabilidade e compromisso em defesa de suas terras e comunidades indígenas (CIR, 2014).

Com essas experiências da OMIRR e Secretaria de Mulheres do CIR, o empoderamento das indígenas é notório com por meio de suas formas organizativas e participação no movimento de tuxauas, rompendo-se assim com um silêncio que perdurou na historiografia de sua exclusão como sujeito dos processos de luta. Para Torres (2015),

A exclusão do sujeito mulher nas anotações de cronistas e naturalistas não parece desnuda de propósitos claros; pode-se perceber a evidente motivação preconceituosa sobre os habitantes do Novo Mundo, especialmente com as mulheres que são retratadas com os piores predicados tais como lascivas sexuais, parideiras e depravadas (TORRES, 2015, p. 13).

Além desses predicados historicamente construídos pelos homens da ciência frente aos relatos de viajantes, naturalistas e expedições científicas a partir do século XVI sobre a Amazônia, as indígenas são vistas apenas como sujeitos para os afazeres domésticos e do lar, cuidar dos filhos, preparar a comida, entre outras atividades que integram a organização social das comunidades. Portanto, a organização e mobilização das mulheres indígenas vem romper com esses silenciamentos, e também com a divisão de papéis na vida comunitária desses povos. Torres (2015) afirma que “é preciso quebrar o silêncio de gênero na floresta amazônica. As relações de gênero são elementos estruturante na vida em sociedade. São relações que tecem os fios das sociabilidades e que engendram os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho” (p. 19).

De certa forma, a OMIRR e a Secretaria de Mulheres do CIR vem rompendo com esses processos de exclusão que historicamente foram constituindo-se nas relações sociais e de gênero, além de lutar pela autonomia do protagonismo como movimento e sujeitos políticos. A OMIRR participação de diversas representações como Conselho Interinstitucional do Insikiran da UFRR e o Conselho Distrital de Saúde do Indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima. Ademais, as indígenas tem forte atuação no enfrentamento a violência contra as mulheres, que na suas avaliações são “estimuladas” pela presença da bebida alcoólica dos não indígenas (especialmente a cachaça) nas comunidades. A realização de oficinas, palestras, seminários, debates faz parte de sua agenda, denúncias são feitas às lideranças, que buscam soluções. Logo, as mulheres indígenas reivindicam seu lugar de sujeito político nos espaços de



participação e de tomada de decisões coletivas.

Na XVI assembleia estadual das mulheres indígenas, realizada entre os dias 03 a 07 de maio de 2017, na comunidade do Pium, Região Tabão, município de Alto Alegre, dedicaram parte dos trabalhos para o tema da violência, Lei Maria da Penha, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes indígenas, apontando os desafios que é tratar da sexualidade e da necessidade de trazerem o tema para o debate.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto foi uma pretensão de destacar o lugar que as indígenas detêm no contexto do movimento indígena de Roraima, em articulação com as ideias de gênero.

Destaca-se nesse processo a questão do feminismo e a organização do movimento de mulheres indígenas em interlocução com o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) no fortalecimento das políticas em defesa dos direitos das mulheres.

E por último, a visibilidade da luta das mulheres indígenas como protagonismo de sua própria história e resistência política, rompendo paradigmas no contexto da organização social de suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- CAMARGO, Leila Maria. Do silêncio ao discurso: a condição da mulher indígena em Boa Vista. In: *Moradores da Maloca Grande: reflexões sobre os indígenas no contexto urbano*. Carmen Lúcia Silva Lima e Carlos Alberto Marinho Cirino (Orgs.). Boa Vista: Editora da UFRR, 2016.
- CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR). Mulheres indígenas de Roraima fortalecem o movimento através de projeto sustentável. Boa Vista, Roraima, em 04 de fevereiro de 2014 (*Site Institucional*).
- FREITAS, Marcos Antonio Braga de. *Insikiran: da política indígena à institucionalização da educação superior*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/ Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. *Gramsci: poder, política e partido*. 1. ed. (Org.). Emir Sader. Soa Paulo: Expressão Popular, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.
- PISCITELI, Adriana. Sexo e gênero. In: *Antropologia&Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Antonio Carlos de Souza Lima (Coord. Geral). Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012.
- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: 2006-2010*. Beto Ricardo e Fany Ricardo (Editores). São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- RICARDO, Beto; SANTILLI, Márcio. Povos indígenas, fronteiras e militares no estado democrático de direito. In: *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil*. Julia Trujillo Miras et alli (Orgs.). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas: o processo organizativo e as demandas de gênero. pp. 141-161. In: *Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidade e desafios para políticas públicas*. Ricardo Verdum (Org.). Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

\_\_\_\_\_. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. In: *Revista ANTHROPOLOGICAS*, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110 (2003).

SANTOS, Mávera Teixeira dos. Mulheres indígenas na cidade de Boa Vista: as flores nascem no asfalto. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Roraima/Centro de Ciências Humanas/Coordenação de História. Boa Vista, Roraima, 2016.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a “organizados”? In: *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Carlos Noronha Inglez de Sousa et alii (Orgs.). Brasília/Rio de Janeiro: Paralelo 15/Laced, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. Tradução André Villalobos.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009. Tradução de Ana Maria Sallum.

TORRES, Iraíldes Caldas (Org.). *Entrelaçamentos de gênero na Amazônia: silenciamentos, família, corpo e outras intersecções*. Manaus: Valer Editora, 2015.

\_\_\_\_\_. *Mulheres Sateré-Mawé: a epifania de seu povo e suas práticas sociais*. Manaus: Valer Editora, 2014.

TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vinente dos (Orgs.). *Intersecção de gênero na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2011.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro** - Pedagoga, IFSP – Câmpus Araraquara. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP- Araraquara. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

## ÍNDICE REMISSIVO

### C

Construção 1, 7, 9, 14, 20, 21, 22, 27, 28, 32, 37, 39, 42, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 61, 76, 78, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 122, 127, 137, 138, 142, 149, 153, 159

Cultura local 116

### D

Direitos humanos 16, 18, 32, 41, 71, 79, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 120, 155

Direitos humanos das mulheres negras 92, 93, 99, 101, 102

Diversidade humana 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 108

### E

Educação 18, 45, 46, 47, 48, 68, 69, 72, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 148, 150, 153, 164, 165, 166, 168

Educação escolar 76, 168

Escrita de si 53, 63

Estudo de doutorado 86

Estudos feministas 17, 19, 20, 28, 29, 52, 91, 102, 103, 123, 135, 150, 156

Existência social dos negros e das mulheres 92, 93

Experiências educativas 86

Experiências lesbianas 86, 88

### F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 41, 45, 46, 50, 56, 60, 79, 83, 88, 90, 146, 149, 151, 155, 165, 167

Feminina 4, 15, 26, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 91, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 131, 133, 154, 155, 159

### G

Gênero 3, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 121, 122, 123, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167

### H

Hipervisibilidade 86, 88

História 3, 9, 15, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 43, 44, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 80, 86, 88, 91, 94, 97, 101, 118, 119, 121, 122, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 158, 162, 166, 167, 168

História oral 19, 21, 29, 30

Histórico 1, 6, 9, 32, 65, 92, 93, 96, 106, 108, 117, 119, 139, 146, 159, 160, 162

Homossexual 2, 17, 18, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Homossexualidade 18, 53, 56, 61, 63

## I

Identidade de gênero 34, 42

Identificações masculinas 86, 88

Ideologias segregadas 104, 105, 114, 115

Imprensa 29, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Imprensa lésbica 53, 54, 56, 63

Inclusão 28, 66, 69, 72, 78, 79, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 121

## J

Jovens 71, 72, 92, 99, 101, 143

Jovens negras 92, 99, 101

Jurídico 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 37, 41, 50, 82

## L

Legislação 12, 15, 31, 40, 104, 108, 109, 110, 114, 115, 136, 161, 162

Legislação brasileira 104, 108

Lesbianidades 53, 55, 56, 57, 62, 86, 87, 88, 91

## M

Marcações de diferença 92, 93

Marcadores sociais da diferença 60, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 102

Marinha do Brasil 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30

Masculinidade feminina 86, 87, 88, 91

Memória coletiva comum 116

Mulheres 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167

Mulheres negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 144, 150

## N

Narrativa 20, 21, 25, 26, 59, 60, 61, 117, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 139, 144, 146, 150

## O

Organizações 6, 19, 20, 27, 29, 42, 43, 57, 67, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 114, 115, 150, 161, 163, 164, 167

## P

Patriarcado 33, 67, 75

Pedagogo empresarial 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114  
Performatizações de gênero 86, 87, 90  
Pessoas com deficiência 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115  
Poder 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 66, 80, 88, 90, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 133, 135, 139, 143, 145, 146, 159, 163, 166, 167  
Política criminal 31, 34, 35, 37, 40  
Políticas públicas de gênero 28, 42  
Pós-verdade 1, 19, 31, 42, 53, 64, 65, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 116, 123, 136, 148, 157  
Processo histórico 92, 93, 106, 108, 159, 160

## R

Raça 15, 34, 52, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 140, 144, 145, 153  
Racismo 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 103, 150, 155  
Representação 15, 16, 64, 65, 88, 98, 116, 117, 121  
Resistências 3, 16, 26, 46, 82, 98, 104

## S

Sexismo 32, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103  
Sistema prisional 31, 34, 40

## T

Trajetória educacional 86, 87  
Trajetórias profissionais 19, 20, 24

## V

Vida de mulheres lésbicas 86  
Violação de direitos 31, 32, 40  
Visibilidade 15, 28, 45, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 90, 102, 108, 146, 149, 157, 166



